

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS – CCHN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS – PPGHIS

DAVI ELIAS RANGEL SANTOS

**A MEMÓRIA POSITIVA SOBRE A DITADURA MILITAR NO
ESPÍRITO SANTO: O CONSENTIMENTO POR MEIO DO JORNAL A
GAZETA (1971-1975)**

VITÓRIA-ES

2019

DAVI ELIAS RANGEL SANTOS

**A MEMÓRIA POSITIVA SOBRE A DITADURA MILITAR NO
ESPÍRITO SANTO: O CONSENTIMENTO POR MEIO DO JORNAL A
GAZETA (1971-1975)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como resultado parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes.

VITÓRIA-ES

2019

Rangel Santos, Davi Elias, 1982-|
R196 A Memória Positiva sobre a Ditadura Militar no Espírito
m Santo : O consentimento por meio do jornal A Gazeta (1971
1975) / Davi Elias Rangel Santos. - 2019. 191 f. : il.

Orientador: Prof Dr. Pedro Ernesto Fagundes. Tese
(Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito
Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Tabela sobre os Grandes Projetos de Impacto. 2. Imagens
do Jornal A Gazeta sobre o governo de Arthur Carlos Gerhardt
Santos. 3. Imagens da Revista Espírito Santo Agora sobre a
Ditadura Militar. 4. Imagens da Revista O Cruzeiro sobre o
Espírito Santo e sobre o governo de Médici. 5. Imagens sobre a
propaganda política do governo Médici. 6. Imagens sobre a
propaganda do governo do Estado do Espírito Santo no Jornal A
Gazeta. I. Fagundes, Prof Dr. Pedro Ernesto. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e
Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

DAVI ELIAS RANGEL SANTOS

**A MEMÓRIA POSITIVA SOBRE A DITADURA MILITAR NO ESPÍRITO SANTO:
O CONSENTIMENTO POR MEIO DO JORNAL A GAZETA (1971-1975)**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em _____ de _____ de 2019.

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Orientador

Profa. Dra. Janaína Martins Cordeiro
Universidade Federal Fluminense - UFF
Membro

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Membro

Profa. Dra. Patrícia Merlo
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Membro

Profa. Dra. Rossana Brito
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Membro suplente

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Membro suplente

À Deus toda honra e toda glória... Aos meus pais, minha base, meu alicerce... À minha esposa, amor da minha vida... Ao meu filho, Davi Neto, minha maior inspiração.

AGRADECIMENTOS

Uma das dimensões mais importantes do ser humano é a sua capacidade e, ao mesmo tempo, a necessidade de se relacionar, de coexistir com o outro. É justamente através dessa interdependência que forjamos nossa identidade. Assim, nos tornamos únicos e especiais a partir do momento que estamos em contato com nossos pares. Esse reconhecimento é fundamental em todas as etapas da nossa existência.

Nesse momento atual da nossa existência reconhecemos a participação e a presença marcante de pessoas que nos ajudaram a evoluir, a crescer como profissional, como homem, como filho, como marido e como amigo. São a eles que dedicamos esta parte tão importante neste trabalho, pois ela é fruto da obrigação e da necessidade de reconhecimento que sentimos em valorizar a importância dessas pessoas na nossa caminhada acadêmica ao longo desses últimos anos.

Em primeiro lugar, agradeço ao Professor Doutor Pedro Ernesto Fagundes pela paciência e pela oportunidade que nos concedeu de orientar-nos, contribuindo com a nossa jornada acadêmica iniciada em 2014. Naquela época, quando fizemos uma matéria como aluno especial no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFES, sobre a temática Ditadura Militar, encontramos ali um leque de possibilidades acerca da pesquisa histórica atualíssima e contemporânea que nos despertou interesse em enveredar por ela. E, após três anos de espera, a oportunidade chegou e, com ela, os desafios e os sofrimentos que todo historiador sente no momento de construção do conhecimento.

Nessa jornada iniciada em 2017, além das noites mal dormidas, vieram com elas também as oportunidades e o crescimento. Uma delas foi sugerida pelo professor Pedro que nos instigou e incentivou à fazermos uma disciplina obrigatória, parte dos créditos previstos no Programa, bebendo diretamente da fonte. Termos cursado uma disciplina sobre a *História do Tempo Presente*, durante um semestre na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com os professores Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Fico foi uma chance sem igual nessa caminhada pelo devir histórico.

Porém, quando falamos em oportunidades não podemos nos esquecer daquelas ofertadas dentro do nosso próprio Programa de Pós-Graduação. Agradecemos todo apoio e presteza dispensada pelos funcionários da secretaria, Filipe Luppi Moreira e Michely Almeida dos Santos, que ao longo desses anos nos ajudaram com informações e orientações fundamentais

para que déssemos conta de toda exigência burocrática e administrativa nesse processo de elaboração da nossa dissertação.

Também agradeço ao ex-coordenado do PPGHIs, Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco, e ao atual coordenador, Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva, por todo cuidado e ajuda que nos deram nos momentos mais difíceis que passamos ao longo desses anos, sobretudo, pela escolha, muito bem-sucedida, dos professores que foram designados para nos ajudar em nossa formação.

Citamos as professoras Adriana Pereira Campos e a Patrícia Merlo, as quais merecem muito nossos sinceros agradecimentos pela forma como conduziram as aulas, pelas produtivas discussões acadêmicas realizadas em sala, através da utilização de textos ricos, coerentes e pelo embasamento teórico que tanto nos fizeram crescer; pela solicitude que sempre tiveram conosco em todos os momentos de dúvidas e angústias; e pela grande capacidade intelectual de ambas, que nos serviram de fonte de inspiração em nossa caminhada.

Aos nossos colegas de turma (2017/1) que foram fundamentais para o nosso crescimento intelectual, por meio das problematizações e discussões enriquecedoras dentro e fora de sala de aula que tanto nos ajudaram nos momentos de dificuldades e de incertezas, tanto nas questões teórico-metodológicas quanto nas questões práticas da pesquisa.

Entre todos os colegas destacamos três em especial: Leandro Lunz, conterrâneo e parceiro de estudos com quem dividimos as angústias e os sofrimentos no processo de pesquisa e escrita; ao grande amigo doutorando Leonardo Barros Souza, pelos longos debates acerca dos desafios contemporâneos da sociedade brasileira, pelas sugestões de leituras e indicações de textos em relação ao tema da nossa dissertação. E a amiga doutoranda Dinorah Lopes Rubim Almeida, pelas trocas de informação e conhecimento ao longo desses anos, pela parceria e generosidade que se estenderam durante um semestre quando cursamos a disciplina na UFRJ e dividimos, além do cansaço, os sonhos, as expectativas e os nossos sofrimentos nas longas viagens entre o Espírito Santo e o Rio de Janeiro e que permanecem.

Aos amigos do grupo de pesquisa “Laboratório do Tempo Presente”, que tanto nos ajudaram nos momentos de estudo e discussão sobre os desafios da análise sobre o tempo recente, nas sugestões de leituras e problematizações estabelecidas durante os encontros férteis e profícuos que tivemos.

Ao amigo Tiago de Matos Alves, do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APPES), pela generosidade e prontidão em nos ajudar com os arquivos disponíveis no acervo deste órgão tão importante e fundamental para a história e memória do nosso estado. Estendemos, assim, os sinceros agradecimentos a todos os funcionários do APPES que

brilantemente nos ajudaram com disposição e afinho em nossas jornadas diárias e semanais pela documentação ali presente.

Ao Centro Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Washington Pinheiro Meirelles”. Local de trabalho que tanto tem nos ajudado a crescer, profissionalmente e pessoalmente, ao longo dos últimos anos; nossos sinceros agradecimentos a cada aluno, funcionário da secretaria, da limpeza, da alimentação, da biblioteca, do apoio de pátio, dos professores e pedagogos pela paciência e compreensão em vários momentos de ausência durante esta jornada.

Aos meus pais, Dona Giza e Seu David, pelo apoio moral, incentivo que sempre nos deram em todos os momentos, sobretudo, nessa fase final da produção acadêmica, quando não pudemos estar reunidos em família. Suas orações foram fundamentais para nos fortalecer e nos dar coragem para enfrentarmos os desafios que encontramos e vencê-los através da persistência e da insistência. O amor de vocês que nos alimentou e nos nutriu é o mesmo que sentimos por vocês. Nossa base! Nosso alicerce!

À pessoa que tem sido nossa fortaleza e ponto de equilíbrio ao longo dos últimos 7 anos, Beatriz Tinoco de Oliveira. Mulher, esposa, amiga, companheira, determinada, corajosa, ajudadora, que nos incentivou em todos os momentos. Sua paciência foi fundamental para nos encorajar pelas noites mal dormidas, onde teve que suportar nossas ausências em função das longas viagens, dos momentos de escrita pelas madrugadas e pela mudança de humor em razão das pressões que sofríamos constantemente. Você é a única que sabe o quanto foi doloroso e desgastante dividir as leituras, os estudos, as viagens e a escrita com o trabalho. Por isso, o nosso AMOR incondicional.

Ao nosso filho, Davi Neto, que tem sido a melhor e maior fonte de inspiração. Vê-lo desenvolver-se em seu ventre a cada dia nos motiva a continuar, nos incentiva a seguir em frente. Tudo agora faz sentido para nós. Tudo se resume a gratidão àquele que nos criou. Por isso, reconhecemos que tudo é por Ele e para Ele são todas as coisas.

*“Salve o povo Espírito-Santense,
Herdeiro de um passado glorioso.
Somos nós a falange do presente,
Em busca de um futuro esperançoso”.*

Refrão do Hino oficial do Estado do Espírito Santo.

RESUMO

Este trabalho pretende analisar a construção de uma “memória positiva” sobre a Ditadura Militar no Espírito Santo, por intermédio do jornal *A Gazeta* durante o governo do Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975). Para tal finalidade utilizar-se-á da perspectiva teórica sobre o consentimento para tentar compreender a participação da sociedade civil durante esse regime político autoritário. Por isso, é importante entender o contexto político, social e econômico do período conhecido por “Milagre Econômico”; especificamente, o projeto econômico de modernização conservadora do então presidente militar Emílio Gastarrazú Médici (1969-1974); e de como, em seu governo, foram utilizadas a censura e a propaganda política, as quais ditaram o tom das práticas comunicativas da Ditadura com os cidadãos. É nesse contexto político-social repressivo que se buscamos captar a presença de duas memórias em disputa: a do “triunfo” e a do “trauma”. A primeira, marcada pelo discurso do progresso e do desenvolvimento; a outra, presente em razão das prisões, torturas e da censura. Atribuirei a ambas a ideia de memória “positiva” e “negativa”, para entendermos as relações complexas entre a sociedade e a ditadura militar, tendo por instrumento de reflexão a imprensa. Para tanto, se fez necessário uma reflexão historiográfica sobre a contribuição da imprensa oficial capixaba (o jornal *A Gazeta*) na elaboração dessa memória “positiva”, via análise documental dos impressos, desta que é o objeto e fonte, simultaneamente, deste trabalho, e que estão disponíveis no Arquivo Público Estadual e demais acervos correspondentes. Portanto, ao revisitar este passado não muito distante no tempo histórico, as informações apontam para a presença de uma memória “positiva” em vários segmentos sociais capixabas, com a colaboração do jornal *A Gazeta*. Os caminhos do consenso e do consentimento trilhados pela ditadura militar (1964-1985) no Espírito Santo, cujos mecanismos estiveram ativos no passado, ecoam no tempo presente indicando os conflitos silenciosos entre as memórias, tendo em vista a relação complexa da sociedade com o regime ditatorial que precisam ser revelados.

Palavras-chave: Memória; História; Ditadura; Espírito Santo.

ABSTRACT

This work intends to analyze the construction of a "positive memory" about the military dictatorship in Espírito Santo, through the newspaper A Gazeta during the government of Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975). For this purpose, we will use the theoretical perspective on consent to try to understand the participation of civil society during this authoritarian political regime. Therefore, it is important to understand the political, social and economic context of the period known as "Economic Miracle"; specifically, the economic project of conservative modernization of the then military president Emílio Gastarrazú Médici (1969-1974); and how, in his government, censorship and political propaganda were used which dictated the tone of the Communist practices of the Dictatorship with the citizens. It is within this repressive politico-social context that one seeks to capture the presence of two conflicting memories: that of "triumph" and that of "trauma." The first is marked by the discourse of progress and development; the other, present due to arrests, torture and censorship. I will attribute to both of them the idea of "positive" and "negative" memory, in order to understand the complex relations between society and the military dictatorship, having as an instrument of reflection the press. In order to do so, it is necessary to have a historiographical reflection on the contribution of the official press of the state of Espírito Santo (the newspaper A Gazeta) in the elaboration of this "positive" memory through documental analysis of the printed matter, which is simultaneously object and source, State and other corresponding collections. Therefore, when revisiting this past not too distant in historical time, the clues point to the presence of a "positive" memory in various social segments of the city, with the collaboration of the newspaper A Gazeta. The paths of consensus and consent pursued by the military dictatorship (1964-1985) in Espírito Santo, whose mechanisms were active in the past, echo in the present time indicating the silent conflicts between memories, in view of the complex relationship between society and the regime dictatorial that need to be revealed.

Keywords: Memory, History; Dictatorship; Espírito Santo.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AESI - Assessoria Especial de Segurança e Informação
AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas
AI – Ato Institucional
ALES – Assembleia Legislativa do Espírito Santo
AN – Arquivo Nacional
APEES - Arquivo Público do Espírito Santo
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ASI - Assessoria Especial de Segurança
BANDES – Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo
BANESTES – Banco estadual do Espírito Santo
CIE – Centro de Informações do Exército
CIVIT - Complexo Industrial de Vitória
CENIMAR – Centro de informações da Marinha
CPES- Capitanía dos Portos do Espírito Santo
CISA – Centro de informações da Aeronáutica
CODES – Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo
CODI – Centro de Operações de Defesa Interna
CSM – Comando do Serviço Militar
DPF: Departamento da Polícia Federal
DOI – Destacamento de Operações de Informação
DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social
FINDES – Federação das Indústrias do Espírito Santo
FUNDAI – Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial
FUNDAP – Fundo de Desenvolvimento de Atividades Portuárias
FUNRES - Fundo de Recuperação do Espírito Santo
GERES – Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo
LAI - Lei de Acesso a Informação
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SNI – Sistema Nacional de Informação

SSP: Secretaria de Segurança Pública

UDN – União Democrática Nacional

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
 CAPÍTULO 1	
1. “SALVE O POVO ESPIRITOSSANTENSE”: A REPRESENTAÇÃO DA DITADURA MILITAR NA SOCIEDADE CAPIXABA ATRAVÉS DA IMPRENSA OFICIAL	29
1.1. “Quando ela ocultar-se no horizonte”: O papel do jornal <i>A Gazeta</i> no contexto ditatorial (1971-1975).....	33
1.2. “Surge ao longe a estrela prometida”: otimismo e desenvolvimento para o povo espírito-santense!.....	42
 CAPÍTULO 2	
2. “HERDEIRO DE UM PASSADO GLORIOSO”: O CONTEXTO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO DO ESPÍRITO SANTO ENTRE OS ANOS DE 1964 A 1975	57
2.1. Setor Agrícola <i>versus</i> Setor Industrial: embates na primeira metade do século XX no Espírito Santo.....	59
2.2. “Se as glórias do presente forem poucas... Acenai para nós posteridade!”	65
2.3. “A posteridade chegou!”: O governo Dias Lopes (1967- 1971)	68
2.4. “Proto-partido” político: o papel da FINDES no governo de Dias Lopes	72
2.5. O governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975)	81
 CAPÍTULO 3	
3. “SOMOS NÓS A FALANGE DO PRESENTE”: A IMPRENSA CAPIXABA NO CONTEXTO DITATORIAL.....	89

3.1. Autoritarismo brasileiro: uma perspectiva de longa duração	90
3.2. O viés econômico da Ditadura Militar e a relação censória com a imprensa	91
3.3. A presença do autoritarismo na relação entre Estado brasileiro e a imprensa	97
3.4. A atuação da censura na Grande Imprensa e a elaboração da memória durante a Ditadura Militar (1968-1978).....	102

CAPÍTULO 4

4. “EM BUSCA DE UM FUTURO ESPERANÇOSO”: OS USOS POLÍTICOS DA MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DO CONSENTIMENTO	109
4.1 “Á pátria que estremece de alegria!”: A pauta política e econômica dos militares na imprensa local e nacional	112
4.2 “Na hora em que seus filhos, reunidos, dão exemplo de amor e de harmonia?” Por incrível que pareça Houve repressão no estado do Espírito Santo com certeza!.....	124
4.3 “Há de o sol nossos feitos lumiar”: O discurso do consentimento através das páginas de <i>A Gazeta</i>	139
4.4 “Venham louros, coroas, venham flores!”: A construção de uma memória positiva sobre o governador Arthur Carlos Gerhardt Santos no contexto de maior repressão da Ditadura Militar (1971-1975).....	148

CONCLUSÃO.....	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	172
ANEXOS.....	179

INTRODUÇÃO

29 de março de 2014. Às vésperas dos 50 anos do golpe civil-militar que inaugurou a Ditadura Militar no Brasil, a imprensa nacional debateu os efeitos desse autoritarismo na sociedade brasileira e suas marcas no presente. No mesmo momento, o ex-governador de Estado do Espírito Santo, o senhor Arthur Carlos Gerhardt Santos, concedeu uma entrevista ao jornal *A Gazeta*. Ela fazia parte da narrativa que o referido jornal pretendia contar sobre esse acontecimento histórico, em seu Caderno Especial, nas semanas que antecederam a 31 de março.

O diálogo com o ex-governador, publicado pelo jornal, trouxe o seguinte título: “Arthur Gerhardt minimiza máculas da Ditadura no Estado” (*A Gazeta*, 29/03/2014 – Caderno Especial). A primeira análise feita por Arthur Gerhardt sobre o contexto vivido pelo Espírito Santo à época de sua gestão foi a de que, sem os militares, o Espírito Santo “[...] veria São Paulo e Minas Gerais abocanharem megaprojetos que durante décadas alavancaram a economia local”. Por isso, ele procurou enfatizar os desafios econômicos vividos pelo seu governo, sobretudo, a partir da crise gerada pela erradicação dos cafezais. Assim optou por “[...] apontar as consequências positivas da intervenção militar” ao longo do diálogo estabelecido com o seu interlocutor.

Em sua segunda análise apresentada são pontuados os investimentos e fomentos patrocinados pelo Governo Estadual e Federal, que ia da siderurgia à celulose, passando pelas obras da BR’s 101 e 262, até o início da construção da Segunda Ponte, entre outros. Uma das perguntas feitas pelo jornalista do jornal *A Gazeta* tratou de analisar a transição de uma economia agrícola para a industrial no Espírito Santo, entre o final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, justamente no período em que se vivia o auge da exceção do estado ditatorial.

Em sua resposta, Arthur Gerhardt não titubeia e afirma que o período do governo Médici, foi um “[...] período que o Brasil teve um desenvolvimento muito grande [...]”. Este “desenvolvimento”, em sua visão, beneficiou seu governo à frente do executivo estadual. Com isso, permitiu alavancar a Companhia Vale do Rio Doce e a construir a Aracruz Celulose por intermédio da ajuda dos investidores estrangeiros que toparam tocar esse projeto adiante, bem como outros que faziam parte dos investimentos previstos pelas Grandes Obras de Impacto.

Mediante essa análise positiva sobre aquela conjuntura política ditatorial, o jornalista faz a seguinte pergunta: “Mas a conta que o Estado pagou por esses projetos não foi muito alta?”. A resposta imediata de Arthur Gerhardt, surpreendentemente, foi dada com outra

pergunta: “Que conta?”. E, logo em seguida, emenda mais uma em tom desafiador: “Diz onde teve repressão no Estado?”.

A indagação feita pelo ex-governador ao jornalista que àquela altura já se encontrava, provavelmente, incrédulo diante dos questionamentos acerca da negativa da repressão no Espírito Santo, levou-o a refazer a pergunta ao entrevistado: “O senhor acha que não houve?”
(REPRESSÃO)

A resposta a essa demanda merece ser transcrita na íntegra pois ela é reveladora:

Sim, lógico que houve, mas em nível nacional. No Estado, nem no governo de Christiano (Dias Lopes) e **nem no meu houve**. Christiano combateu o crime e não a ideologia política. **No meu período não teve**. O Christiano teve até algum problema com os militares do 38º Batalhão de Infantaria. Mas eu, graças a Deus, **nunca tive** (*A Gazeta*, 29/03/2014, Caderno Especial, **grifos nossos**).

Eis o ponto em que a história e a memória se chocam. Em suas memórias, apresentadas ao entrevistador e trazidas à tona ao público leitor, Arthur Gerhardt surpreende ao afirmar que em seu governo nunca houve nenhum tipo de repressão ou violência de cunho político contra nenhum opositor do regime militar, e que, portanto, os custos dessa repressão não foram sentidos no Espírito Santo, apenas em “nível nacional”. Mas será que os fatos ocorridos no cenário local naquele presente de exceção e autoritarismo correspondem ao discurso apresentado pelo então ex-governador ao veículo da imprensa capixaba? Vamos às fontes.

Em pesquisa realizada no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) foi encontrado um documento datado do dia 20 de novembro de 1974, cuja postagem foi emitida em Berlim, capital da Alemanha, diretamente destinada ao gabinete do governador de Estado do Espírito Santo, o Sr. Arthur Carlos Gerhardt Santos. Nele é feito um pedido pessoal a respeito do:

[...] destino de um estudante de medicina da Universidade Federal do Espírito Santo. Marcello Amorim Neto se encontra em prisão preventiva por motivos políticos desde o mês de dezembro de 1973. Até agora não houve um processo submetido a um julgamento. Eu lhe seria muito grata se V. Ex. pudesse intervir nesse caso pessoal e obter informação de onde e sob que condições Marcello Amorim Neto se encontra detido. Segundo minhas informações ele se encontra na Prisão Militar do Rio de Janeiro. Infelizmente tenho que supor iminentemente que ele está sendo torturado. Eu tenho esperança de que V. Ex. intervinha nesta questão e trate do caso com a devida urgência [...] Atenciosamente, Angelika Windloff” (WINDLOFF, 20/11/1974)

Outro documento revelador encontrado no APEES também trata de uma carta remetida diretamente da *Amnesty International*, no dia 30 de novembro de 1974, portanto dez dias após a primeira ter sido enviada para o gabinete do governador. O objetivo dela também é pedir informações a respeito da prisão de outro estudante de medicina, Gustavo Pereira do Vale. Nela é enfatizado o caráter neutro da organização que “[...] não representa governo, partido político, religião ou qualquer outro interesse”. É citado apenas que a Anistia Internacional atua na defesa dos direitos humanos de “[...] prisioneiros políticos sejam em países comunistas, no hemisfério ocidental ou no terceiro mundo [...]”.

Após essa justificativa apresentada no citado documento, a Anistia Internacional questiona o governador pelo “sumiço” do referido preso nas dependências do 38ª Batalhão de Infantaria, situado no município capixaba de Vila Velha. E relata que o fato ocorrera no início de dezembro de 1972, sem que tivesse sido aberto um processo formal contra ele. E mais:

Fomos também informados de que Gustavo Pereira do Vale, não foi privado de sua liberdade por haver cometido delitos criminais, mas sim por suspeita de estar participando da reorganização de um setor do Partido Comunista Brasileiro, ou seja, por motivos ideológicos. Permita-nos, antes de tudo, recordar-lhe que este fato contraria a Declaração dos Direitos Humanos firmada em 1948, pelas Nações Unidas, das quais seu país é membro. “Com base nestas razões, desejamos rogar-lhe que o caso de Gustavo Pereira do Vale seja novamente examinado” (NOLL, *Carta sobre a Anistia Internacional*, 30/11/1974).

Se não bastasse a carta enviada pela Anistia Internacional ao Governador Arthur Gerhardt questionando o sumiço de um cidadão que se encontrava sob a tutela do Estado e do qual não se tinha notícias, os desdobramentos dessa carta são ainda mais reveladores. A Ordem de Serviço (O.S) nº 21/75-SII-DOPS/ES, de 09 de abril de 1975, emitida pelo Sr. Domingos de Souza Freitas, chefe do Serviço de Investigação e Informação do DOPS-ES, aos seus agentes tinha por objetivo principal “[...] localizar o indivíduo Gustavo Pereira do Vale, residente na Rua Rui Barbosa, nº 42 – Fundos-Vitória/ES”. E, ainda, apresenta uma observação: “Em caso de localização, comunicar de imediato ao S.I.I”.

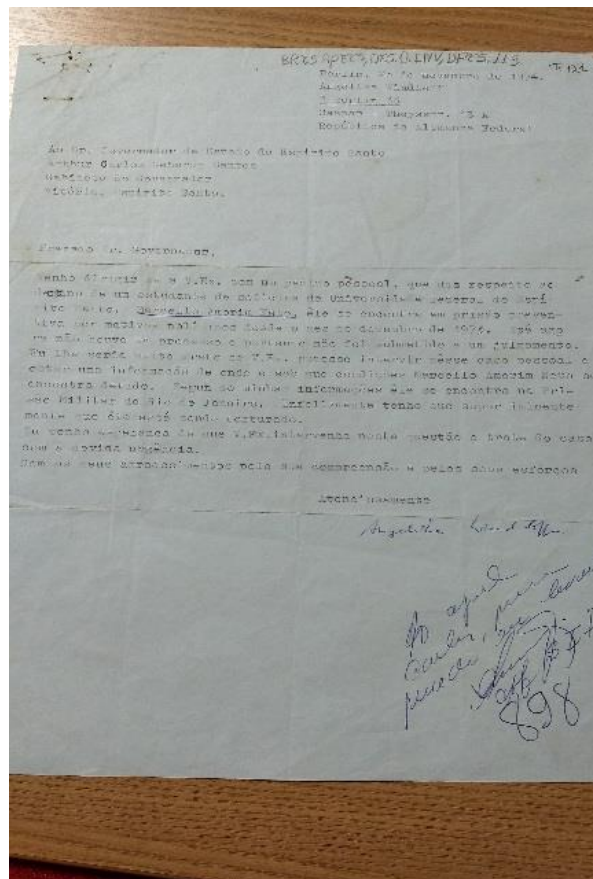
Em 24 de abril do mesmo ano, portanto, aproximadamente duas semanas após a Ordem de Serviço anteriormente expedida, o Agente 005 (cujo nome não é mencionado no documento) encaminha a resposta ao chefe do S.I.I/DOPES-ES, Domingos de Souza Freitas, dizendo que:

Em cumprimento à Ordem de Serviço Nº 21/75, mantive contato preliminar com o chefe do Tráfego Postal do D.C.T em Vitória, a fim de

confirmar a autenticidade do envelope da carta dirigida ao ex-governador do Estado. Fui informado que o envelope mantém as características de praxe, tendo sido enviado por vias normais (carta simples) [...]. Com referência ao paradeiro do indivíduo Gustavo Pereira do Vale, estudante de medicina, pessoa esta que originou o envio de tal correspondência ao nosso ex-chefe de Estado, fui informado no endereço que consta em nossos arquivos, que esse elemento não mais ali reside há 03 (três) anos [...]" (S.I.I / DOPS/ES, 24/04/1975).

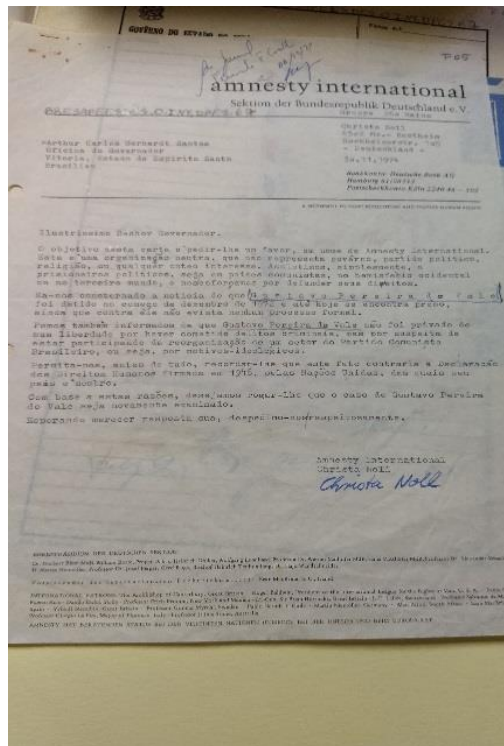
Nessa declarada fonte, ainda é citada a fala da dona da propriedade onde o ex-estudante de medicina morava, a qual afirmara ao agente que Gustavo Pereira do Vale havia sido demitido do jornal *O Diário* para trabalhar no matutino *A Gazeta*.

Imagem 1: Carta de Angelika Windloff, Berlim, Alemanha, 20/11/1974.



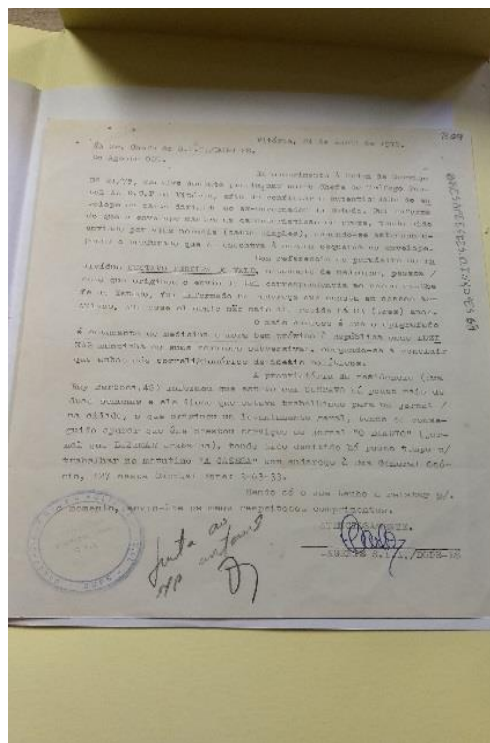
Fonte: APEES

Imagem 2: Carta da Anistia Internacional, Alemanha, 30/11/1974.



Fonte: APPEs

Imagem 3: Relatório do agente da S.I.I. /DOPS-ES, 24/04/1975



Fonte: APEES

Chama-nos a atenção, nesses documentos encontrados, o enfoque dado à pessoa do ex-governador Arthur Gerhardt. As cartas foram direcionadas especificamente a ele que, em meio às exigências de organismos internacionais por notícias, viu-se pressionado a dar respostas sobre as prisões de cidadãos suspeitos de cometerem crimes políticos. O caso do ex-aluno de medicina, Gustavo Pereira do Vale, é ainda mais significativo porque outros órgãos da Comunidade de informação que atuavam no Estado tomaram ciência da carta ao ponto de um agente ser designado para conferir a autenticidade do documento junto a empresa dos Correios.

Os questionamentos que ficam são: De onde partiu a ordem para investigar a autenticidade da carta enviada pela Anistia Internacional ao Governador de Estado? Ao tomar ciência do teor da carta, terá o governador Arthur Gerhardt solicitado ao S.I.I e ao DOPS descobrirem o paradeiro do referido prisioneiro?

Diante dessas fontes analisadas, talvez as perguntas ainda mais importantes e incisivas sejam: É possível que as cartas endereçadas ao governador de Estado do Espírito Santo, Arthur Carlos Gerhardt Santos, por um organismo internacional, tenham sido extraviadas ou interceptadas sem o seu conhecimento? Será que ele não tomou conhecimento das prisões, torturas, violações dos direitos humanos em solo capixaba, realizados por órgãos que estavam sob sua tutela, tal como a Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo, mesmo tendo cartas sido endereçadas diretamente a ele?

As indagações não param. Porém, percebe-se de maneira cristalina que há uma contradição gerada entre a entrevista do ex-governador ao jornal *A Gazeta*, em 2014, e os documentos datados de 1974, portanto, 40 anos atrás que coloca em xeque o tipo de memória apresentada por Arthur Gerhardt sobre a Ditadura Militar no presente. É sobre essas batalhas de memória que este trabalho pretenderá percorrer, valendo-se das páginas do jornal *A Gazeta*, como uma das fontes privilegiadas.

Entretanto, é importante apresentar de forma sucinta a trajetória política e de vida do ex-governador de Estado. Arthur Carlos Gerhardt Santos governou o Espírito Santo entre os anos de 1971 a 1975, num contexto desenvolvimentista favorecido pelo “Milagre Econômico”. Segundo Martinez, ele “[...] içou economicamente o Espírito Santo, num período em que o Estado sofria as mazelas da derrocada do café e o PIB estava em declínio doloroso [...]” (MARTINEZ; PAIM, 2017, p. 10).

Ela relata também que foi em seu governo que nasceram a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), a Aracruz Celulose e expandiu-se o complexo portuário por intermédio dos “Corredores de Transportes para Exportação”. Portanto, sua dedicação e coragem de enfrentar

os desafios para colocar o Espírito Santo na rota do desenvolvimento o transformaram em exemplo de amor e obstinação à causa capixaba. No campo da memória, transmutou-se em “[...] Um cidadão que fez do Espírito Santo sua vida” (MARTINEZ; PAIM, 2017, p. 11).

Arthur Gerhardt nasceu em 06 de outubro de 1928, na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo. Cresceu na cidade serrana de Domingos Martins, onde sua família se estabeleceu desde sua infância. Seu pai foi um respeitado político da região tendo sido eleito prefeito da cidade e deputado estadual¹. Para estudar, Arthur mudou-se para casa de parentes na capital. Logo em seguida mudou-se para o Rio de Janeiro onde viveu parte de sua adolescência e juventude. Lá concluiu os estudos do nível científico e depois ingressou na Escola Politécnica da Universidade do Brasil (atualmente, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), onde se formou em engenharia.

Em 1953, Arthur Gerhardt inicia sua carreira profissional ligada aos governos estaduais capixabas, logo após seu retorno ao Estado, passando pela gestão de Jones dos Santos, Francisco Lacerda de Aguiar, Carlos Fenando Monteiro Lindenberg, Rubens Rangel e Cristiano Dias Lopes, respectivamente. Após a renúncia de Carlos Lindenberg ao governo estadual em 1962, posicionou-se ao lado do candidato Jones dos Santos Neves nas eleições para o governo do estado, contra a chapa de “Chiquinho”, que se sagrou vencedor nas urnas.

Em virtude de suas convicções políticas e profissionais, ele migrou para a Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES) que representava naquele momento o grupo ligado aos incipientes projetos de recuperação e desenvolvimento do Espírito Santo. Após o golpe Civil-militar em 1964 e as pressões políticas que culminaram na saída de Chiquinho do Governo Estadual em 1966, seu vice, Rubens Rangel, assumiu o executivo estadual. Este o convida para trabalhar em seu governo.

Após a escolha de Cristiano Dias Lopes para o Governo de Estado, em 1967, foi criado o Conselho de Desenvolvimento do Espírito Santo (CODES), que mais tarde se transformaria no Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES). Arthur Gerhardt foi convidado pelo então governador para ser o presidente deste órgão. O perfil tecnocrata e a fama de “conciliador”, traço peculiar de seu caráter, segundo Martinez (2014, p. 15), foram fundamentais para que fosse “naturalmente” escolhido para ser o governador do estado para o período de 1971-1975.

¹ Para maiores informações, ver: MARTINEZ, Chris; PAIM, Antônio. *Arthur Gerhardt: O construtor de futuros*. São Paulo: Abook, 2014.

No livro de memórias “Arthur Gerhardt: O construtor de futuros”, escrito pelos jornalistas Chris Martinez e Antônio Paim sobre sua vida e obra, Gerhardt atribui ao sucesso da empreitada que levou a instalação da CST no estado ao fato do contexto político autoritário da época, pois se fosse num regime democrático ela teria sido instalada em outro estado da federação. Gerhardt menciona que “[...] houve uma enorme disputa com a indústria paulista para que a siderúrgica fosse lá e não no Espírito Santo e, se não fosse um regime militar, o acordo para a construção da CST não teria acontecido, por conta da pressão política” (MARTINEZ; PAIM, 2014, p. 41).

A mencionada citação, superdimensiona as medidas econômicas implantadas pelo governo de Gerhardt, tais como: os investimentos na produção de aço, as melhorias nos portos, aterros do centro de Vitória, a construção da Aracruz Celulose, o redirecionamento da produção do café com base no beneficiamento do tipo conilon, entre outros. Grande parte dessas conquistas econômicas foi atribuída à parceria e ao apoio do Governo Federal como verá adiante.

Segundo Martinez (2014, p. 40), o ex-governador fazia parte do grupo que não acreditava nos “anos de chumbo” e que se concentrou apenas em potencializar o crescimento industrial do Estado ao longo de sua gestão. Esse era o foco: ignorar os conflitos políticos e os efeitos de um regime ditatorial para, conscientemente, tomar posição de um ponto de vista baseado na perspectiva desenvolvimentista. “A “Revolução”, que aconteceu no Espírito Santo, foi resultado das habilidades administrativas e políticas do governador Arthur Gerhardt” (MARTINEZ, 2014, p. 41).

Com base nessas reflexões, sinaliza-se a presença de um tipo de memória elaborada no Estado do Espírito acerca da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). A percepção é a de um tempo histórico marcado por indícios de várias relações complexas entre a sociedade civil e o regime autoritário. Por isso, carece de maior compreensão e estudo para trazer à tona as realidades vividas e sentidas pelo povo e as relações de poder constituídas entre os atores políticos e econômicos que estavam em cena naquele contexto ditatorial.

Diante dos fatos apresentados, este trabalho tem por objetivo estabelecer a relação entre essa perspectiva otimista, baseada na implementação da pauta desenvolvimentista pelos governos militares, com o conceito de memória “positiva” numa perspectiva regional, no caso o estado do Espírito Santo, visando compreender como essa memória sobre a ditadura militar foi elaborada e seus reflexos em nossos dias.

Assim, nesse mesmo circuito de divulgadores da chamada memória positiva, pretendemos estudar e analisar o papel que o jornal *A Gazeta* enquanto representação social e como ele foi responsável pela construção dessa memória “positiva” sobre a Ditadura Militar no Espírito Santo no período de 1971 a 1975.

A questão central que norteia essa investigação é a de que nesse período erigiu uma memória favorável sobre o regime autoritário que tem relação direta com as forças políticas e econômicas as quais estavam em ação no contexto do recorte temporal indicado, do qual a mídia, em destaque o jornal *A Gazeta*. Assim, no Espírito Santo, esse veículo de comunicação, teve papel importante na elaboração dessa memória no coletivo social; ou ainda que essa memória positiva sobre a ditadura militar no Espírito Santo se faz presente no presente.

Se entendermos a memória, parafraseando Andreas Huyssen (2000), como uma volta ao passado, é necessário abordarmos e discutirmos as questões políticas e culturais que permeiam a sociedade ao longo do tempo e do espaço, ambos compreendidos pelo aspecto cronológico e geográfico, e, também, como soma de diferenças e de representações sociais. A problematização do presente, ou seja, o surgimento de experiências passadas trazidas à tona pelo fato de terem representatividade em determinado grupo social, se utiliza da memória como um elo que aproxima este passado do presente.

Dai o caráter seletivo e conciliatório entre a memória coletiva e as memórias individuais, porque é essa conciliação que define o que se deve lembrar e quando lembrar. Como e por que os fatos sociais se tornam coisas, duram e se tornam estáveis na memória coletiva são perguntas que precisam ser discutidas nos processos de sua elaboração e na atuação dos atores envolvidos nela. Como afirma Halwachs (1990, p. 42): “Fato é que o homem não lembra sozinho e sim em função da sociedade”.

Segundo esse autor, nossas lembranças são as lembranças do outro, entendendo esse outro não só como presença física, mas, também, presença em eventos, monumentos, lugares que nos remetem a vários momentos e experiências da nossa vida que nos permitem caminhar no coletivo mesmo estando sós. E trabalhar com a memória possibilita-nos fazer novas abordagens históricas sobre os fatos que marcaram e marcam a vida social dos homens no tempo.

Para tanto, para se fazer a interpretação histórica de um determinado recorte no tempo e espaço não muito distante do ponto de vista cronológico, cujos testemunhos e relatos encontram-se “vivos”, é necessário compreendermos o contexto social, econômico e político que determinavam a atuação dos atores que estavam em cena, valendo-se da corrente histórica

do *Tempo Presente* para nos auxiliar no embasamento metodológico e teórico dessa prática investigativa.

Nesse sentido, um dos nossos objetivos é analisar quem patrocinou a memória oficial no Espírito Santo no início da década de 1970 e os interesses políticos e econômicos ligados ao poder autoritário. Colaborando assim na compreensão de como se constituiu o discurso oficial da Ditadura Militar em solo capixaba, especialmente, e os caminhos trilhados pela comunicação/informação do governo estadual junto ao povo capixaba.

Nossa meta é destacar como a propaganda política foi utilizada pelo governo estadual como forma de comunicação com a sociedade. Ainda como conseguiram ocultar a realidade das prisões, torturas, perseguições e mortes, indicando uma possível indiferença intencional da própria sociedade. Este tipo de consentimento pode ter influenciado a forma como os discursos dissonantes foram tratados no Espírito Santo.

Para tanto, faz-se necessário o aprofundamento da reflexão sobre as Grandes Obras realizadas no Espírito Santo na década de 1970, e o clima de otimismo que elas produziram em torno da visão de um estado “forte e próspero”, em sintonia com discurso oficial do Governo Federal de “construção do novo”. Em seu conjunto, esses aspectos apontam para o enraizamento de uma perspectiva da memória sobre esse período histórico e que ecoa no presente.

Nessa perspectiva, este trabalho analisa os instrumentos de conciliação, de consenso e de consentimento utilizados pelos governos autoritários que não só deram legitimidade ao regime na década de 1970. De modo conjunto, esses mecanismos foram essenciais para construção de uma memória “positiva” do Regime Militar no Espírito Santo e que dá indícios de que ainda se faz presente nos dias atuais.

É também importante compreendermos que a elaboração dos discursos, a produção de representações sociais, as visões de mundo que foram construídas na década de 1960 e 1970 deram-se sob bases específicas daquele período. Elas dialogavam com a ideia de “revolução” – palavra em voga no cenário nacional e internacional – e que foram apropriados tanto pelas direitas quanto pelas esquerdas naquele momento. Como consequência, culminaram no golpe civil-militar e na implantação do governo “revolucionário” por parte dos militares. (D’ARAÚJO, CASTRO, SOARES, 1994).

Os objetivos políticos estavam definidos pelos governos militares a partir de abril de 1964. O combate ao projeto revolucionário de setores da esquerda que queriam a implantação do comunismo no país valeu-se dos eventos e fatos marcantes que despertavam a atenção do

público, tais como: o “Milagre Econômico”, o Tricampeonato Mundial de futebol, a comemoração do Sesquicentenário da Independência (em 1972). Além disso, os grandes investimentos desenvolvimentistas na década de 1970, mais a censura e do controle da imprensa, criaram uma “verdade” que era artificial.

Segundo pretendemos demonstrar, no Espírito Santo, o governo do Arthur Gerhardt, se utilizou desses mesmos artifícios, apoiado pela publicidade jornalística sobre as Grandes Obras de Impacto, os Grandes Projetos industriais, dos discursos desenvolvimentistas, em sintonia com o governo federal, apoiado na Lei de Censura imposta à imprensa oficial. Em suma, essas ações contribuíram para a elaboração de um consenso fabricado, induzindo a “opinião pública à uma opinião não pública” (HABERMAS, 2003) e à produção de uma memória confortável sobre o regime autoritário.

Assim, segundo Rodrigo Patto (2012), para compreendermos o autoritarismo do Estado brasileiro é necessária a investigação acerca das práticas político-repressivas do Estado, a participação dos grupos sociais que o apoiaram e as marcas do conservadorismo no presente.

Diante dessas perspectivas analíticas, os capítulos desta dissertação foram pensados seguindo uma lógica dialógica onde o presente estabelece a conexão com o passado e o futuro por meio das representações sociais e da memória. Por isso, o primeiro capítulo versa sobre o objeto desta pesquisa que é o jornal *A Gazeta*. A análise feita sobre os editoriais e matérias, produzidas no recorte temporal desta pesquisa, tentam apontar as representações elaboradas junto à sociedade e a aproximação entre o discurso político e a pauta narrativa da imprensa capixaba, baseada num tom ufanista e desenvolvimentista.

O tema relativo ao segundo capítulo apresenta o contexto político, social e econômico no Espírito Santo, a partir do final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, que nos possibilita dimensionar o momento histórico vivido pelos governos capixabas, nesse contexto, e as expectativas geradas quanto a seu desenvolvimento industrial. Para isso, abordamos como o fortalecimento das pequenas e médias empresas especializadas e a estrutura burocrático-financeira montada no governo de Christiano Dias Lopes, no primeiro momento, contribuíram para a implantação dos Grandes Projetos de Impacto no governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos, que recebeu a injeção do capital externo, tanto nacional quanto estrangeiro, culminando com o processo de industrialização no estado do Espírito Santo.

No terceiro capítulo analisamos como a informação foi alvo constante da preocupação dos militares e como ela desempenhou um papel importante numa tentativa buscada pela

Ditadura Militar de legitimar-se junto a sociedade. E, dentro deste panorama, como a imprensa foi fundamental para construir e determinar uma visão sobre o quadro político da época.

Por último, estabelecemos as conexões entre os embates da memória apresentados por meio do olhar do jornal *A Gazeta*, bem como a contribuição dos grupos econômicos que possuíam representatividade social, e os discursos da superação do “atraso” utilizados por eles, via imprensa, que ecoaram de forma a apresentar uma visão otimista de um período turbulento e repressivo que o país estava vivendo.

Estas foram algumas das questões que esse trabalho se propôs a analisar sobre o papel da memória no desenvolvimento social e político da sociedade capixaba durante a Ditadura Militar.

CAPÍTULO 1

1. “SALVE O POVO ESPIRITOSANTENSE”: A REPRESENTAÇÃO DA DITADURA MILITAR NA SOCIEDADE CAPIXABA ATRAVÉS DA IMPRENSA OFICIAL

O historiador francês Roger Chartier (2002, p. 68) afirma que: “as práticas e as representações, isto é, o modo de ver e de fazer dos sujeitos permitem que a sociedade em determinado recorte histórico, seja percebida na perspectiva com que eles representavam naquele exato momento”. O autor leva em consideração a necessidade de se compreender o contexto no qual o discurso, a fonte é produzida, pois “ela carrega consigo não o fragmento da realidade, mas representações simbólicas imbuídas de sentidos múltiplos que exprimem o modo de ver a sociedade por parte de quem as forjou” (CHARTIER, 2002, p. 69).

Assim sendo, quando se analisa as fontes produzidas pelos jornais da época, sobretudo o nosso objeto de análise que é o jornal *A Gazeta*, é perceptível como que os setores da sociedade brasileira durante a Ditadura Militar (1964-1985) e, mais especificamente, alguns setores da sociedade capixaba no governo de Arthur Carlos Gerhardt dos Santos (1971-1975), viveram esse período com certo grau de euforia e muito otimismo num contexto de autoritarismo e cerceamento das liberdades individuais.

Isto sugere que, naquele contexto, as representações e as práticas inseridas na sociedade brasileira – num plano macro – e na sociedade capixaba – num plano micro – contribuíram para que a ditadura fosse percebida e compreendida por muitos segmentos sociais como sendo favorável, tornando-a propensa ao apoio, à legitimação e ao consentimento com o regime de exceção vigente.

Chartier (1989) sugere, ainda, que as práticas e as representações moldam, forjam a forma de pensar e de agir da sociedade em determinado contexto histórico. Por isso, sua relação com o conceito de consentimento – aqui compreendido como formas de comportamento de uma sociedade, tais como: a indiferença, o silêncio, a apatia, a fascinação, a adesão declarada, a submissão declarada – pode ser moralmente duvidosa dependendo do lugar que se observa. Ou seja, com o passar dos anos a produção de novas práticas e novas representações fazem com que aquele passado seja percebido como indesejável, portanto, deve ser esquecido, silenciado, pois mexe com as pessoas que vivenciaram aquele momento histórico. Daí a importância da discussão sobre a memória e da análise da imprensa enquanto objeto e fonte histórica.

A mídia era, e é, uma instituição central no processo de significação das sociedades contemporâneas. Estas só podem ser compreendidas no determinado tempo em que os acontecimentos se passam. Neste caso, enquanto elemento de representação social a “imprensa brasileira foi contraditória e fragmentária ao longo da Ditadura Militar” (SMITH, 2000, p. 170).

A falta de uma identidade comum foi uma desvantagem no sentido do enfrentamento e da resistência ao regime autoritário. Em contrapartida, os militares procuraram controlar e manipular sua própria imagem e como eram percebidos através da censura à imprensa de forma a conquistar a legitimidade.

Na visão de Soares (1989), a censura foi um instrumento de proteção utilizado pelo Estado ditatorial brasileiro, pois este queria apresentar-se democrático para a sociedade. A imprensa não conseguiu criar alternativas para fugir das rotinas impostas pela Ditadura. A inércia gerada através da rotina burocrática de censura revela uma aceitação superficial por setores da sociedade da dominação imposta pelo sistema autoritário.

Essa rotinização da censura, para Smith (2000), revelava o consentimento com a Ditadura, isto é, “modalidades diárias de inércia” que significaria a aceitação da repressão através da normalidade do cumprimento das regras na vida cotidiana, sem que houvesse uma compreensão do sistema de dominação que estava por trás desses atos. O sistema burocrático imposto pela censura foi aceito pela maioria da imprensa que acatou as rotinas diárias de proibições ilegais sem checar os assuntos proibidos e o porquê de serem proibidos. Smith afirma que:

[...] O consentimento também segue um *continuum*, desde o endosso da repressão e aparente acatamento até a obediência às regras para proveito próprio e o que poderia ser chamado de *modalidades diárias de inércia*. Essas constituem um padrão de aceitação cotidiana da repressão, de cumprimento das normas e de comportamento esperado, sem que haja necessariamente uma atribuição de legitimidade ao sistema de dominação (SMITH, 2000, p. 10).

A Ditadura Militar queria ter legitimidade política e aceitação social. Nessa busca por legitimidade a imprensa possuía um importante papel. Propagandas exaltando as conquistas do Estado eram constantemente publicadas para que circulassem junto aos leitores; notícias positivas do governo ditatorial por meio de Grandes Obras, Grandes Projetos, como pontes, estradas, rodovias pelo país eram divulgadas com o intuito de mostrar o crescimento econômico, o desenvolvimento e a ideia de que o futuro havia chegado.

Segundo Fico (1996), esse otimismo foi forjado pela propaganda política militar através do discurso que tinha por objetivo criar uma identidade, ressignificando as representações sociais. No campo dessas representações, os governos autoritários criaram um projeto de nação, frágil e duvidoso, porém real, que mexia com o imaginário social: “Brasil grande”, “país do futuro”, “ninguém segura este país”, ideologias estas que encobriam os reais problemas nacionais.

Imagem 4: Cartazes da época da Ditadura Militar.



Fonte: <http://memoriasoswaldohernandez.blogspot.com/>

Essa visão otimista reforçada pela propaganda política durante o regime militar foi uma tentativa de alicerçar a convicção dos brasileiros de que “tudo vai dar certo”, numa visão mítica e otimista do futuro. Essas imagens positivas não estão associadas às ações coordenadas de forma intencional, na verdade são frutos de um processo mais complexo dentro de um sistema de representações. Isto é, a imagem de que a propaganda política do regime militar era como uma “máquina de controle ideológico” ou “instrumento de manipulação” criado para reagir aos movimentos civis contrários ao regime não se sustenta, como afirma Fico (1996).

Por intermédio do “Milagre Econômico”, que coincidiu com o “espírito modernizante” do início dos anos de 1970, vários setores médios e industriais do país viveu um clima de grande otimismo. O problema do custo social dessas obras e a desaprovação quanto aos baixos benefícios dele para a sociedade não eram debatidos.

A ideia da “construção do novo” trazida no bojo do “Milagre Econômico” foi capaz de criar expectativas positivas, patrióticas, nacionalistas, mobilizando grande parte da sociedade. Isso mostra as formas diversificadas dos comportamentos sociais que representam o consentimento. Na visão de Bobbio (2000, p. 77), o consentimento é “o acordo compartilhado pela e na sociedade; ponto de vista de princípios, valores e normas comuns que estabelecem um

acordo entre o regime político vigente e a sociedade”. Portanto, versa com os comportamentos sociais, pois estas são as formas pelas quais o acordo se manifesta socialmente.

Para ilustrar essa afirmação, vale citar uma importante pesquisa realizada pela historiadora Janaína Martins Cordeiro², que investigou os discursos oficiais propagados pela Agência de Relações Públicas (AERP) no governo do presidente Emílio Gastarrazú Médici (1969-1974), marcadamente permeado pelo tom otimista, no contexto das comemorações cívicas organizadas para o ano do Sesquicentenário da Independência (1972)³. Este ano representou o auge do regime, da popularidade do então presidente e a produção de uma legitimidade num regime não democrático. O objetivo da tese da autora era compreender como se manifestou o consenso numa sociedade não democrática (a brasileira), haja vista ser o consenso uma categoria que, teoricamente, só poderia ser aplicada em regimes democráticos.

Cordeiro (2009) relata que nos lugares comuns da memória, os “anos de chumbo” foram cristalizados. A ideia de uma realidade violenta, com perseguições e torturas para todos os lados que essa memória evoca, na verdade, foi vivida por uma pequena parcela da sociedade brasileira. Para a grande maioria, esse período representou os “anos de ouro”. Vários segmentos sociais passaram ao largo do sistema repressivo e experimentaram uma prosperidade intensa, segurança, estabilidade e alívio em função da ação do estado contra a ameaça terrorista comunista. Segundo Cordeiro:

[...] É preciso compreender o milagre de forma mais ampla, como um modo de estar no mundo naquele momento e que, para além das possibilidades de ascensão econômica, oferecia também uma determinada visão de passado e expectativas de futuro promissor, a partir de um presente no qual essas pessoas deveriam apenas viver de acordo com as normas sociais estabelecidas (CORDEIRO, 2015, p. 325).

Como essa memória sobre a Ditadura Militar foi estabelecida e como os setores da sociedade se apropriaram dela é o que permeia esse trabalho, baseando-se, também, na perspectiva apresentada por Smith (2000, p. 47): “na busca pela legitimidade o regime transformou a imprensa numa entidade politicamente poderosa”.

De tal modo, é importante ressaltarmos que a censura sobre a imprensa no contexto ditatorial era inconstitucional. Mesmo sem respaldo no ordenamento jurídico da época, a

² Janaína Martins Cordeiro é professora adjunta de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutora pela mesma instituição.

³ Para maiores informações, ver Cordeiro (2015).

Ditadura não abriu mão da censura, mesmo ela sendo ilegítima, coercitiva e ilegal. A censura contra a imprensa continuou sendo praticada porque os militares viam nela um poder que para aquele contexto era exagerado.

A conciliação de instrumentos coercitivos e práticas de cooperação da imprensa com os governos militares criou uma espécie de “acordo forçado” entre a Ditadura Militar e a imprensa. A maioria da imprensa consentiu com a autocensura imposta pelo regime. Segundo Smith (2000, p. 213): “a imprensa consentiu, porém não legitimou a censura imposta pela Ditadura”. Ela contribuiu para dar uma aparente credibilidade ao regime autoritário perante a sociedade, pois a censura impedia que notícias consideradas “perigosas” chegassem à população, criando, assim, um clima aparente de normalidade institucional.

Portanto, a maneira de ver a Ditadura Militar e de fazer os discursos sobre esse período por parte da imprensa ou de sua maioria, representou o modo de ver e de fazer do próprio regime autoritário por intermédio da censura. Para Marconi (1980, p. 181): “No Brasil a imprensa sempre viveu à sombra do poder controlando a informação”.

1.1. “Quando ela ocultar-se no horizonte”: O papel do jornal *A Gazeta* no contexto ditatorial (1971-1975)

A grande imprensa capixaba, representada neste trabalho pelo jornal *A Gazeta*, experimentou as mesmas vicissitudes impostas pelo regime autoritário em âmbito nacional, salvo alguns traços e peculiaridades inerentes a cada região do país, em virtude da sua proximidade com o poder central ou em razão das relações de força estabelecidas pelo viés político e econômico dos estados no cenário federativo.

Entretanto, embora no cenário regional e nacional o Espírito Santo se caracterizasse como um estado modesto política e economicamente em relação aos outros entes da federação, um amplo sistema repressivo⁴ foi estruturado por órgãos ligados às forças armadas, entre os quais o Centro de Informação do Exército (CIE), o Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica e o Centro de informação da Marinha (CENIMAR). De Ângelo e Fagundes (2014, p. 158) afirmam que “A partir da década de 1970, é possível detectar a presença desses órgãos de segurança no Espírito Santo”. E, mais:

⁴ Fico (2004 p. 267) afirma que para compreender a Ditadura Militar é necessário compreender a “trajetória de constituição, institucionalização, auge e decadência das comunidades de segurança e de informações”.

[...] no caso do Espírito Santo, essa rede de informação era formada pelos seguintes órgãos: Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/ES), pela Secretaria do Estado de Segurança Pública (SSP), seguidos pela Polícia Militar (PM) e pelo 3º Batalhão de Caçadores (3º BC) [...] o sistema funcionava como uma verdadeira rede que fornecia informações relativas às atividades dos indivíduos e grupos considerados suspeitos (DE ÂNGELO, FAGUNDES, 2014, p. 24-25).

Os órgãos de informação atuaram no estado também por meio das ASI's (Assessoria de Segurança e Informação) e das AESI's (Assessorias Especiais de Segurança e Informação) que marcaram presença em vários setores das repartições públicas capixabas⁵. Entretanto, um dos alvos principais era a imprensa local. Segundo De Ângelo e Fagundes (2014, p. 164), "Monitorar a imprensa e os jornalistas era uma das tarefas prioritárias dos órgãos de informação que atuavam no Espírito Santo".

Corroborando essa afirmação acima, vale a pena ilustrá-la com dois casos específicos: o dos jornalistas Walmor Miranda e Rogério Sarlo de Medeiros. O primeiro era repórter de *A Gazeta* que, por conta das suas atividades profissionais, foi acompanhado de perto pelos órgãos de segurança, conforme documentos do DOPS/ES encontrados no APEES. Neles tem um pedido de nº 16/94/S.I.I./SPC/ES, do dia 13 de maio de 1974, para a Delegacia Regional do Ministério do Trabalho/ES, solicitando informações sobre a vida profissional do referido jornalista.

No dia 15 de maio de 1974, portanto, apenas dois dias depois da solicitação, o gabinete do delegado encaminha ao Sr. Chefe do Serviço de Investigação e Informações do DEOPS/SP/SSP/ES, a resposta de que ele estava com a situação regularizada junto ao órgão, registrado como Jornalista Profissional (Memorando nº 26/74). O detalhe que chama a atenção é o carimbo com a palavra CONFIDENCIAL em ambos os documentos.

O segundo, de acordo com a Informação nº71/74-S.I.I./DOPS-ES, de 01 de julho de 1974, foi investigado por seus posicionamentos políticos publicados no jornal *A Tribuna*, nos anos anteriores, no qual era colunista. Em seus artigos constam referências à morte de Che Guevara e a tentativa de mobilização dos sacerdotes capixabas para que "adotem os mesmos princípios de trabalho dos sacerdotes do Nordeste, ou seja, o de socialização da religião".

Em razão desses artigos, outra investigação foi aberta entre os órgãos estaduais em 14 de outubro de 1975, referente às suas colunas politizadas quando correspondente do jornal *O*

⁵ Para maiores informações, ver Fagundes, Oliveira, de Ângelo (2014). No capítulo 4, intitulado *Grandes projetos, grandes esquecimentos: O Espírito Santo entre modernização conservadora e a repressão política* (p. 147-171), Fagundes utiliza como principais fontes para sua pesquisa os documentos do DOPS/ES, presentes no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), e o acervo do SNI, custodiado no Arquivo Nacional.

Estado de São Paulo e já colunista de *A Gazeta*, conforme nº 802/75-SI/SR/DPF/ES. Nesse mesmo período, em 10 de outubro de 1975, segundo o documento nº 97/75/SII/DOPS/ES, um pedido de busca e informações foi feito ao DOPS/RJ e DPF/RJ sobre o que constava nesses órgãos a respeito do referido jornalista, cuja resposta, datada do dia 22 de outubro do mesmo ano, informava que nada constava acerca do Rogério Medeiros, apenas um homônimo que tinha relações com movimentos de guerrilha urbana. Esse tipo de vigilância era constante tanto contra a imprensa nacional como contra a imprensa capixaba.

Isso reforça a ideia de que a Ditadura Militar possuía uma estrutura repressiva organizada, centralizada, que gravitava em torno da comunidade de informação e de segurança com potencial de alcance nacional. De Ângelo e Fagundes afirmam que:

[...] o trabalho de monitoramento e vigilância dos subversivos capixabas passou a contar com um aparato muito mais organizado e centralizado, a partir do início das atividades do núcleo do Serviço Nacional de Informação (SNI) na capital capixaba (DE ANGELO, FAGUNDES, 2014, p. 154).

E mais: os órgãos de repressão atuavam dentro das estruturas políticas locais, contando com o apoio e a subserviência de vários grupos sociais interessados na manutenção e conservação dos benefícios conquistados por meio da “Revolução de 1964”. De acordo com De Ângelo e Fagundes:

[...] ao contrário da ideia de *porões da ditadura*, pode-se observar que o escritório do SNI em Vitória estava localizado num dos mais modernos e maiores edifícios da cidade naquele momento, em frente à praça Costa Pereira e ao lado do tradicional Teatro Carlos Gomes, do Palácio do Café, de inúmeras repartições públicas, do comércio da Rua 7 e dos principais bancos. Em resumo, um local que era considerado, nas décadas de 1960 e 1970, o coração comercial, cultural e político da capital do Espírito Santo (DE ANGELO, FAGUNDES, 2014, p. 155).

É nesse cenário repressivo e censório que se insere o jornal *A Gazeta*. Em matéria publicada no dia 14 de junho de 1972, o jornal publicou a seguinte matéria: “Como nasceu – Como lutou – Como venceu. Um retrato em rápidas e leves pinceladas”. Nesse artigo, escrito pelo jornalista Heliomar Carneiro da Cunha, o tom que norteia o texto, como não poderia deixar de ser, é marcado pelo “saudosismo”, valorizado a “bravura”, a “visão de futuro” e a “coragem” de seus fundadores. No início do texto começa com a seguinte afirmação: “Do devaneio de um sonhador e do arrojo e entusiasmo de um mestre do jornalismo nasceu *A Gazeta*”. Além dos traços marcantes da personalidade atribuídos a um dos seus fundadores, Luis Adolfo Thiers

Velloso, o qual é considerado “culto, combativo, jovial apesar dos embates dos anos vividos, tomou a si a empreitada difícil de fundar e dirigir o novo periódico de natureza empresarial” (*A Gazeta*, 14/06/1972, p. 03).

Nascia assim, em 11 de setembro de 1928, o referido jornal que, de início, fora pensado para ser um órgão exclusivo para propagandas de imóveis e terrenos para construção imobiliária, porém, com o passar do tempo e com a “visão jornalística” de Thiers Velloso, segundo a matéria, foi transformando-se em um periódico formal de caráter político. Ainda é retratado, pelo referido jornalista, os embates políticos da Revolução de 30, os conflitos na Paraíba, que resultaram no assassinato de João Pessoa, e o processo pelo qual *A Gazeta* se tornou “o órgão oficial do novo governo instalado (pós Revolução de 30) com responsabilidades dobradas, manteve-se como até hoje, o mesmo espírito de luta sempre alerta na defesa dos interesses da nossa gente e do nosso estado” (*A Gazeta*, 14/06/1972, p. 03)

Assim, manteve-se ligada aos sucessivos governos como um jornal com “claro posicionamento político e ligado às elites econômicas” (MARTINUZZO, 2005, p. 13), sobretudo, a partir de 1948, quando foi adquirido para atender as demandas políticas do então governador do estado Carlos Fernando Monteiro Lindenberg. O referido periódico “foi feito para atender às elites” (BOURGUIGNON *et al.*, 2005, p. 51).

Por conta dos interesses políticos interferindo no seu cotidiano desde então, Zorzal afirma que “O jornal *A Gazeta* passa a ser porta-voz da situação entre 1948 a 1963, [...] num período em que 80% da população capixaba vivia no interior” (BOURGUIGNON *et al.*, 2005, p. 54). Detalhe importante é que devido à ruralização do estado e à dificuldade do poder público em chegar com capacidade e presença para atender as demandas locais, os índices de analfabetismo eram altos.

Assim, o jornal era consumido por um grupo restrito de cidadãos que viviam na capital Vitória, membros das elites políticas e econômicas, pois o periódico não tinha alcance nos municípios. Silva *et al.* afirmam que:

[...] A Gazeta tinha um público leitor bastante restrito, mais urbano e mantinha-se com o resultado da venda avulsa, pouco expressiva em relação ao todo que o jornal gastava [...]. Além disso, o periódico não possuía nenhum grande anunciante (SILVA *et al.*, 2008, p. 144).

A grande maioria dos cidadãos capixabas vivia na zona rural até a virada dos anos de 1960. A partir deste período ocorreu a implantação do Plano Nacional de erradicação dos cafezais, patrocinado pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), concomitantemente no período

de governo de Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966). Em virtude da crise deste produto no mercado internacional, fato que transformou o cenário local drasticamente, ocorreu um êxodo rural onde milhares de pessoas migraram para os grandes centros, tanto do estado quanto fora dele, além de potencializar o incipiente setor industrial que passa a crescer frente a economia local.⁶

Por intermédio dessas mudanças socioeconômicas no estado, a década de 1960 também experimentou alterações no quadro político em razão do golpe militar de 1964, que trouxe impacto semelhante na estrutura de comunicação entre a imprensa e a sociedade. No contexto do golpe civil-militar, Silva *et al.* (2008, p. 150) afirmam que “na manhã de 31 de março de 1964, as rádios e jornais capixabas já começaram a apontar sua posição favorável ou não à Ditadura de coalizão civil-militar que acabara de tomar o governo”. Segundo Gentili *et al.* (2013, p. 7), “o perfil de engajamento político à direita do jornal *A gazeta* foi transformado em virtude do golpe de 1964”.

Após o referido golpe, uma das primeiras medidas tomadas pelos proprietários do jornal *A Gazeta* foi colocar na direção da sua redação o general Darcy Pacheco de Queiroz, cunhado de Carlos Lindenberg⁷, para marcar posição mediante ao conturbado momento político vivido no pós-golpe.

Isso foi necessário porque desde 1963, quando Carlos Lindenberg Filho assumiu a função de diretor comercial do jornal, até o golpe de 1964, *A Gazeta* atuou em apoio as elites políticas locais ligadas ao PSD. Sobretudo, a partir de 1962, por intermédio da eleição de “Chiquinho” ao Palácio Anchieta, viu-se na condição de oposição em razão da derrota do seu candidato Jones dos Santos Neves ao governo do estado. O mesmo PSD, no plano político nacional, havia apoiado João Goulart a vice-presidente na chapa de Jânio Quadros. Portanto, havia uma espécie de “boa vontade” por parte da família Monteiro-Lindenberg com o então presidente deposto.

Segundo Correa (*apud* GUERRA, 2018, p. 46), em seu trabalho dissertativo, *A Gazeta* “tratava Jango com certa simpatia. Além disso, o presidente era amigo pessoal de Carlos Lindenberg Filho”. Obviamente que, por causa do golpe civil-militar, esse grau de simpatia, que não sabemos mensurar até que ponto ou em que profundidade era essa relação, não seria bem visto pelos militares.

⁶ No próximo capítulo analisaremos esse contexto social, econômico e político do estado do Espírito Santo entre os anos de 1960 e 1970.

⁷ Ele foi o responsável pela contratação da primeira mulher, Glecly Coutinho, a trabalhar nas redações do Estado. Até então elas não frequentavam com assiduidade as páginas jornalísticas.

Em entrevista concedida ao próprio Guerra, Carlos Lindenberg Filho, cuja alcunha era “Carriê”, admite que tinha proximidade com Jango. Ele diz:

Em relação as relações amistosas e sentimentais que eu tinha com Jango, ele era um cara muito fino, educado e cativante, eu levava A Gazeta a fazer as coisas em uma linha janguista e menos do pessoal de empresas, de indústria. Começaram a fazer uma velada abstenção de anunciar no jornal. Foi um negócio traumático. Estava havendo uma confusão. Uma coisa era o apoio ao governo e outra coisa era virar esquerdista. Interpretaram errado. (GUERRA, 2018, p. 46).

Logo após o golpe, “A *gazeta* se tornou alvo dos militares” (GENTILLI *et al.*, 2013, p. 8) em razão dessa simpatia por Jango que culminou na saída de “Carriê” de suas funções no jornal em 1964. Daí a estratégia foi utilizar o general Darcy como um escudo de proteção à empresa. De acordo com Correa:

[...] A posse do general Darcy Pacheco de Queiroz como diretor de A Gazeta tinha a clara intenção de sinalizar que o jornal se dispunha a passar a apoiar o Movimento Militar de 1964 em um momento em que havia a ameaça de retaliações em razão da ‘face revolucionária’ dos meses anteriores a abril de 1964 (CORREA, 2004, p. 46).

Após a posse do referido general, “A *Gazeta* começa a publicar uma série de notas durante o ano de 1964 para desmentir os ‘boatos perigosos’ sobre o seu posicionamento político e se desvincular da figura de João Goulart” (GENTILLI *et al.*, 2013, p. 8). Três fatos foram fundamentais para a mudança estrutural pela qual o jornal A *Gazeta* irá passar: “A queda de Chiquinho, a extinção dos partidos políticos e o bipartidarismo, e as pressões dos militares” (GENTILLI *et al.*, 2013, p. 9). Assim, o jornal afasta-se gradativamente das questões político-partidárias e passa a adotar uma linha editorial voltada para a lógica empresarial.

Em 1967, Carlos Lindenberg Filho⁸ reassume o cargo de diretor executivo da empresa. Isso permitiu a reestruturação dela nos padrões empresariais da época, tendo o Jornal do Brasil (JB) como referência no planejamento financeiro e industrial do jornal. Em depoimento à Guerra, Lindenberg Filho diz que:

Na época, o jornal mais conceituado era o Jornal do Brasil. Eu conhecia o José Nascimento Brito e conversei com ele sobre planejamento industrial e financeiro. Ele me indicou uns camaradas e montamos toda

⁸ Para maiores informações, ver Lindenberg Filho (2002). Nesta obra, o autor apresenta seu pensamento acerca da ética no jornalismo, o papel da imprensa na sociedade contemporânea, os anos da censura à imprensa durante a Ditadura Militar, entre outros assuntos. Ver, também, Ronchi, Dornellas, Raquel *et al.* (2015).

uma nova estrutura e estabelecemos um orçamento. A coisa melhorou muito e deu uma certa segurança (GUERRA, 2018, p. 49)⁹

Além dos fatores apontados, o AI-5 teve um papel importante na mudança estrutural da grande imprensa capixaba, e, também na nacional. Em função da radicalização do regime autoritário, ele “institucionalizou os sistemas repressivos que era anseio da chamada ‘Linha Dura’ desde o golpe de 1964” (FICO, 2004, p. 269). Depois do AI-5, a censura política à imprensa foi praticada de maneira intensa. A maior quantidade da censura aconteceu durante o auge da repressão política, entre os anos de 1968-1974. Um dos efeitos causados por este Ato Institucional foi que ele “erradicou, eliminou o debate político das páginas dos jornais” (FICO, 2004, p. 80).

Por ocasião da censura e da repressão, *A Gazeta*, no contexto ditatorial, experimentou a transição daquilo que Ronchi *et al.* (2015, p. 02) definiram como “modelo opinativo para o informativo”. O jornal perdeu sua capacidade de apresentar ao público leitor o seu ponto de vista em relação aos fatos, assumindo uma lógica empresarial de um discurso mais objetivo, direto e imparcial. Para conquistar vantagens econômicas o jornal se alinhou ao discurso do poder autoritário. Segundo Carraretto *et al.*:

[...] As forças armadas encontraram nos meios de comunicação uma grande ferramenta de manutenção e propagação da Ditadura, tanto que milhões de dólares de capital externo, a juros baixos, foram disponibilizados para montagem e ampliação das redes televisivas. Assim, aos veículos restavam duas opções ou apoiavam o novo sistema vigente, ou eram intensamente censurados pelos órgãos reguladores da época (CARRARETTO *et al.*, 2008, p. 169).

A primeira metade dos anos de 1970 também se configurou como um período em que as empresas dos meios de comunicação formaram verdadeiros conglomerados econômicos. Ronchi *et al.* afirmam que

[...] Apesar de a época do regime ditatorial ter sido um período de tensão dentro das redações, foi nesse tempo também que se estabeleceram as grandes empresas nacionais e locais de comunicação. Esses grupos assimilaram a censura oficial de maneira mais intensa, mais por questão de sobrevivência empresarial do que por ideologia, haja vista que a Ditadura recaiu por todos os setores da sociedade brasileira que, de

⁹ Ver: “Repercussão que envaidece” (*A Gazeta*, 07/12/01972, p. 04). Nesse editorial o jornal faz um balanço do seu grau de “modernização tecnológica e amadurecimento cultural” alcançado naquele ano e de como o jornal encontra-se satisfeito em saber que seu trabalho possui uma repercussão positiva entre os capixabas.

alguma maneira, discordavam do regime imposto (RONCHI *et al.*, 2015, p. 9).

No Espírito Santo não foi diferente. O jornal *A Gazeta* estruturou-se numa linha organizacional empresarial, alinhando à profissionalização jornalística profissional dos seus funcionários, visando dar mais objetividade aos textos publicados com a aquisição de modernos equipamentos da época que a tornaram uma potência da informação no cenário local. Segundo Ronchi *et al.* (2015, p. 8), “O jornal adotou o perfil editorial da grande imprensa nacional”. Ele se tornou o interlocutor das elites políticas e econômicas do estado.

A análise de alguns editoriais da época pode representar melhor a afirmação feita no parágrafo anterior. Em editorial do dia 26 de fevereiro de 1972, intitulada “A unidade perseguida”, a matéria apresenta a atuação enfática do governador Arthur Gerhardt em manter a unidade do partido de sustentação do seu governo, o ARENA, em razão das disputas internas pela eleição do diretório regional do seu partido. Interessante notar é que a ação do governador em acalmar os ânimos dentro do próprio partido dá-se pelo papel atribuído a ele como chefe do executivo, pois:

Não se admite, no atual estágio de desenvolvimento do país, a dissociação do poder político da área das decisões e das atividades administrativas [...]. Considerando que a participação do partido político nas decisões do governo é o caminho mais próximo estabelecido pela Revolução de 1964 [...] torna-se possível vislumbrar a total importância, para o Estado, das atribuições dos membros do futuro diretório regional capixaba (*A Gazeta*, 26/02/1972, p. 04).

A pacificação do partido era necessária para dar estabilidade ao governo capixaba, bem como caminhar na direção proposta pelo governo federal de unidade partidária em prol dos objetivos maiores de desenvolvimento da nação e do estado capixaba, por conseguinte.

Em outro editorial do dia 18 de março de 1972, o jornal *A Gazeta* traz o tema “Indústria ilhada”. Nele é apresentado uma espécie de comunicado ao empresariado de uma maneira geral, no sentido de acalmá-lo com relação à construção de um centro industrial para facilitar a instalação das indústrias no estado, haja vista as dificuldades estruturais que existiam naquele contexto e que impediam a implantação do projeto desenvolvimentista.

As recentes declarações do secretário da Indústria e Comércio trouxeram amenidade ao empresariado, ao informar que está em vias de se concluir o plano diretor do Centro Industrial da Grande Vitória que vai impedir num prazo de 15 anos, que as empresas que desejarem se instalar nessas áreas sejam exploradas com o aviltamento do preço das

terras. O assunto abordado pelo Sr. Senatillo Perin mereceu aplausos do Conselho de Representantes da Federação das Indústrias e de quantos entendem que é profundamente importante dar ao homem da empresa tranquilidade na localização da sua indústria. Esse é um incentivo dos mais sérios (*A Gazeta*, 18/03/1972, p. 04).

Esse papel de mediação e interlocução adotado pelo jornal mostra sua atuação no cenário político e econômico do estado, exercendo um tipo de comunicação tendenciosa, cujo objetivo era atender as necessidades do governo estadual e, acima de tudo, fortalecer o discurso desenvolvimentista em voga naquele contexto. Outros editoriais com esse mesmo teor de ora conciliação ora agressivo foram publicados em *A Gazeta*, como podemos averiguar: “O alvo em lugar impressentido” (*A Gazeta*, 01/02/1972, p. 04); “Em busca de empresários” (*A Gazeta*, 17/03/1972, p. 04); “Quando a bronca é livre” (*A Gazeta*, 08/04/1972, p. 04); “A velha Oposição” (*A Gazeta*, 10/04/1972, 04); “Participação” (*A Gazeta*, 30/05/1972, p. 04), entre outros, seguem na mesma linha das matérias analisadas.

Outra fonte que analisamos foi documento encontrado no Arquivo Público Nacional, com sede no RJ, cuja informação nº 027/119//ARJ/SNI, datado do dia 25 de fevereiro de 1976, versa sobre o pedido de cessão de terreno sob regime de aforamento *A Gazeta S/A* no centro de Vitória, capital do Espírito Santo. Nele é relatado a idoneidade financeira do grupo econômico dono da empresa, além de relatar que o “jornal *A Gazeta* de VITÓRIA/ES para a qual toda publicidade do Governo do Estado é centralizada, o que suscita animosidade de parte dos outros órgãos da imprensa estadual”.

E mais, cita ainda que “Antes da revolução de 1964, apoiava, ostensivamente a política do governo Goulart. Após a Revolução, assumiu a direção do jornal o Gen. Darcy Pacheco de Queiroz, membro da família majoritária na empresa” O grau de parceria e de interação entre o governo e a referido jornal é tão intensa que ele “Divulga os programas, as metas dos planos do Governo e suas obras, sendo certo que o faz e sempre com a cobertura financeira do Governo Estadual, como aconteceu na recente solenidade de homenagem aos mortos da Intentona Comunista de 1935”.

Relata, também, que entre seus funcionários existem alguns jornalistas de tendências esquerdistas como: “José Freire de São Mamede Amado (Jô Amado). Luzimar Nogueira Dias, Glecy Helena Coutinho da Silva, Gustavo Pereira do Vale Netto, Darly Santos e Paulo Eduardo Torres” (Informação nº 027/119//ARJ/SNI). Mas nada que impeça o trabalho e a linha adotada pela empresa, pois segundo o mesmo “A linha de conduta do jornal é e tem sido a de apoio aos regimes e autoridades do momento” (Informação nº 027/119//ARJ/SNI).

Portanto, esse documento é extremamente revelador da relação próxima entre o executivo estadual e o jornal *A Gazeta* desde a “Revolução de 64”, contribuindo para dar legitimidade ao projeto político vigente e para construir uma representação favorável da Ditadura Militar junto à sociedade capixaba por meio das propagandas e textos jornalísticos de caráter enviesado.

Retomando a ideia da profissionalização do referido jornal, na década de 1970, a empresa pagava os melhores salários do mercado local e atraía profissionais gabaritados e de destaque. Vale citar que parte dos jornalistas ligados à grande imprensa comungava dos princípios e valores do regime e que “não aderiram a ideia do retorno à democracia” (ASSAD, 2014, p. 6).

Mesmo diante da tomada de decisão e de um posicionamento político assertivo em prol do sistema vigente por parte do jornal *A Gazeta*, é correto afirmar que o instrumento da censura foi presente em sua redação e, além disso, foi um poderoso recurso persuasivo e de controle das informações divulgadas à sociedade capixaba. Ela também se fez percebida e sentida nas redações dos principais jornais do estado, tais como: *Jornal da Cidade*, *A Tribuna*, *O Diário*¹⁰ e o jornal alternativo *Posição*, que funcionou entre os anos de 1976-1979¹¹.

O tipo de censura que os jornais capixabas sofreram não foi a censura prévia, como afirma Martinuzzo (2009). Na imprensa capixaba, o que prevaleceu foi a prática comum da autocensura, isto é, praticava-se a censura sobre a própria ação. Especificamente, foram três estágios da censura:

[...] A primeira instância era proveniente dos órgãos de controle de imprensa do Governo (...) A segunda era a dos editores dos jornais que, mais do que censurar os textos dos seus repórteres com o objetivo de oferecer apoio a ditadura, faziam-no por proteção pessoal [...]. Por fim a terceira partia do próprio jornalista que, sabendo de todas as supervisões a que seria submetido, fazia uma autocensura e já preparava o texto sob medida para ser aprovado pelas instâncias superiores (BOURGUIGNON *et al.*, 2005, p. 9).

Embora tenha timidamente se posicionado contra as restrições impostas pela censura, *A Gazeta* sofria com as ameaças coercitivas do regime vigente. Carrereto *et al.* afirmam que

¹⁰ Para maiores informações, ver Mazzei (2011), Tatagiba (2010) e Martinuzzo (2009).

¹¹ O jornal *Posição* era financiado por sua venda e pela veiculação de anúncios. Através deste jornal as publicações não comerciais eram divulgadas diferentemente dos jornais tradicionais da época. Cf. Martinuzzo (2008, p. 186). Segundo o depoimento de Henriques: “trabalhar em jornal alternativo era bom porque o que não conseguíamos publicar na grande imprensa era colocado no *Posição*” (MARTINUZZO, 2008, p. 188). Essa afirmação corrobora a visão de Smith (2000, p. 61), de que “a imprensa alternativa era mais uma alternativa para o jornalista do que para o leitor”.

Embora não fosse a época natalina, a forma criativa encontrada pelo jornal saudava não só a capital do Rio Grande do Norte, mas todas as capitais do país neste dia histórico e comemorativo para a Ditadura Militar. Trazia ensejado a confraternização de todos os estados brasileiros, todas as regiões, todos os cidadãos unidos pela ideia de integração, prosperidade, fé e de um “povo que acredita, que trabalha e que participa” (*A Gazeta*, 31/03/72, capa)¹³.

A busca por mobilização e responsabilização da sociedade com o governo e as metas desenvolvimentistas propostas para aquele ano marcaram o tom da segunda propaganda do governo estadual aqui selecionada. A imagem ao centro apresenta as chaminés de uma grande indústria a todo vapor e uma chamada que dizia: “Sem exagero, uma centena de novas indústrias, instaladas lado a lado. Tudo isso por causa de você” (*A Gazeta*, 11/05/1972). O destaque da matéria em questão era a construção do grande Centro Industrial no município da Serra, cujas indústrias seriam instaladas antes do final daquele ano. Tudo isso “por causa do trabalho, dos impostos e dos incentivos fiscais recolhidos pelos capixabas. Por causa de você” (*A Gazeta*, 11/05/1972).

Imagem 6: Jornal *A Gazeta*, de 11/05/1972.



Fonte: APEES

O diálogo estabelecido com o cidadão capixaba por meio dessa propaganda era o de mostrá-lo como financiador e fiador desse grande empreendimento que estava sendo instalado

¹³ Todas as reportagens do jornal *A Gazeta* citadas neste trabalho entre os anos de 1971-1975 foram extraídas dos arquivos do APEES (Arquivo Público do Estado do Espírito Santo).

no estado, cujos benefícios possibilitariam mais trabalho, crescimento e desenvolvimento para o estado. Esse canal de comunicação estabelecido entre o governo e a sociedade, esse elo entre o poder público vigente e o cidadão, essa mediação ficou evidentemente a cargo da imprensa, da qual o referido jornal era o porta-voz oficial. Cabe trazer mais uma vez a reflexão de Habermas (1984) que afirma que a imprensa é um agente essencial na construção do equilíbrio entre esses dois polos de poder, contribuindo para a produção do consenso. Segundo Oliveira:

[...] Essa ideia de contribuição do brasileiro para a formação de um país “do futuro” faz parte da concepção de construção do presente para a elaboração de um novo tempo. A superação não ocorre somente com programas de governos, ela é feita, segundo esse discurso, através de cada cidadão, deste consenso promovido pelo fascínio. Entretanto, essa sociedade precisa ver o que o governo está fazendo para poder contribuir. É através dessa lógica que as grandes obras, pautadas principalmente em um projeto de integração do território, ocorrem (OLIVEIRA, 2014, p. 114)¹⁴.

Outra propaganda do governo estadual segue a mesma entoação desenvolvimentista ao referir-se à implantação das indústrias em território capixaba. “Caminho aberto para as indústrias no Espírito Santo” trazia o texto de *A Gazeta*, de 30/05/1972.

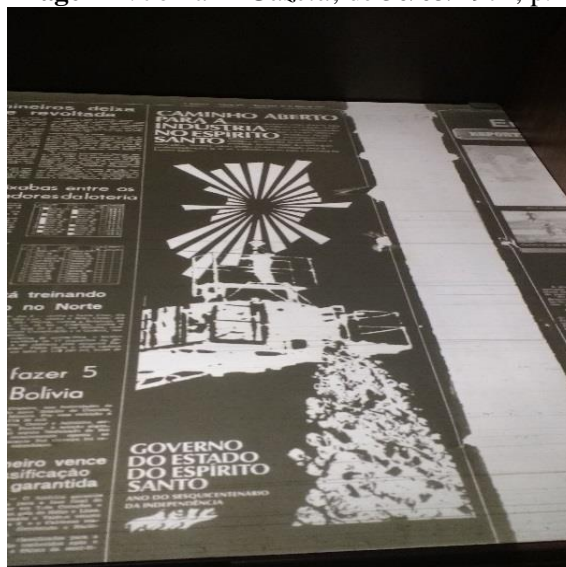
De fato. Os caminhos estão abertos para a indústria no Espírito Santo. Basta ver as oportunidades que o Estado oferece. Incentivos fiscais, implantação do primeiro centro industrial, garantias e créditos do sistema financeiro estadual, proximidade dos principais mercados. Sistema viário, porto, ensino orientado para a profissionalização. Já se vê o caminho aberto para a indústria no Espírito Santo (*A Gazeta*, de 30/05/1972).

O detalhe que chama a atenção na próxima matéria e em algumas outras, especificamente, é a questão imagética utilizada como forma de dialogar com valores e princípios que, à época, eram muito importantes para o governo. É perceptível ver em destaque na imagem o mapa do Espírito Santo e dele emanando raios com tamanha intensidade, como pano de fundo para um trabalhador encima de uma plataforma a jorrar as riquezas do estado, dando a ideia de que finalmente a hora havia chegado para o povo capixaba (**imagem 4**). E o complemento vem com o texto acima transcrito, onde fala-se de uma infraestrutura ainda não finalizada, porém sendo pavimentada pelo governo através dos incentivos fiscais, de um sistema financeiro equilibrado e com capacidade para investimentos, a construção das rodovias

¹⁴ Para maiores informações, ver Oliveira (2014).

estaduais, federais e portos para escoar com celeridade as matérias primas e o investimento na educação através das escolas profissionalizantes conhecidas como Polivalentes.

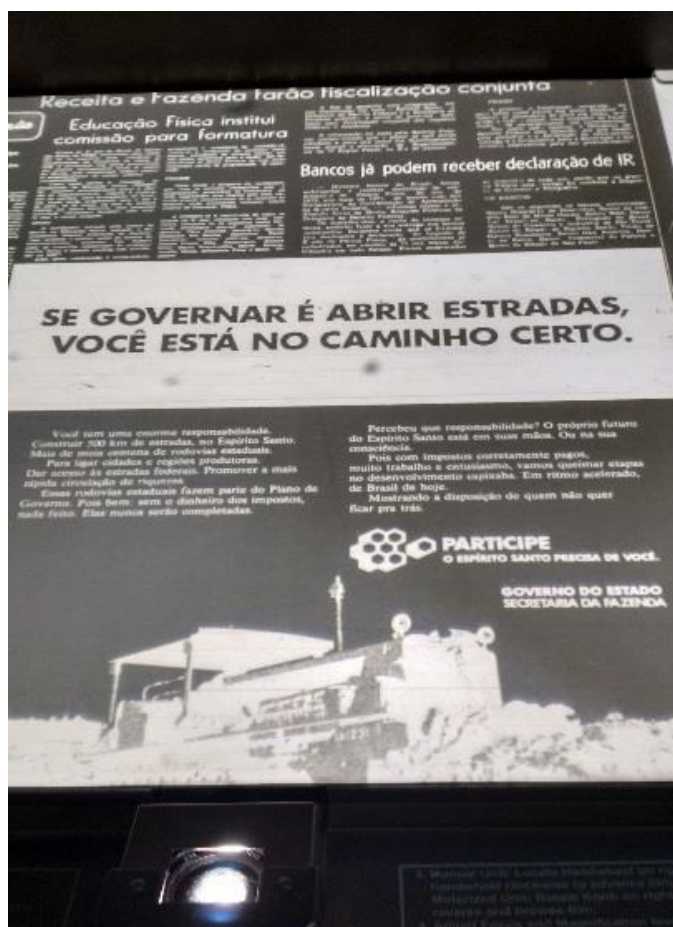
Imagem 7: Jornal *A Gazeta*, de 30/05/1972, p. 2.



Fonte: APEES

A última propaganda proposta para reflexão nesta etapa do trabalho, tem por título “Se governar é abrir estradas, você está no caminhão certo” (*A Gazeta*, 30/03/1972, p. 02) (**imagem 5**). Ela tem a marca do Governo de Estado do Espírito Santo, cuja mensagem central está centrada no esforço do executivo estadual em construir e ampliar a malha rodoviária capixaba para “ligar cidades e regiões produtoras, dar acesso as estradas federais e promover a mais rápida circulação de riquezas”. Esses e outros investimentos inserem-se no plano de governo para o desenvolvimento econômico do estado. O detalhe que merece destaque é o peso que os impostos recebem, apresentados como essenciais para promover esse crescimento acelerado, e, portanto, incide sobre o cidadão.

Imagem 8: Jornal *A Gazeta*, de 30/03/1972, p. 2.



Fonte: APEES

“Você tem uma enorme responsabilidade”. É com essa afirmação que ela dialoga com o cidadão afirmando que o “futuro do Espírito Santo está em suas mãos ou na sua consciência”. Assim, pague os impostos para que com “trabalho e entusiasmo” o estado cresça no mesmo ritmo e na mesma sintonia que o Brasil está crescendo. A comunicação estabelecida com o cidadão comum é um chamamento, uma convocação para que ele tome partido, se posicione, assuma um lado, faça escolha. Ou o fracasso, a derrota, o conformismo ou o crescimento, o desenvolvimento, a superação do fracasso.

No capítulo 4 conceituaremos melhor essa discussão acerca da análise das propagandas patrocinadas pelo governo do estado no jornal *A Gazeta* e a ideia presente da superação do atraso nesse diálogo que é constante entre passado, presente e futuro na narrativa discursiva tanto do jornal quanto do discurso político vigente na época. Por ora, se conclui essa etapa da discussão com a seguinte afirmação feita por Dimesntein (1990, p. 154), que muito contribui para o debate acima: “A propaganda oficial visa mostrar apenas as excelências, escondendo os fracassos [...]. Quando o poder e a imprensa se dão muito bem, o leitor se dá mal”.

1.2. “Surge ao longe a estrela prometida”: otimismo e desenvolvimento para o povo espírito-santense!

Em tempo de Ditadura Militar não se vivia só de repressão e censura. Esse contexto também representou, para diversos segmentos da sociedade, uma “época de ouro”¹⁵. Foi o momento de implantação dos Grandes Projetos. A propaganda política criada em torno do desenvolvimento nacional desses projetos inseridos no bojo do Milagre Econômico “revelava o otimismo e a exaltação do país num contexto de intensa repressão do governo Médici (FICO, 2004, p. 272). O quadro econômico no início dos anos de 1970 era fonte de legitimidade, afirma MOTTA (2013).

No contexto capixaba, o governador do estado nesse período era Arthur Carlos Gerhardt dos Santos (1971-1975). O processo de desenvolvimento industrial e a inserção da economia capixaba na rota da economia nacional e internacional por conta dos Grandes Projetos implantados em território local, revela-nos um otimismo despertado em vários setores da sociedade. Segundo Motta,

[...] conhecido como o período dos ‘Grandes Projetos’, o movimento de ascensão das empresas Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atual Vale; Aracruz Celulose; e Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), atual Arcelo Mital Tubarão, foi o sopro de alívio na crise econômica provocada pela desvalorização do café, cultura que até então sustentava o Estado financeiramente (MOTTA, 2013, p. 176).

O depoimento de Passos revela que “como a industrialização foi uma necessidade econômica, a própria visão técnica de profissionais como economistas, sociólogos e engenheiros era otimista em relação aos projetos econômicos da Ditadura Militar” (MALANQUINI *et al.*, 2008, p. 180).

Para ilustrar o tom otimista que o discurso desenvolvimentista trouxe ao estado, cabe apresentar uma série de matérias publicadas pelo jornal *A Gazeta* entre os anos de 1971 a 1975. Dentre as centenas de reportagens pesquisadas, das quais parte delas serão analisadas no nosso próximo capítulo, algumas foram selecionadas para ajudar-nos a pensar o papel desta instituição enquanto elemento de representação social e instrumento de mediação na esfera pública. É importante reforçar que o referido periódico é concomitantemente fonte e objeto desta pesquisa.

¹⁵ Para maiores informações, ver Cordeiro (2015).

Em 1º de janeiro de 1972, o governador deu as boas-vindas ao novo ano que se iniciava anunciando as novas fontes de riqueza e de trabalho para o estado do Espírito Santo. A capa do jornal *A Gazeta* deste dia trazia a foto do chefe do executivo estadual em seu gabinete, cujo título foi “Gerhardt anuncia 72 novas fontes de riquezas e de trabalho” (*A Gazeta*, 01/01/1972, capa).

Nesta matéria (**anexo 1**) Arthur Gerhardt abordou a construção do Centro Industrial em Vitória, as boas perspectivas econômicas trazidas pela exploração do petróleo no norte do estado – São Mateus –, as novas frentes de trabalho para os capixabas e “reafirmou sua fé nos destinos do país e, em menos de dez minutos, lembrou as conquistas do seu governo em 1971 e anunciou suas metas a serem atingidas em 1972” (*A Gazeta*, 01/01/1972, capa).

Afirmando que 1972 era o “ano da industrialização” capixaba, é possível perceber, através do discurso do referido governador proferido no jornal, que o clima de esperança e otimismo tomou conta da administração pública estadual, ao transmitir à sociedade local as “certezas” de que o seu “futuro esperançoso” havia chegado. A apropriação desse discurso otimista dialogava diretamente com a propaganda midiática do governo militar à época, impactada pela ideia de progresso trazida pelo Milagre Econômico. A ideia da “construção do novo” e de que o “futuro finalmente havia chegado” marcou aquele ano.

No dia 25 de janeiro de 1972, *A Gazeta* publicou em seu editorial a seguinte matéria: “Você constrói o Brasil” (**anexo 2**). Nela é apresentada as conquistas econômicas do país no ano anterior em setores como a indústria, de serviços, a agricultura e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 12%, além de propagar a maior crescimento do Brasil “nesses 472 anos de existência” (*A Gazeta*, 25/01/1972, p. 4).

Os méritos desse “sucesso” econômico foram direcionados ao governo “revolucionário” que teria salvo o país da sanha ardilosa de políticos que queriam implantar o comunismo, bem como, articulado uma administração tão homogênea que beirava a “perfeição”, e ainda aponta para o perfil liberal do cidadão brasileiro. Lemos em *A Gazeta*:

[...] Reafirmando em todas as oportunidades os propósitos de dar ao país um crescimento ordenado, a Revolução, se não chega a ser uma obra de perfeição, tem sido o melhor instrumento ensejador de uma homogeneidade econômico-administrativa à vida institucional brasileira, que passou longos períodos atribulados pelos insucessos dos administradores que quiseram moldar a economia a seu bel prazer, quando outros até tentaram mudar o processo político para a implantação do regime totalitário e indesejável, incompatível com a tendência sempre liberal do povo brasileiro (*A Gazeta*, 25/01/1972, p. 4).

Na data do aniversário do movimento “revolucionário”, em 31 de março de 1972, *A Gazeta* lançou uma série de matérias que enalteciam os 8 anos de conquistas da Revolução de 1964 e o desenvolvimento que esta trouxe para a nação, no geral, e para o estado do Espírito Santo, em particular. Matérias como: “8 anos de desenvolvimento” (**anexo 3**), “O comércio e a Revolução” (**anexo 4**), “Otimismo com realidade” (**anexo 5**), foram apresentadas ao público leitor fazendo um balanço altamente positivo do governo militar.

Expressões de impacto presentes nessas reportagens como a “Revolução redentora”; referências ao desenvolvimento do país possibilitado pela “Transamazônica, Embratel, Reforma do Ensino, estradas asfaltadas, Petrobrás, eletrificação dos municípios”; citações referentes a “paz, a tranquilidade, a concórdia dos homens de empresa”, a “tranquilidade social” num contexto de intensa repressão política e o sucesso de leis trabalhistas, ajudaram a forjar uma imagem favorável do regime no imaginário social. Lemos em *A Gazeta*:

Num ambiente de tranquilidade social, com o governo pondo em prática leis de grande importância para o trabalhador, dando este em troca, a compreensão indispensável, resolvendo seus problemas sem greve e outros movimentos que nenhum benefício trazem [...] (*A Gazeta*, 31/03/1972, p. 5).

Nesta mesma data também foram publicadas reportagens que faziam um balanço do 1º ano de governo de Arthur Gerhardt. O destaque vai para a matéria da página 4, do caderno especial, que tem por título: “Indústria e comércio: Múltiplos são os caminhos que levem ao desenvolvimento” (**anexo 6**). O texto ressalta a liderança e a competência da Secretaria de Indústria e Comércio em dinamizar e ampliar investimentos nas mais diversas áreas da economia local, como o turismo, o setor de pesca, a fábrica de tecidos de Cachoeiro de Itapemirim, entre outros.

O jornalista Jackson Lima publicou, nesta mesma data festiva, um texto com o seguinte título: “A legitimidade da Revolução” (**anexo 7**). Nele o autor diz:

[...]Um dos aspectos que mais caracterizam a legitimidade do poder **Revolucionário** que assumiu a administração brasileira em 64 [...] é que ninguém se sentiu marginalizado dentro das metas e programas político-administrativos já alcançados [...] (*A Gazeta*, 31/03/1972, p. 4, *grifo nosso*).

E, ainda, se refere aos opositores que estavam sendo perseguidos, presos, torturados pelo país afora como “uns poucos indivíduos levados por iniciativa própria, a inadaptação com o regime vigente desde 64” (*A Gazeta*, 31/03/1972, p. 4). Num claro sinal de apoio as ações do governo militar, inclusive, em relação a repressão política. Nessa mesma matéria, Jackson Lima também enaltece a figura do presidente Emílio Gastarrazú Médici ao dizer que em sua gestão “o país vem encontrando o caminho das mais notáveis realizações humanas e sociais, além de manter em prosseguimento os programas de aumento de produção e de riqueza” (*A Gazeta*, 31/03/1972, p. 4). Sendo assim, em sua visão, são justas as “comemorações que se processam em todo território nacional” pelo aniversário da “Revolução de 64”. A ideia central aqui é a de dar unidade, estabelecer o consenso entre todos os estados e os cidadãos brasileiros a respeito dos efeitos positivos realizados pelo governo ditatorial.

Outro colunista de destaque do jornal *A Gazeta*, Uchoa de Mendonça, publicou uma matéria intitulada “A nova geração” (**anexo 8**), tendo por base o discurso proferido por um jovem estudante de economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Neste artigo, o referido autor flerta com o clima de esperança que pairava não só sobre o país, mas, também, sobre o estado do Espírito Santo naquele momento, centrada no desenvolvimento e no progresso, alcançados via os grandes projetos industriais.

Uchoa de Mendonça apresenta ao público leitor a ideia de que esse discurso proferido pelo universitário representa “o apoio da mocidade numa obra séria que se realiza em favor do desenvolvimento organizado desta nação” (*A Gazeta*, 13/01/1972, p. 4). Em outro trecho ele diz:

[...] Vejo com redobrada satisfação que a juventude não só aplaude as medidas do desenvolvimento econômico estabelecidas, mais os homens do Governo, o Estado **REVOLUCIONÁRIO** implantado, como um regime de responsabilidade perante os destinos da nacionalidade, onde imperava a molecagem e a falta de interesse com o patrimônio nacional. (*A Gazeta*, 13/01/1972, p. 4, *grifo nosso*).

A matéria publicada em *A Gazeta* exaltava os possíveis ganhos com a implantação das indústrias em solo estadual sem levar em consideração os impactos ambientais. As matérias não discutiam as questões ambientais, os problemas sociais e econômicos dos grandes projetos. Segundo Malanquini *et al.*:

[...] As notícias e publicações feitas na época em relação ao tema eram colocadas, em grande parte, para favorecer a empresa, ressaltando sempre os ‘grandes benefícios e desenvolvimento que ela trazia ao

Estado' e maquiando os prejuízos e as perversidades que, em contrapartida, ela causava'. Elas exaltavam os benefícios, o desenvolvimento para o Estado (MALANQUINI *et al.*, 2008, p. 202).

No dia 09 de maio de 1974, se publicou um caderno especial chamado “Comunicação e desenvolvimento”, fruto do fórum nacional de desenvolvimento sediado pelo estado. Nele foi apresentada várias matérias com o teor desenvolvimentista como: “Espírito Santo preparado para os grandes projetos” (**anexo 9**); “Civit, fator positivo no desenvolvimento industrial do Espírito Santo” (**anexo 10**); “Oportunidades industriais do Espírito Santo” (**anexo 11**), entre outras, enfatizando os ganhos conquistados pelo povo capixaba através dos grandes projetos, pelas taxas de crescimento econômico entre os finais dos anos de 1960 e início dos anos 1970. Progresso, otimismo, desenvolvimento eram transmitidos por meio de reportagens dessa natureza.

Outra matéria, publicada em 03 de fevereiro de 1974 (**anexo 12**), explora o potencial da empresa Aracruz celulose no que tange a geração de empregos e no desenvolvimento do estado. Na matéria intitulada “Investimentos em celulose é de 380 milhões de dólares” (*A Gazeta*, 03/02/1974, p. 18) é evidenciada a promessa de geração de empregos para a população, sem levar em consideração os problemas ambientais oriundos dessa implantação.

Porém, é necessário compreender que esse discurso otimista sobre a presença da empresa na região norte e os possíveis ganhos econômicos para o desenvolvimento do estado escamoteavam os conflitos que sua instalação causou nas populações locais, sobretudo as indígenas. O processo de instalação da Aracruz Celulose está ligado a monocultura do café e de outras culturas agrícolas responsáveis pela ocupação do território capixaba que historicamente ocorreu em função da demanda da expansão das fronteiras produtivas ligadas ao setor privado.

A presença marcante da população indígena no norte do estado colocou em rota de colisão os interesses políticos e as etnias indígenas ligadas ao grupo linguístico Tupi-guarani. Segundo Loureiro (2006, p. 03), “O grupo linguístico Tupi-guarani era representado pelas tribos Tupinambá, Tupiniqui, e Temiminó que habitavam a faixa costeira e parte dos vales dos rios cricaré, Itapemirim e Itabapoana”. Ela afirma que as populações indígenas que ocupavam essas áreas foram dizimadas ou aculturadas.

A espoliação das terras indígenas concomitantemente a derrubada das matas em razão das atividades agropecuária e madeireira cresceram com o processo de instalação da empresa Aracruz Celulose em 1967. Neste ano, é importante frisar, que já estava em curso o governo biônico de Cristiano Dias Lopes e a ditadura caminhava para o seu recrudescimento.

Especificamente, no município de Aracruz ganhou destaque a atividade agrícola destinada a fabricação da celulose: silvicultura. Isso resultou na concentração fundiária na região norte do Espírito Santo. Essas terras levaram cinco décadas para serem ocupadas devido a presença de empresas na região, como a Aracruz Celulose, que concentraram e exploraram baseados na monocultura.

Loureiro (2006) afirma que as terras indígenas foram apontadas como a melhor saída para o cultivo do eucalipto pela empresa Ecotec em função da “invisibilidade” do governo estadual em relação a sua população localizada no Norte. Apresentando suas terras como desabitadas e improdutivas, o governo de Dias Lopes concedeu incentivos fiscais à empresa Aracruz celulose para plantar eucalipto numa área extremamente generosa. Segundo Loureiro (2006, p. 10): “A Aracruz Florestal S/A recebeu do Governo Estadual, representado pelo governador Christiano Dias Lopes, os dez mil hectares anteriormente explorados pela Cofavi, onde iniciou o plantio de eucalipto”.

As consequências foram que a Aracruz Celulose passou a intensificar de forma ilícita a apropriação de territórios indígenas, de quilombolas, de posseiros e de pequenos lavradores. Mais especificamente, no governo de Arthur Gerhardt houve uma expansão territorial:

Em 1972, no decorrer do mandato do governador Arthur Carlos Gerhardt Santos, foi criada a empresa Aracruz Celulose S/A. Já instalados e determinados a ampliar a área de plantio do eucalipto, os empresários, com o governo estadual e as agências de desenvolvimento, procederam com todos os meios para atingir seus objetivos, desde a especulação do preço da terra, à expropriação do território onde viviam não somente populações indígenas, como também posseiros, pequenos agricultores, remanescentes de quilombos”. (LOUREIRO, 2006, p. 12)

“No contexto regional, é possível apontar alguns fatores que influenciaram na viabilização e concretização da indústria de celulose no Estado, representada pela Aracruz Celulose S/A, entre eles: a) a ação da elite política local... b) a criação da Lei nº 5.106 que redundou num forte impulso da atividade de reflorestamento no estado; c) a participação ativa do governador Gerhardt Santos para a instalação da empresa Aracruz Celulose em território capixaba; d) as condições edafoclimáticas; e) a disponibilidade de terras e uma população nativa que assistiu impotente à chegada da indústria de celulose (LOUREIRO, 2006, p. 66)

A Ditadura Militar e o governo capixaba praticaram a política de favorecimento ao capital estrangeiro por meio dos incentivos fiscais e concessão de terras para exploração capitalista do solo capixaba, trazendo consigo graves prejuízos sociais em decorrência da industrialização, da concentração fundiária e da degradação ambiental. Porém, essas

consequências eram amainadas em favor do discurso do progresso e do desenvolvimento trazido por esses investimentos, conforme citação abaixo:

As preocupações com uma realização tão rápida e de tamanhos investimentos eram amenizadas pelo poder público, que afirmava serem os riscos sociais e ambientais “custos inevitáveis” diante das incomparáveis vantagens prometidas. As promessas de bem-estar coletivo e de crescimento do pequeno Espírito Santo eram exaltadas pelo Poder Público. Os efeitos trágicos sobre o meio ambiente e sobre as populações indígenas desencadeados pela política de implantação dos Grandes Projetos Industriais no estado eram ignorados. (LOUREIRO, 2006, p. 13).

As vantagens eram vendidas como bem maior, cujo custo social seriam os riscos ambientais que na perspectiva do governo era um fato menor no processo de crescimento e de desenvolvimento via industrialização propagadas pelo governo estadual.¹⁶

A política adotada pela Ditadura Militar sobre as questões do campo foram a expropriação de terras e a violência tendo os governos estaduais conivência com essa prática estabelecida, por meio da instalação dos Grandes Projetos Industriais. Claramente, o processo de modernização conservadora do estado autoritário se deu na área fundiária por meio da proteção as oligarquias agrárias de forma a impedir não só o avanço das forças camponesas como a sobrevivência de povos minoritários como os indígenas e os quilombolas locais. Loreiro afirma que:

O clima de euforia e de exaltação pelo sonhado crescimento econômico regional alimentava-se do terror propagado no estado: a Aracruz Celulose, com a cumplicidade do governo estadual e municipal com a contratação de elementos do sindicato do crime, iniciava a implementar a estratégia do medo, espalhando boatos e coagindo por todos os meios os Tupiniquins a desocuparem a área, venderem suas terras retalhadas em lotes e se dispersarem por outras regiões de mata no Estado e pelas cidades, onde sobreviveriam marginalmente nos bolsões de miséria das periferias (LOUREIRO, 2006, p. 25).

A questão que se apresenta é que esses fatos se ausentaram do discurso político e da narrativa da imprensa nos governos biônicos de Cristiano Dias Lopes e, principalmente, no de Arthur Gerhardt. A representação social criada pelo projeto político dos governos estaduais

¹⁶ “Banes financia reflorestamento da Aracruz Florestal” (*A Gazeta*, 06/05/1972, p. 05); “Poluição e pobreza” (*A Gazeta*, 04/07/1972, p. 04); “Celulose terá indústria no Espírito Santo” (*A Gazeta*, 06/03/1973, capa); “Reflorestadoras do Espírito Santo negociam usina para celulose” (*A Gazeta*, 06/03/1973, p. 09).

contribuiu para que a memória oficial relegasse a escanteio o massacre das populações indígenas, quilombolas e pequenos lavradores que foram alijados do direito a posse de suas terras. Nas batalhas da memória, esses grupos minoritários foram silenciados e relegados ao esquecimento. Porém, não deixaram de existir.

A percepção social com base na memória coletiva construída nesse período aliado à construção da representação do progresso em detrimento do atraso histórico vivido pelo estado foi a do otimismo em relação ao desenvolvimento do norte do estado, contribuindo para uma visão positiva sobre o contexto ditatorial. As imagens símbolos do governo Arthur Gerhardt estão representadas pela ideia do crescimento, de desenvolvimento potencializado pelos Grandes Projetos de Impactos ligados à industrialização.

De acordo com essas matérias analisadas, a relação de parceria do jornal *A Gazeta* com a implantação dos Grandes Projetos fica em evidência. Outro editorial de *A Gazeta* que merece ser citado para finalizar essa discussão foi publicado em 09 de março de 1975 e dá o tom desse discurso de forma clara: “Espírito Santo preparado para os Grandes Projetos” (*A Gazeta*, 09/03/1975, p. 12). Nela é destacado o potencial geográfico, de infraestrutura, clima, potencial hidráulico, logística, o sistema de incentivos fiscais, reservas minerais, contingente populacional para mão-de-obra que colocam o estado numa posição de vantagem em relação aos outros estados da federação. Assim, é possível perceber como este jornal contribuiu para o fortalecimento de uma imagem positiva sobre a Ditadura Militar no estado do Espírito Santo. Como afirma Motta (2013, p. 65): “a imprensa tem potencial para construir consensos”.

As posições assumidas pelo jornal *A Gazeta* no contexto do governo de Arthur Carlos Gerhardt no Espírito Santo não foram fruto de opinião simples, mas de posições políticas que estavam em sintonia com o projeto ditatorial vigente, contribuindo para formação de um consenso em torno de ideias que assumiram forma de realidade sobre a Ditadura Militar que estavam em evidência naquele contexto histórico específico e que permanecem presentes reverberando em vários setores da sociedade.

Essa e outras discussões serão desenvolvidas ao longo dos próximos capítulos, onde, além de situar qual era o contexto político, econômico e social do Espírito Santo no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, pretendemos, também, estabelecer melhor a discussão propositiva dessa pesquisa, incluindo mais análises dos discursos do jornal nesse contexto, a confrontação com outras fontes jornalísticas, a participação dos grupos econômicos no fortalecimento da pauta governamental, a presença do discurso da superação do atraso na pauta

política e os conceitos de memória na elaboração de um imaginário social que, supomos, permanece latente em vários setores da sociedade capixaba.

CAPÍTULO 2

2. “HERDEIRO DE UM PASSADO GLORIOSO”: O CONTEXTO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO DO ESPÍRITO SANTO ENTRE OS ANOS DE 1964 A 1975.

Para entendermos o desenvolvimento socioeconômico do estado do Espírito Santo, sobretudo a partir dos anos de 1970, e os desdobramentos deste na construção de uma memória positiva sobre a Ditadura Militar pela ótica da imprensa capixaba, mais precisamente, pelo papel que desempenhou o jornal *A Gazeta* nesta elaboração, é preciso, primeiramente, analisarmos de forma panorâmica o que foi a economia e a política capixaba ao longo da primeira metade do século XX. Essa contextualização é necessária para ampliarmos a compreensão sobre a importância desse cenário, sobretudo econômico, no discurso político adotado pelo governo estadual e a construção da narrativa adotada pela imprensa capixaba.

Os caminhos percorridos por um estado agrário, dependente da monocultura do café desde o final do século XIX e que, a partir dos anos de 1960 e 1970, emerge num processo intenso de industrialização retardatária¹⁷, experimentou, nos governos de Christiano Dias Lopes (1967-1971) e Arthur Carlos Gerhardt Santos, aquilo que Vilaschi (2010) definiu como “janelas de oportunidades”, em função da confluência do projeto desenvolvimentista do governo ditatorial com a pauta desenvolvimentista do executivo estadual.

O fortalecimento das pequenas e médias empresas especializadas e, mais adiante, a implantação dos grandes projetos de impacto, com a injeção do capital externo, tanto nacional quanto estrangeiro, foram as duas diretrizes desse processo de industrialização vividas pelo Espírito Santo nos respectivos governos citados anteriormente.

A produção acadêmica de vários historiadores e economistas capixabas falam sobre dois elementos essenciais na compreensão do desenvolvimento socioeconômico capixaba: primeiro, a construção de um “consenso de necessidades”, que buscava encontrar alternativa à grave crise econômica vivida pelo estado em função da erradicação dos cafezais no contexto de Dias Lopes, elaborado não sem conflitos e divergências por parte das elites políticas em cena. Em segundo, de uma “coalizão de possibilidades” no governo de Arthur Gerhardt, que convergiu com o “Milagre Econômico” do governo ditatorial de Médici (1969-1974). Vilaschi aponta que:

¹⁷ Vilaschi (2010) diz que a economia capixaba retardatária emergiu da crise social e econômica provocada pela erradicação dos cafezais, o que gerou um vigoroso processo de industrialização.

[...] o primeiro conteúdo de articulação política pode ser entendido como o que busca construir coalizões a partir de visões compartilhadas de possibilidades [...]. Foi dado à categoria de coalizão de possibilidades um conteúdo mais amplo para buscar identificar as raízes históricas da atividade portuária enquanto vetor de dinamização da economia capixaba e da implantação no território capixaba de grandes projetos de impacto [...] (VILASCHI, 2010, p. 17).

Outro elemento chave que auxiliará no debate promovido ao longo desta dissertação, está relacionada à tese defendida pelo historiador Rafael Cerqueira Nascimento. Nela, o autor trata da utilização do discurso político referente ao atraso econômico no Espírito Santo, adotado pelos grupos que estavam no poder, associando-o ao setor cafeeiro que, para as elites urbanas-industriais, atrapalhava a confluência dos seus projetos industrializantes com os dos governos militares, no contexto da década de 1960 e início dos anos de 1970. É esse tipo de representação discursiva que pretendemos discutir no sentido de compreendermos como ela ajudou na construção de uma memória positiva sobre a Ditadura Militar no estado capixaba.

O café, portanto, naquele momento, representava o atraso a ser superado pelo povo capixaba. Segundo Nascimento:

A partir da década de 1970, o Espírito Santo do atraso e da marginalização passou a ser representado a partir da expectativa de superação que instituiu, por sua vez, o processo de industrialização em curso como um marco para o estado... o desenvolvimento local caracterizou-se pelo acelerado crescimento, impulsionado pela presença do grande capital [...]. Nesse sentido, a economia espiritosantense vinculava-se à dinâmica da economia brasileira a partir da presença de grandes grupos privados e estatais, que a partir de 1975, instalaram diversos projetos industriais, conhecidos como Grandes Projetos de Investimento (NASCIMENTO, 2016, p. 77).

Assim, essas ideias serão melhor pontuadas mais adiante, tendo por base os referenciais historiográficos citados. Porém, o que cabe em nossa reflexão neste momento é buscar a compreensão dos caminhos, ou melhor, dos passos seguidos pelo estado capixaba ao longo do século XX, que desembocaram no salto desenvolvimentista na década de 1970. E dentro dessa visão mais global sobre a história capixaba tomamos, como ponto de partida, a Crise de 1929.

2.1. Setor Agrícola *versus* Setor Industrial: embates na primeira metade do século XX no Espírito Santo

O Brasil, enquanto elo periférico numa cadeia produtiva em escala mundial já de certa forma interligada desde o início do século viveu uma grave conjuntura econômica em decorrência dos efeitos da crise de superprodução norte-americana, pois os preços do principal produto de exportação nacional, o café, despencaram no mercado internacional e tanto os cafezais quanto os milhares de sacas de café foram perdidas. Essa crise colocou em pauta a discussão sobre a necessidade de diversificar a economia nacional visando elevar o país de “um estágio agrícola para um patamar urbano-industrial” (VILASCHI, 2010, p. 45).

A necessidade de inserir o Brasil no capitalismo internacional pela via da industrialização norteou a política econômica do governo de Getúlio Vargas a partir dos anos de 1930. Embora a crise de 1929 e as demandas nacionais tenham reorientado a política econômica do governo federal, estas não surtiram os efeitos esperados no Espírito Santo. Buffon diz que a Crise de 1929 foi:

[...] um marco importante [...] talvez menos pelo que ocorreu no Espírito Santo e mais pelo que não ocorreu. Ou seja, a crise de 29 e o desenvolvimento do processo de integração no mercado nacional não representaram qualquer descontinuidade na evolução econômica do estado [...] (BUFFON *apud* VILASCHI, 2010, p. 46).

A urgência pela diversificação e dinamização da economia não convenceu as elites que dominavam o cenário político capixaba, pois estavam comprometidos com a agenda agrária, mais precisamente com a produção cafeeira. Políticos tradicionais que se revezavam no poder eram oriundos de uma elite agro fundiária, cujos interesses determinavam as ações governamentais.

O café foi o produto que estruturou toda base econômica capixaba desde o final do século XIX. Medeiros (1977, p. 71) indica dados que reforçam essa dependência nas décadas seguintes ao dizer que “na década de 50, por exemplo, o café representava 40% da formação do PIB, 60% da receita tributária e 80% das exportações efetivas”.

Mesmo o fato de o Espírito Santo ter experimentado tardiamente a necessidade de diversificar sua economia agrária, em função da monocultura do café, foi desde o governo de João Punaro Bley (1930-1943) que o estado começou a alicerçar sua economia em razão da

criação do Banco de Crédito Agrícola¹⁸ e, também, com a Companhia Vale do Rio Doce, em 1937. Interessante é a reflexão feita por Vilaschi (2010) ao afirmar que o processo de industrialização, tanto capixaba quanto o nacional, ocorreu em contextos ditatoriais. O autor ainda afirma o seguinte:

[...] da necessidade de o país passar de um estágio agrícola para um patamar urbano-industrial. E foi esse processo que o regime autoritário do Estado Novo (1939-1945) viabilizou. O caso da realidade capixaba não foi diferente. A instalação de um regime autoritário com vistas a promover a urbanização e a industrialização teve reflexos claros nos rumos da economia capixaba, embora o que se pôde observar aqui refletiu apenas de forma reduzida as transformações que se processaram em nível nacional. [...] (VILASCHI, 2010, p. 45).

A existência de um governo autoritário extraiu do *metier* político as decisões compartilhadas e consensuais às quais as elites locais estavam acostumadas a procederem, conduzindo as decisões de cunho coletivas e diretamente ligadas à sociedade, à revelia da participação política e de segmentos sociais tanto na gestão de Punaro Bley¹⁹ bem como na gestão de Dias Lopes²⁰ no final dos anos de 1960.

Cabe nesta discussão, por ora, trazer para a análise o primeiro governador capixaba que colocou em pauta uma política voltada para a industrialização da economia, que foi Jones dos Santos Neves (1951-1954). Inspirado em Juscelino Kubitschek, Jones²¹ tinha como pautas em seu governo a urbanização do estado e sua industrialização. Sua política de revitalização da economia capixaba levou a tomar medidas nessa direção, tais como os incentivos fiscais que visavam atrair investimentos para o estado. Jones criou também o plano de Valorização econômica do Espírito Santo que estabelecia metas no setor público conforme aponta Vilaschi:

[...] aparelhamento e ampliação do porto de Vitória, aumento do suprimento de energia elétrica (Usina Rio Bonito); ampliação de vias rodoviárias, além de construção de pontes, prédios públicos e obras urbanísticas em geral na cidade de Vitória (VILASCHI, 2010, p. 50).

¹⁸ O Banco de crédito agrícola, criado em 1937, hoje constitui o atual Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes) (VILASCHI, 2010, p. 47).

¹⁹ João Punaro Bley foi interventor no estado do Espírito Santo nomeado por Vargas logo após a “Revolução” de 30, entre 1930 a 1935. Foi escolhido pela Assembleia Legislativa entre 1935 a 1937 e, mais uma vez, nomeado como interventor federal entre de 1937 a 1943, durante a Ditadura Vargas (1937-1945). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-punaro-bley-1>. Acesso em 17/02/2018.

²⁰ Christiano Dias Lopes será pauta de nossa análise adiante, pois foi o primeiro governador eleito de forma indireta durante a Ditadura Militar (1964-1985), em setembro de 1966, e assumiu em janeiro de 1967, conforme previsto pelo AI-3 (Ato Institucional número 3), de 05 de fevereiro de 1966.

²¹ Jones dos Santos Neves governou o Espírito Santo em dois momentos: uma, como interventor (1943-1945) e, outra, como governador eleito entre os anos de 1951-1954. Segundo Vilaschi (2010, p. 49): “Jones seguiu a lógica de urbanização e industrialização nos moldes e influência de Vargas”.

Vilaschi ainda profere que:

[...] a iniciativa jonista só não foi mais impactante em função da oposição intransigente sofrida pelo Governo no âmbito do poder legislativo, porque o setor agrário ainda não havia se fragilizado de modo a permitir que um projeto de cunho mais urbano-industrial fosse adiante [...] (VILASCHI, 2010, p. 50).

O sucessor de Jones no executivo capixaba foi Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (1959-1962). Conforme afirma Justo Correa da Silva (1993), ele realizou uma gestão conservadora e representou um avanço tímido na política de industrialização pois deu apoio e incentivo à produção cafeeira. Silva (1993, p. 98) diz ainda que “o governador Lindenberg [...] inicia sua gestão com o propósito de recuperar as finanças públicas, apoiar a lavoura de café e promover a industrialização de forma moderada a partir do desenvolvimento agrícola”.

Porém, o processo de transformações econômicas vividas pelo país em virtude da industrialização proposta pelo governo federal, desde a Era Vargas, germinou no Espírito Santo nos anos de 1950 e ajudou na formação de um grupo de industriais liderados por Américo Buaiz, que os levou a criarem a FINDES (Federação de Indústrias do Espírito Santo), em 1958, colocando, assim, as bases desenvolvimentistas que mais tarde iriam pautar a política dos governos biônicos.²² Segundo Silva:

[...] O rebatimento das transformações capitalistas que se operavam no plano nacional, propicia o surgimento de um embrião de forças políticas que começou a ganhar corpo e maior poder de luta e, sob a coordenação do comerciante e industrial Américo Buaiz funda, em fevereiro de 1958, a Federação das Indústrias do Espírito Santo, composta apenas de cinco sindicatos [...] (SILVA, 1993, p. 98-99).

Foi justamente no início dos anos de 1960 que o Instituto Brasileiro do Café (IBC), seguindo a política adotada pelo governo federal de tentar sanear a produção cafeeira e modernizá-la, optou, então, pela erradicação dos cafezais improdutivos em todo país.

Vilaschi (2010) afirma que 70% da renda gerada pela economia capixaba se originava no setor primário, o que causou de imediato um forte impacto na sociedade. Assim, “estima-se que 180 milhões de pés de café foram destruídos, 60 mil postos de trabalhos fechados, 120 mil

²² São aqueles governos cujos titulares foram investidos de poder mediante a ausência de sufrágio universal e cujo parâmetro de escolha era a sanção das autoridades de Brasília durante a Ditadura Militar de 1964. Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/ditadura-militar/cargos-bionicos/>. Acesso em 17/02/2018.

pessoas evadiram para a região da grande vitória e 60 mil migraram para outros estados” (MEDEIROS, 1977, p. 105). O êxodo rural e, conseqüentemente, o crescimento desordenado dos municípios na região da Grande Vitória refletiu na falta de infraestrutura como moradia, transporte, saúde, educação, entre outros, tornando-a incapaz de comportar essa demanda populacional.

A erradicação dos cafezais eliminou a permanência da estrutura agrária baseada na monocultura do café e abriu espaços para que novas soluções fossem buscadas no sentido de reestruturar a economia. Foi nesse cenário de reestruturação econômica que alguns projetos foram sendo direcionados para a industrialização do estado.

Essa forte crise econômica decorrente da dependência do café tem sua origem nas duas décadas anteriores, num contexto que os incentivos e apoios foram sendo concedidos ao setor cafeeiro pelo governo estadual, mesmo num cenário nacional e internacional que já davam sinais de falência e esgotamento. Corroborando essa afirmação, Vilaschi afirma que:

[...] a análise da severidade da crise que se abateu sobre a cafeicultura no Espírito Santo não pode desconsiderar então o fato de que essa atividade foi fortemente estimulada e a dependência do café aumentada, ainda que já houvesse indícios da decadência do modelo econômico [...] (VILASCHI, 2010, p. 56).

Analisando ainda os efeitos do impacto social causado pela erradicação dos cafezais, outro dado importante é que a renda *per capita* do Espírito Santo só era maior que a do Pará, Maranhão e Piauí em 1965 (MEDEIROS, 1977).

Essa crise econômica do café, que vinha se desenhando há décadas no horizonte capixaba, teve reflexos diretamente na estrutura política até então praticada pelas elites do estado. Segundo Silva, a estrutura de poder que funcionava no Espírito Santo na década de 1960 havia sido montada no governo Vargas, pois:

[...] Dias Lopes ao assumir o governo, encontra o poder executivo estruturado [...] no Decreto-Lei nº 15.040 de 28/10/1943, [...] assinado pelo então interventor federal no Espírito Santo, Jones dos Santos Neves quando com a consultoria da DASP, foi organizado o serviço público estadual, adequando-o ao figurino da Ditadura Vargas [...] (SILVA, 1993, p. 92).

Isso ficou em evidência nas eleições estaduais de 1962. Apresentaram-se, no cenário político regional, dois candidatos com experiência administrativa, pois já haviam sido governadores do estado. Pleiteavam o segundo mandato Jones dos Santos Neves, candidato do

PSD, e Francisco Lacerda de Aguiar, indicado pela Coligação Democrática formada pelo PTB e UDN. Mostrando a força que as elites agrárias ainda detinham sobre o processo político-partidário no estado, Chiquinho, como era Francisco Lacerda popularmente conhecido pelos seus correligionários, conseguiu reunir em torno da sua candidatura as forças políticas que impuseram a Jones uma grande derrota naquele ano, além de frear o processo de diversificação da economia tendo por norte a industrialização.

Oliveira compartilha da mesma opinião de Silva (1995) ao dizer que:

[...] o fato de Chiquinho ter convivido na família com diversas correntes políticas muitas das quais diametralmente opostas, contribuiu para que ampliasse seus horizontes acabando por imprimir ao seu perfil maior flexibilidade de posição [...] (OLIVEIRA, 2013, p. 94).

A Assembleia Legislativa (ALES) apoiou, em sua grande maioria, Chiquinho. Silva aponta que Chiquinho, tanto nas eleições de 1954 e de 1962, freou o projeto jonista de desenvolvimento econômico, pois via o processo de industrialização como caminho complementar à atividade predominantemente agrária. Para Silva:

[...] Essa força modernizadora, ou seja, a tentativa de colocar alternativas socioeconômicas ao desenvolvimento do estado, que não a total dependência do café, é neutralizada na gestão governamental seguinte sob a chefia de Francisco Lacerda de Aguiar – o Chiquinho (1955/1959). Nesse período, a estrutura institucional do poder executivo não sofre alterações, havendo somente a manutenção das atividades vegetativas e tradicionais do estado [...] (SILVA, 1993, p. 97).

Esse modelo econômico que Chiquinho (1955-1958/1963-1966) representava sofreu dois reveses durante o seu mandato: a crise do café, citada anteriormente, e a ruptura política em 1964, que resultou na implantação da Ditadura Militar. Setores industriais no Espírito Santo, tendo como seu maior expoente a Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), começaram a prevalecer sobre o setor agrário-exportador já decadente. É possível perceber que a conjuntura econômica naquele contexto capixaba abalou as estruturas políticas locais que foram mais impactadas pelo rompimento institucional do país e com a implantação de um regime autoritário.

Embora Oliveira (2013) afirme que às vésperas do golpe civil-militar de 1964 as agitações políticas nacionais não contaminaram o estado, era percebido pelas elites locais que a crise do setor cafeeiro gerava a necessidade de se buscar e encontrar novos projetos urbano-industriais. Essa prioridade industrial colocava em xeque a estabilidade política conquistada

por Chiquinho nos dois anos anteriores. Este teria protelado o máximo possível para se posicionar em relação ao movimento golpista contra Jango (OLIVEIRA, 2013).

As tensões políticas pré-golpe só foram sentidas próximas ao evento que direcionaram as forças políticas a assumirem posicionamento diante do eminente golpe de estado. As forças políticas e sociais contrárias ao golpe foram incipientes e sem apelo junto à sociedade. Com exceção do movimento estudantil e sindical, as principais forças políticas aderiram ao golpe de 1964. Oliveira afirma que:

[...] o golpe militar que se abateu sobre o país no dia 1º de abril de 1964 não encontrou grandes resistências no estado [...]. Reproduziu-se no estado a inoperância dos setores contrários ao golpe, assim como a inércia da maioria da população à derrubada de Jango com raras exceções do movimento estudantil que tentou organizar algumas manifestações, e de parte do movimento sindical que não saiu da retórica e de algumas passeatas [...] (OLIVEIRA, 2013, p. 103-104).

E mais, Segundo Fagundes, em 15 de abril de 1964, a capital Vitória viveu um dia eufórico em razão da posse do general Castello Branco. O autor afirma:

O som dos fogos de artifícios, buzinações de carros e navios, somados a repartições públicas e ao comércio fechados – em plena quarta-feira – conferiu à cidade um clima semelhante ao de comemoração de um título mundial de futebol. Naquele dia, Vitória, capital do Espírito Santo, parou para celebrar a posse de Humberto Castello Branco (1964-1967) para o cargo de Presidente da República (FAGUNDES, 2015, p. 143)

Em 19 de abril de 1964, um caderno especial do jornal *A Gazeta* foi produzido para prestar felicitações por parte dos empresários à “Revolução Democrática”. Fagundes cita que:

Entre os setores que publicaram homenagens no Caderno Especial do jornal *A Gazeta*, do dia 19 de abril de 1964, estavam o Centro de Comércio de Madeiras de Vitória, o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A, Buaiz S/A Comércio e Indústria, o Centro de Comércio de Café de Vitória, a Cia. Telefônica do Espírito Santo, Chocolates Garoto S/A, Itabira Agro-Industrial Ltda, Jabour Exportadora e Importadora, Veículos do Espírito Santo S/A, Coser Café S/A, a Casa Zardini, Elias Miguel S/A, Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul e a VitoriaWagem (FAGUNDES, 2015, p. 144).

Algumas semanas antes, propriamente no contexto anterior ao golpe, o jornal *A Gazeta* foi porta-voz da Marcha com Deus pela liberdade. Fizeram parte da Marcha: “empresários,

estudantes, militares da marinha e do exército, parlamentares, representantes de trabalhadores, o clero, membros do judiciário e do governo estadual” (FAGUNDES, 2015, p. 150). Portanto, o referido jornal, cujo proprietário era o ex-governador Carlos Lindenberg (1959-1962), apoiou o golpe contra o João Goulart às vésperas do acontecimento.

Para Oliveira (2013), as preocupações regionais com as demandas do estado e as constantes críticas ao governo de Chiquinho, em função do jornal ser veículo oficial do PSD, levaram a um posicionamento tardio da imprensa capixaba em comparação com os grandes jornais da época situados no eixo Rio-São Paulo. Oliveira diz que:

[...] No Espírito Santo, além de *A Tribuna*, jornais como *A Gazeta* [...] e o *Diário* [...] estavam muito distantes do tom histórico e apoteótico impresso no noticiário dos principais jornais cariocas, paulistas e mineiros [...] (OLIVEIRA, 2013, p. 96).

No capítulo anterior, analisamos o posicionamento do jornal *A Gazeta* na construção da narrativa de superação do atraso econômico vivido pelo estado, no contexto do governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975). Esse tipo de representação criada a favor do projeto político vigente ajudou na construção de um tipo de memória que será melhor debatida no último capítulo desta dissertação.

Entretanto, *a priori*, cabe a retomada da reflexão feita até aqui no sentido de contextualizar o cenário político local no contexto do golpe. O governo de Francisco Lacerda de Aguiar se tornou alvo da oposição liderada pelo PSD e pelo jornal *A Gazeta*, que intensificaram suas ações e críticas contra seu governo, levando-o a licenciar-se e, logo em seguida, renunciar após intensas denúncias de corrupção, de enriquecimento ilícito e de desvios de verbas em seu governo.

2.2. “Se as glórias do presente forem poucas... Acenai para nós posteridade!”

Passado o golpe de 1964, a busca pela institucionalização do regime levou os militares a voltarem suas atenções para a necessidade de conquistar o apoio civil por meio da atuação das forças políticas. Em virtude do pluripartidarismo vigente e das representações sociais que os partidos possuíam junto à sociedade, o governo do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) editou o AI-2 (Ato Institucional número 2) instituindo o bipartidarismo. A reorganização partidária foi concentrada em dois partidos: o da situação, Arena, e o da oposição, MDB.

Carlos Fico (2004) afirma que os atores em cena apoiaram o golpe acreditando que este seria passageiro, pois o governo “revolucionário” entregaria o poder político novamente aos civis, logo após a “organização da casa”. De fato, isto não aconteceu naquele contexto.

O objetivo do bipartidarismo era reunir numa mesma sigla grupos políticos dos mais diversos e que, por força da barreira imposta pelo ato institucional, se aproximariam ideológica e fisiologicamente, descaracterizando-os a ponto de enfraquecê-los perante sua base de apoio.

Assim, todos os grupos políticos que eram pró-regime foram alocados num mesmo partido. A Arena se fortaleceu em virtude também de interesse puramente fisiológico de políticos com pretensões partidárias, enquanto a oposição constituiu-se de uma minoria com força política em ação naquele contexto. As mudanças partidárias visavam assegurar o apoio civil ao regime através da incorporação das elites políticas em uma legenda apenas e favorável ao governo da “Revolução”, como os militares designavam o golpe de 1964.

Para Grinberg (2009), a estrutura criada pela Arena visava atender as características da tradição política do país que era representada pela importância dos estados e municípios, onde as sublegendas mantinham as relações de poder e as disputas regionais intactas. O autor afirma que:

Mais do que um artifício para vencer o MDB, a sublegenda era uma maneira de garantir as candidaturas de membros da Arena que por longos anos tinham sido adversários em campanhas eleitorais. As sublegendas era uma garantia de modificar o mínimo possível as relações de poder nos municípios, mantendo-se a realização das disputas entre os grupos locais através das eleições (GRINBERG, 2009, p. 70).

Desde o AI-1 (Ato Institucional número 1), as cassações de políticos da oposição estavam ocorrendo com frequência. Para ter seu registro confirmado após os dois Atos Institucionais vigentes, foi necessário o MDB recorrer ao partido da situação²³. Isto dificultou a formação do MDB tanto pela distância do poder quanto pelas perseguições que parte dos seus quadros estava sofrendo pela Ditadura Militar. Em relação a Arena, a grande dificuldade encontrada era conciliar os mais diversos grupos partidários e interesses eleitorais das antigas siglas que até então eram adversários no multipartidarismo e que passaram a coexistir dentro de um mesmo espaço de atuação. No Espírito Santo, esses conflitos foram acentuados,

²³ Segundo Oliveira (2013, p. 116): “somente o primeiro Ato Institucional [...] cancelara os mandatos e suspendera os direitos políticos de 50 deputados federais e 9 suplentes [...] o presidente Castelo Branco chegou a persuadir o Senador Aarão Steinbruck a filiar-se ao partido da oposição para viabilizá-lo. Foi dessa forma artificial que o MDB atingiu os pré-requisitos para obter o registro em dezembro de 1965”.

sobretudo no governo de Chiquinho e Dias Lopes, pois a Arena capixaba se tornou espaço de conflitos dentro da própria agremiação²⁴.

O MDB, por sua vez, teve muita dificuldade de atrair políticos para compor suas fileiras, tornando-se um partido fraco do ponto de vista político-institucional. Oliveira diz que:

[...] o MDB capixaba foi composto, em sua maior parte, por elementos egressos do PTB, especialmente de sua ala mais conservadora, capitaneada, na constituição do partido novo, pelo Deputado Federal Argilano Dario, já que parte desse mesmo grupo, liderado por Floriano Rubin, se abrigou no bloco arenista [...] (OLIVEIRA, 2013, p. 121).

É nesse cenário conturbado, de aglutinação de grupos partidários diversos, que se refletiu de forma intensa no estado levando o governo de Francisco Lacerda de Aguiar ao “caos” político. Os membros do antigo PSD organizaram uma verdadeira “cruzada antichiquinho”.²⁵ Foi justamente o grupo político que havia sido derrotado nas eleições de 1962, ligado diretamente aos setores urbano-industriais, que não se conformavam com a derrota e com o retrocesso no processo de implantação da pauta desenvolvimentista baseada na industrialização.

Um grande aliado na campanha promovida pela oposição contra o governo de Chiquinho foi o jornal *A Gazeta*, como já citado anteriormente. Veículo de comunicação oficial do PSD, pertencente à família Monteiro-Lindenberg, este jornal fez várias denúncias de corrupção no governo, tornando-se um instrumento extremamente útil ao grupo político local aliado e alinhado aos militares, bem como, dos grupos econômicos ligados ao setor industrial.

A relação de proximidade entre o referido jornal e os grupos políticos e econômicos que atuaram tanto no contexto pós-golpe quanto no período do governo de Arthur Gerhardt no estado, era evidente. Basta dizer que o ex-governador Carlos Lindenberg era o seu proprietário e um membro ativo do antigo PSD, cuja maioria dos seus quadros migrou para o ARENA após o bipartidarismo. Na Assembleia Legislativa o maior crítico de Chiquinho foi o deputado estadual Christiano Dias Lopes (OLIVEIRA, 2013).

A grave crise política gerada pelos opositores conduziu à abertura de um Inquérito Policial Militar contra Chiquinho e que foi encaminhado ao presidente militar Castelo Branco para as devidas providências quanto a continuação do governo. Mesmo após a abertura de um

²⁴ Oliveira (2013, p. 137) afirma que “[...] a ideia de que os atores políticos mantiveram suas vinculações e posicionamentos políticos verificados no período anterior ao bipartidarismo [...] demonstra claramente que houve um racha no interior da Arena”.

²⁵ A expressão “Cruzada Anti-Chiquinho” simbolizou a reunião das forças políticas regionais identificadas com os setores urbano-industriais, reunidas no PSD, doravante inseridas na Arena, que haviam perdido o pleito em 1962 e que passaram a articular ações visando retirá-lo do executivo capixaba (OLIVEIRA, 2013).

processo de *Impeachment*, Chiquinho foi absolvido pela ALES. Oliveira (2013) afirma que mesmo sobre pressão dos militares sobre os deputados, na votação se configurou a mesma lógica partidária anterior: PSD contra a Coligação Democrática.²⁶

Porém, nada disso impediu a renúncia e a saída de Chiquinho do executivo capixaba em 05 de abril de 1966. Em seu lugar, assumiu o governo o vice Rubens Rangel, que governou por um ano até fazer a transição e dar posse ao 1º governador biônico do estado do Espírito Santo, Christiano Dias Lopes, em 1967. Em seu rápido governo, ele aproximou-se da FINDES e de setores urbano-industriais ligados ao antigo PSD. Segundo Oliveira, as políticas públicas, leis, propostas de reformas foram encaminhadas ao governador por esse grupo político e econômico. O autor diz: “É notória a participação ativa desses setores na gestão do Governador Rangel, inclusive na proposição de políticas e reformas na estrutura estatal, voltadas para o setor industrial” (OLIVEIRA, 2013, p. 140).

2.3. “A posteridade chegou!”: O governo Dias Lopes (1967-1971)

O Ato Institucional número 3 (AI-3), imposto pelo presidente Castelo Branco, em 1966, determinava que a eleição de governadores e vice-governadores fosse de forma indireta, ou seja, que os prefeitos das capitais não seriam mais eleitos e sim indicados por nomeação pelos Governadores, mediante aprovação prévia da Assembleia Legislativa. Portanto, o AI-3 veio com o propósito de frear as disputas regionais entre as lideranças políticas e controlar os grupos locais, pois os militares viam esses conflitos como ameaças ao “processo revolucionário”, iniciado em 1964. De tal modo, o AI-3 dispôs sobre as regras eleitorais, tanto nacionais quanto estaduais e municipais.

A lista tríplice²⁷ conduziu à escolha de Chiristiano Dias Lopes, que possuía boa relação com políticos locais e ótima circulação entre os setores industriais emergentes. Daí a escolha para função de governador do estado foi um processo natural seguindo a lógica do governo ditatorial.

Dias Lopes defendeu a bandeira desenvolvimentista da política de industrialização e modernização da economia capixaba que se encaixou com a política econômica desenvolvimentista do governo federal. Ele herdou a veia política de Jones dos Santos Neves

²⁶ Ver a distribuição de votos na ALES no processo de *Impeachment* contra Francisco Lacerda de Aguiar, em Oliveira (2013, p. 135).

²⁷ Processo pelo qual três nomes eram indicados ao governo federal, pela Assembleia Legislativa Estadual, para que procedesse a escolha do novo governador.

no que se refere ao projeto de desenvolvimento do PSD, de 1962, do qual ajudou a construir a plataforma de governo. Duas palavras se tornaram a base de seu projeto governista: desenvolvimento e racionalização. Silva diz que:

Ao adotar como binômio básico para a ênfase política da sua administração o desenvolvimento e a racionalização, conforme expressou em seu discurso de posse, o governador Dias Lopes leva para o âmbito da ação do executivo estadual, uma crença pessoal de que a saída para a crise estava no papel a ser desempenhado pela ação direta e indutora do Estado na economia [...] (SILVA, 1993, p. 190).

A tal racionalização presente no discurso de posse citado acima se daria através da implementação da reforma administrativa que foi criada por intermédio da Lei nº 2.296, de 16 de julho de 1967. Já o desenvolvimento seria por meio do processo de industrialização. A possível resistência política ao projeto desenvolvimentista pela via da industrialização foi derrubada. Segundo Silva:

A resistência política que poderia ser colocada a essa alternativa tinha sido enfraquecida por dois motivos: a crise que se arrastava há algum tempo, associada a períodos de governo regional meramente vegetativo (63/66 e 66/início de 67) e o autoritarismo do Regime Militar que foi derrubando as oposições políticas [...] (SILVA, 1993, p. 216).

As propostas de Dias Lopes de modernização e industrialização se deu com base no modelo adotado pela Ditadura Militar, que promovia o desenvolvimento via um estado forte e intervencionista. Silva afirma que ele tentou organizar o estado política e administrativamente nos moldes do regime militar: burocrático e autoritário, visando recuperar economicamente o estado pela via da industrialização:

Coube ao governador Dias Lopes duas tarefas: a organização político-administrativa do estado, de acordo com o modelo preconizado pelo Regime Militar, de características burocrático-autoritárias e a adoção de medidas decorrentes da grave crise econômica proveniente da derrocada da lavoura cafeeira no Espírito Santo [...] (SILVA, 1993, p. 215).

A crise econômica no setor cafeeiro, como já foi enfatizada anteriormente, foi fator de ruptura na estrutura política do estado, uma vez que saiu de cena a pauta agrária e entrou a proposta desenvolvimentista com foco na indústria. Porém, havia outro problema que

emperrava o desenvolvimento industrial do Espírito Santo: a falta de infraestrutura que favorecia os estados vizinhos. Assim, de acordo com Medeiros:

[...] havia obstáculos à industrialização e evasão de poupanças. A deficiência infraestrutural, a concorrência dos pólos mais desenvolvidos e do nordeste em expansão por incentivos, o modelo brasileiro de industrialização... Estes eram os obstáculos [...] (MEDEIROS, 1977, p. 72).

Existia um problema estrutural e conjuntural no estado que exigia mudanças fortes na economia capixaba. A falta de infraestrutura necessária às mudanças econômicas era uma das frentes que o governo pretendia atacar no estado, principalmente os seguintes setores: energia elétrica, abastecimento de água, portos e rodovias. Em especial, a falta de rodovias era um dos responsáveis pelo isolamento político e econômico do estado. Silva afirma que:

[...] A infraestrutura rodoviária foi fundamental para a economia do Espírito Santo. A abertura e a pavimentação das rodovias federais (BR 101 e BR 262) (...) foram um dos fatores que contribuíram para o rompimento do isolamento econômico e político a que historicamente era submetido o estado do Espírito Santo [...] (SILVA, 1993, p. 201-202).

Medeiros (1977) aponta que o esforço de Dias Lopes para criar uma estrutura no Estado, visando atrair investimentos externos e diversificar a economia se deu de forma intensa. Segundo o autor:

Daí brotou a ideologia do esforço empreendido pelo governo estadual, a partir de 1967, para dotar o Espírito Santo de uma estrutura institucional capaz de enfrentar os desafios apresentados pela crise econômica [...] (MEDEIROS, 1977, p. 73-74).

A chamada Plataforma Ideal²⁸ representou uma harmonização entre o projeto governamental e o projeto de desenvolvimento das elites capixabas. De acordo com Oliveira:

[...] Parte-se do pressuposto de que tal crise foi o principal elemento gerador de uma ruptura na composição política do estado [...] proporcionando o consenso em torno de um projeto de desenvolvimento econômico com base na indústria [...]. Tais aspectos acabaram por se

²⁸ Segundo Oliveira (2013, p. 151): “Parte-se do pressuposto de que a crise dos cafezais foi o principal elemento de uma ruptura na composição política do estado [...] proporcionando o consenso em torno de um projeto de desenvolvimento econômico com base na indústria, doravante imaginada como único elemento capaz de recuperar a economia do estado. Tais aspectos acabaram por se tornar a plataforma ideal”.

tornar a Plataforma Ideal para a circunstância – havendo uma confluência de agendas entre o projeto das elites capixabas e o projeto industrializante dos governos militares [...] (OLIVEIRA, 2013, p. 151).

O processo de industrialização da economia capixaba, em meados da década de 1960, ocorreu concomitantemente aquela referida crise que em função da urgência em encontrar alternativas à sua superação, levando as elites políticas e econômicas àquilo que Lélío Rodrigues chamou de “consenso de necessidades” e que foram estudadas por Vilaschi, Felipe e Oliveira (2010). Esse consenso seria a junção dos esforços de setores políticos, sociais e econômicos em prol de um projeto industrializante para a economia capixaba.

Com a crise do café, as elites capixabas ligadas ao setor agrário perderam a influência política que exerciam junto à sociedade devido às novas demandas econômicas do estado. A perda da capacidade de direcionar o projeto desenvolvimentista diante da nova agenda econômica favoreceu o fortalecimento de setores urbano-industriais que já estava em processo de gestação há alguns anos. Para Oliveira:

[...] essa condição redundou na perda, por parte da elite cafeeira, da capacidade de determinar as diretrizes governamentais em termos desenvolvimentistas, abrindo espaço para novas proposições, doravante de natureza urbano-industriais [...] (OLIVEIRA, 2013, p. 156).

Foi no governo de Dias Lopes que ocorreu a ascensão do projeto desenvolvimentista das novas elites capixabas ligadas ao setor industrial. As primeiras medidas adotadas pelo executivo para ampliar o processo de industrialização da economia capixaba foi alterar a legislação e criar uma burocracia. De tal maneira,

[...] com vistas a promover a industrialização do estado, foi elencada como prioridade do 1º governador biônico do estado, Christiano Dias Lopes, a criação de instrumentos legais e burocráticos para incrementar o processo de desenvolvimento econômico que passaria a caracterizar a economia capixaba [...] (OLIVEIRA, 2013, p. 158).

Por meio da crise do setor cafeeiro chegou-se ao entendimento de que a dependência econômica em relação ao café era um impeditivo ao desenvolvimento da economia capixaba. Essa pauta se refletiu na organização dos partidos políticos no Espírito Santo, pois a bandeira da industrialização como elemento catalisador do desenvolvimento do estado, tão defendida desde os anos de 1950 por políticos como Jones dos Santos Neves entre outros, os direcionou ao partido da situação.

A Arena recebeu em seus quadros grande parte dos políticos oriundos dos grupos multipartidários existentes no pré-1964. Ou seja, o rearranjo político após a criação do bipartidarismo em 1965 e a migração dos que defendiam o desenvolvimento por meio da industrialização para os seus quadros, a favoreceu nas eleições seguintes que se sucederam no estado. Já no MDB o processo foi mais penoso em função do enfraquecimento político gerado pelas cassações.

O reflexo desse complexo jogo de reorganização política resultou no sucesso da Arena nas eleições seguintes para a ALES e para a Câmara Federal, sendo a maioria das vagas ocupadas por seus candidatos.²⁹

2.4. “Proto-partido” político: o papel da FINDES no governo de Dias Lopes

Diante dos conflitos e dissensões no meio político, surge um terceiro elemento com força e capacidade de atuação por dentro das instituições: a FINDES. Esta entidade fora criada para atender as demandas do setor industrial capixaba ainda incipiente, em 1958, pelo empresário Américo Buaiz³⁰. Sua pauta industrializante não foi bem aceita no primeiro governo de Francisco Lacerda de Aguiar (1955-1958), pois este estava comprometido com os setores agrário e rural, que foram a base de sustentação seu governo.

O projeto reformista e modernizador proposto pela FINDES ganhou espaço no segundo governo de Carlos Lindenberg (1959-1962). Ele era membro das famílias Monteiro-Lindenberg, cujas origens estavam ligadas ao latifúndio. Porém, ao assumir o executivo estadual, Lindenberg direcionou parte da sua política governamental no sentido de dinamizar a economia capixaba pela via da industrialização, além da tentativa de conciliar com a vocação agrária do estado.

Nas eleições estaduais de 1962, a FINDES e os setores políticos ligados a pauta industrializante tiveram um revés com a derrota do pessedista Jones dos Santos Neves para Chiquinho, que fora apoiado pelos setores latifundiários. A ruptura política em 1964 mudou os

²⁹ Ver quantidade de candidatos da Arena e do MDB para a Assembleia Legislativa e para a Câmara Federal em 1966, em Oliveira (2013, p. 162).

³⁰ Américo Buaiz era filho de libaneses, formou-se em Direito no Rio de Janeiro e retornou à Vitória para dar continuidade aos negócios do pai. Descobriu-se um grande empreendedor e com faro e determinação empreendeu grandes e diversificados negócios no estado. Foi o principal responsável pela fundação da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES). Disponível em: http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2012/05/noticias/a_gazeta/opiniao/1241715-americo-buaiz-o-pai.html. Acesso em 17/02/2017. Ver também: Dos Santos, Estilque Ferreira. Américo Buaiz – Memória do Desenvolvimento do Espírito Santo – Grandes nomes. Vitória-ES, Ed. Espírito Santo em Ação, 2011.

rumos do governo capixaba. As tensões políticas foram acentuadas entre os grupos ligados ao PSD, Carlos Lindenberg, FINDES e Christiano Dias Lopes. A campanha midiática contra o seu governo patrocinado pelo jornal *A Gazeta* contribuiu para o enfraquecimento do seu governo, levando-o a renúncia em 1966, como fora dito anteriormente.

A Federação das Indústrias ganha importância no governo de Dias Lopes de tal forma que, além de elaborar o seu plano de governo por meio do Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Espírito Santo, fez indicações para os cargos estratégicos do secretariado no executivo. O documento intitulado *Diagnóstico para o planejamento Econômico do Espírito Santo* seguia a lógica “do planejamento, da orientação racional dos investimentos públicos como indutores do desenvolvimento” (SILVA, 1995, p. 108). O referido documento afirmava que nenhum produto agrícola oferecia boas perspectivas para o desenvolvimento da economia capixaba e apontou outros caminhos para promover o crescimento econômico do estado a nível nacional e internacional. Segundo Silva:

[...] A integração ao mercado nacional se processaria com o aproveitamento das ligações rodoviárias previstas e as já realizadas pelo governo federal, e que atravessariam o território do estado [...]. A integração ao mercado internacional se processaria com o aproveitamento da localização geográfica [...] (SILVA, 1993, p. 110-111).

As atividades econômicas identificadas, por este estudo, como capazes de alavancar a produção no estado seriam a “exportação de minério de ferro e a agricultura de abastecimento” (SILVA, 1993, p. 110-111). Desde o início, a FINDES estreitou relações com o poder público com o objetivo de levar suas pautas e reivindicações ao executivo capixaba a fim de inseri-las no plano de governo. A presença das Federações de Sindicato de Empregadores era fundamental na atração e capitalização de recursos da união, conforme afirma Oliveira:

[...] Para constituição de entidades sindicais era necessário um número mínimo de cinco sindicatos representantes ligadas ao setor, mas a sindicalização patronal no Espírito Santo era precária. Não era só do baixo desenvolvimento industrial que o estado ressentia, mas também de uma massa de trabalhadores organizados [...] (OLIVEIRA, 2015, p. 182).

O autor ainda diz que, a lógica é inversa, pois os empresários se estruturaram primeiro sem a pressão dos trabalhadores e sem as pautas reivindicatórias que pudessem representá-los, fato que encaminhou o empresariado a encontrar um estado aberto às suas demandas privadas.

Esse tipo de atuação gerou tensões com a base política aliada do governo. Para Oliveira (2013), essa atuação da FINDES tornava-a uma espécie de proto-partido, capaz de influenciar decisivamente os rumos políticos e econômicos do governo vigente. Para Oliveira:

[...] a FINDES acabou funcionando, durante todo período, como uma espécie de proto-partido político, na medida em que serviu como lócus de recrutamento e formação de uma elite civil relativamente coesa e que inserida no interior da Arena [...] poderia dar sustentação política ao Regime no Espírito Santo, principalmente no que tange ao seu projeto desenvolvimentista [...] (OLIVEIRA, 2013, p. 166).

Daquele diagnóstico patrocinado pela Federação das Indústrias, Dias Lopes adotou, como lema de seu governo, dois elementos chaves, o binômio racionalização administrativa e o desenvolvimento. Ele apontou para o caminho da industrialização como única saída para desenvolver a economia capixaba em virtude da saturação da produção de produtos tradicionais no estado. Assim,

[...] não há enfim nenhuma possibilidade de o Espírito Santo, nos próximos anos, intensificar seu desenvolvimento baseado em produtos tradicionais, sujeitos a flutuações permanentes da sua procura e de seus preços [...]. Nesse sentido, seria a industrialização o caminho a se perseguir para colocar o Estado em novas rotas de desenvolvimento (OLIVEIRA, 2013, p. 166).

Na medida em que recrutava líderes políticos inseridos na Arena, a FINDES ajudava na formação de quadros políticos cuja finalidade era dar sustentação ao regime militar no estado. É importante frisar que, durante a Ditadura Militar a esfera política sofreu diversas influências externas em virtude das medidas restritivas impostas pelo governo federal, de forma que a estratégia correta para ganhar o apoio federal era alinhar o seu projeto desenvolvimentista ao dos militares. Esse alinhamento entre os referidos projetos políticos ficará claro a partir da análise discursiva das fontes que serão apresentadas no último capítulo deste trabalho dissertativo.

O caráter tecnocrata da FINDES fez com que as indicações para os cargos políticos do governo Dias Lopes fossem ocupados por técnicos e não por quadros políticos oriundos da base aliada. Cito, como exemplo, o sucessor de Cristiano Dias Lopes, que foi secretário de planejamento e de obras públicas do então governador em exercício. A montagem de sua equipe

de secretariado com perfil técnico gerou pressões e insatisfações da base política aliada ao governador³¹.

O CODES (Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo) foi criado em 01 de fevereiro de 1967 por Dias Lopes com o objetivo de ajudar no desenvolvimento econômico do estado, dando apoio e suporte aos setores público e privado para diversificarem sua atuação para além do café. Este órgão era subordinado ao executivo, sendo o responsável por colocar em prática a política de desenvolvimento econômico do estado, viabilizando os estudos e financiando o desenvolvimento. Silva (1993, p. 138) afirma que caberia ao CODES “elaborar estudos socioeconômicos com base no desenvolvimento, sendo capaz de captar recursos, financiando e subsidiando a infraestrutura do estado entre outros”.

A nova Constituição Federal, de 1967, foi importante para Dias Lopes, que conseguiu aprovar a carta constitucional do estado juntamente com as Leis Delegadas³²:

[...] Não por acaso, obtive, em seguida, outra importante vitória: conseguiu aprovar com apoio maciço da maioria governista, o regime das Leis Delegadas, dispositivo por meio do qual o executivo passaria a ter, por tempo indeterminado, plenos poderes na atribuição de legislar (OLIVEIRA, 2013, p. 174).

Após essa vitória, o governador implementou sua reforma administrativa no estado visando dinamizar a economia. Os conflitos políticos foram evidentes nas eleições para a Mesa Diretora da ALES, em 1968, tanto é que a maior derrota política de Dias Lopes foi não ter conseguido eleger o seu candidato para a presidência da casa, Henrique Pretti³³. Ficou evidente que as dissensões dentro da Arena foram motivadas pela política adotada pelo governador que não valorizava o viés político em sua administração.

Porém, o cenário político muda no final de 1968 com a implantação do AI-5 (Ato Institucional número 5). Este foi o mais rígido de todos os Atos Institucionais. Promulgado pelo general-presidente Arthur da Costa e Silva, em 23 de dezembro de 1968, resultou na cassação de mandatos de políticos opositores aos militares, intervenções orquestradas pelo presidente

³¹ Dias Lopes sofreu pressões de grupos políticos dentro da Arena em virtude de as escolhas para os quadros do governo terem sido feitas com base no perfil técnico e não político, fato que desagradou muitos das lideranças políticas que mantinham o arco de apoio ao seu governo. Ver Oliveira (2013, p. 169).

³² As Leis Delegadas eram as prerrogativas concedidas ao executivo para legislar tendo plenos poderes por tempo determinado. No governo Dias Lopes foram 26 Leis Delegadas baixadas (LD) no período de setembro a novembro de 1967, estruturando os principais organismos para a administração pública e para reforma administrativa que pretendia realizar. Ver Oliveira (2013, p. 174).

³³ Henrique Pretti era o candidato preferido de Christiano Dias Lopes para assumir a presidência da Assembleia Legislativa em 1968.

nos estados da federação, na suspensão de todas as garantias constitucionais e na suspensão do *Habeas Corpus*. Outra consequência desse ato foi a institucionalização da tortura que se tornou prática comum utilizada como instrumento investigativo pelo Estado, além do fechamento das Assembleias Legislativas Estaduais. No Espírito Santo resultou no encerramento provisório dos conflitos na casa até o seu retorno, em outubro de 1969.

Durante sua vigência, o AI-5 deu maior poder de atuação ao governador capixaba para colocar em pauta seu projeto desenvolvimentista para o Espírito Santo. Uma delas foi a proposta encaminhada, em 1967, para conceder incentivos fiscais, isto é, isenção de impostos visando atrair empresas da iniciativa privada para investir no estado.

No contexto do governo de Dias Lopes o estado autoritário brasileiro estava em processo de consolidação através da criação de leis coercitivas impostas ao legislativo, cujas marcas foram o centralismo político e administrativo e maior concentração de recursos nas mãos do Estado, enquanto que “no plano nacional, vivia-se a etapa da consolidação legislativa do Estado autoritário, caracterizado pelo centralismo político-administrativo e pela concentração de recursos fiscais no poder decisório da União” (SILVA, 1993, p. 215).

A lei nº 2.313, de 21 de novembro de 1967, de incentivos fiscais surtiu pouco efeito prático na economia capixaba, como afirma Oliveira (2013), pois outras regiões possuíam mais atrativos econômicos como o Rio de Janeiro e São Paulo, bem como, também, os estados do Norte-Nordeste em função da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Porém, mais adiante veremos como eles foram apropriados pelo discurso político e pela narrativa jornalística para potencializar a mensagem desenvolvimentista do estado no governo de Arthur Gerhardt.

O governo federal, representado pelo ministro do planejamento Roberto Campos, recusou conceder incentivos fiscais ao estado, pois já havia criado outras áreas visando a captação de investimentos. Por isso, Dias Lopes realizou, entre os dias 29 de janeiro a 01 de fevereiro de 1968, um Simpósio sobre a situação econômica do estado e propôs um projeto capaz de ajudá-lo no seu desenvolvimento.

A percepção do governo federal de que a economia realmente não estava bem em função da erradicação dos cafezais levou o general-presidente Costa e Silva a criar um grupo de trabalho no Ministério do Planejamento para ajudar o Espírito Santo. Enquanto isso, Dias Lopes percorreu os estados do Norte e Nordeste na tentativa de convencê-los de que os incentivos buscados pelo estado não apresentavam ameaça aos projetos federais destinados a essas

regiões.³⁴ Houve resistências por parte de alguns governadores que viam o Espírito Santo como uma ameaça aos seus interesses.

No governo de Dias Lopes foram criados o Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial (FUNDAI) e o Fundo de Desenvolvimento de Atividades Portuárias (FUNDAP). A lei decreto 880, de 18 de setembro de 1969, instituiu que as contribuições capixabas de pessoas físicas e jurídicas poderiam aplicar recursos provenientes do Imposto de Renda em empreendimentos capixabas. Interessante será ver como esse e outros discursos políticos foram utilizados para mobilizar os cidadãos capixabas a contribuírem com o estado na construção de um “novo Espírito Santo” nas páginas de *A Gazeta*. Também, naquele decreto, foi criado o Fundo de Recuperação do Espírito Santo (FUNRES). Tanto este quanto o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) “financiaram 40 projetos industriais, sendo 10 de ampliação e 30 de implantação entre os anos de 1970-1974” (ROCHA, MORANDI, 1992, p. 84).

Sobre a afirmação de Rocha e Morandi a respeito do Bandes, faz-se necessário ampliar o foco da discussão, apresentando uma reportagem publicada na *Revista Espírito Santo Agora*, em sua edição número 11 de fevereiro de 1974, cujo título trouxe a seguinte mensagem: “Bandes: O Retrato do Desenvolvimento”. Nela é apresentada ao leitor uma entrevista com Lenaldo da Silva Amaral, diretor Presidente do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo.

Ele faz um relato ao dizer que o banco não tem por finalidade apenas emprestar dinheiro, mas de fomentar o desenvolvimento por meio de projetos voltados para atender as demandas sociais, de orientar os empresários sobre a necessidade de organização e planejamento nos investimentos, de arriscar e provar que tal negócio é favorável e pode trazer benefícios para a iniciativa privada. Isto é, um banco que trabalha para o desenvolvimento do Espírito Santo e não somente visando investimentos.

A narrativa construída na matéria é singular, pois esclarece, de acordo com o ponto de vista do entrevistado, que se trata de um banco que, além de promover estudos e fomentar pesquisas nas mais diversas áreas, como silvicultura, pecuária bovina, agricultura e outros, acompanha e assessora “a implantação dos chamados **projetos de impacto** (Siderurgia, celulose, etc.)” e auxilia na captação de recursos provenientes de “investidores externos para poder manter o nível de crescimento maiores do que a média nacional”. Dessa forma, o

³⁴ As viagens de Dias Lopes ocorreram de acordo com o seguinte cronograma: dia 27/01/69, Bahia; 28/01, Sergipe; 29/01, Rio Grande do Norte; 30/01, Pernambuco; 31/01, Ceará; 01/02/1969, Maranhão; 02/02, Pará; 03/02, Amazonas. Ver Silva (1995, p. 161).

financiamento do BANDES seria um dos estímulos criados pelo governo estadual para o empresariado investir no estado.

Lenaldo da Silva Amaral diz: “O que eu acho é que não há mais condições de segurar o Estado. Ele deslanchou o seu processo e agora nós não vamos mais ter problemas de carência. Nós vamos ter problemas de abundância” (*Revista Espírito Santo Agora*, fevereiro de 1974, p. 19). Essa afirmação do presidente do BANDES traz embutidas duas ideias centrais: a primeira, subjacente, é a superação do “atraso”, finalmente conquistado pela promoção da industrialização da economia capixaba e pela construção das condições necessárias a esse desenvolvimento industrial; a segunda é a perspectiva do otimismo, do “horizonte de expectativas” criadas por essa “abundância”, “fartura” que suprirá todas as carências do estado.

Ele finaliza afirmando à Revista que o papel do Estado na promoção do crescimento econômico foi bem feito e revela que “agora é necessário que o capixaba faça a alguma coisa para ele mesmo. Porque o desenvolvimento pertence aos capixabas” (*Revista Espírito Santo Agora*, fevereiro de 1974, p. 19). Um alerta sobre a necessidade de os cidadãos buscarem a especialização para participarem desse bolo “farto e abundante”.

Nesta mesma edição da Revista Espírito Santo Agora, é apresentado, em seu editorial Opinião, um texto cujo título foi: “O ‘bombocado’ ou vai ser difícil o capixaba comer deste progresso”. Ele é revelador e significativo, pois faz um prenúncio do que o presidente do BANDES alertara ao final de sua entrevista. A metáfora “bombocado” referia-se a um provérbio popular segundo o qual quem faz o prato saboroso, geralmente, não consegue comê-lo. Ou seja, o Espírito Santo encontrava-se diante de um cenário de desenvolvimento e de oportunidades, de um verdadeiro “banquete” de empregos possibilitado pela implantação de uma sólida infraestrutura de serviços e de indústrias, e precisaria ser “abocanhado” pela população capixaba. Ele faz um alerta premonitório:

Se o capixaba tiver a intenção de participar do festim, não deverá entrar só com a vontade de comer. É preciso se preparar, aprender, ter a intenção de se desenvolver [...] Mais que tudo, é preciso ter a intenção do progresso... E os melhores empregos dificilmente serão capixabas se não formarmos os profissionais. Não existe nenhuma lei que obrigue a contratar um empregado de preparação deficiente só porque é filho da terra. Se cada um de nós entender que mudou tudo, que é preciso acompanhar o estado, podemos ir preparando o apetite. Sem especialização, sem informação, sem o espírito aberto e, a vontade de aprender a comandar a máquina, o capixaba terá que assistir ao pic-nic dos outros e será uma pena, pois o menu é ótimo” (*Revista Espírito Santo Agora*, fevereiro de 1974, p. 2).

Retomando a narrativa central deste tópico, para ajudar a gerir esses fundos foram criados alguns órgãos, entre eles o Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Espírito Santo (GERES), o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES) e o Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES) que representavam o arcabouço da economia industrial que se promovida por Dias Lopes. O primeiro tinha a função de receber as arrecadações federais ou estaduais através dos impostos, que seriam administrados pelo GERES junto ao governo federal, cuja implantação dos financiamentos e investimentos promovidas pelo executivo se daria via BANDES³⁵. Segundo Silva:

[...] Com o FUNRES organizado com base em recursos das arrecadações federal e estadual; o GERES com seus membros nomeados e instalados formalmente e começando a funcionar; e com o Banco de Desenvolvimento implantado em moldes a atender as regras do Banco Central e credenciado para a canalização de financiamentos (...), o arcabouço para a reprodução da propriedade capitalista industrial sob o manto do estado do Espírito Santo estava quase pronto (SILVA, 1993, p. 169).

Em 1969, o BANDES substituiu o antigo CODES e se tornou responsável pela implantação da política de industrialização, além da captação de recursos federais. Seu principal objetivo era ser o instrumento de revitalização da economia capixaba. Houve uma convergência, segundo Oliveira (2013), de fatores exógenos e endógenos que encaminharam o processo de industrialização de desenvolvimento do estado. Ele foi fundamental para gerir os incentivos fiscais do governo federal para o estado via FUNRES, o FUNDAI e o FUNDAP³⁶ essenciais para a implantação dos Grandes Projetos de Impacto no governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos. Desse modo, o BANDES tornou-se o responsável pelos “estudos e planejamento de território capixaba” (MEDEIROS, 1977).

A construção do Complexo Industrial de Vitória (CIVIT) também foi articulada pela FINDES, sendo o resultado do processo de industrialização pelo qual o estado passava no final da década de 1960-1970. Segundo Silva (1993, p. 179), o Bandes, juntamente com os incentivos

³⁵ Para maiores informações ver: “Banestes entre os dez maiores do Brasil” (*A Gazeta*, 31/03/1972, Caderno Especial, p. 11); “O papel do Bandes” (*A Gazeta*, 14/04/1972, p. 04); “Geres aplicou CR\$ 33 milhões em projetos industriais” (*A Gazeta*, 16/04/1972, p. 05); “Relatório mostra contribuição do Banestes” (*A Gazeta*, 12/07/1972, p. 10).

³⁶ A criação do FUNDAP pelo governo capixaba gerou alguns conflitos com outros estados da federação, entre eles Rio de Janeiro e São Paulo. Para maiores informações ver as matérias citadas que retratam o cenário de tensão à época: “São Paulo pressiona sistema FUNDAP” (*A Gazeta*, 23/11/1972; “São Paulo pressiona o Espírito Santo e Artur vai ao encontro de Delfim” (*A Gazeta*, 25/11/1972, capa); “FUNDAP – a pressão configurada” (*A Gazeta*, 08/12/1972, p. 04); “Das incertezas do FUNDAP” e “FUNDAP leve Artur agora a Laudo Natel” (*A Gazeta*, 16/12/1972, p. 04 e p. 14); “Guanabara e São Paulo querem esmagar o Espírito Santo” (*A Gazeta*, 28/12/1972, capa).

fiscais e o Civit, formaram “o tripé requerido pela FINDES ao governo estadual para dar sustentação do desenvolvimento industrial do Espírito Santo econômico”.

Em matéria publicada no dia 03 de fevereiro de 1972 em *A Gazeta*, intitulada “Geres faz a primeira avaliação dos incentivos fiscais no Espírito Santo”, é feito um relatório sobre o biênio 1970/1971 das atividades de apoio, a capacidade de mobilização, aplicação de recursos, as perspectivas e resultados desses “dois primeiros anos desde a instituição do sistema de incentivos fiscais no Estado”. É apresentado em números os resultados da captação de recursos que tem aberto possibilidades de investimentos reais na economia local; também é citado o papel desempenhado pelo Bandes em “estudar a economia local com o objetivo de situar a ação do banco de modo coerente com os seus objetivos e com as necessidades do Estado”, bem como, o GERES cuja política tem conduzido “suas atividades no sentido de aproveitar as oportunidades de investimentos existentes, tendo para isso iniciado gestões no sentido de qualifica-las”.

Assim, com base nas várias fontes de recursos provenientes do Decreto-Lei 880, os investimentos em sua quase totalidade têm sido feitos para “implantação de novos empreendimentos” no estado. E, ainda, cita que os resultados positivos com relação aos incentivos fiscais se devem pelo fato da realização de “um amplo trabalho de esclarecimento ao contribuinte no que concerne aos incentivos de participação societária e em negociações internas no que diz respeito a parcela de financiamento do FUNRES”³⁷.

Diante dessa perspectiva otimista acerca dos investimentos no estado, a narrativa tanto política quanto jornalística, ajusta-se às demandas do presente para atender o projeto político vigente. O sistema burocrático e financeiro montado, a criação dos incentivos fiscais na captação de novos recursos para a economia local em pleno vapor, consequentemente as indústrias que estavam sendo instaladas no estado e mais o apoio e a participação popular, reforçam a concepção de que o estado estava saindo da inércia e da paralisia que havia tomado conta do seu destino há décadas.

A memória do desenvolvimento desse período, justamente diz respeito a elaboração de uma representação positiva acerca do contexto político ditatorial que o país vivia. Cabe aqui citar a “ajuda” que a instituição do AI-5 pelo governo federal deu à política econômica de Dias Lopes, pois a implantação desses incentivos fiscais ocorreu justamente no momento que as atividades legislativas estavam suspensas. De acordo com Silva (1993, p. 222): “sob o comando

³⁷ Essa questão da divulgação ampla sobre os incentivos fiscais contou com a participação do jornal *A Gazeta*, pois em matéria do dia 12 de março de 1972, a economista Ana explica de forma bem simples e didática como o contribuinte deve fazer para investir seu dinheiro no pagamento de impostos ao estado.

de Dias Lopes, o estado do Espírito Santo experimentou uma transformação organizacional nunca antes ocorrida”. É essa a memória consagrada no imaginário social e político capixaba.

2.5. O governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975)

Oriundo do grupo técnico que dominou o cenário político desde o golpe de 1964, com grande experiência em administração e gestão de empresas, o engenheiro civil Arthur Carlos Gerhardt Santos foi o segundo governador do estado escolhido de forma indireta pela Ditadura Militar durante o governo de Emílio Gastarrazú Médici.

Embora não sendo político de carreira com militância atuante nos quadros partidários, Arthur Gerhardt procurou conciliar os diversos interesses que existiam dentro da Arena, com o objetivo de pacificar a relação entre o executivo e o legislativo, tão desgastada durante a gestão do seu antecessor.³⁸ Ele foi um elemento catalisador dentro do partido. Segundo Oliveira:

[...] os setores governistas da Arena, tendo à frente lideranças oriundas do antigo PSD, reunidos nesse momento em torno de Arthur Carlos Gerhardt Santos, passaram a se articular com a intenção de evitar os problemas enfrentados pelo governo de Dias Lopes, os quais tinham sido motivados pelas relações conturbadas com setores da Arena, insatisfeitos com o pouco espaço no governo [...] (OLIVEIRA, 2013, p. 216).

Essas tensões reforçam a visão de Oliveira (2013) de que a escolha dos governos estaduais foi um dos maiores pontos de conflitos durante a Ditadura Militar em virtude da diversidade das agremiações partidárias no interior da Arena. As relações entre a Arena governista e a dissidente foram pacificadas, de tal forma que Arthur Gerhardt passou o seu governo sem grandes embates políticos na Assembleia. Vale a pena reforçar que a pouca participação legislativa nos processos decisórios dos governos executivos estaduais foi a tônica durante a Ditadura Militar. Como Oliveira profere,

[...] havia uma orientação explícita do Governo Federal para que essa fosse a tônica dos governadores indicados, razão pela qual se observa a pouca expressividade da esfera legislativa no período e, conseqüentemente, a minimização dos conflitos entre governo e oposição [...] (OLIVEIRA, 2013, p. 234).

³⁸ Para maiores informações ver: “Apoio ao governo na vitória da Arena” (*A Gazeta*, 16/11/1972, p. 05); “Os líderes não se cansam” (*A Gazeta*, 18/11/1972, p. 04); “A vitória da Arena” (*A Gazeta*, 19/11/1972, p. 04); “A Arena em face dos grandes acontecimentos” (*A Gazeta*, 22/11/1972, p. 04).

Em tempo de “Milagre Econômico” (1969-1974), encontrar um candidato com o perfil da “Revolução” era o grande desafio, uma vez que na visão do governo o desenvolvimento econômico estava sendo realizado com êxito através da conjugação estado forte e intervencionista, mesmo que às custas de um grande aumento das desigualdades sociais no país. A sucessão de Dias Lopes ocorreu nesse contexto que tinha transformado várias regiões em um campo para implantação dos grandes projetos com base no programa de integração nacional. Afirma Silva que:

[...] Nessa época, o Regime Militar se consolidara e o país era um imenso campo de exercício para os grandes projetos de envergadura nacional, racionais em sua origem e aplicados em qualquer estado, indiferentes às características das regiões, tudo sob o rótulo do PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL [...] (SILVA, 1993, p. 225).

Assim, em 1970, Arthur Gerhardt e Henrique Pretti foram as indicações aceitas pelo general-presidente Emílio Gastarrazú Médici (1969-1974) e referendadas pela ALES. É importante citar que as eleições para deputados, senadores e prefeitos ocorreram normalmente neste ano pela via direta.

O clima de otimismo que havia cercado o final do governo Dias Lopes se deu em razão dos bons resultados na economia, o saneamento das contas públicas e a diversificação das atividades industriais, fatos que geraram uma sensação de que as coisas estavam seguindo um rumo certo. Em razão disso, Oliveira menciona que:

[...] O governo Dias Lopes e a Arena tinham, por outro lado, um grande trunfo a seu favor: inegavelmente, as ações frente ao governo começavam a surtir os primeiros efeitos. Já se havia colocado as contas públicas em dia, por meio da austera política de corte de gastos correntes, também utilizada para enxugar a máquina administrativa. O estado finalmente saía da grave crise econômica em que estava submerso desde 1966/67[...] (OLIVEIRA, 2013, p. 225).

O contexto em que Arthur Gerhardt assume o governo do estado é marcado pelos efeitos ainda presentes do AI-5, como o bipartidarismo – já consolidado e com seus conflitos internos – a censura à imprensa e a propaganda política resultado do Milagre Econômico brasileiro. Este coincidiu com o “espírito modernizante” existente na época, onde vários setores médios e industriais do país viveram um clima de grande otimismo. Nesse período, o Produto Interno Bruto (PIB) do país cresceu a taxas de 9,8% a.a. Contraditoriamente, houve aumento da

desigualdade e da concentração de renda no país. Foi a época dos grandes projetos na área da construção civil, como a Transamazônica, a Ponte Rio-Niterói e a Hidrelétrica de Itaipu.

Essas grandes obras relacionavam-se com uma perspectiva otimista de futuro calcada num presente de realizações. Ou seja, a ideia de “Brasil potência” atendia aos anseios das elites interessadas no desenvolvimento e na segurança, representações muito bem trabalhadas pelo Regime Militar. Isso gerou uma conjuntura favorável ao governo de Arthur Gerhardt. A estrutura organizacional e administrativa de Dias Lopes permaneceu no governo de Arthur Gerhardt sem grandes alterações. Segundo Silva:

[...] Não houve alteração no aparato do Estado construído pelo governador Dias Lopes, com a manutenção da filosofia e arrumação organizacional aprovada pela lei nº 2296/67. A divulgação era de que a reforma administrativa ainda estava em marcha [...] (SILVA, 1993, p. 231).

É nesse clima de entusiasmo e otimismo que Arthur Gerhardt iniciou seu governo orquestrando o seu projeto político ao do governo federal, baseado no desenvolvimento pela via da industrialização, através da implantação dos chamados Grandes Projetos de Impacto. Em sua tese, Oliveira (2013) desenvolveu a ideia de que essa confluência de possibilidades resultou numa Plataforma Ideal.

O objetivo do governo era elevar o desenvolvimento do estado através do aporte financeiro e estrutural do governo federal, visando atrair capitais nacionais e internacionais. Medeiros aponta que:

[...] a equação desenvolvimentista do Espírito Santo resumia-se em fazer com que o governo federal montasse uma infraestrutura condizente com as vantagens locacionais do Estado, tornando possível a atração de grandes capitais nacionais e estrangeiros [...] (MEDEIROS, 1977, p. 95).

Em comparação com Dias Lopes, Oliveira (2013) afirma que o seu modelo de desenvolvimento era diferente do modelo de Arthur Gerhardt em virtude do seu contemplar incentivos às pequenas e médias empresas como fator de diversificação das atividades industriais. A respeito desse complexo tema, vale fazer uma contextualização histórica do projeto econômico que embasou e deu sustentação à política econômica dos governos ditatoriais e que redundaram no estado capixaba.

Na década de 1950 foi criada a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) que tinha por objetivo discutir a questão das desigualdades regionais e sociais dos países em desenvolvimento. Uma das conclusões identificadas pela CEPAL foi a de que o início do caminho para o desenvolvimento das nações periféricas seria a industrialização. Rocha e Morandi (2012, p. 53) afirmam que a “CEPAL identificou na industrialização o único caminho viável para que as nações periféricas se tornassem independentes”. É esse viés econômico que vai influenciar os governos militares e também os governos biônicos estaduais no Espírito Santo.

As ideias cepalinas deram embasamento à discussão política, no contexto ditatorial, sobre as desigualdades regionais no Brasil, em especial, na questão relacional entre centro-periferia que colocava em lados opostos estados desenvolvidos e atrasados, tendo por perspectiva a produtividade e o desenvolvimento tecnológico. Neste cenário se insere o ES no final dos anos de 1960 e, especialmente, foi o norte econômico do governo de Dias Lopes. Para Rocha e Morandi (2012, p. 53), “Essa constatação serviu como alerta para as regiões periféricas, integrantes da nação brasileira que estariam progressivamente mais atrasadas em relação aos estados desenvolvidos”.

As duas concepções clássicas formuladas pela CEPAL diziam respeito ao processo de industrialização como elemento catalisador do desenvolvimento autossustentável da periferia e a intervenção do estado como condutor das medidas econômicas capazes de diminuir essas desigualdades sociais. Segundo Rocha e Morandi:

A primeira, a ideia de que seria imprescindível que a “periferia” desenvolvesse um processo de industrialização capaz de criar condições necessárias para o crescimento autossustentado, ou seja, reduzir a dependência coma região polo ... A segunda ideia era que somente com a intervenção estatal, mediante políticas econômicas específicas, seria possível promover o desenvolvimento das regiões atrasadas (ROCHA; MORANDI, 2012, p. 54).

Para Arthut Gerhardt, o estado necessitava atrair investimentos externos, capitais nacionais e internacionais, num viés de dependência atrelado aos recursos provenientes do exterior, porém que fossem capazes de dinamizar a infraestrutura de forma a conduzir a economia capixaba a dar o salto de qualidade rumo ao desenvolvimento. Em 1971, o sistema financeiro capixaba, construído por seu antecessor, estava estruturado: incentivos fiscais, impostos sobre circulação de mercadorias depositados no FUNRES, que era administrado pelo GERES, mais o BANDES e o BANESTES, que, segundo Silva (1993), facilitaria a realização

dos ambiciosos projetos de desenvolvimento que ele pretendia conceder ao seu governo. Segundo Silva:

[...] A estrutura organizacional do poder executivo [...] estava implantada e os diversos organismos aptos a funcionar ou funcionando [...]. A preocupação na gestão de Gerhardt Santos, foi então, a criação de atividades econômicas de alavancagem da economia local, mediante aplicação dos investimentos exógenos (nacionais ou estrangeiros). (SILVA, 1993, p. 226).

Esse grande salto rumo ao desenvolvimento seria possibilitado pela implantação dos grandes projetos industriais os quais seriam os responsáveis por transformar a economia do estado. O executivo estadual entendia que o Espírito Santo possuía recursos naturais e geográficos que seriam de grande ajuda na atração para os grandes investimentos dando visibilidade aos grandes projetos:

[...] Em sua concepção original, o aproveitamento, via Grandes Projetos de Impacto (GPs), das vantagens que apresentava o Espírito Santo, estava ligado às disponibilidades de recursos naturais e a facilidade de intercâmbio entre a hinterlândia e o exterior e também de entreposto comercial entre o Nordeste e parte do Sul do país [...] (OLIVEIRA, 2013, p. 238).

Segundo Rocha e Morandi:

Portanto, em meados da década de 1970, a economia capixaba havia atingido um nível de maturidade que a qualificava para receber grandes investimentos produtivos. Por um lado, dispunha de uma facilidade natural que era a sua posição estratégica, e encontrava-se muito bem-dotada em termos de infraestrutura portuária, de transportes e de abastecimento energético. Por outro lado, as transformações econômicas recentes haviam constituído um mercado consumidor urbano e um parque industrial de significativas proporções que concentrados na Grande Vitória, conferiam a essa região um papel de destaque na economia capixaba, principalmente em termos de atração de novos investimentos (ROCHA; MORANDI, 2012, p. 111).

As áreas de investimentos propostas pelo governo eram os setores: turístico, portuário, naval, paraquímico e siderúrgico, conforme segue tabela abaixo:

Tabela 06: Grandes Projetos de Impacto

COMPLEXO	GRANDES PROJETOS	GRUPO EMPREENDEDOR
Turístico	<ul style="list-style-type: none"> - Rodovia do Sol; - Cidade do Sol; - Parque Juparanã; 	
Portuário	<ul style="list-style-type: none"> - Porto de Vitória; -Terminal de Tubarão; - Terminal do Complexo Siderúrgico; - Terminal de Anchieta; - Terminal Uruçuquara; 	
Naval	<ul style="list-style-type: none"> - Reparos Navais; - Estaleiro de construção; - Estaleiro de desmonte; 	<ul style="list-style-type: none"> - Gaslimpo; - Petrobrás; - CVRD; - LLOYD; - Mitsui Shipbuicdwing; - Wisibra;
Paraquímico	<ul style="list-style-type: none"> - Aracruz Celulose; - Projeto Litoral Norte; - Extração de petróleo; 	<ul style="list-style-type: none"> - Lorentzen; - Brascan; - CVRD; - JPB; - Cenibra;
Siderúrgico	<ul style="list-style-type: none"> - Usina de semi-acabados; - Usina de acabados planos; - Usinas de acabados não planos; - Usina de Pellets da CVRD; - Usina de Pellets de Anchieta; 	<ul style="list-style-type: none"> - Sidebrás; - Curo; - Kawazaki; - Finsinder; - Kloeckwer; - Sidercap; - Cofavi; - Cobe Steel; - Nippon; - Iwi Espanha;

		- Samarco (samitri/marcona)
--	--	-----------------------------

Fonte: OLIVEIRA (2013, p. 239).

Os grandes projetos de impacto refletiram um processo de crescimento econômico que vinha acompanhando o estado desde a década de 1960. Segundo Medeiros (1977), eles permitiram termos noção do quão significativo e grandioso foram os investimentos em infraestrutura e de modernização das atividades industriais em solo capixaba. O autor diz que:

[...] os investimentos que já vem sendo efetuados na Grande Vitória e adjacências são da ordem de 5,5 bilhões de dólares, representando a geração de 20.875 empregados diretos. Levando-se em conta que a Renda Interna do Espírito Santo estimado para 1970, a preços correntes, era da ordem de 1.608,1 milhões de cruzeiros, têm-se noção da magnitude dos empreendimentos e das transformações que poderão acarretar na base econômica, social e política do Estado [...] (MEDEIROS, 1977, p. 97).

A centralização de investimentos na Grande Vitória foi fato que gerou uma grande desigualdade regional, em função da concentração de renda e de empregos na capital. Medeiros (1977) aponta que 80% dos investimentos e dos empregos estavam concentrados na área da Grande Vitória. Além do impacto social e consequentemente o esvaziamento do interior do estado, a poluição e a degradação ambiental contribuíram para queda na qualidade de vida urbana.

Foram justamente os riscos sociais apontados acima, mais os riscos econômicos e políticos trazidos pelos Grandes Projetos de Impacto, que geraram o que Medeiros (1977) definiu em sua dissertação como “desautonomia relativa”, como podemos ver na citação abaixo:

[...] Se antes o Espírito Santo podia, monocultor do café, aproveitar-se da estrutura primário-exportadora da economia nacional para manter certa autonomia relativa, agora, assegurando um processo de industrialização, ele perderá parcelas dessa autonomia, que já era relativa. Configura-se a desautonomia relativa [...] (MEDEIROS, 1977, p. 117).

Cabe-nos pensar, ao final deste capítulo, que esta conjuntura nacional favorável à política de industrialização, sobretudo, evidenciada no governo de Arthur Gerhardt, mesmo diante de tantos impactos sociais e ambientais nos grandes centros capixabas, foi capaz de lhe dar capilaridade social, criando um clima otimista e ufanista de prosperidade e crescimento, de

que o futuro estava próximo e ao alcance das mãos desses “peitos nobres e valentes”, mesmo num contexto de intensa repressão, violência e perseguição política, tanto no país quanto no estado. A tentativa de compreender a construção de uma visão positiva sobre esse governo é o que norteia esta pesquisa.

CAPÍTULO 3

3. “SOMOS NÓS A FALANGE DO PRESENTE”: A IMPRENSA CAPIXABA NO CONTEXTO DITATORIAL

“O ponto entre o jornalismo e a História é questão de perspectiva”

Alberto Dines

A História do Tempo Presente, enquanto campo de pesquisa historiográfica recente, permite-nos apontar novas perspectivas de análise sobre o conhecimento histórico a partir do momento que um documento inédito, revelado num determinado contexto histórico, se torna um instrumento de reinterpretação desse saber de forma a alterar o sentido dos fatos e reescrever todo aquele conhecimento tido como “verdadeiro”³⁹.

No que se refere à imprensa, as pesquisas revelam como a informação jornalística foi alvo constante da preocupação dos militares e como ela desempenhou um papel importante numa tentativa almejada pela Ditadura Militar de legitimar-se junto à sociedade⁴⁰. Pois, como afirma Aquino (1999, p. 21): “A ditadura foi assimilada por nós”. E essa assimilação se deu com base no controle das informações que chegavam a sociedade.

Carlos Fico⁴¹ apresenta com detalhes, a partir da análise de documentos oficiais oriundos dos órgãos do governo, parte da estrutura do sistema repressivo montado pelos militares, bem como a atuação dos órgãos dos órgãos de informação na repressão e na vigilância aos “subversivos”⁴².

O aparato repressivo foi criado a partir de 1964, de forma a não dar brechas para a oposição. Órgãos como o Sistema Nacional de Informação (SNI), o Centro de Informação do Exército (CIE), o Centro de Informação da Marinha (CINEMAR), o Centro de Informação da Aeronáutica (CISA), o Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), em conjunto com o antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) entre outros, visavam reprimir toda oposição e controlar a informação para

³⁹ Fontes do Departamento dos Estados Unidos revelam execuções sumárias feitas no Governo Geisel. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus196976ve11p2/d99?platform=hootsuite>>. Acesso em 16/07/2018.

⁴⁰ Consultar para maiores informações: Kushnir (2004) e Ferreira (2006).

⁴¹ Professor titular de História do Brasil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador de produtividade do Conselho Nacional Pesquisa Científico e Tecnológico (CNPq).

⁴² Para maiores informações, ver Fico (2001).

preservar o regime, numa tentativa de ocultar da sociedade momento vivido. Referente ao controle da informação, a censura desempenhou um importante serviço. Adiante, trataremos com mais detalhes o papel da censura durante a Ditadura Militar.

No capítulo anterior, contextualizamos parte das mudanças políticas, econômicas e sociais que o estado do Espírito Santo vivenciou ao longo do século XX, mais precisamente durante a Ditadura Militar, que é o recorte temporal deste trabalho. Essas mudanças experimentadas em vários setores da sociedade capixaba foram fundamentais para determinar a maneira como eles se viam e, sobretudo, como percebiam o regime autoritário instaurado no país. E, dentro deste panorama, a imprensa foi fundamental para elaborar uma visão sobre o quadro político da época e que será tema deste presente capítulo.

3.1. Autoritarismo brasileiro: uma perspectiva de longa duração

No momento, convém pensarmos sobre como o autoritarismo se proliferou entre os setores da sociedade de tal forma a permanecer presente na sociedade brasileira mesmo após a redemocratização. Essas permanências são essenciais para a compreensão do processo histórico pelo qual o país vem atravessando nos últimos anos⁴³.

O período republicano brasileiro foi marcado por turbulentos processos políticos que resultaram na presença atuante dos militares desde a proclamação da República, passando pela ascensão de dois regimes ditatoriais que deixaram heranças autoritárias no seio da sociedade, os quais ainda se fazem ainda presentes. Segundo Aquino (1999, p. 17), “entre o plano institucional (macro) e o social (micro) estabelece-se uma urdida trama de mútua alimentação e recíproca dependência”. Para De Ângelo e Fagundes,

[...] A concentração de lembranças sobre essas práticas repressivas “apenas” durante esses 21 anos é uma demonstração da construção social da memória coletiva no sentido de que, ao enfatizar determinada época e seus acontecimentos, outros episódios são deixados de lado. Essa realidade fica evidente que, ao longo do século XX, o Brasil passou por duas ditaduras – o Estado Novo (1937-1945) e a já citada Ditadura Civil-Militar – que juntas totalizam 29 anos (DE ANGELO; FAGUNDES, 2014, p. 14).

Os efeitos do autoritarismo nas sociedades que vivenciaram governos ditatoriais devem ser analisados numa perspectiva de longa duração, pois eles permanecem enraizados nelas. No

⁴³ Refiro-me a “onda conservadora” que ressurgiu no país em meio à crise do governo da ex-presidente petista Dilma Vana Rousseff e o processo de Impeachment que sofreu em 2016.

caso brasileiro, o debate acadêmico sobre a memória da Ditadura Militar (1964-1985), que tem crescido nestes últimos anos, passa também pela investigação sobre a censura, o papel desempenhado pela imprensa durante esse período autoritário e sua relação com os donos do poder, cujo elo pode ter contribuído para o enraizamento de uma memória positiva sobre os governos militares em vários segmentos da sociedade brasileira. Essa proposição é um dos elementos que norteiam esse trabalho investigativo.

Motta (2013, p. 63) afirma que a imprensa era ambígua: ora apoiava, ora criticava o autoritarismo militar, e que a relação entre a Ditadura Militar e a imprensa foi marcada por “complexidades e ambiguidades”. A omissão, o consentimento por parte da imprensa com o regime comprova a afirmação de Malanquini *et al.* (2008, p. 161) sobre os comportamentos contraditórios da imprensa: “Falar da mídia impressa no período da ditadura significa falar de luta, repressão, censura, omissão e de afirmação das empresas de comunicação”.

A censura política a imprensa escrita foi objeto de análise da historiadora Maria Aparecida de Aquino⁴⁴. A autora questiona, em sua pesquisa, a ideia de uma imprensa vítima de um governo autoritário que estava acima do bem e do mal e que, mesmo assim, foi um bastião da luta pelo restabelecimento da democracia. Essa perspectiva representa uma visão maniqueísta sobre o período ditatorial.

Para Aquino (1999), a censura agiu de forma multifacetada. Fatores econômicos determinados pelos interesses privados na esfera pública, aliados a um tipo de práticas e representações na maneira como a imprensa percebia a Ditadura e a transmitia à sociedade brasileira, bem como, práticas censórias utilizadas pelo regime, são alguns dos pontos que serão abordados a seguir.

3.2. O viés econômico da Ditadura Militar e a relação censória com a imprensa

Os editoriais e as matérias assinadas pelos jornalistas dos representantes da chamada Grande Imprensa (*O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*) seguiam na direção ao pensamento do grupo que representava os interesses do jornal, isto é, eles falavam em nome daqueles que os patrocinavam. A grande imprensa, que possuía um

⁴⁴ Possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (1974), graduação em Educação Artística, pelas Faculdades Integradas Alcântara Machado (1975), mestrado em História Social pela FFLCH/USP (1990) e doutorado em História Social pela FFLCH/USP (1994). Atualmente é professora titular aposentada da Universidade de São Paulo e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

alcance maior de divulgação nacional⁴⁵, estava inserida na lógica do capitalismo liberal, pois sobreviviam não só das assinaturas e vendas dos seus periódicos, mas, também, da publicidade, da propaganda e do patrocínio privado, que faziam toda a diferença no superávit financeiro das empresas de comunicação.

Ao estabelecer essa relação entre o interesse privado como um dos elementos determinantes de interferência na esfera pública, cabe aqui, abrir um parêntese e inserir nessa discussão o pensador alemão Jurgen Habermas⁴⁶, que entende o espaço público como “local de encontro, o *locus* de todos nós e onde se manifesta o debate, por meio do qual o político se revela” (HABERMAS, 1984, p. 45).

A esfera pública para Habermas é o espaço da discussão política, das ideias e ações de pessoas privadas em prol de uma coletividade. É nesse espaço que são debatidas e pensadas as necessidades da sociedade e as demandas que precisam ser atendidas pelos governos. Estes são os responsáveis pela administração da coisa pública. Através desse diálogo é que se produz uma comunicação efetiva em busca do bem comum.

As formas de pressão geram urgências a serem satisfeitas pelos governos que precisam de espaços onde o coletivo possa se reunir para se manifestar. Ruas, praças, cafés, ao longo da história, desempenharam esse papel; as sociedades burguesas redefiniram esses tipos e acrescentaram outros que ampliaram o campo de atuação dos cidadãos. Segundo Habermas (1984, p. 54), “esses espaços se tornaram necessários por serem instrumentos de negociação e de conflitos”.

Habermas (1984) contrapõe o espaço público e o privado. Este é compreendido como um espaço ditado pelas necessidades de sobrevivência. O homem, pai de família, dono de mercadorias e proprietário, assume seu papel social. A esfera íntima da família burguesa passa a discutir, debater e propor o assunto com o poder público vigente. É a esfera familiar se reproduzindo perante a sociedade.

Por conta dessas transformações, a partir das revoluções burguesas do século XVIII, este pensador alemão discute, em sua obra, as mudanças que alterarão o espaço público, sobretudo nas grandes cidades cosmopolitas. Novas funções culturais serão experimentadas

⁴⁵ Foram eles: *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo*, *Jornal da Tarde*, *O Estado de São Paulo* e a *Revista Veja* (SMITH, 2000, p. 97).

⁴⁶ Filósofo e sociólogo alemão que participa da tradição da teoria da crítica e do pragmatismo, sendo membro da Escola de Frankfurt. Dedicou sua vida ao estudo da democracia, especialmente por meio de suas teorias do agir comunicativo (ou teoria da ação comunicativa), da política deliberativa e da esfera pública. Ele é conhecido por suas teorias sobre a racionalidade comunicativa e a esfera pública, sendo considerado um dos mais importantes intelectuais contemporâneos.

neste contexto. O público pensador de cultura paulatinamente se metamorfoseia em um público consumidor dela e a imprensa passa a desempenhar nova função social, que é a de dar voz aos anseios privados. Os intelectuais passam a apresentar suas ideias por meio dos jornais e a esfera pública é alterada pela opinião pública, que é entendida como o espaço de formação e de reivindicação. Assim, a sociedade civil vai produzindo demandas sobre o Estado.

O princípio de organização do Estado burguês se dá pela esfera pública. Esta assume funções políticas a partir do século XVIII. Ela é o órgão de mediação entre o poder vigente e a sociedade. E a imprensa, enquanto formadora de opinião e de pressão social, será um elemento importante na construção da harmonia de interesses entre esses dois polos de poder – público e privado –, produzindo, conseqüentemente, o consenso.

De acordo com o pensamento de Habermas, a opinião pública forjada pela imprensa deve ser racional e seguir um padrão moral que tenha por objetivo tornar as decisões, as ações públicas do grupo dominante. As leis da dominação no Antigo Regime, que não necessitavam de transparência por parte do Estado, passam a ser conduzidas e ditadas pela força das leis jurídicas.

A imprensa, então, passa a exercer a função de equilíbrio entre o poder administrativo e seu grupo de influências, ao mesmo tempo em que se torna o espaço de mobilização e de comunicação da sociedade civil, que precisa de visibilidade para ter suas necessidades atendidas. Interessante observar que a imprensa se coloca na função de porta-voz do povo. O fato de representar as vozes da opinião pública, enquanto interlocutor da sociedade, apresenta aos representantes do poder as demandas do público, assumindo assim o papel de instituição mais identificada com a opinião pública. Segundo Carvalho:

[...] O ato de tornar públicas as ações do governo, transforma seu exercício numa prática transparente e compreensível ao público. Ao transportar as decisões do poder até diversas camadas da opinião pública, a imprensa torna visíveis as demandas do público para o poder. Decorre daí uma ideia de representatividade que se diferencia da representatividade institucional encarnada nos partidos, eleições e representantes políticos. A história da opinião pública, portanto, se confunde com a história da imprensa [...] (CARVALHO, 2010, p. 28).

A questão central é que Habermas critica o fato da imprensa ter se transformado num império da opinião pública não pública, exercendo um papel coercitivo sobre a sociedade. Ela passa a atender as demandas dos grupos econômicos que a financia em virtude da lógica capitalista do lucro. Ele afirma:

[...] a imprensa passa a atender as demandas dos grupos econômicos que a financia, os interesses privados, exercendo um papel coercitivo sobre a sociedade em virtude da lógica capitalista do lucro (HABERMAS, 2003, p. 63).

A dinâmica funcional da imprensa será modificada por influências externas que não possuem relação com natureza da sua função, mas com o papel dentro do contexto capitalista de produção na qual ela está inserida. A imprensa seria a instituição por excelência no processo de evolução da esfera pública. Ela é o instrumento catalizador da luta política partidária, da politização do público, potencializadora da opinião pública⁴⁷. Entretanto, enquanto instituição de pessoas privadas com interesses públicos, a imprensa se transforma numa instituição pública de interesses privados.

O crescimento dos meios de comunicação, no século XX, conduziu à formação de complexos jornalísticos de caráter comercial e com grande influência na esfera pública, significando uma ameaça ao papel crítico do jornalismo. Esse sistema gigantesco de comunicação de massa ampliou a esfera pública. Porém, esta cedeu às pressões de interesses mercadológicos que a enfraqueceram no seu papel de formação social. E essa massa de pessoas conectadas através dos vários veículos comunicativos passa a ser forjado por esse complexo sistema de manipulação da informação, invertendo assim sua essência.

Através do crescimento mercadológico, a propaganda comercial assume um papel importante na esfera pública. As possibilidades lucrativas que a publicidade estimula passam também a moldar a opinião pública. Os objetivos políticos bem definidos e as pressões partidárias se aproveitam dos eventos que despertam a atenção do público para falsearem uma verdade que é artificial. A publicidade jornalística manipulatória conduz à produção de um consenso fabricado induzindo a opinião pública a uma opinião não pública.

Em Habermas é perceptível vermos que a função social do jornalismo crítico no cenário político contemporâneo altera a lógica da esfera pública enquanto canal de mobilização e agente catalizador do espaço público. Editoriais e colunas jornalísticas expressavam as vozes e os interesses dos grupos ao qual faziam parte, privilegiando os interesses pessoais e privados em detrimento dos valores democráticos. A presença de anunciantes e da publicidade era, e é, fundamental para a distribuição dos jornais em larga escala e para sua sobrevivência.

Portanto, a imprensa é um ator social e político, porém, com um viés econômico que lhe determina objetivos, metas no sentido de angariar lucros financeiros para aumentar renda e as receitas das empresas jornalísticas de propriedade privada. Daí a lógica voltada para a venda de

⁴⁷ Para maiores informações, ver, também, Bourdieu (1983).

jornais, patrocínio publicitário, melhora na produção e modernização e diminuição dos custos visando objetivamente o lucro. Ao mesmo tempo, ela possui outro viés que é o de um espaço social, isto é, um organismo atuante na esfera pública, fundamental para o exercício da cidadania e da participação democrática. Segundo Smith:

[...] a imprensa brasileira também conserva sua meta de atuar como foro social. Idealmente, considera estar desempenhando um importante papel cívico ao proporcionar informações, debates e comentários. A imprensa se vê e passa a ser vista como um fator essencial para a cidadania responsável e a participação democrática (SMITH, 2000, p. 20).

Essas duas perspectivas, a de uma empresa de negócios e de um ator político, são as que geram tensões e conflitos com o Estado. A imprensa brasileira condicionou-se a depender do Estado no que tange a concessão de empréstimo bancários e aquisição de máquinas, de materiais gráficos, bem como, redes de rádio e televisão. Smith afirma que:

[...] A imprensa tem buscado empréstimos vultosos para seus empreendimentos, assim como permissão para importar equipamentos e papel de imprensa. Qualquer dono de jornal desejoso de uma concessão em outro meio, como por exemplo, estação de rádio e televisão, também precisa apelar para o Estado (SMITH, 2000, p. 20-21).

Marconi (1980, p. 98) assevera que “a maioria dos jornais simplesmente se acomodou, preferindo conviver pacificamente com a censura para evidente prejuízo de seus leitores, ouvintes e telespectadores” a enfrentar o regime. A Ditadura Militar valeu-se de pressões econômicas para enquadrar alguns órgãos de comunicação, bem como, dificultar a sobrevivência de outros com a não concessão de empréstimos e permissão de importação de equipamentos. Para Smith,

[...] Essas represálias contra a independência de certos órgãos da imprensa se materializaram na maior ou menor dificuldade de conceder empréstimos, na maior facilidade de permitir a importação de equipamentos vitais, na concessão ou não de publicidade oficial, nas pressões sobre anunciantes particulares e, em relação às rádios e televisões, cassar ou conceder as concessões ou então nas manobras para asfixiá-las operacionalmente (SMITH, 2000, p. 127).

Além do Estado, os anunciantes e investidores, donos dos próprios jornais, movimentam os recursos ao desenvolvimento do próprio negócio. Essa proximidade com o poder

estabelecida numa relação de dependência e torna a imprensa um importante instrumento de controle social. Smith (2000, p. 21) diz que “o Estado procura usar a imprensa como meio de controle da sociedade”. Durante a Ditadura Militar este ramo empresarial prosperou⁴⁸.

Um dos principais financiadores dos jornais eram os próprios governos que se utilizavam dos espaços para divulgar, informar e regular as ações de ordem pública e os feitos empreendidos pelo governo. Soares (1989) afirma que os jornais passaram a depender menos das vendas e mais dos recursos oriundos da publicidade que eram bancadas pelo Estado. Isso gerava pressões, conflitos de interesses entre os donos de jornais e seus patrocinadores.

Os jornais cresceram muito durante a Ditadura Militar determinado pela relação dependente estabelecida com os seus financiadores. Os que tentaram resistir a esta lógica capitalista “foram gradualmente desaparecendo” (SOARES, 1989, p. 28). Para Soares (1989, p. 27), “a censura e a pressão econômica eram as principais formas de reprimir a liberdade de atuação da imprensa no Brasil”.

Os grandes jornais do país possuíam prestígio e poder, embora suas tiragens não contemplassem um grande número de leitores, porque possuíam qualidade profissional, apoiavam a manutenção do *status quo* e eram instrumentos de dominação e manipulação, mesmo havendo resistências no interior da imprensa. Smith diz que:

[...] a grande imprensa tinha uma tiragem numericamente baixa, mas elevada em termos de poder e influência. A qualidade da grande imprensa era razoavelmente profissional [...]. Seu projeto visava claramente a apoiar o Status quo, conquanto isso não significasse necessariamente que ela se comportasse de maneira covarde em relação ao Estado (SMITH, 2000, p. 58).

De qualquer forma, a vulnerabilidade da imprensa era grande, tanto no aspecto financeiro e profissional quanto o de segurança, em virtude dos instrumentos repressivos à disposição da Ditadura para serem usados como bem entendessem.

A censura foi o meio mais rápido e, em certa medida, facilmente utilizado pelos militares. Meios para obstruir o trabalho da imprensa foram utilizados com frequência: auditoria

⁴⁸ Smith diz (2000, p. 57): “Considerando que a tiragem era tão baixa, a receita da grande imprensa provinha mais da publicidade do que das vendas aos leitores [...]. Seus proprietários admitiram publicamente que sem a publicidade os jornais não sobreviveriam [...]. Essa estrutura de receita deixava os jornais à mercê dos seus grandes anunciantes [...]”.

financeira, suspensão da publicidade, impedimento de empréstimos bancários, entre outros⁴⁹. Os governos eram os grandes clientes da imprensa⁵⁰.

A imprensa brasileira por fazer (e faz) parte das elites dominantes do país, tinha (e ainda tem) a função de transmitir à opinião pública os valores e os princípios dos donos do poder:

[...] a imprensa brasileira esteve e está na mão da classe dominante e, portanto, veicula para a opinião pública apenas a ideologia dominante, ela trabalha a favor da principal função de um Estado capitalista: assegurar a reprodução das relações sociais de produção (MARCONI, 1980, p. 138).

No período ditatorial foram construídos verdadeiros oligopólios que controlavam a informação que circulava no Brasil⁵¹. O controle dos meios de comunicação nas mãos de poucas empresas jornalistas gerava um controle maior da opinião pública, uma “uniformização das informações, colocando em risco o pluralismo das opiniões, condição essencial para uma verdadeira liberdade de informação” (MARCONI, 1980, p. 140).

3.3. A presença do autoritarismo na relação entre Estado brasileiro e a imprensa

Como dito anteriormente, a história republicana brasileira é marcada pela presença ativa das Forças Armadas, tanto na vida política quanto na vida social do país, baseadas em ações e intervenções contundentes na sociedade. A presença desse autoritarismo enraizado nas relações sociais também se aplica à história da imprensa no Brasil. Ela nunca foi autônoma em relação ao Estado, pois sua liberdade de atuação esteve tutelada pela forte presença dele, resultando na falta de autonomia, sobretudo durante nos períodos ditatoriais. Segundo Smith:

[...] No Brasil nunca houve uma idade do ouro de completa autonomia da imprensa em relação ao Estado [...] em tempo algum a liberdade de imprensa foi totalmente respeitada ou verdadeiramente sólida (SMITH, 2000, p. 17-18).

A presença forte do Estado na economia, na política e na cultura é um traço marcante da história brasileira. Por isso, além de definirem as regras do jogo, decidem quem tem

⁴⁹ Para maiores informações, ver Smith (2000).

⁵⁰ Ainda, segundo Smith (2000, p. 224): “O padrão brasileiro das receitas do jornal era 30% oriundo das vendas e 70% da publicidade”.

⁵¹ São eles: Editora Abril, Grupo Globo, Diário Associados, O Estado de São Paulo, Grupo Folha, Grupo Bloch e Jornal do Brasil. Marconi (1980, p. 139) afirma que eles dominavam a televisão, rádio, jornais e revistas.

permissão para jogar, pois “atuar no Brasil é ter relação com o Estado” (SMITH, 2000, p. 19). Ora a imprensa é aliada, ora opositora ao estado, de acordo com as circunstâncias do presente. Já apoiou, como também ajudou a derrubar presidentes.

Para melhor refletirmos acerca da afirmação acima, cabe direcionarmos o olhar para os anos que antecederam a março de 1964. No momento pré-golpe, a partir do restabelecimento do presidencialismo, em 1963, e dos plenos poderes a João Goulart, os jornais que possuíam uma concepção liberal de opinião pública de forma que “não se contrapusessem aos poderes instituídos e às regras que preservavam a democracia formal” (CARVALHO, 2010, p. 121), se uniram em torno de uma mesma pauta: criar *A Rede da Democracia*, fincando, assim, um posicionamento político claro e contrário à ameaça à manutenção do *status quo* representado pelas Reformas de Base do seu governo.

Carvalho (2010) afirma que a imprensa, patrocinada por seus empresários, promoveu uma guerra ideológica contra João Goulart. Em sua análise sobre os jornais *O Globo*, *O Jornal* e o *Jornal do Brasil*, que formaram a Rede da Democracia, o autor discute a atuação dessa imprensa liberal no contexto do pré-golpe, as constantes críticas ao referido governo, a tentativa de utilizar a opinião pública para construir um discurso ideológico contra Jango e como a reunião de representantes da Grande Imprensa atuou no papel de atores políticos disputando com as instituições políticas da época “o monopólio da representação da opinião pública” (CARVALHO, 2010, p.18).

A imprensa liberal se via como instituição responsável pela opinião pública, uma esfera de atuação na sociedade, desde que não gerassem manifestações populares contra a ordem vigente, e sempre comprometida com a preservação das instituições e interesses dos grupos dominantes. Ela soube articular os discursos liberal e autoritário de forma a dar um sentido político próprio no contexto do pré-golpe e que culminou com o golpe. Segundo Carvalho:

[...] Os jornais se colocaram na posição de porta-vozes autorizados e representativos de todos os setores sociais comprometidos com uma opinião que preservasse os tradicionais valores da sociedade brasileira ancorados na defesa da liberdade e da propriedade privada (CARVALHO, 2010, p. 158).

Ela tentou desempenhar um papel de via de mão dupla para os militares durante a Ditadura Militar. Ora a imprensa tentava forjar a opinião pública por meio dos editoriais e colunas que demonstravam claramente a tomada de posição favorável ao regime e atendendo

as expectativas de quem as patrocinavam, como já discutimos anteriormente nesta dissertação, como tentava exercer uma influência sobre as decisões congressistas, afirma Napolitano (2017).

Quase a totalidade da imprensa apoiou o golpe em 1964, como afirma Marconi (1980). Poucos jornais posicionaram-se contra o golpe, como foi o caso do jornal *Última Hora*. Muitos outros, mesmo sem se posicionarem abertamente, apoiaram a Ditadura.

Em 1964, a imprensa foi a catalizadora do movimento golpista juntamente com outros setores da sociedade civil, como as classes média e alta, a Igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outros, que se levantaram contra a mobilização de massas feitas por João Goulart, como no comício na Central do Brasil⁵². Os empresários dos meios de comunicação expressaram claramente seus posicionamentos ao apresentarem à opinião pública um produto (jornal) tendencioso, parcial, além de terem demitido jornalistas independentes que não concordavam com o alinhamento e a acomodação frente as imposições do governo “revolucionário”.

É interessante pensar que essa postura faz parte de uma perspectiva de longa duração da relação tensa entre a imprensa e o Estado. Os sinais mais evidentes dessa situação remontam do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), um importante período para esta discussão, pois foi a partir deste momento que o Estado passou a conjugar a repressão institucionalizada aos meios de comunicação e o investimento financeiramente nela, tornando-a mais moderna, ampla e difusa na sociedade. De acordo com Smith:

[...] O relacionamento entre a imprensa e o Estado alterou-se de maneira notável com a queda da República Velha em 1930 e a instauração da ditadura de Getúlio Vargas, o Estado Novo, de 1937 a 1945. A repressão tornou-se mais institucionalizada, sistemática e coercitiva, ao mesmo tempo que o apoio do Estado à imprensa tornou-se mais amplo, difuso, sofisticado e sutil (SMITH, 2000, p. 23).

Percebe-se que no Estado Novo (1937-1945), por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), foi institucionalizada a censura que estabeleceu redes de colaboração, cooptação, acomodação, oportunismo e tolerância da parte da imprensa com a Ditadura Vargas. “Toda grande imprensa dependeu de empréstimos do governo durante a Era Vargas”, menciona Smith (2000, p. 28). Fagundes (2011, p. 18) também afirma o seguinte: “A partir do Estado Novo, o poder legislativo, os partidos políticos, os governos estaduais, os sindicatos, a imprensa, enfim, o país passou a viver um período de intervenções e suspensão dos direitos

⁵² Para maiores informações sobre o contexto do pré-golpe, ver Gaspari (2014) e Ferreira e Castro (2014).

democráticos”. Dessa forma, nos governos que se sucederam a Era Vargas, já estava estabelecido um relacionamento entrelaçado entre a imprensa e o Estado.

Retomando a discussão sobre o golpe em 1964, a busca constante dos militares foi a de legitimar-se junto à sociedade. Essa tentativa se deu através da elaboração da Lei da Segurança Nacional, da Lei da Imprensa de 1967, da criação de um sistema jurídico próprio – que culminará na elaboração da Constituição no mesmo ano –, da manutenção um calendário eleitoral⁵³, no funcionamento de instituições importantes, como o Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e da estratégica repressão que pautou todo discurso militar, cuja utilização da força recaiu sobre uma parcela da sociedade brasileira.

A relação entre a Ditadura e a imprensa neste contexto se deu diretamente por meio da censura que representou a interferência direta dos governos militares sobre a informação. Como afirmamos, isso não foi novidade no Brasil pois durante a Ditadura do Estado Novo (1937-1945) a imprensa também foi censurada⁵⁴ pelos órgãos de controle do governo de Getúlio Vargas.

O detalhe que chama atenção em relação ao outro período ditatorial é a tentativa constante dos militares em esconder a ação censória nos jornais e periódicos. A busca pela legitimidade criava essa posição ambígua e dicotômica entre o apoio civil e a repressão aos opositores. Smith (2000, p. 33) afirma que “o regime também se via constrangido por uma extraordinariamente ambivalente, porém, constante busca de legitimidade”.

A edição do Ato Institucional nº 1 (AI-1) logo nos primeiros dias da Ditadura Militar, tinha por objetivo controlar a população em geral e agentes civis militares que se opuseram a deposição de João Goulart. Por meio deste instrumento jurídico, a “Revolução de 64” pavimentou o caminho para a legitimidade através do discurso da Segurança Nacional.

O Ato Institucional nº 2 (AI-2) caminhou na direção das ameaças oriundas do processo eleitoral de 1965, que poderia criar impasses ao processo “revolucionário”. Daí o fim do multipartidarismo e a institucionalização do bipartidarismo⁵⁵. Paulatinamente, essas mudanças jurídicas advindas dos Atos Institucionais e da Lei de Segurança Nacional culminaram mais tarde na promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) que alterou o sistema jurídico brasileiro

⁵³ Para maiores informações, ver Carvalho (2000).

⁵⁴ Cf. Fernando (2008), Wainer (1988) e Capelato (1989).

⁵⁵ “Diante da impossibilidade de continuidade dos antigos partidos, as articulações para a formação dos novos partidos tomaram outra direção. Nesse momento, a estrutura partidária da extinta UDN tornou-se a base do partido do governo, e a maioria dos políticos originários do PTB que não tinha seus direitos políticos cassados, organizou o MDB, o partido da oposição. Assim, o maior debate face à nova regulamentação partidária aconteceu justamente com os membros do PSD; o partido de centro, moderador do sistema partidário vigente entre 1945-1964, cindiu-se” (GRINBERG, 2009, p. 64).

(SMITH, 2000). Ele teve como finalidade combater a força das legendas, dos partidos políticos junto ao seu eleitorado, pois nas eleições de 1965 o resultado do pleito eleitoral demonstrou a força do PSD e do PTB enraizados nos municípios e no interior dos estados, bem como, o enfraquecimento da UDN no cenário político regional e nacional.

Pelo fato de a maior parte dos políticos conservadores da UDN e do PSD se abrigarem na Arena em virtude do bipartidarismo, suas lideranças mantinham a preocupação em organizar e diminuir os conflitos internos e regionais para assegurarem o apoio da sociedade civil à Ditadura Militar. O consenso tão buscado pelo regime por via da legislação autoritária, pelo controle da imprensa associada à censura, também, passava pela legitimidade que o partido majoritário do governo detinha junto as grandes parcelas do eleitorado brasileiro. Segundo Grimberg:

A composição com as estruturas partidárias era extremamente importante porque organizava as disputas políticas locais e estaduais. Assim, ao mesmo tempo em que os militares formulavam uma composição entre políticos egressos dos variados partidos extintos, garantiam a representação das tradicionais oligarquias nos estados e municípios, assegurando extenso apoio civil ao novo regime (GRINBERG, 2009, p. 85).

Isso ajuda explicar, a nível regional, o porquê dos discursos políticos feitos pelos arenistas de apoio aos governos biônicos de Cristiano Dias Lopes de Arthurr Gerhardt e aos projetos políticos que eles representavam ter tido eco na sociedade capixaba, pois ali estavam representadas a força das lideranças junto as suas bases eleitorais que os percebiam como porta-vozes da vontade popular, dando o respaldo social necessário não só à construção de uma imagem positiva sobre a Ditadura Militar no estado, mas para contribuir com a durabilidade que resultou em 21 anos de exceção no país.

O marco da censura política de forma institucionalizada se deu a partir do AI-5, promulgado em 13 de dezembro de 1968. Após este Ato, a censura se tornou ativa nos órgãos da imprensa responsáveis pela divulgação da informação. Para Aquino (1999), a censura foi um dos mecanismos utilizados para inibir a participação e a representação dos cidadãos brasileiros no plano institucional. Entretanto, desde o golpe de 1964, os órgãos de repressão já pressionavam os jornais a demitirem seus jornalistas mais críticos. Segundo Marconi:

[...] Seria exagero afirmar que a imprensa brasileira vinha gozando de inteira liberdade para noticiar fatos após o golpe de 1964. O recém-criado SNI já ensaiara as suas primeiras pressões junto aos proprietários

de órgãos de comunicação para que os jornalistas considerados contestadores da revolução fossem sumariamente demitidos (MARCONI, 1980, p. 37-38).

O AI-5 suspendia todas as garantias constitucionais, concedia ao executivo poderes de fechar o Congresso Nacional, de cassar mandatos, de suspender direitos políticos por 10 anos, de demitir, remover e aposentar funcionários públicos, de decretar estado de sítio e de suspender *habeas corpus* em todos os casos considerados crimes contra a segurança nacional. Foi a partir dele que “a censura à imprensa se intensificou” (FICO, 2004, p. 253), tornando-se sistêmica, rotineira e partindo diretamente dos donos do poder naquele contexto histórico.

Sua maior consequência foi o uso descontrolado do aparato repressivo do Estado na busca por eliminar seus opositores, como afirma Alves (1985). A crise entre o executivo e o legislativo⁵⁶, que culminou no fechamento do Congresso por tempo indeterminado, levou o Estado a perder legitimidade, pois caía por terra o discurso democrático que o governo utilizava perante a sociedade.

Em alguns casos, parte da imprensa reconhecia sua força e procurava espaços de manobras dentro do rígido sistema de controle do estado ditatorial. Entretanto, a tentativa da imprensa de tirar vantagens da pouca liberdade que possuía, fê-la seguir o caminho do consentimento com a ditadura e não o de confronto, como assegura Smith (2000).

3.4. A atuação da censura na Grande Imprensa e a elaboração da memória durante a Ditadura Militar (1968-1978)

Os jornais são fontes e objetos ricos e intrigantes a partir do momento que traduzem processos de construção de uma memória social sobre aquele período específico. No caso brasileiro, a memória construída pelos jornais contribuiu para elaborar um imaginário social estabelecendo verdadeiros álibis acerca da resistência democrática e do autoritarismo dos militares, por exemplo, excluindo-os de qualquer responsabilidade quanto ao apoio e a sustentação a ditadura por mais de duas décadas. Napolitano (2017) define essa construção da memória de “experiências matrizes”:

⁵⁶ De acordo com a tabela apresentada por Alves (1987), com base nas informações do *Diário Oficial* entre os períodos de abril de 1964 a dezembro de 1979, o AI-5 serviu como justificativa para punição de mais de 1.607 pessoas entre parlamentares, prefeitos e governadores cassados. E, ainda informa, que entre casos de prisão, suspensão e outras medidas disciplinares, 6.592 membros das Forças Armadas sofreram alguma forma de coerção direta por suas crenças e opiniões democráticas.

São o conjunto de experiências sociais que pautam a narrativa da memória sobre um determinado processo histórico que é percebido pelos sujeitos e atores da memória, bem como suas instituições sociais, a partir de uma diacronia fechada (NAPOLITANO, 2017, p. 356).

É nesse aspecto que se encaixa a imprensa, pois a memória que ela ajudou a construir é marcada por conflitos e contradições até o presente, haja vista o estímulo que ela deu ao revisionismo histórico conservador sobre 1964 e para o enfraquecimento da memória sobre o campo progressista contrário à Ditadura, abrindo espaço para a recuperação de uma memória esquecida ou adormecida da extrema direita que, por exemplo, contribuiu para a campanha vitoriosa de Jair Messias Bolsonaro à presidência do país em 2018, fruto de um forte antipetismo também propagados por setores da imprensa liberal.

A imprensa elabora e reelabora as representações do passado que são usados politicamente de acordo com a conveniência dos grupos que estão no poder. É nesse papel de apresentar uma visão do mundo social que se busca recuperar o ausente e torná-lo presente. Daí, utiliza-se da memória, pois ela é um fenômeno “politicamente ativo” (DE ANGELO, 2014, p. 50). O autor afirma: “As disputas de memórias é uma luta do presente pelo sentido atribuído ao passado” (DE ANGELO, 2014, p. 53).

Assim, torna-se de fundamental importância a compreensão e o entendimento de que o período ditatorial foi estabelecido não somente pela força, mas, principalmente, pela construção de um consenso entre os governos militares e a sociedade civil, entre os quais se destaca a participação da imprensa. Afirma Barbosa que:

As sólidas relações e apoios nos meios políticos, judiciários, empresariais, sindicais, universitários, da imprensa e do setor de telecomunicações que teve os governos militares... foram decisivas para a manutenção do regime. RIDENTI: ‘Eis o tema tabu que torna tão incômodo lembrar o período, uma parte da sociedade brasileira, por ação ou omissão, foi conivente com a ditadura’ (BARBOSA, 2014, p. 14).

Dito isto, compete uma reflexão mais apurada sobre a atuação da Grande Imprensa nessa construção de um imaginário social favorável ao regime militar. Ela abrangia as empresas jornalísticas com capacidade de distribuição em todo território nacional, como foi o caso dos jornais do eixo RJ-SP, como *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo*, entre outros. Enquanto os jornais da Grande Imprensa sobreviviam da publicidade e da propaganda, a imprensa alternativa sobrevivia basicamente das vendas dos seus periódicos. Revistas e semanários confiscados pelo Estado levavam à falência muitos desses jornais.

Para Smith (2000), uma característica importante da imprensa brasileira era a presença de baixo número de leitores⁵⁷. A autora afirma que os leitores, tanto da Grande Imprensa quanto da Imprensa Alternativa, eram membros das elites do país. Patto (2013, p. 66) corrobora essa visão ao dizer que o público que lia os jornais eram “grupos sociais privilegiados na escala social”.

Alguns fatores atribuídos para essa baixa circulação era a falta de cultura de massa no sentido da leitura do jornal, o analfabetismo, a pobreza e a presença da televisão e rádio. “Os jornais eram veículos de comunicação das elites [...]. No Brasil existe uma incapacidade de produzir um jornal que alcance as massas e as elites ao mesmo tempo”, afirma Smith (2000, p. 51). Os jornais possuíam seus nichos próprios⁵⁸.

Embora a imprensa não tenha sido um alvo prioritário da violência de Estado praticado pelos militares, a Ditadura Militar empenhou-se em coagi-la, pressioná-la e controlá-la. Aquino (1999) afirma que houve vários tipos de censura na imprensa escrita durante a Ditadura Militar. A empresarial, fruto da pressão exercida pelos grupos econômicos que financiavam os órgãos de divulgação; a dos proprietários de jornais e periódicos, que não queriam perder as benesses do Estado e a dos próprios assinantes e patrocinadores, dos quais os governos estadual e federal eram os seus principais financiadores. Porém, as duas formas de controle da imprensa utilizada pelos militares, e que serão discutidas logo a seguir, foram a censura prévia e a autocensura.

A lógica da censura prévia era estabelecer os critérios definidos pelos censores do que poderia ou não ser publicado de forma que não contrariasse o governo ditatorial. Apenas alguns órgãos de divulgação da imprensa conviveram com a presença de censores em suas redações⁵⁹. A censura foi um instrumento de proteção do Estado para esconder o autoritarismo e, assim, manter a aparência democrática. Segundo Aquino:

[...] a censura é um instrumento de proteção do Estado, utilizado para esconder o próprio autoritarismo e, conseqüentemente, manter a aparência democrática; e também que a ditadura não foi integrada nem harmônica, sendo composta de diferentes setores com variados graus de autonomia (AQUINO, 1999, p. 235).

⁵⁷ Em 1972, a imprensa brasileira punha em circulação 37 jornais por mil habitantes, enquanto a Argentina punha 154 para cada mil habitantes (SMITH, 2000, p. 50).

⁵⁸ É possível perceber que o jornal é “uma espécie de comunicação entre as elites o que influencia os debates entre elas, suas análises e discussões repercutem na sociedade enquanto produto cultural” (SMITH, 2000, p. 51).

⁵⁹ Foram eles: *O Estado de São Paulo*, *Movimento*, *Opinião*, *O São Paulo*, *Veja*, *Pasquim* e *Tribuna de Imprensa*. (MARCONI, 1980, p. 60.). Quem também apresenta essa mesma informação é Smith (2000, p. 97).

A censura prévia determinava que todas as matérias a serem publicadas deveriam primeiro passar pelo crivo dos censores da Polícia Federal antes de serem liberadas para publicação. O regime procurava esconder da sociedade a censura política praticada na imprensa. Ela nunca foi admitida por nenhum governo militar que por intermédio de leis dúbias e ambíguas – como a Constituição de 1967 e o Decreto-Lei nº 1077, de 1970 – censurava ofensas à moral e à ordem pública, impondo essa prática arbitrária aos jornais e periódicos. Era comum fazer censura e não a admitir.

O movimento da censura mais comum e de maior efeito prático e restritivo era o que Aquino (1978) denominava de “paranoia restritiva”, isto é, a autocensura que, basicamente, representava um exercício restritivo interno do que podia ser publicado ou não. Ela foi uma imposição dos militares que, através de procedimentos diários de controle, impedia a circulação das informações para os cidadãos, bem como, cerceava a garantia das liberdades civis.

Práticas rotineiras de bilhetinhos, telefonemas anônimos, visitas de policiais às redações, convocação de diretores e chefes de redação para prestarem depoimentos, foram fatos que exerceram uma grande pressão sobre a maioria da imprensa brasileira. Essas práticas eram ilegais, pois a Constituição assegurava a liberdade de imprensa. No entanto, como afirma Smith:

[...] A censura nunca foi instituída oficialmente e nem podia, por causa da Constituição: não pode haver censura a jornais [...]. Pois de fato a censura era uma farsa. A Constituição permitia a censura a livros e revistas por questão moral e bons costumes, mas não de jornais (SMITH, 2000, p. 186).

A autocensura teve um forte impacto sobre as publicações dos jornais devido ao receio de fechamento dos mesmos, das prisões, do fim dos financiamentos, entre outros. Soares (1989) afirma que a autocensura institucional era a forma mais comum de exercer o controle sobre a opinião pública. Para o autor, “a autocensura individual afeta o indivíduo em sua liberdade de expressão e no livre exercício do pensamento” (SOARES, 1989, p. 39).

Smith (1981) diz ainda que essa forma de abster conscientemente a informação por meio da autocensura foi a principal característica da imprensa brasileira: “Você sabe, mas não diz o que sabe [...] o povo não fica sabendo que algo está sendo negado, subtraído” (SMITH, 2000, p. 136). Esse tipo de ação censória tinha como respaldo a utilização da Lei de Segurança Nacional, o AI-5, bem como de todo o aparato repressivo que produziram um “consentimento forçado” com a imprensa brasileira (SMITH, 2000).

A autocensura se tornou padrão de aceitação e de inércia da censura à imprensa. Ela não foi aberta e declarada à sociedade, porém funcionou no cotidiano das redações porque a Ditadura queria legitimar-se. Foi esse sistema diário, anônimo, automático e não a força coercitiva usada pelos militares que teria “massacrado” a imprensa brasileira⁶⁰.

Entre 1968 e 1978 a censura agiu de maneira indistinta sobre todos os órgãos de imprensa, justamente a partir do recrudescimento da Ditadura através do AI-5, como anteriormente citado. Portanto, é esse recorte temporal que nos permitiu analisar no primeiro capítulo desta dissertação, sobre como se deu a atuação da censura na imprensa capixaba neste contexto ditatorial.

A tentativa de negar a censura por parte da Ditadura Militar tinha por objetivo transparecer para a sociedade brasileira uma imagem positiva do regime, uma face democrática num sistema claramente repressivo e autoritário. Acreditava-se na construção de um consenso em torno do caráter legítimo da “Revolução de 64” junto à sociedade. Segundo Aquino (1999, p. 98), “ocultar a existência da censura foi uma tentativa de manter o apoio da sociedade civil a seu projeto, garantindo um mínimo de consenso em torno de sua legitimidade”.

Portanto, a memória social elaborada sobre a Ditadura Militar está intimamente associada aos jornais e periódicos da época. Corroborando essa afirmação, era muito comuns Cadernos Especiais sendo produzidos e reproduzidos na imprensa capixaba que forjavam uma opinião pública pautada em narrativas e na elaboração de imagens símbolos favoráveis à pauta governamental de progresso, desenvolvimentos do estado e do país, respectivamente. Para ilustrar essa afirmação vamos às fontes.

Em 30 de março de 1975, o jornal *A Gazeta* publicou um Caderno Especial com o seguinte tema: “11 anos de Revolução: Desenvolvimento com segurança”. A data é simbólica, pois foi as vésperas da comemoração da “Revolução de 64” que o jornal apresentou esta edição, fazendo um panorama desses anos de governo militar. Em seu enunciado é apresentado três palavras-chave e representativas deste recorte temporal: “Revolução”, “Desenvolvimento” e “Segurança”.

A primeira ideia está associada à alteração político-institucional promovida no país em razão do golpe civil-militar, que rompeu com o sistema político democrático vigente; a segunda remete à construção de um sistema econômico-político que resultou num crescimento exponencial da economia brasileira, gerando riquezas, progresso, crescimento como jamais

⁶⁰ Na visão de Smith (2000, p. 12), “a censura era percebida como um sistema tão corriqueiro e abrangente que parecia funcionar automática e impessoalmente, a tudo abarcando”.

visto na história; e, a última ideia relaciona-se com a criação de instrumentos legais em todas as esferas da sociedade, que proporcionou a tranquilidade e a segurança necessária para dar governabilidade ao regime imposto.

E nesse cenário apoteótico, conforme a narrativa vai se apresentando no decorrer do texto, o Espírito Santo que até então estava “afastado das decisões governamentais do país”, passou a ser ouvido, a ter voz e reconhecimento tanto do governo federal quanto dos outros estados da federação. A suposta “integração” entre o “Estado-Nação”, resultou no desenvolvimento capixaba, num crescimento industrial sem precedentes, tornando-o “indispensável à estratégia do progresso econômico de todo o Brasil” (*A Gazeta*, 30/03/1975 – Caderno Especial).

E, por fim, a matéria finaliza com a seguinte constatação:

Virtualmente, neste curto espaço de 11 anos, o Espírito Santo notabilizou-se numa mudança histórica de atitudes destinada a profundas repercussões no futuro, deixando o pauperismo e o desânimo para caminhar com rapidez e decisão em busca de novas dimensões de vida para o seu povo – como está fazendo todo o Brasil (*A Gazeta*, 30/03/1975 – Caderno Especial)⁶¹

Nota-se, na referida matéria, a presença subjacente de uma condição de superação de “atraso”, do estado do Espírito Santo, deixada para trás no passado, em virtude da celeridade que o desenvolvimento estava proporcionando no presente, abrindo assim novas possibilidades de êxito no futuro para o seu cidadão. Essas imagens e construções narrativas transmitiam representações que eram fruto de práticas sociais presentes naquele contexto histórico em que elas foram produzidas, e que transmitiam significados claros à sociedade capixaba. Elas representam parte de uma memória, de um imaginário da época tornando-se símbolos de um período da nossa história. E a Ditadura Militar está repleto delas.

Em razão disso, Grimberg (2009, p. 23) afirma que a memória toma sempre partido, não é neutra. E a tomada de posição dos jornais fez parte de um processo político cuja representação na imprensa contribuiu para a construção de uma imagem assertiva sobre o projeto político dos militares nos anos de 1970. Essa visão repercutiu de forma intensa nesta década, pois segundo

⁶¹ Para maiores informações ver as seguintes matérias: “Caderno Especial: O custo da produção agrícola” (*A Gazeta*, 03/02/1972); “Caderno Especial: A Gazeta Agropecuária” (*A Gazeta*, 16/03/1972); “Caderno Especial: 1º Ano de governo de Arthur Carlos” (*A Gazeta*, 31/03/1972); “Caderno de Comunicação e Desenvolvimento” (*A Gazeta*, 07/10/1972); “Caderno Especial: Corredores de exportação – A vez do Espírito Santo” (*A Gazeta*, 15/11/1972); “Caderno Especial: Comunicação e Desenvolvimento” (*A Gazeta*, 19/11/1972); “Caderno especial sobre o turismo capixaba” (*A Gazeta*, 17/03/1972); “Caderno Especial: Comunicação e Desenvolvimento” (*A Gazeta*, 09/03/1974).

a referida autora, grande parcela da sociedade brasileira apoiava a Ditadura Militar (GRIMBERG, 2009, p. 29). Isso contribuiu para desmistificar a ideia equivocada de que a sociedade brasileira foi democrática.

CAPÍTULO 4

“EM BUSCA DE UM FUTURO ESPERANÇOSO”: OS USOS POLÍTICOS DA MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DO CONSENTIMENTO

Voltando-me para o futuro, pressinto sempre a maior contribuição brasileira para os destinos do mundo. Vejo a continuidade e a amplificação de nosso caminho de entendimento, de tolerância e de fé [...] Vejo o crescimento material imanar-se com esse humanismo brasileiro que nos distinguiu no mundo em século e meio de trajeto. **Vejo o homem como princípio e o fim de todo o nosso esforço** (Médici, *O Cruzeiro*, 20/03/1974, ed. n.º 12, p. 105, grifo nosso).

O discurso político em tom melancólico e de despedida da presidência da república do presidente Emilio Gastarrazú Médici, em 1974, apresentada, no início deste capítulo, foi intencionalmente proposta para esta reflexão, pois estabelece um diálogo entre os conceitos de “horizonte de expectativas”⁶² e de “espaços de experiências”, que nos auxiliam no embasamento teórico desta pesquisa⁶³. Na matéria da Revista *O Cruzeiro*, publicada em 20 de março de 1974, é possível identificar na fala saudosista do então presidente, a ideia de passado, presente e futuro inseridos em suas palavras.

Na frase supracitada, o passado é representado pela ideia da superação do caos econômico vivido pelo país, por intermédio do “crescimento material” que atualmente nos “distingui” no mundo após um século e meio de independência; o presente traz em si a marca do esforço pelo entendimento, a busca pela tolerância e diálogo, a esperança da fé, características indelévels do caráter e da personalidade do povo brasileiro, bem como, do atual governo que por ora encerra sua jornada; e, por fim, o futuro é representado pela certeza de que, através das conquistas materiais, aliadas aos princípios e valores que norteiam o país do presente, inevitavelmente ele será inserido no cenário internacional como protagonista, contribuindo para “os destinos do mundo”.

No primeiro capítulo, estabelecemos um diálogo sobre a utilização das propagandas pelo governo estadual. Neste capítulo, seguiremos essa mesma linha reflexiva. Valendo-se de outras fontes da imprensa nacional e local pretendemos ampliar a discussão de forma a

⁶² Ver: Koselleck (2006).

⁶³ Reinhart Koselleck: historiador alemão que se destacou no pós-Guerra Mundial, através de sua vasta e importante produção no campo da teoria da história, sendo um dos principais fundadores e teóricos da História do Conceitos.

corroborar com a ideia central que norteia esta pesquisa: a de que o jornal *A Gazeta* contribuiu para elaboração de uma memória positiva sobre a Ditadura Militar no Espírito Santo.

Dois anos antes da citação acima, o governo estadual patrocinou uma propaganda no jornal *A Gazeta* do dia 16 de maio de 1972, com o seguinte tema: “Caminho aberto para o Espírito Santo”. Apontando nela os caminhos que estavam transformando o estado capixaba num celeiro de progresso e desenvolvimento devido aos investimentos portuários, energéticos, no setor industrial e de turismo, buscando estabelecer um tipo de comunicação clara e intencional com o leitor, inserindo-o como parte do processo:

Caminhos que são abertos em todos os sentidos, onde o Espírito Santo estende suas perspectivas de progresso, visando o bem-estar social do homem capixaba, do homem brasileiro. **Começo, meio e fim dos nossos propósitos.** É assim que o Espírito Santo ajuda a construir o Brasil. Com você (*A Gazeta*, 16/05/1972, p. 09, grifo nosso).

Esse trecho da propaganda do governo estadual, em comparação com o discurso feito pelo presidente Médici, merece uma reflexão pelas semelhanças que elas apresentam. Embora um estivesse no auge do seu mandato eletivo enquanto o outro no fim, ambos falavam sobre o homem (capixaba e brasileiro) como o começo, o meio e o fim de todo esforço, em suma o centro de todas as ações pensadas e realizadas por seus respectivos governos.

A sintonia entre os dois discursos oficiais (no âmbito estadual e federal) indicam uma reciprocidade e tamanha aproximação entre essas esferas do executivo, que reforçam a ideia de que as similaridades presentes nas narrativas tiveram como objetivo forjar uma opinião pública favorável sobre a conjuntura política da época. No mesmo sentido, intencionavam criar uma imagem positiva sobre os governos, num período de intensa repressão imposta pela Ditadura Militar.

O diálogo entre esses espaços temporais (passado, presente, futuro) é uma constante nos discursos e nas propagandas tanto do presidente Médici, quanto do governador Arthur Gerhardt, permeados pela ideia central de um “horizonte de expectativas” diante de um cenário já materializado pelas conquistas econômicas do presente, fruto de uma aprendizagem adquirida pelas experiências vividas. Esse discurso político fortalecido pela narrativa da imprensa (no caso a Revista *O Cruzeiro* e o jornal *A Gazeta*) foi uma das principais marcas dos governos militares no Brasil, pois atendia ao projeto político vigente.

Dito isto, o período do governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975) exprime não só um sentimento, mas uma expectativa de que, naquele momento histórico, aquele “futuro

esperançoso” havia chegado ao povo capixaba. Por isso, pretendemos, neste capítulo derradeiro do trabalho dissertativo,⁶⁴ discutir como foram os usos políticos do discurso desenvolvimentista, do progresso, do otimismo gerado pela industrialização via Grandes Projetos de Impacto. Naquele presente, potencializados pela cumplicidade da imprensa, no tocante as representações criadas sobre o projeto autoritário do governo estadual junto ao povo capixaba, contribuiu para direcionar os comportamentos sociais em favor da Ditadura Militar. Dessa forma, criando uma memória positiva sobre esse tempo histórico e que ainda reverbera no presente vivido, em vários setores da sociedade.

É importante destacar que a memória do período ditatorial é uma demanda social que ecoa no presente. Os traumas desse período são atuais, mesmo diante de inúmeras tentativas de silenciá-la, esquecê-la, apagá-la. Por exemplo, a criação de leis reparatórias escamoteia a realidade mais do que as revela, bem como, o não julgamento dos atos criminosos cometidos pelos agentes do Estado brasileiro em razão da Lei da Anistia. Uma sociedade recém-saída de uma ditadura tem dificuldades em questionar criticamente seu passado, pelo fato de as lembranças estarem muito recentes, o que traz difícil aceitação.

Por que a sociedade brasileira tem dificuldades em confrontar-se com o seu passado traumático? As respostas a essa indagação tem sido a tônica de várias pesquisas no campo das Ciências Humanas na atualidade, que tentam apontar como um dos caminhos o fato de que no Brasil, e, conseqüentemente no estado do Espírito Santo, além do uso da força, a ditadura militar possuiu uma ampla base de apoio social que aceitou, aderiu e consentiu com o governo autoritário.

A visão consagrada pela interpretação sobre a Ditadura Militar no Brasil quase sempre privilegia as análises baseadas no uso da violência, do terror, da força policial desmedida, da tortura nos “porões” e da resistência, e somente reforçam o mito de sociedade vitimizada. Por isso, a imagem de uma sociedade vítima do regime ditatorial é simplista e não condiz com a realidade mais complexa, contraditória e ampla. O historiador italiano Bruno Groppo (2015, p. 51) diz que “o conceito de vítima é ‘ambíguo’, pois a sociedade tem mais facilidade para lembrar-se dos crimes cometidos contra ela do que os crimes cometidos por ela”.

Portanto, a construção de uma memória relativa ao passado, tende à criação de mitos na sociedade. Entre os “mocinhos” e os “vilões” existem as “*zonas cinzentas*” (LABORIE, 2010) que representam as formas, os comportamentos adotados pelos homens que possibilitam

⁶⁴ Frisamos que não temos a intenção em esgotar o assunto, mas, sim, estimular novas problematizações acerca do tema desenvolvido nessa dissertação.

ampliar a reflexão sobre o passado de forma a trazer à tona os fatos como eles foram e são, para além da inocência da sociedade como vítima e para uma melhor compreensão do seu presente, para que no futuro os fantasmas não sejam revividos. Eis o desafio!

4.1 “A pátria que estremece de alegria!”: A pauta política e econômica dos militares na imprensa local e nacional.

Por intermédio do “espírito modernizante” da década de 1970, vários setores médios e industriais do país viveram um clima de grande otimismo. Foi a época dos grandes investimentos na área da construção civil, como a Transamazônica, a Ponte Rio-Niterói e a Hidrelétrica de Itaipu. Essas grandes obras relacionavam-se com uma perspectiva otimista de futuro calcada num presente de realizações. As fontes jornalísticas utilizadas nesta pesquisa revelam o quanto o discurso político desenvolvimentista estava impregnado na imprensa brasileira e capixaba.⁶⁵

Por exemplo, em matéria publicada pela Revista *O Cruzeiro*, no dia 14 de novembro de 1973, com o título: “Médici não escondeu a emoção ao inaugurar a obra que, sozinha, valeria seu governo”, repercutiu a inauguração da Ponte Rio-Niterói, um dos maiores símbolos dos investimentos feitos pelos governos militares. O festivo evento foi apresentado como sendo um elo de integração entre dois centros comerciais (Rio de Janeiro e Niterói), portanto, importante do ponto de vista econômico, mas, principalmente, a prova cabal de que o “Brasil de gigantescas realizações” (*O Cruzeiro*, 1973, p. 52) se encontrava preparado para os desafios do futuro.

Na perspectiva do governo autoritário, o país que estava sendo construído no presente, que vivia o auge do “milagre Econômico”, estava se preparando para as novas conquistas no futuro. Em evidente contraste com o passado, marcado pelo atraso econômico, pela ameaça “vermelha” e pelos conflitos políticos antes da “Revolução de 64”, o presente havia superado tais problemas.

Esse mesmo recurso narrativo foi empregado na referida revista em 12 de dezembro de 1974. No momento do governo presidencial do general Ernesto Geisel, numa matéria assinada por Fernando Cascudo, cujo título é “O Brasil que Geisel vai governar”, *O Cruzeiro* faz um

⁶⁵ “1972: Boas perspectivas para o Estado” (*A Gazeta*, 01/01/1972, p. 19); “Aumento da produtividade é meta do governador” (*A Gazeta*, 05/01/1972, p. 05); “As metas para 1972” (*A Gazeta*, 19/04/1972, p. 04); “O Brasil se torna a meca para o capital internacional” (*A Gazeta*, 24/05/1972, p. 11); “Tendência de crescimento” (*A Gazeta*, 05/07/1972, p. 04); “Desenvolvimento está na exportação” (*A Gazeta*, 19/07/1972, p. 10); “Boa imagem internacional” (*A Gazeta*, 13/03/1973, p. 04); “74 em ritmo de otimismo” (*A Gazeta*, 03/01/1974, p. 04), entre outras.

balanço positivo dos ganhos econômicos obtidos e das transformações vividas pelo país no governo Médici, e mais, afirma que o atual governou recebeu uma “herança bendita” do seu antecessor. A matéria diz:

O presidente Médici vai passar ao general Geisel um país diferente daquele que ele recebeu [...] nossas reservas monetárias devem chegar a casa dos 8 bilhões de dólares. Produzimos 8 milhões de toneladas de aço e 14 milhões de kw de energia. A construção da Transamazônica e do Perimetral norte provoca admiração do mundo. E há ainda os metrô do RJ e de SP, a Ponte Rio-Niterói, a construção naval, o Provale e o Proterra e mil etc (*O Cruzeiro*, 1974, p. 52).

Essa visão positiva sobre o governo Médici contrasta com a realidade vivida. Isso por conta desse período coincidir com o funcionamento do sistema repressivo, marcado pela violência de Estado nos chamados “anos de chumbo” durante o seu governo. Como resultado, os episódios de cassações, prisões, torturas e mortes de opositores ao regime foi algo frequente. Em decorrência disso, os “anos de ouro”,⁶⁶ no plano da memória política, foram “esquecidos” e “silenciados” de forma deliberada e intencional pela imprensa.

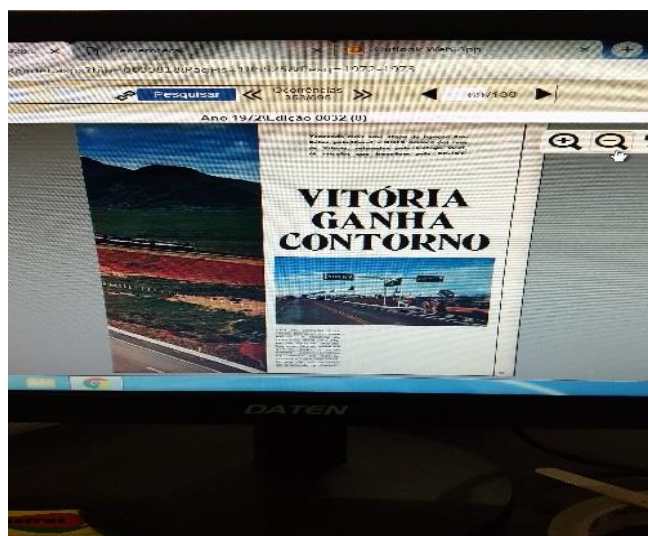
Parte desse silenciamento visava atender as demandas ligadas ao projeto político dos militares que estavam no poder, tendo a colaboração direta e consensual, na maioria das vezes, da imprensa liberal na construção dessa representação social que ajudou a forjar uma memória favorável sobre aquele período histórico.

Situação semelhante aconteceu no caso capixaba. Nesse cenário, foi interessante encontrar algumas matérias publicadas pela Revista *O Cruzeiro* sobre obras e inaugurações no estado do Espírito Santo que dialogavam com as matérias apresentadas por duas fontes da imprensa local utilizada neste trabalho: a Revista *Espírito Santo Agora* e pelo jornal *A Gazeta*, que na época era o jornal de maior circulação em solo espiritossantense.

Em matéria do dia 09 de agosto de 1972, a Revista *O Cruzeiro* publicou uma matéria exclusiva sobre a inauguração da obra do Contorno em Vitória, intitulada “Vitória Ganha Contorno”. A referida obra foi inaugurada no dia 19 de julho daquele mesmo ano. Seu objetivo principal era transferir o transporte de cargas pesadas do centro de Vitória, desobstruindo o tráfego local. A solenidade de inauguração contou com a presença do Ministro dos Transportes, Mário Andreazza, do chefe do DNER, Elizeu Rezende, bem como do governador Arthur Gerhardt.

⁶⁶ Para maiores informações, ver: AUTOR? “Anos de chumbo ou anos de ouro? Uma história sempre em reconstrução”. CORDEIRO, Janaína M. *A Ditadura Militar em tempos de milagre*. Comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

Imagem 9: Matéria sobre a inauguração da obra do Contorno em Vitória.



Fonte: Revista *O Cruzeiro* (09/08/1972).

O detalhe que chama a atenção nesta reportagem é a ênfase dada pela imprensa aos investimentos pesados que o governo federal estava realizando no estado do Espírito Santo, citando, por exemplo, as obras das BR 101 e BR 262, e a supervalorização da imagem do governo Médici. Segundo a fonte, ele foi decisivo para tornar viável a “construção de anéis rodoviários em torno dos grandes pólos do país” atribuindo a capital Vitória o papel de pólo decisivo no projeto de construção do “Corredor de transportes de Exportação” (*O Cruzeiro*, 1972, p. 70).⁶⁷

O mérito concedido ao Governo Federal, a ideia presente na narrativa sugestionando o presidente Médici como o “idealizador” da obra, a participação das lideranças políticas do governo no evento, bem como a cobertura dada a esta inauguração, que contou com a presença da imprensa local e nacional, contribuiu para fortalecer a imagem do regime militar em solo capixaba.

Prova disso foi que, ao final da solenidade, o governador Arthur Gerhardt, ao agradecer o presidente Médici na pessoa do ministro dos transportes, comemora “o apoio decisivo que vem recebendo no setor rodoviário para o desenvolvimento econômico e social do Espírito Santo” (*O Cruzeiro*, 1972, p. 70) por parte do governo federal.

⁶⁷ O jornal *A Gazeta* e a Revista *Espírito Santo Agora* trazem algumas matérias falando sobre o “Corredor de Transportes de Exportação”. Para maiores informações ver: “Corredor de exportação” (*A Gazeta*, 23/09/1972, p. 04); “Corredor vai desenvolver a agricultura” (*A Gazeta*, 19/11/1972, p. 10); “O caminho do progresso” (*Revista Espírito Santo Agora*, ed. nº 03, dezembro, 1972, p. 45);

Algumas semanas antes, o jornal *A Gazeta*, do dia 20 de julho de 1972, publicou em sua capa a seguinte manchete: “Andreazza inaugura o Contorno e promete BR 101 para 1973”. Na matéria é possível identificarmos a transmissão de duas mensagens por parte do Ministro do Transporte: uma, em razão da construção da BR 101 que, segundo ele, estaria concluída até abril de 1973, abrindo, assim, novas perspectivas para o desenvolvimento da região litorânea do país e, outra, que, ao se despedir do estado, após o ato solene de inauguração da rodovia, fez questão de elogiar o governador Arthur Gerhardt “ressaltando a unidade com o governo federal” (*A Gazeta*, 20/07/1972, capa).

Na edição do mesmo dia, o editorial publicou outra matéria intitulada “Andreazza – um ministro capixaba”, dando total centralidade à presença constante do ministro em solo capixaba, responsável por sempre trazer boas notícias para o estado, como a inauguração de estradas, a conclusão de trechos de BR’s – como a 101 e a 262 –, a finalização de rodovias, o asfaltamento de estradas – ligando-as os centros comerciais importantes –, os investimentos no Porto de Vitória, entre tantas outras obras que, para o editorial, revelavam a “admiração de todos os capixabas” pelo fato do ministro estar “sempre presente à frente das reivindicações espiritosantenses, às quais atende sem delongas [...]” (*A Gazeta*, 20/07/1972, p. 04).

Ainda, é destacada a construção do “Corredor de Exportação Minas Gerais-Espírito Santo”, cujas consequências visavam aumentar o desenvolvimento econômico do estado, pois “toda a produção da região Centro-Leste do país destinada à exportação passará pelo porto de Vitória” (*A Gazeta*, 20/07/1972, p. 04). Assim, a referida matéria concluiu afirmando que foram “[...] justas e merecidas às homenagens de que ontem ele [o ministro] foi alvo entre nós, porque elas traduzem a intensidade dos nossos agradecimentos a uma personalidade por demais grata entre a família capixaba” (*A Gazeta*, 20/07/1972, p. 04).

Percebemos a tentativa do jornal em ressaltar a boa relação entre o governo estadual junto ao governo federal. A intenção da matéria expressa a tentativa do primeiro em estabelecer as metas, as prioridades semelhantes e alinhadas com o segundo. Ou seja, o Governo Estadual tinha como objetivo principal continuar recebendo investimentos e recursos financeiros federais, visando trazer benefícios econômicos e desenvolvimento para o estado. Para tanto, abusa nos elogios e nos agradecimentos aos integrantes do Governo Federal.

Especificamente, no caso capixaba, a década de 1970 foi um período de grande crescimento econômico, impactado pelos efeitos do “Milagre” que impulsionaram o desenvolvimento industrial no Espírito Santo por meio dos Grandes Projetos de Impacto implantados naquele contexto. Fagundes e De Ângelo (2014, p. 151) afirmam que:

[...] Os Grandes Projetos Industriais começaram a ser implantados no governo biônico de Arthur Carlos Gerhardt Santos, num momento da história capixaba marcada por amplas mudanças em sua estrutura econômica.

Os efeitos positivos desse processo histórico foram massivamente trabalhados com a sociedade pelos órgãos oficiais do governo estadual, sobretudo, pela imprensa, criando um clima de otimismo e esperança em relação ao futuro capixaba.

Para corroborar essa afirmação, utilizaremos como exemplo uma matéria publicada, aproximadamente, dois anos mais tarde. Trata-se de uma matéria publicada na Revista *Espírito Santo Agora*, em fevereiro de 1974, intitulada “O pequeno Grande Estado: Um balanço do presente, uma visão do futuro”. Esse texto enfatizou o crescimento econômico do estado e os investimentos possibilitados pela implantação dos Grandes Projetos de Impacto. As áreas de investimento eram o setor Siderúrgico, Para-químico, Portuário, Naval e Turístico.

O tom otimista da reportagem e a empolgação com o rumo que a economia do estado estava seguindo naquele contexto levou a Revista a ousar e fazer uma projeção – totalmente imaginativa e criativa sem base empírica – de crescimento econômico do estado (para o decênio de 1973-1983), colocando-a acima do crescimento nacional. A matéria, numa condição quase espírita, afirma que:

Enquanto o Brasil terá uma taxa de crescimento médio da ordem de 7,5% ao ano, o Espírito Santo, a partir de 1973, apresentará uma taxa de 14,7%. No ano de 1983, teremos ultrapassado a renda brasileira em 28% e apresentado um crescimento em relação à nossa renda, em 1968, da ordem de 516% (Revista *Espírito Santo Agora*, nº 11, 1974, p. 5 - 7).⁶⁸

É nesse constante deslocamento entre o passado e o futuro, com base nas constatações e imaginações do presente, que a matéria em tom otimista vai caminhar por todas as suas páginas. A Revista fez projeções, traça metas e dados quantitativos que mais representavam o resultado de expectativas criadas pelo calor do momento, do que baseados em fatos sólidos e consubstanciais que justificasse tamanha empolgação.

Os dados citados acima mostram o quanto estava vigente, naquele presente, a ideia de que o Espírito Santo passava por um processo de superação de um atraso econômico gerado

⁶⁸ No livro “Arthur Gerhardt o construtor de futuros”, é citado pelo ex-ministro da fazenda na Ditadura Militar, Antônio Delfim Neto, que o Espírito Santo cresceu no governo dele mais do que o Brasil, alcançando uma média de 11,1% em seu PIB na década de 1970, segundo dados do IBGE (MARTINEZ, 2014, p. 13).

pela monocultura do café, o qual, por intermédio da industrialização, estava possibilitando os capixabas darem um salto rumo ao futuro. Vale destacar a seguinte frase do governador Arthur Gerhardt, publicada pela revista: “Ou a gente continuava naquela vidinha, piorada com a perda da monocultura, ou se promovia o verdadeiro salto” (Revista *Espírito Santo Agora*, nº 11, 1974, p. 8).

Em evidente discordância com a perspectiva otimista sobre o desenvolvimento capixaba, de fato, uma parcela da sociedade capixaba experimentava, nesse mesmo período cronológico, uma realidade marcada pela violência de estado promovida pelos órgãos de repressão aos opositores do regime. Contudo, esse contexto repressivo foi silenciado e esquecido no coletivo social. Por isso, Fagundes e De Ângelo (2014, p. 151) afirmam o seguinte: “Em linhas gerais [...] seria possível afirmar que [...] essa memória positiva da ditadura militar tem como argumento central os efeitos dos chamados Grandes Projetos Industriais para a economia estadual”.⁶⁹

Em se tratando de Espírito Santo, como afirmam os autores, a década de 1970 foi um marco para a construção de narrativas antagônicas, configurando aquilo que conhecemos como *os usos políticos do passado enquanto narrativa histórica*. Indiferente à realidade dos “porões”, para a maioria da sociedade capixaba, aquele momento ficou consagrado como a época dos Grandes Projetos. Em resumo, um momento definitivo para os capixabas como o de “superação do atraso”.⁷⁰

Esse conceito foi apresentado por Nascimento (2016) em sua tese, onde ele analisou os usos das imagens, tanto positivas quanto negativas, sobre a condição social, política e econômica do estado do Espírito Santo, tendo como ponto de inflexão na direção da superação do atraso, justamente a década de 1970 em pleno contexto ditatorial.

A presença do “atraso” no discurso das elites políticas capixabas nos anos de 1960 e 1970 visavam justificar a necessidade de superar sua defasagem pela via da industrialização. Sendo assim, o projeto político desenvolvimentista do Espírito Santo para funcionar precisava confluir com o projeto proposto pelos governos militares.

Prova disso é que em matéria publicada no dia 10 de abril de 1974, no contexto comemorativo pelos 10 anos da “Revolução de 64”, o jornalista José Amádio, colunista da Revista *O Cruzeiro*, em tom efusivo destaca que a “Revolução” despertou o Brasil, arrancou-o

⁶⁹ Mais adiante, abordaremos a atuação do sistema repressivo em território capixaba.

⁷⁰ Essa ideia da “superação do atraso” como um marco na história do Espírito Santo é discutida e problematizada pelo historiador Rafael Cerqueira do Nascimento, em sua tese de doutoramento, intitulada *A narrativa histórica da superação do atraso: Um desafio historiográfico do Espírito Santo* (NASCIMENTO, 2016).

do seu cômodo “berço esplêndido e o projetou no futuro”. Afirmava que o país, 10 anos após 1964, “multiplicava” conquistas, esbanjava desenvolvimento, mérito dos governos militares que neste período conduziram-no no “caminho do progresso” (Revista *O Cruzeiro*, 10/04/1974, p. 03). E, para comprovar esse discurso otimista e eufórico, a mesma apresentou as supostas “mudanças” alcançadas em cada estado brasileiro no último decênio, como forma de reforçar e justificar o êxito do projeto desenvolvimentista pela via da industrialização e dos Grandes Investimentos implementados pelo governo ditatorial.

Ao citar o estado do Espírito Santo, a matéria destaca que: “a exportação dobrou no porto de Tubarão”. Triplicará” (Revista *O Cruzeiro*, 10/04/1974, p. 03). O crescimento dos investimentos feitos no referido porto possibilitou o aumento das exportações capixabas. O setor naval fazia parte de uma das cinco grandes metas nos Grandes Projetos de Impacto do governo estadual.⁷¹

Outra fonte que utilizamos nesta pesquisa estabelece um diálogo similar com a matéria anteriormente citada. Recuando um ano no tempo, a revista *Espírito Santo Agora*, em fevereiro de 1973, publicou uma manchete cujo título é: “Estamos a ver navios. Cada vez mais”. Nela o estado capixaba aparece como o maior exportador do país em tonelagem e que a promessa da construção do complexo portuário de Capuaba permitirá “um movimento anual de carga geral de 2 milhões de tonelada” (*Espírito Santo Agora*, nº 4, 1973, p. 21). Ela ainda apresenta o estado como um “porto seguro” para investimentos nacionais e estrangeiros e a finaliza afirmando que “o futuro é agora. Hoje” (*Espírito Santo Agora*, nº 4, 1973, p. 21).

Sobre os investimentos portuários, destacava-se a construção do complexo do Cais de Capuaba. Em virtude disso, retrocedendo ainda mais no tempo, o jornal *A Gazeta* trouxe uma matéria, no dia 18 de abril de 1974, intitulada: “Cais de Capuaba é mais uma fonte de desenvolvimento”. Nela é abordada os investimentos portuários no Espírito Santo, incluindo o parque de infraestrutura que, segundo a matéria, “[...] terá papel decisivo para a emancipação econômica do Espírito Santo” (*A Gazeta*, 18/04/1972, p. 04).⁷²

⁷¹ Para maiores informações, ver: “Estaleiro tem tudo para ser nosso” (Revista *Espírito Santo Agora*, nº 03, dezembro, 1972, p. 64-67); “O desenvolvimento do estado já tem estrutura de ferro” (Revista *Espírito Santo Agora*, nº 11, fevereiro, 1974, p. 26-28); “Desenvolvimento Siderúrgico” (*A Gazeta*, 25/04/1972, p. 04); “A central do Aço” (*A Gazeta*, 19/05/1972, p. 04); “Otimismo pra burro” (*A Gazeta*, 19/08/1972, p. 04); “Governo amplia eletrificação rural” (*A Gazeta*, 07/09/1972, p. 05); “Arthur destaca a importância do porto” (*A Gazeta*, 20/10/1972, p. 05); “Centro Industrial: O novo marco que surge” (*A Gazeta*, 24/11/1972).

⁷² Ver também: “Capuaba será o primeiro na exportação” (*A Gazeta*, 19/04/1972, p. 05); Capuaba: O Espírito Santo participando do incremento a exportação (*A Gazeta*, 05/07/1972, p. 09); “Capuaba: Nova perspectiva” (*A Gazeta*, 07/10/1972, p. 04).

Imagem 10: jornal *A Gazeta*, de 25/03/1972.



Fonte: APEES

Outro exemplar analisado do jornal *A Gazeta* foi um editorial do dia 01 de março de 1973, cujo título apresentado foi: “Espírito Santo exportador”. Nele é destacado o crescimento das exportações de mercadorias portuárias do país, que tem estimulado a implementação de um audacioso plano por parte do governo federal, conhecido como “Programa dos Corredores de Exportação”⁷³, de forma a integrar as regiões interioranas do país até as faixas litorâneas, para aumentar e facilitar a circulação de mercadorias e suas vendas ao exterior. Nesse contexto, o porto de Vitória se torna um dos alvos do governo federal. De tal forma, o texto reforça que:

Todos esses empreendimentos abrem enormes perspectivas para o desenvolvimento espírito-santense, já que o desenvolvimento portuário do nosso estado fará convergir para cá, não apenas a atenção dos exportadores de uma vasta área do território nacional, mas também o de importadores estrangeiros interessados na aquisição dos produtos brasileiros (*A Gazeta*, 01/03/1973, p. 04).

E, finaliza fazendo a seguinte constatação:

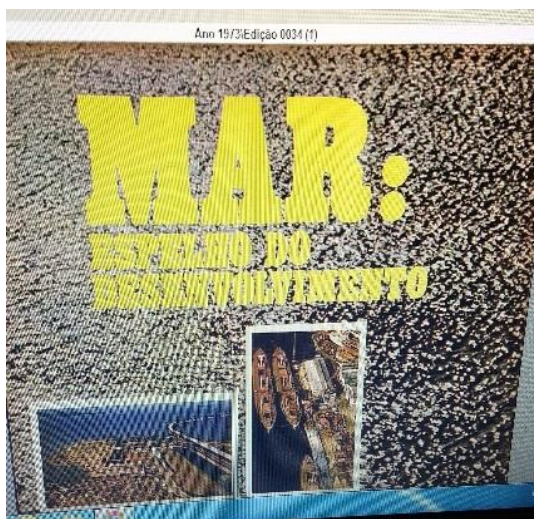
[...] a segurança dos investimentos autorizados pelo Governo Federal, que se refletirá na rentabilidade dos novos equipamentos de transporte para a exportação do país, está sendo incentivada pelos órgãos governamentais ligados à agricultura, à indústria extrativa, à siderurgia e à construção de rodovias e aquavias – o que é sem dúvidas uma

⁷³ Para maiores informações ver: “Caderno Especial – Corredor de Exportação: A vez do Espírito Santo” (*A Gazeta*, 15/11/1972).

garantia de que o Espírito Santo dentro em breve obterá reflexos altamente positivos dessa nova face do desenvolvimento brasileiro (*A Gazeta*, 01/03/1973, p. 04).

Nessa mesma direção, a Revista *O Cruzeiro* publicou uma matéria no dia 22 de agosto de 1973 cujo título foi “Mar: espelho do desenvolvimento”, como podemos ver abaixo.

Imagem 11: Capa da Revista *O Cruzeiro* sobre o mar de Vitória.



Fonte: Revista *O Cruzeiro* (22/08/1973).

Os jornalistas responsáveis pela matéria, Adriano Barbosa e Fernando N. Pedrosa, apresentam números interessantes sobre a importância do mar brasileiro para o comércio com o exterior, justificando a necessidade de mais investimentos na construção naval que já estava sendo realizada pelo governo federal. A alavancagem do transporte marítimo brasileiro estava em sintonia com a demanda específica do governo capixaba, pois a perspectiva era a de ver, realmente, os navios entrando e saindo do Porto de Vitória, movimentando matérias-primas rumo a exportação e gerando riquezas para o estado e, consequentemente, para o país. Essa era uma das principais plataformas do executivo estadual.

Portanto, não poderia esperar mais. Chegou a hora! O tom imperativo usado no indicativo do presente define que “É Tempo de conferir o diagnóstico de uma nação”. Esse foi o tema da matéria proposta pela Revista *O Cruzeiro* para analisar os resultados obtidos pelo Brasil no desenvolvimento social e econômico nesses aproximadamente 10 anos de progresso, onde, segundo a reportagem, houve conquistas claras, tais como:

Imagem 12: Capa da Revista *O Cruzeiro* sobre o diagnóstico do Brasil.



Fonte: Revista *O Cruzeiro* (05/09/1973).

Na matéria publicada pela revista *O Cruzeiro*, abaixo, faz-se um chamamento a todos os brasileiros para conferirem aquelas e outras conquistas realizadas pelos governos revolucionários nesses quase dez anos pós “revolução”.

[...] a redução das disparidades regionais que dividiam o país em duas nações – uma rica e outra pobre, de equilíbrio entre os diversos setores da economia; de criação de condições de infra-estrutura, de implantação e crescimento das indústrias de base, de exportação de manufaturados; de ocupação de todo o universo brasileiro; de melhoria da distribuição de renda e maiores oportunidades de emprego e bem-estar. 10 anos da Revolução [...] (Revista *O Cruzeiro*, nº 36, 05/09/1973, p. 71).

No trato com as fontes, foi encontrada outra reportagem que merece ser destacada. Faltando ainda um ano para a data “comemorativa” dos 10 anos da “Revolução de 64”, por iniciativa própria, a revista *O Cruzeiro* resolveu realizar reportagens sobre os resultados conquistados pelos governos “revolucionários” e que culminariam na data de 31 de março de 1974. Propondo fazer um “diagnóstico da nação” através desse trabalho jornalístico, ela procurou dar ênfase ao caráter “imparcial” da equipe editorial da revista, que não tinha pretensões comerciais, mas que pretendia apenas mostrar o “retrato autêntico” do país.

[...] Em contato com todos os estados, homens públicos e da iniciativa privada, operários, trabalhadores rurais e estudantes, administradores e profissionais liberais, a equipe de “O CRUZEIRO” fará um verdadeiro “Diagnóstico de uma nação”. Sem a mínima conotação comercial com o sentido editorial das reportagens. Sem a preocupação de realizar simples matéria laudatória. “O CRUZEIRO”, fiel a sua tradição e a sua indiscutível penetração em todos os recantos do país, espera mostrar a

seus leitores um retrato autêntico e imparcial do Brasil de hoje. Em cada estado, em cada setor, em cada domínio de economia e de administração. As equipes editorial, comercial e de marketing de “O CRUZEIRO”, reúnem seus esforços para a realização deste trabalho da maior importância para os milhões de brasileiros que vivem a nova era de trabalho fecundo e de progresso que teve o seu começo na Revolução de 64 (Revista *O Cruzeiro*, /05/09/1973, p. 71).

Vários pontos merecem ser observados nessa matéria da equipe de *O Cruzeiro*, que entre outras coisas pretendia ser “imparcial” e “autêntica”. O primeiro é a narrativa usada pela revista numa clara tentativa de mobilizar, envolver, estimular a participação de vários segmentos sociais em prol do seu objetivo central: fazer um “diagnóstico” do país. Milhões de brasileiros que, como destaca a matéria acima, “[...] vivem numa era de trabalho fecundo e de progresso [...]” teriam a possibilidade de participarem desse ambicioso trabalho, de serem ouvidos, dando sua colaboração não só com projeto da empresa, mas reforçando a legitimidade do projeto político inaugurado a partir de 1964.

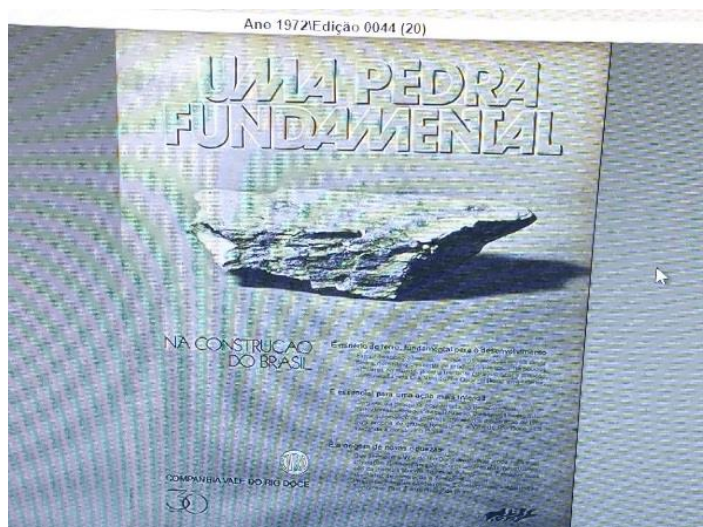
Outra questão que chama a atenção é a pretensão da própria revista de se colocar no papel de legítima representante do povo, porta voz da nação devido a sua “[...] indiscutível penetração em todos os recantos do país [...]”, que, supostamente, a colocaria na nobre missão de apenas “[...] mostrar aos seus leitores [...]” o Brasil do presente.

E, por fim, vale ressaltar a ênfase dada no suposto caráter neutro da revista, que não possui “interesses comerciais” e nem quer “[...] realizar simples matéria laudatória [...]”, porém, sua equipe (editorial, comercial e de marketing) deixa claro que o trabalho e o progresso só foram possíveis através da “Revolução de 64”.

Para finalizar a reflexão proposta neste tópico, se faz necessário refletir sobre mais um aspecto positivo das transformações vividas pelo país nos anos de 1970. Uma das imagens-símbolo desse contexto vivido pelo país no início da referente década, que carrega em si a visão do desenvolvimento, do crescimento econômico pela via da industrialização, foi apresentada em campanha publicitária pela revista *O Cruzeiro* em sua edição de 01 de novembro 1972, por meio da seguinte propaganda: “Uma pedra fundamental”. Esta matéria foi patrocinada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

É possível identificar ao centro da página a imagem de uma pedra que, na verdade, simboliza o minério de ferro, fundamental para o desenvolvimento industrial do país. “Na construção do Brasil” os minérios seriam fundamentais para gerar novas riquezas e estimular o progresso da economia brasileira.

Imagem 13: Capa da Revista *O Cruzeiro*, em matéria patrocinada pela CVRD.



Fonte: Revista *O Cruzeiro* (01/11/1972).

É importante ressaltar que a CVRD estava há 30 anos no mercado e que naquele contexto histórico apresentava e representava o Espírito Santo para o Brasil, como sendo uma empresa pioneira, líder no seu segmento industrial, moderna e essencial para o desenvolvimento do país, assim como pretendia ser o estado capixaba.

Para a economia do Espírito Santo, a empresa CVRD desempenhava um papel importantíssimo. O editorial do dia 13 de janeiro de 1972, que recebeu por título “Potencialidade” (*A Gazeta*, 13/01/1972, p. 04), traz um balanço em números da influência dela dentro do cenário industrial capixaba. Segundo os dados da referida matéria “[...] os dados confirmam que a influência da Vale do Rio Doce possui, dentro do universo industrial do estado do Espírito Santo, é da ordem de 65% estando os restantes 32% diluídos entre os demais setores empresariais” (*A Gazeta*, 13/01/1972, p. 04).

Além da importância regional da CVRD, a matéria destaca o papel de protagonista da empresa no âmbito econômico nacional, condição pela qual, na opinião da FINDES (Federação das Indústrias do Espírito Santo), deveria ser motivo para lhe dar legitimidade e autonomia para se envolver nas questões governamentais referentes ao desenvolvimento econômico do estado.

As observações da Federação das Indústrias do Espírito Santo, que além de reconhecer a importância da Cia Vale do Rio Doce, acha que ela deve ser ouvida em todos os problemas que dizem respeito ao desenvolvimento do estado, por ser realmente a detentora da maior parcela de influência da região e sobre quem gravitam os grandes interesses nacionais e essencialmente os regionais, com seus novos programas e a criação de empresas subsidiárias que tornarão a Vale do

Rio Doce num dos grandes produtores de matéria-prima brasileiros (*A Gazeta*, 13/01/1972, p. 04).⁷⁴

Nesse aspecto, os Grandes Projetos da década de 1970 apresentavam à sociedade brasileira e capixaba os prognósticos da superação do atraso.⁷⁵

4.2 “Na hora em que seus filhos, reunidos, dão exemplo de amor e de harmonia?” Por incrível que pareça.... Houve repressão no estado do Espírito Santo com certeza!

Michel Pollack (1989) realizou estudos e pesquisas acerca da questão da memória. Por conseguinte, identificou que a chamada memória oficial predomina porque representa o grupo social hegemônico; em contrapartida, as outras memórias, por ele denominadas como “subterrâneas”, permanecem vivas no seio da sociedade. Assim sendo, coexistindo através da transmissão oral que passa de geração a outra, representando uma forma de resistência aos discursos oficiais. A permanência dessas memórias entre os grupos minoritários representa um passado esquecido, silencioso, porém, não morto; segundo o autor, como se estivessem à espera de sair dos guetos e se tornarem conhecidas.

De acordo com essa perspectiva teórica, ao analisarmos os anos de 1970, o contexto capixaba e brasileiro, fica em evidência as *batalhas da memória*, conceito defendido por Pollack. Na época, o estado capixaba era governado por Arthur Carlos Gehardt Santos (1971-1975). No auge do período ditatorial as narrativas oficiais do Executivo Estadual, em sintonia com as narrativas oficiais do governo federal, transmitidas por meio da imprensa, dimensionavam a valorização dos grandes projetos e das grandes realizações governamentais que buscavam alcançar o progresso e o desenvolvimento industrial, em detrimento dos acontecimentos reais em curso naquele momento da história local, e não diferentemente da nacional.

Para corroborar a afirmação acima, cabe refletirmos sobre algumas fontes de forma a dar a dimensão exata do grau de otimismo e entusiasmo vivido pelo governo capixaba. Esse fato pode ser constatado na capa de *A Gazeta*, do dia 07 de abril de 1972, que traz o seguinte título: “Gerhardt anuncia desenvolvimento com entusiasmo”. Na matéria, o governador faz a

⁷⁴ Ver as seguintes matérias: “Vale continua batendo seus próprios recordes” (*A Gazeta*, 19/03/1972, p. 03) e também “Companhia Vale do Rio Doce” (*A Gazeta*, 29/03/1972). Nestas reportagens é registrado o crescimento da empresa e o aumento da produção que a levou a alcançar outro patamar nesta atividade produtiva.

⁷⁵ De acordo com Nascimento (2016, p. 89), “É nesse momento da narrativa histórica republicana que o discurso historiográfico se apropriou do discurso político. A representação do Espírito Santo em vias de superação do atraso, estabelecido por uma matriz política [...] ganhou destaque nas narrativas [...]”.

seguinte afirmação: “Ninguém mais segura o Estado”. Essa análise baseava-se nas perspectivas de desenvolvimento econômico que se abria com os terminais oceânicos visando atender as demandas do “[...] corredor de exportação que se ocupa da faixa marítima do estado e com a possibilidade de produção de gás natural nas reservas de São Mateus” (*A Gazeta*, 07/04/1972, capa).

É interessante notar no discurso político do governador uma clara semelhança com o discurso do governo federal, pois a expressão “ninguém segura esse país” fora cunhada no governo Médici. Como dito, Arthur Gerhardt se apropria do *slogan* para também apresentar a mesma euforia e ânimo quanto ao desenvolvimento do estado para os capixabas, numa operação semelhante com a propaganda oficial liderada pela AERP⁷⁶ utilizava a nível nacional.

No dia seguinte ao anúncio feito pelo governador, em entrevista exclusiva ao jornal *A Gazeta*, o mesmo apresenta, na capa do dia 08 de abril de 1972, o seguinte título: “Mensagem de Arthur traz otimismo para o Estado”. Nela é evidenciada que esse “otimismo” se dá com base na realidade, fincada com os pés no chão em razão do desenvolvimento do porto de Vitória, dos investimentos em energia, nas indústrias que estão sendo atraídas pelo potencial logístico e na construção de infraestrutura do estado. Enfim, temas que foram também pauta de vários outros editoriais do referido jornal exaltando, por exemplo, “Os portos abertos” (*A Gazeta*, 04/02/1972, p. 04); “As projeções do crescimento” (*A Gazeta*, 20/02/1972, p. 04); “Ação desenvolvimentista” (*A Gazeta*, 16/03/1972, p. 04); “Otimismo com base na realidade” (*A Gazeta*, 01, 02/04/1972, p. 04) entre outras.⁷⁷

Retomando a discussão, entendemos, por “acontecimentos reais”, o outro lado da história não oficial, subterrânea, sem glamour, sem editoriais e sem propagandas otimistas. Pelo contrário, relegadas aos guetos, ao esquecimento, essas memórias foram sendo sufocadas, caladas por instrumentos eficazes de controle social, como a censura. Tratam-se das prisões ilegais, do uso indiscriminado das mais variadas práticas e métodos de torturas, das cassações dos direitos políticos de cidadãos contrários ao regime imposto e o fim das liberdades civis e políticas.

Essas memórias “subterrâneas” foram esquecidas e silenciadas durante os anos da Ditadura Militar. Posteriormente, essa situação foi mantida pelo interesse de segmentos sociais interessados em relega-las a escanteio. Porém, é necessário fazer a retomada da análise da

⁷⁶ Assessoria Especial de Relações Públicas.

⁷⁷ O autor desses editoriais do jornal *A Gazeta* foi o jornalista Uchoa de Mendonça.

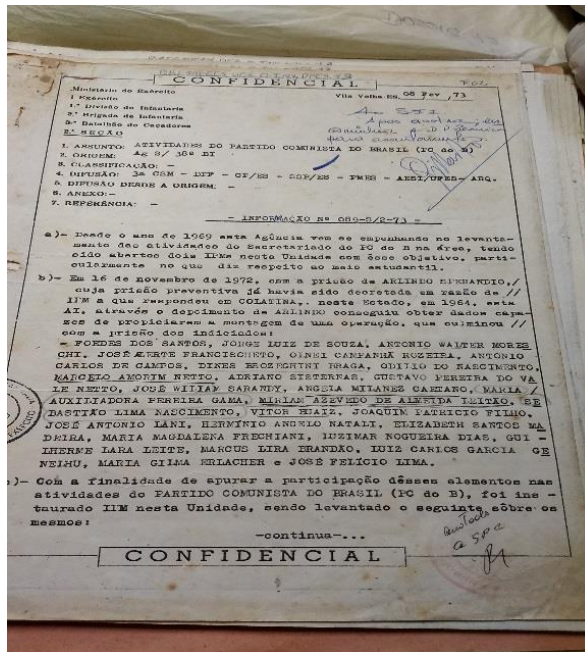
imprensa capixaba para refletirmos como essas memórias foram sendo “deixadas de lado”, propositalmente.

Ao lidar com as fontes, sobretudo neste caso específico, os arquivos do DOPS/ES, encontramos informações e dados relevantes que nos mostram a atuação dos órgãos de informação e de segurança no estado, alinhados com a Secretaria de Segurança Pública capixaba, em um regime colaborativo que demonstra o grau de interação entre os governos, federal e estadual. É importante reforçar que os documentos analisados foram selecionados seguindo o critério do recorte temporal proposto neste trabalho, que é justamente o governo de Arthur Gerhardt. Nos documentos referentes aos anos de 1971 a 1975, encontramos no Arquivo Público Estadual, informações importantes a respeito da atuação do sistema de informação e segurança no estado do Espírito Santo.

O período que corresponde ao final do ano de 1972 e o primeiro trimestre de 1973 foi decisivo para o sistema repressivo desbaratar a atuação do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) no estado, com base no documento produzido em caráter confidencial pelo Ministério do Exército, cuja origem era o 38º BI (Batalhão da Infantaria) em Vila Velha, de Informação nº 089-S/2-73, datado em 08 de fevereiro de 1973, difundido entre os órgãos de segurança do estado como SSP/ES, a PM/ES, DPF e AESI/UFES. Tal informe trata, segundo o Relatório Final da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), dos episódios mais graves de violação dos direitos humanos durante a Ditadura no Espírito Santo.

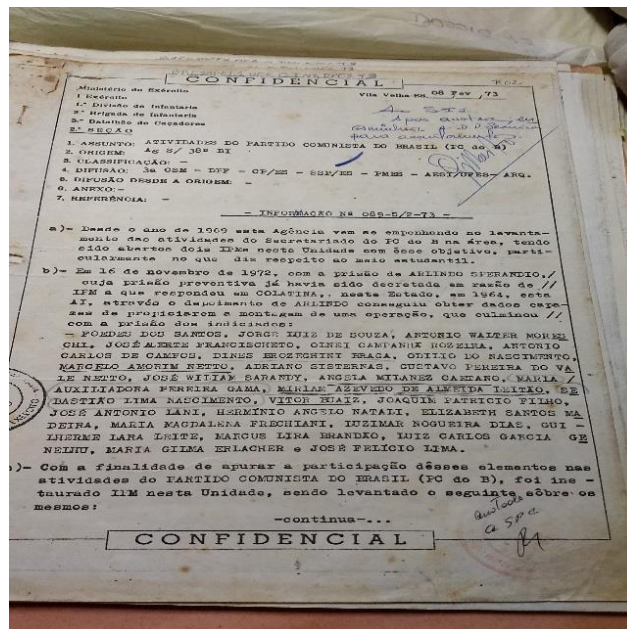
Os informes indicam que, desde o ano de 1969, “esta agência vem se empenhando no levantamento das atividades do Secretariado do PCdoB na área”. Em 1972, por intermédio da prisão de Arlindo Sperandio, obtiveram dados e conseguiu montar uma operação que culminou na prisão de 28 suspeitos de integrarem o partido comunista, sendo indiciadas 33 pessoas no IPM (Inquérito Policial Militar). Entre os presos encontravam-se: Foedes dos Santos, Jorge Luiz de Souza, Marcelo Amorim Neto, Mirian Azevedo de Almeida Leitão, Vitor Buaiz, que era professor universitário na época, entre outros.

Imagem 14: Informação nº 089-S/2-73, 08/02/1973.



Fonte: APPESS

Imagem 15: Informação nº 089-S/2-73, 08/02/1973.



Fonte: APPESS

No relatório (imagem acima) é apresentado a função específica de cada membro dentro do PCdoB, bem como suas atividades em prol do movimento, que ia de pequenas ações – como furtos de mimeógrafos, panfletagem e pichações de muros com palavras de ordem contra a

Ditadura – até o exercício profissional de organização de comitê regional, de acordo com as orientações do Comitê Central do partido. A maioria dos dirigentes presos em 1973 era formada por estudantes da UFES. Esse grupo militou dentro do movimento estudantil, que, por conta do AI-5, foi desestabilizado em decorrência do fechamento dos Diretórios Acadêmicos e da fiscalização intensa praticada dentro das universidades.

Além dos estudantes universitários, foram fichados e enquadrados no IPM, estudantes secundaristas, trabalhadores de indústrias, jornalistas, um torneiro mecânico, um técnico de contabilidade, membros de sindicato rural e dois supostos integrantes da chamada Guerrilha do Araguaia (movimento guerrilheiro no interior do país).

O informe nº 095-S/2-73, datado de 01 de março de 1973, revela um relatório extenso sobre a atuação do Secretariado Regional do PCdoB no Espírito Santo. Segundo esse documento, em outubro de 1971, os comunistas capixabas eram liderados por Foedes dos Santos. A direção do PCdoB no Espírito Santo ainda contava com a colaboração de dois estudantes: Jorge Luiz de Souza (Onofre) e Iran Caetano (Dinis), discentes dos cursos de economia e medicina, respectivamente.

Nele, ainda consta a tentativa frustrada de criar a FRENPE (Frente Patriótica do Espírito Santo) que tinha por objetivo reunir todas “os elementos descontentes, em todo estado, independente de ideologia, filosofia ou religião [...]”, com o governo para apoiar os ideais revolucionários do partido comunista do Brasil.

Porém, tal ação não passou da intenção, pois, segundo o próprio documento, o Comitê Central do PCdoB não autorizou seu funcionamento, “sob a alegação da pouca maturidade de seus membros”. E, cita, ainda, que “não há indícios de funcionamento, bem como, não foram levantados elementos vinculados a ‘FRENPE’”.

Imagem 16: informe nº 095-S/2-73, 01/03/1973.

CONFIDENCIAL

Ministério do Exército
1. Exército
2. Divisão de Inteligência
3. Divisão de Inteligência
4. Divisão de Captação
5. SEÇÃO

Via Valha-02, 12, Fev, 73

1. ASSUNTO: "FRENTE PATRIÓTICA DO ESPÍRITO SANTO" - (FRENTE)
2. ORIGEM: DE SP/ 304 RI (3040)
3. CLASSIFICAÇÃO: -
4. DIFUSÃO: 3a CEM - SPDES - DFF - PDES - SUP- ANQ.
5. DIFUSÃO DESDE A ORIGEM:
6. ANEXO: - 4(Quatro) folhas Text.
7. REFERÊNCIA: -
- 3040-02-02-73 -

1)- Em outubro de 1971, o Secretariado Regional do PC do B no ESP SANTO, tendo por base orientação da VII Conferência Nacional do Partido, elaborou o momento, cópia anexa, do Programa e Estatuto da FRENTE. Nessa época estava em VITORIA o estudante / RONALD ANDRADE, membro da Executiva Nacional da ex-UNR, o qual trouxe para os estudantes copias dos documentos assinados pela UJPC (União da Juventude Patriótica Comunista), principal incentivador da criação dessa Organização.

Cooperaram na elaboração dos Programa e Estatuto da FRENTE além de FOMER DOS SANTOS ("JOSE"), 1º Secretário do PC do B no ESP SANTO, os estudantes JORGE LUIZ DE SOUZA ("ONOFRE"), de Economia e IRAN CAETANO ("LINIS"), de Medicina, todos indicados em IEM desta Unidade que espurou atividades do PC do B no ESP SANTO, os quais se encontravam recolhidos ao xadrez do 304 RI, com prisão preventiva decretada pela 1ª Auditoria da Aeronáutica.

O motivo de não ter sido executado o projeto de criação da FRENTE em outubro de 1971, à época em que foi elaborado o momento anexo, deveu-se à recusa do Comitê Central em autorizar seu funcionamento, sob a alegação da pouca maturidade de seus membros.

Em objetivos da FRENTE:
- reunir numa mesma organização todos os elementos descontentes em todo o Estado, independente de ideologia, filosofia ou religião, bem como de condição social, ligados pelo mesmo objetivo, ou seja, a revolta contra o Governo, as PA e os EREU

CONFIDENCIAL

Continua...

Fonte: APPEs

Imagem 17: informe nº 095-S/2-73, 01/03/1973.

CONFIDENCIAL

Ministério do Exército
1. Exército
2. Divisão de Inteligência
3. Divisão de Inteligência
4. Divisão de Captação
5. SEÇÃO

Via Valha-02, 12, Fev, 73

1. ASSUNTO: "FRENTE"
2. ORIGEM:
3. CLASSIFICAÇÃO:
4. DIFUSÃO:
5. DIFUSÃO DESDE A ORIGEM:
6. ANEXO:
7. REFERÊNCIA: -2-

Continuação da Info nº 095-S/2-73

- seu objetivo principal era apoiar os ideais revolucionários do PC do B, através de propaganda e de recrutamento entre suas filiais de elementos para o Partido;

- não houve, até a presente data, indícios de funcionamento bem como não foram levantados elementos vinculados à "FRENTE".

CONFIDENCIAL

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DO SIGILO DO SEU DOCUMENTO.
ART. 82 - DECRETO Nº 11.124, DE 1966
PARA SALVAGUARDIA DE ASSUNTOS SIGILOSOS.

Fonte: APEEs

Outro documento que analisamos, apresentou uma rede de informação que passava sempre pela SSP (Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo), cuja Informação nº 021-S 2/73, de 11 de janeiro de 1973, trata da documentação encontrada no Aparelho de Lincon Cordeiro Oest (“Osvaldo” – “Lauro”), membro do Comitê Central do PCdoB. Nele encontra-se um relatório das atividades previstas pelo PCdoB no que tange ao recrutamento, divulgação da guerrilha, dos confrontos com a polícia, da prisão dos companheiros e as mudanças de aparelhos entre outros casos, envolvendo vários estados brasileiros, inclusive o Espírito Santo.

Sobre o estado capixaba, Lincon Cordeiro Oest relata as atividades desenvolvidas por estudantes nos centros da universidade, bem como a organização do Diretório Acadêmico na faculdade de Direito e a panfletagem de folhetos sobre a guerrilha em vários pontos da cidade, além de alguns trabalhos desenvolvidos em cidades do interior, tais como Cachoeiro de Itapemirim e Colatina. Essa informação resultou em ações repressivas da polícia e na captura de “subversivos” nesses locais.

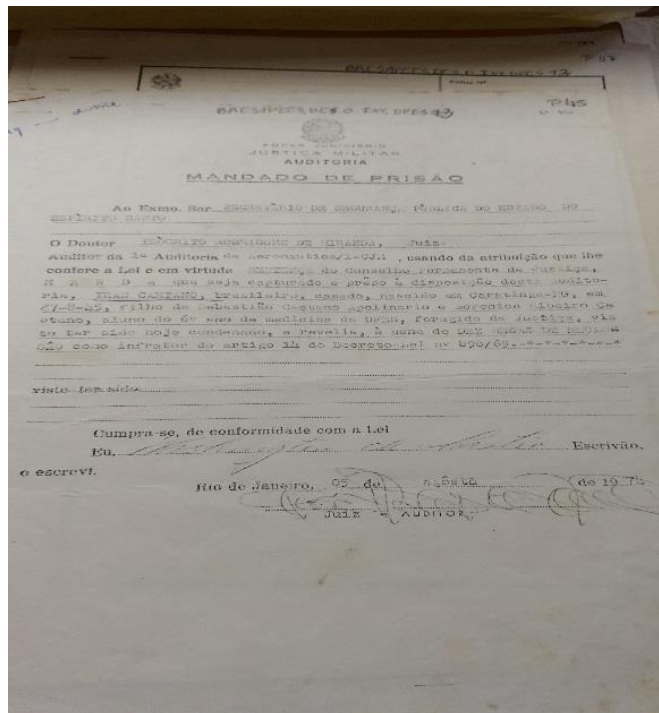
Interessante notar que estes relatos foram feitos entre os meses de junho a dezembro de 1972. Os serviços de inteligência já monitoravam, por meio do exército, os passos de integrantes do partido comunista, e, principalmente, suas lideranças. Por este documento, evidencia-se que enquanto o país vivia as campanhas nacionalistas de exaltação das conquistas e do progresso alcançado pelo Brasil, que culminaria, naquele ano, com o ápice das comemorações do Sesquicentenário da Independência com a volta de D. Pedro I para casa⁷⁸, as ações de militantes de esquerda, entre outros, movimentavam o governo militar e colocavam os serviços de inteligência em estado de alerta máximo, com o intuito de desbaratar focos de resistências espalhados pelo país, assim como no Espírito Santo.

Duas fontes encontradas nos arquivos do DOPS/ES, que estão preservadas no Arquivo Público Estadual, merecem atenção, pois se tratam de dois mandados de prisão contra o ex-estudante de medicina da UFES, Iran Caetano. O primeiro mandado de reclusão é do dia 05 de agosto de 1974, devido a sua condenação à pena de “DEZ MESES DE RECLUSÃO” como infrator do artigo 14 do Decreto-Lei 898/69. O segundo foi expedido no dia 07 de agosto de 1974 contra os senhores Iran Caetano⁷⁹, Carlos Alberto Ozorio de Aguiar, José Maurílio Patrício e João Calatroni. Este último participou da Guerrilha do Araguaia e já se encontrava “desaparecido” desde as ações militares contra o movimento guerrilheiro.

⁷⁸ Para maiores informações, ver: COREDEIRO, Janaína Martins. O enterro do imperador foi a festa, capítulo II. Livro: A ditadura em tempos de milagre: Comemorações, orgulho e consentimento. 2015, p. 49-83.

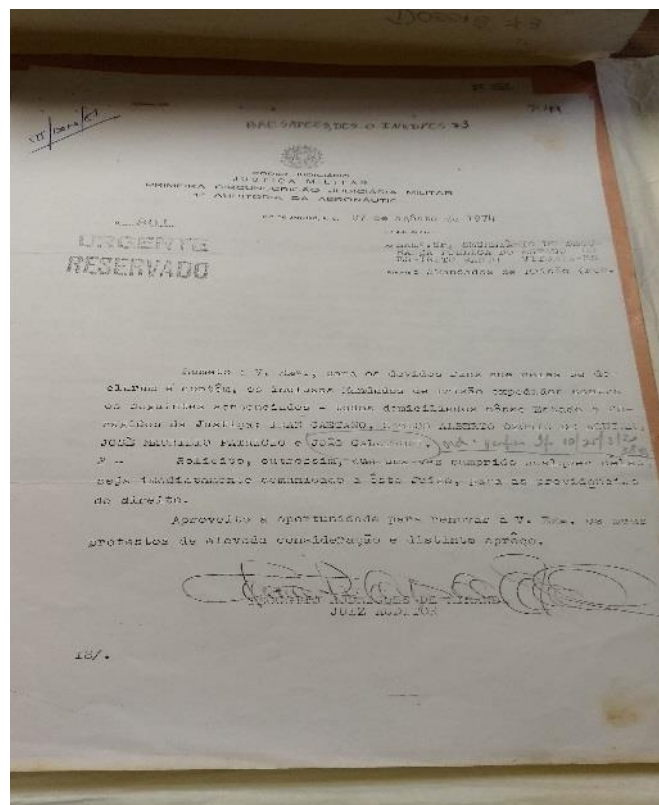
⁷⁹ Ver o depoimento à Comissão da Verdade da UFES, do ex-estudante Iran Caetano.

Imagem 18: mandado de reclusão, 05/08/1974



Fonte: APEES

Imagem 19: Mandado de prisão, 07/08/1974



Fonte: APPEES

Ambos mandados foram expedidos pela Justiça militar do Rio de Janeiro, circunscrita à 1ª Auditoria da Aeronáutica. Os documentos foram enviados em caráter “URGENTE e RESERVADO”, como todos os documentos produzidos pelos órgãos de informação e segurança para o Secretário de Segurança Pública do Espírito Santo.

É fundamental notar como esses órgãos de segurança se comunicavam entre si e buscavam a cooperação entre os estados de forma orgânica e estruturada. Era de conhecimento deles que o réu Iran Caetano já havia sido preso em 1968 pelo DOPS/SP, por participar do XXX Congresso de Ibiúna, que culminou na prisão de centenas de estudantes na cidade do interior de São Paulo. Portanto, suas atividades estavam sendo acompanhadas de perto há tempos. No Espírito Santo, o IPM aberto contra o estudante em 1969 ficou a cargo do 38º B.I (Batalhão de Infantaria) que foi o órgão responsável por investigar atividades “subversivas” em Vitória.

Vale destacar que, em quase todas as fontes do DOPS/ES analisadas neste trabalho, os documentos possuem uma espécie de classificação hierárquica no sentido de designarem a função de cada órgão de segurança no processo de investigação de atividades suspeitas de serem subversivas. O que se pretende frisar com essa afirmação é o fato de que todos eles possuíam: assunto, origem, classificação, difusão, anexo, referência, de modo a evidenciar o quanto o relatório, ou o pedido de busca, por parte do órgão responsável para tal ação, contava com uma rede de apoio que se sustentavam nos outros órgãos de segurança do estado.

Por exemplo, o pedido de busca nº 046-S2/74, expedido pelo 38º B.I contra o “terrorista” Paulo Roberto Telles Franck, foi difundido para 3º CSM (3º Comando do Serviço Militar), DPF (Departamento da Polícia Federal), SSP (Secretaria de Segurança Pública), DOPS (Departamento de Operações da Polícia Social), PMES (Polícia Militar do Espírito Santo), CPES (Capitanias dos Portos do Espírito Santo). A difusão das informações entre esses órgãos demonstra o grau de integração entre eles no âmbito estadual (PMES, SSP, DOPS, 38º BI) e federal (DPF, CIE, SNI, JUSTIÇA MILITAR DA AERONÁUTICA).

[illegible]

DORRIS TWO

T-02

SECRET


S I G I L O S O
CONFIDENTIAL

DEPARTMENT OF STATE
 OFFICE OF THE SECRETARY
 SECRETARY OF STATE
 WASHINGTON, D.C. 20520-1201

Confidencial
VERB - C. C. 00 - 27 / 02 - 75

Assunto: TAREO ROBERTO VALLS FRANCO
 Origem: RII-0078/58
 Classificação: ~~SECRET~~
 Referência: CI-0079/58 / ARQUIVO
 Objeto de Origem: ~~SECRET~~
 Assunto: ~~SECRET~~
 Referência: SP 28 1834/74 - CI/0078/58

INFORMAÇÃO Nº 54/75-RII-0078/58

- Resposta ao PS Nº 181/74-CI/0078/58, datado de 18 de Agosto de 1974, pelo RII informando que a presente data não foi observada a presença de microfilme na frase, mas que continua atento, a fim de cumprir o que determina o presente PS.



A Revolução de 65 é favorável à
 continuidade e consolidação do Gênero

o fortalecimento e a expansão da política
 nacional do Brasil, caso o Brasil não se
 torne, no futuro, um país desenvolvido, a
 situação de Angola, Guiné-Bissau.

133

Percebemos que os documentos analisados dialogam de forma clara e objetiva, o que nos leva a seguinte reflexão: Era possível que setores da administração pública estadual, tais como a Secretaria de Segurança do Estado e a Polícia Militar⁸⁰, estivessem envolvidos em práticas investigativas contra suspeitos de “subversão”, estivessem cientes de prisões, em alguns casos participando delas e encaminhando os presos para tortura no 38º B.I (como no caso dos estudantes do PCdoB) e o executivo capixaba, na figura do governador do estado, não tivesse ciência de fatos dessa natureza?

No livro biográfico *Arthur Gerhardt: o construtor de futuros*, a jornalista Chris Martinez relata uma fala do ex-governador muito reveladora acerca da questão apresentada acima:

[...] Preocupado com a intervenção dos militares na caçada aos comunistas, Arthur Gerhardt queria se assegurar de que estaria longe desse assunto e apenas comprometido com a gestão do Estado. A solução encontrada foi colocar na Secretaria de Segurança um general [...]. Isso o isentou de ter que lidar com o general que comandava o 38º Batalhão de Infantaria do Estado. ‘Fiquei longe dos milicos’ teria dito Arthur.” (MARTINEZ; PAIM, 2014, p. 21).

Embora procurasse se abster, manter-se longe dos “milicos” (termo usado pelo ex-governador) do 38º B.I e livrar essa responsabilidade dos seus ombros, o então governador do estado não se furtou a cumprir com os protocolos oficiais de sua função e aos convites feitos pelos militares. Em matéria do dia 26 de agosto de 1972, o jornal *A Gazeta* apresenta a seguinte reportagem: “Arthur entrega a Medalha de Pacificador a oficiais” (*A Gazeta*, 26/08/1972, p. 08). A solenidade do Dia do Soldado contou com a presença do governador, que foi o responsável por condecorar três oficiais com a maior honraria do exército brasileiro. Neste dia, estiveram presentes, além do governador, várias autoridades militares e políticas, além de estudantes que foram levados em grande número para prestigiar o evento. Isso revela um menor distanciamento do referido Batalhão do que aparentemente desejava Arthur Gerhardt.

Nota-se que, enquanto era propagandeado os efeitos do “Milagre Econômico” e as conquistas dos Grandes Projetos de Impacto colocados em prática pelo executivo estadual, grupos contrários à Ditadura Militar agiam, se movimentavam e tentavam resistir dentro do estado. Esses fatos vão de encontro à memória forjada e declarada pelo ex-governador em

⁸⁰ Nos arquivos do DOPS/ES foi encontrado o documento, INFORME nº 011-s2/73, que tratava do estudante da Faculdade de Direito, Thiago Almeida Corrêa, investigado pela Polícia Militar de Cachoeiro de Itapemirim por suas supostas atividades “subversivas” que basicamente se tratava de críticas ao governo do presidente Médici em sala de aula e nos enfrentamentos com alunos e professores da instituição de ensino feitos por ele. Todas as denúncias foram encaminhadas para SSP em Vitória, conforme a fonte citada.

entrevista ao jornal *A Gazeta* em março de 2014, na data comemorativa dos 50 anos do golpe civil-militar, quando disse que não se lembrava e não sabia de casos de tortura e prisões a presos políticos, conforme apresentado na introdução deste trabalho.

Um importante contraponto às informações do ex-governador sobre a situação política do Espírito Santo pode ser observado no Relatório Final da Comissão da Verdade da UFES, especialmente, no seu capítulo onde é abordado a 3ª onda repressiva na universidade. Esse trecho trata diretamente das violações dos direitos humanos cometidos no Espírito Santo. Para tanto, consta no relatório os depoimentos feitos à comissão em audiências públicas e privadas de aproximadamente 15 ex-militantes que sofreram perseguições, torturas e traumas que perduram pela vida inteira, dentro do 38º B. I. – atualmente o 3º Batalhão de Caçadores em Vila Velha.

A partir de tais depoimentos foi possível recuperar parte dessa “memória subterrânea” da repressão no Espírito Santo. Por exemplo, segundo um dos depoimentos, entre 22 e 23 de março de 1971, estudantes da UFES ligados à Ala Vermelha do PCdoB foram detidos e levados para o 38º B.I. em Vila Velha. Consta, no Relatório da Comissão da Verdade, que “[...] Os presos foram detidos e levados para o quartel do 3º Batalhão de Caçadores onde foram submetidos a violentas torturas por agentes do DOI-CODI [...]” (*Relatório Final da Comissão da Verdade da UFES*, 2015, p. 77), e, que após três dias de prisão, foram transferidos para o famigerado DOI-CODI de São Paulo.

Os depoimentos dos ex-estudantes prestados à Comissão da Verdade da UFES, como os de João Amorim, Iran Caetano, Angela Milanez⁸¹, entre outros, relatam práticas comuns realizadas nas dependências do Exército, tais como tortura física e psicológica.

A dramaticidade dos relatos apresentados durante a audiência pública sobre as prisões a estudantes da UFES torturados no 38 B.I. confirma um fato: as prisões e torturas são episódios que constituem as mais graves violações contra os Direitos Humanos durante a Ditadura Militar no Espírito Santo” (*Relatório Final da Comissão da Verdade da UFES*, 2015, p. 100).

Na transcrição feita pela equipe de Arquivologia sobre a audiência pública que envolveu a participação de três ex-estudantes da UFES – Elizabete Madeira, Ângela Martinez e Magdalena Frechiani – o professor Pedro Ernesto, em suas considerações iniciais, faz a seguinte afirmação, reveladora para aquele momento: “[...] uma das conclusões que podemos adiantar,

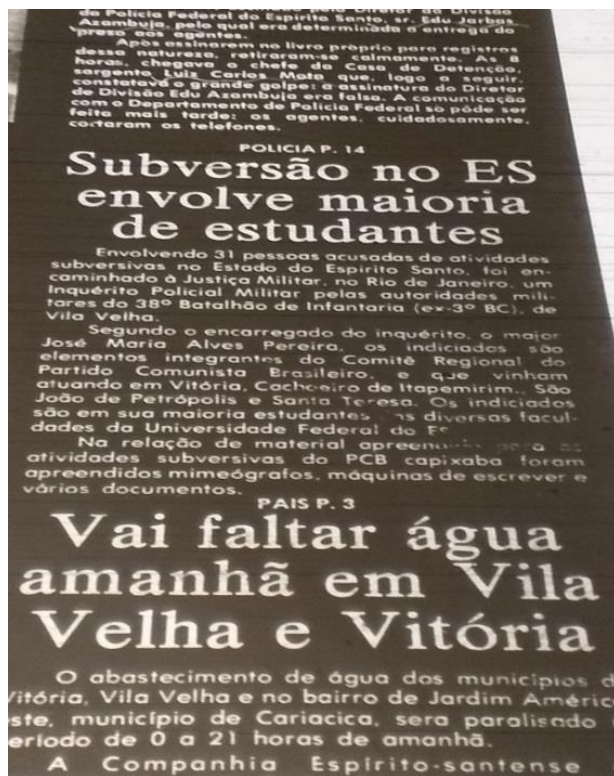
⁸¹ Para maiores informações, ver os depoimentos à Comissão da Verdade da UFES, disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6768/1/Livro%20Comissao%20da%20Verdade%20web.pdf>.

nosso relatório só vai ser entregue no ano de 2015, é que o 38º B.I. (Batalhão da Infantaria) ali em Vila Velha funcionou como um centro de tortura durante a Ditadura Militar”. E, mais, ao finalizar seu discurso de abertura ele afirma:

O mais importante de tudo é destacar isso: que o Espírito Santo não foi uma ilha da fantasia, não ficou alheio a repressão política que ocorria a nível nacional. No Espírito Santo também tivemos centros de tortura, tivemos repressão política, tivemos estudantes que foram expulsos dessa Universidade, tivemos professores que foram exonerados da Universidade por conta de sua participação política [...] (Audiência pública, *Relatório Final da Comissão da Verdade da UFES*, 2014).

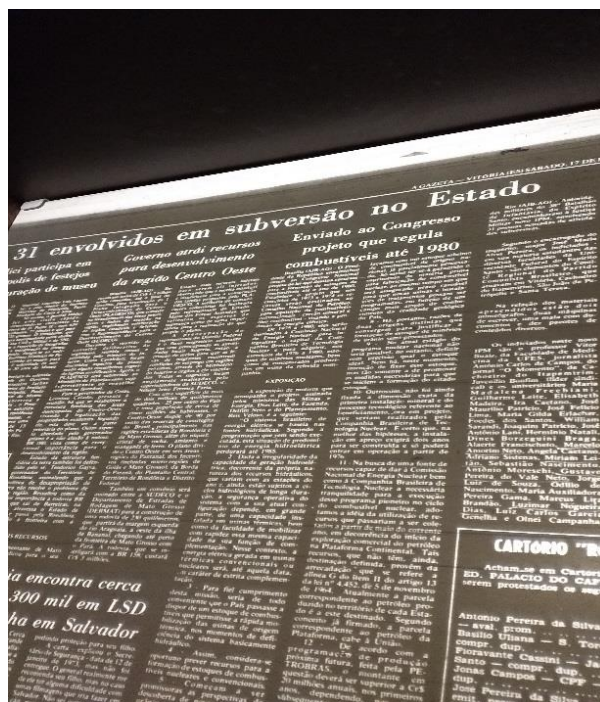
Diante desse quadro repressivo marcado pelas prisões, relatos de torturas e aberturas de processos contra vários capixabas indiciados – considerados “subversivos” perigosos e uma ameaça à sociedade – buscamos tais informações nas matérias jornalísticas do jornal *A Gazeta*, durante o mesmo recorte temporal – a dezembro de 1972 a março de 1973 – e para nossa surpresa encontramos apenas uma matéria, publicada no dia 17 de março de 1973, sobre a prisão dos estudantes da UFES. O fato gerou a seguinte nota: “Subversão no Espírito Santo envolve maioria de estudantes”.

Imagem 22: Jornal *A Gazeta*, de 17/03/1973.



Fonte: APPES

Imagem 23: Jornal *A Gazeta*, de 17/03/1973.



Fonte: APPEs

Nela consta informações básicas sobre a prisão e o encaminhamento à justiça militar do Rio de Janeiro, após a abertura de um IPM feito pelo 38º B.I. contra 31 pessoas acusadas de serem integrantes do Comitê Regional do PCdoB no Espírito Santo e que estavam atuando em Vitória e em algumas cidades do interior do estado. O detalhe que merece destaque é o final da informação: “Na relação de materiais apreendidos para as atividades subversivas do PCdoB capixaba, foram apreendidos mimeógrafos, máquinas de escrever e vários documentos” (*A Gazeta*, 1973, capa).

Chama a atenção os possíveis “riscos e as ameaças” à Segurança Nacional que mimeógrafos e máquinas de escrever provocavam nos militares. Nota-se que a matéria constava em plano secundário na capa do jornal, sem qualquer informação que pudesse aprofundar o conhecimento sobre esse fato específico, apenas cita os nomes de todos os integrantes do IPM. A definição de “subversivos” já era motivo para abarcá-los todos na ilegalidade, na clandestinidade, na falta de identidade que não despertava o interesse, pois eles eram “subversivos”, “bandidos”, “fora da lei”, “antibrasileiros” e “comunistas”.

Outro detalhe que quase passa despercebido é que a matéria, datada do dia 17 de março de 1973, não cita o fato de que muitos deles já estavam presos desde 03 de dezembro de 1972, portanto, no mínimo há três meses, sendo que o Inquérito Policial Militar foi aberto semanas depois da ocorrência da prisão. Dentro de um Estado Democrático de Direito, isso seria uma

grave arbitrariedade de violação dos direitos humanos cometidos contra o cidadão. Porém, no contexto ditatorial, onde houve a suspensão das leis, ou seja, num cenário de Estado de Exceção,⁸² era muito comum os cidadãos serem presos, interrogados (entende-se por interrogatório, práticas de tortura) e ficarem dias, semanas, e, até meses “desaparecidos”, sem que os familiares e parentes fossem notificados de onde eles estavam.

Em evidente contraste, na mesma época, as matérias e editoriais publicados pelo jornal *A Gazeta* sublinhavam o otimismo com o futuro. Entre essas manchetes podemos destacar: “Confiança no futuro” (05/12/1972, p. 4); “O crescimento brasileiro” (14/12/1972, p. 4); “Desenvolvimento capixaba e perspectivas” (27/12/1972, p. 04); “1973: Cada vez maior” (01/01/1973, p. 3); “Porto apresenta resultados expressivos no ano de 1972” (01/03/1973, p. 8-9); “Empresários capixabas consideram importante a viagem do Governador” (18/03/1973, p. 5); “Hoje: 09 anos da Revolução” (31/03/1973, p. 13). Esses são apenas alguns exemplos que, entre tantos outros, exaltavam as conquistas, os êxitos governamentais conquistados, o progresso do Espírito Santo e as viagens do governador em busca de parcerias e de investimentos estrangeiros para o estado. Por outro lado, a situação repressiva do Espírito Santo era ignorada.

Foi, por exemplo, apresentada apenas uma nota no jornal *A Gazeta*, entre dezembro de 1972 a março de 1973, sobre o caso dos estudantes da UFES integrantes do PCdoB. Houve apenas um editorial sobre subversão⁸³, e absolutamente nada mais sobre as prisões de presos políticos e nem sobre as torturas em qualquer dependência oficial do estado.

É nesse contexto que se situa a imprensa. Fica claro que enquanto órgão de mediação entre a sociedade civil e o governo instituído, ela, embora tenha sido cerceada e perseguida, em muitos casos foi conivente e cúmplice das arbitrariedades praticadas tanto no Brasil quanto no estado do Espírito Santo. A ausência de notícias e de reportagens ligadas às manifestações de grupos civis contrários à Ditadura Militar em solo capixaba e o “desaparecimento” delas nos noticiários da imprensa local não significa que elas não existiram e que não incomodaram. Tanto que os sistemas de Informação e de Segurança monitoravam sistematicamente as ações e os passos de qualquer grupo ou cidadão ligado aos movimentos de resistência⁸⁴.

⁸² Ver: Agamben (2004).

⁸³ O único editorial de *A Gazeta*, entre dezembro de 1972 a março de 1973, que tratou do tema foi publicado no dia 15/12/1972, p. 04, intitulado “Os subversivos”.

⁸⁴ Alguns cidadãos, entre eles políticos da oposição, foram investigados e perseguidos pelo sistema de segurança, mesmo que alguns deles não desempenhassem mais atividades consideradas “subversivas”. Com base nos documentos do DOPS, ver: Informação nº 126/74-SII-DOPS/ES; Informação nº 094/74-S.I.I-DOPS/ES; Informação nº 420-S/2-74; Informação nº 62/75-SII-DOPS/ES, que trata dos seguintes investigados: Sérgio Pinheiro, Hélio Manhães (ex-prefeito de Cachoeiro de Itapemirim pelo MDB, entre 1970 e 1974), Galdino Teodoro da Silva e Guilherme Lara Leite.

A grande questão é que elas não apareciam nas páginas jornalísticas. O grande público, o cidadão comum não recebia essas informações, propositalmente. Os discursos políticos forjados de maneira intencional para atender a uma demanda específica do poder vigente mais o apoio da imprensa, na maioria das vezes consensual ao regime ajudaram na elaboração de representações favoráveis sobre o governo estadual no início da década de 1970, produzindo um tipo de memória positiva naquele contexto específico que contribuíram para estabelecer o consentimento com amplos setores da sociedade capixaba.

4.3 “Há de o sol nossos feitos lumiar”: O discurso do consentimento através das páginas de *A Gazeta*.

No segundo capítulo desta dissertação, nós analisamos a conjuntura socioeconômica do estado do Espírito Santo no recorte temporal inicialmente proposto, que favoreceu a construção de um tipo de representação social favorável ao governo estadual e ao regime político vigente, inaugurado a partir de 1964. Vimos que a crise econômica gerada pelas décadas de dependência do café, associada às disputas políticas locais e regionais, relegaram o estado do Espírito Santo a um papel secundário em termos de desenvolvimento econômico e social. Se não bastasse esse contexto crítico, soma-se a isso a conjuntura política nacional marcada pela ruptura da democracia em 1964 com o golpe civil-militar, contra o governo de João Goulart, que culminou na instalação da Ditadura Militar que perdurou por 21 anos.

É ponto pacífico a ideia de que nenhum regime autoritário e ditatorial se sustenta por tantos anos apenas pelo uso da força e da coerção. Para além da violência e da repressão, governos de exceção conseguiram estabelecer diálogos com a sociedade civil por meio de representações sociais criadas que foram ao encontro dos seus anseios e responderam as suas expectativas.

Para tanto, os usos políticos do passado são essenciais para a legitimação do discurso no presente. Segundo Nascimento (2016), o discurso da “superação”, dos “desafios”, do “atraso e progresso” representou a tônica do discurso político capixaba. “Podemos observar como a memória do desenvolvimento torna-se legitimadora de determinados grupos e projetos políticos [...] atribuindo-lhes um sentido de superação e um legado para o presente e seus horizontes de expectativas [...]” (NASCIMENTO, 2016, p. 203).

As representações criadas no contexto da década de 1970, associadas ao desenvolvimento e ao progresso, presentes nos discursos políticos da época, foram

legitimadoras de projetos políticos definidos. Segundo Nascimento (2016, p. 20), “[...] as representações de Espírito Santo, forjadas ao longo do tempo [...], e vistas em sua historicidade, evidenciam a busca por justificativas de determinadas escolhas e legitimação de projetos políticos”. Sendo assim, compete ao historiador fazer a interpretação das fontes de forma a corroborar com tais fatos.

A matéria de *A Gazeta* do dia 29 de março de 1972 traz o seguinte título: “Confirmação do petróleo repercute em todos”, que noticiava que em São Mateus fora confirmado jazidas de petróleo a serem explorados com fartura. Em outras matérias, o referido jornal apresentou as seguintes manchetes: “Petróleo de S. Mateus é farto” (*A Gazeta*, 28/01/1972, capa), “O petróleo jorrou forte em São Mateus” (*A Gazeta*, 29/01/1972, p. 11 **em anexo**), “Petróleo, o Ouro Preto” (*A Gazeta*, 11/04/1972, p. 09, **em anexo**), o que reforçava a expectativa positiva de desenvolvimento atrelado à exploração desse recurso mineral não só para a região norte, mas, também, para todo o estado. É com base nisso, que a matéria do dia 29 de março “[...] procurou ouvir o maior número de pessoas, abrangendo todas as classes e posições, homens e mulheres, desde juízes, professores e chefes sindicais, até motoristas de táxi, jornaleiros, pedreiros e vendedores ambulantes” (*A Gazeta*, 29/03/1972, p. 18).

Mais do que propriamente analisar os discursos feitos pelos entrevistados, que necessariamente estavam alinhados às expectativas do entrevistador, vale observar que o objetivo central da matéria era apresentar ao público leitor a ideia de que, independente de qual grupo social pertencesse, os capixabas estavam otimistas quanto aos investimentos financeiros e aos avanços econômicos trazidos pelo petróleo. Logo, de que havia unidade de pensamento, uma confluência de ideias que norteavam a política do governo estadual e que este era respaldado pelo apoio do cidadão comum. Representativa é a fala de um dos entrevistados: “O petróleo será a redenção e um novo horizonte para a economia do Espírito Santo” (*A Gazeta*, 29/03/1972, p. 18).

Dentro desse mesmo contexto de “entusiasmo patriótico”, outro momento importante no ano de 1972 foi a participação dos cidadãos capixabas em inúmeros festejos em torno do Sesquicentenário da Independência.⁸⁵ Em todo o país aconteceram diversos eventos para marcar essa efeméride. No Espírito Santo, as mobilizações também foram intensas. Seguindo a agenda de celebrações, no estado, foram programadas várias ações cívicas, tais como desfiles

⁸⁵ Ver: CORDEIRO, Janaína Martins. A modernidade sem lágrimas: O 7 de setembro (Capítulo 8): A ditadura em tempos de milagre: Comemorações, orgulho e consentimento. 2015, p. 293-320.

das escolas estaduais, paradas militares e a visita dos restos mortais de D. Pedro I ao estado⁸⁶, como parte da ação prevista para percorrer vários estados brasileiros de acordo com o planejamento feito pelo governo federal.

No dia 21 de abril de 1972, o jornal *A Gazeta* trouxe em sua capa o título: “Capixabas realizam o Encontro Cívico”. Este evento de caráter nacional resultou numa grande mobilização dos agentes públicos, cidadãos comuns e governos estaduais, para que todos estivessem sintonizados no mesmo horário para a “[...] saudação do presidente Médici que ocorrerá as 18:30, lançando para todo o Brasil, a programação do Sesquicentenário da Independência Brasileira, que marcará também em Vitória e Vila Velha, simultaneamente, o início das comemorações alusivas ao Dia de Tiradentes, com o Encontro Cívico Nacional” (*A Gazeta*, 21/04/1972, p. 03).⁸⁷

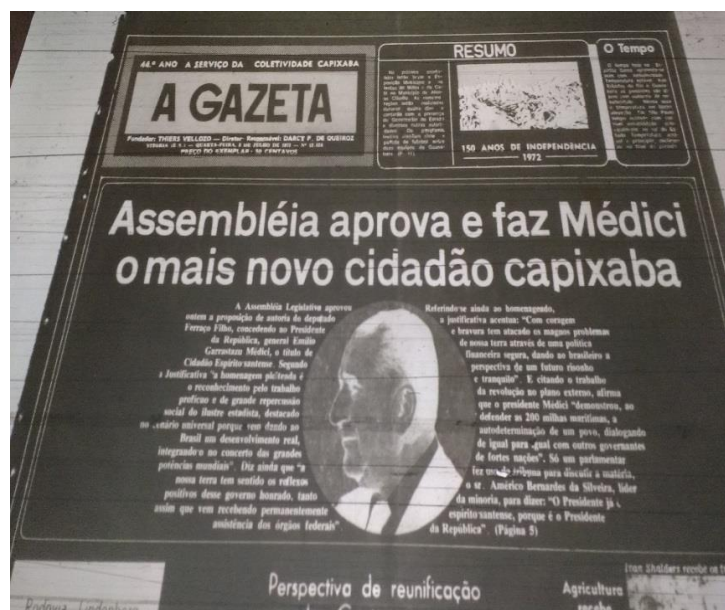
Em razão dos festejos do Sesquicentenário, do otimismo gerado pelos investimentos financeiros e do desenvolvimento econômico do estado, a relação de proximidade entre os governos estadual e federal, a admiração que o governador Arthur Gerhardt e os políticos capixabas nutriam pelo presidente Médici resultou numa lei, de autoria do então deputado estadual Eurico de Assis Ferraço, que foi prontamente aprovada pela Assembleia Legislativa estadual e pela qual Médici se tornava o mais novo cidadão espírito-santense.

Em matéria do dia 05 de julho de 1972, a capa do jornal *A Gazeta* trazia em destaque a seguinte notícia: “Assembleia aprova e faz Médici o mais novo cidadão capixaba” (*A Gazeta*, 05/07/1972, capa).

⁸⁶ Ver as seguintes reportagens: “Ufes comemorará Sesquicentenário na quinta” (*A Gazeta*, 18/04/1972, p. 12); “Festejos do Sesquicentenário começam em vários estados” (*A Gazeta*, 21/04/1972, p. 7); “Governador participa da festa da Independência” (*A Gazeta*, 23-24/04/1972, p. 5); “Despojos de D. Pedro I é recebido com honra” (*A Gazeta*, 07-08/05/1972, p. 22); “Desfile militar do Sesquicentenário” (*A Gazeta*, 07/09/1972, p. 5); “Desfile inicia comemorações” (*A Gazeta*, 07/09/1972, p. 11).

⁸⁷ Segundo Cordeiro (2015, p. 124), “Mas mesmo antes de Médici recorrer à imagem *do encontro da comunidade de todos os brasileiros* no ápice das comemorações do dia 21, às vésperas da abertura do evento, a imprensa já noticiava de forma impactante. A maneira como, alguns jornais da época noticiaram os preparativos do encontro, demonstra bem a força da imagem que se queria mesmo criar com o evento: aquele de *todos juntos* entoando o hino e cultuando a bandeira, no mesmo dia e numa mesma hora”.

Imagem 24: Jornal *A Gazeta*, de 05/07/1972.



Fonte: APEES

Além da curiosidade que tal título provoca ao olhar do pesquisador, a justificativa dada para tal proposta é algo ainda mais reveladora:

Segundo a justificativa, a homenagem pleiteada é o reconhecimento pelo trabalho profícuo e de grande repercussão social do ilustre **estadista** destacado no cenário universal porque vem dando ao Brasil um desenvolvimento real [...] a nossa terra tem sentido os reflexos positivos desse governo honrado, tanto assim que vem recebendo permanentemente assistência dos órgãos federais [...]. Com coragem e bravura tem atacado os magnos problemas de nossa terra através de uma política financeira segura, dando ao brasileiro a perspectiva de um futuro risonho e tranquilo [...]” (*A Gazeta* (05/07/1972, grifo nosso).

É importante destacar que, com base no discurso do deputado estadual Eurico de Assis Ferraço, o merecimento deste reconhecimento público se dava em razão de todo trabalho e dedicação do referido presidente em atuar na superação do atraso que não só o país vivia, mas, também, o estado do Espírito Santo. Os reflexos positivos vistos e sentidos pelo cidadão capixaba se deviam à

[...] “coragem e bravura” (atributos pessoais de um homem acima da média em relação aos demais), com que o presidente tem lutado para garantir o desenvolvimento seguro do país e, consequentemente do estado, possibilitando a todos um horizonte de expectativas baseado num futuro “risonho e tranquilo (*A Gazeta*, 05/07/1972)”.

As fontes analisadas acima nos possibilitam compreender como as representações sobre o período militar no Espírito Santo foram criadas e nos ajudam a interpretá-las, tanto no passado quanto no presente. Este é o desafio do historiador: pensar a história a partir da conjuntura do seu tempo, tendo por norte os projetos políticos que buscavam legitimar-se. De tal modo,

A narrativa do passado se dá através das necessidades, experiências e práticas do presente, isto é, a compreensão do presente se dá por meio da visitação ao passado, mas essa necessidade de revisitá-lo está ligada as questões e demandas do presente (NASCIMENTO, 2016, p. 41).

Os governos eleitos indiretamente via Colégio Eleitoral, de Cristiano Dias Lopes (1968-1971), Arthur Carlos Gerhardt dos Santos (1971-1975) e Élcio Alvares (1975-1978), foram os responsáveis pela implantação e consolidação do projeto industrializante que marcou os anos de 1970 no Espírito Santo. É importante salientar que as ações políticas adotadas pelos governos capixabas, sobretudo, no governo de Arthur Gerhardt, visavam suplantar a consciência do atraso econômico do estado, estabelecendo, a partir de então, uma narrativa positiva do presente e criando um futuro de expectativas, esperançoso quanto ao progresso.

A coluna *Opinião*, do jornal *A Gazeta*, de autoria do jornalista Jackson Lima, no dia 30 de julho de 1972, publica a seguinte matéria: “Construindo um forte Espírito Santo”. O autor destaca, entre outras coisas, a ação do executivo estadual em integrar na atualidade o “homem moderno” ao padrão de “vida moderna”. Ele diz:

[...] através da oferta de benefícios como a eletrificação e o saneamento básico, as estradas em que se movimenta a produção, a assistência técnica e o financiamento as atividades econômicas de maior preponderância no contexto estadual, a legislação dos incentivos e seus resultados práticos, os meios de comunicação mais rápidos, enfim [...] (*A Gazeta*, 30/07/1972, p. 4).

Diante desse cenário que se apresenta, de mudanças e transformações profundas na vida do cidadão capixaba, compete a ele se adaptar a este novo padrão de vida, deixando para trás o pessimismo, isto é, o passado retrógrado que seguia na contramão do progresso, pois, no presente, por ora “já se constrói, de maneira efetiva, para o futuro”. Fica nítido a presença no discurso de que o passado estava atrelado ao atraso, ao retrocesso, a um padrão de vida incompatível com as circunstâncias do presente e que não contribuía para criar uma visão otimista quanto ao futuro.

Percebe-se um tipo de memória produzida sobre esse período, por intermédio do discurso do presente inserido na imprensa capixaba, sobretudo pelo jornal *A Gazeta*, que se apropriou da narrativa histórica do discurso político alinhado à ideia de um momento ímpar vivido na história capixaba. Essa perspectiva cria o significado de que o período dos anos de 1970, caracterizado pelo auge da Ditadura Militar, foi positivo para o desenvolvimento do estado, num contexto, como já abordado, de intenso autoritarismo, repressão e mortes.

Outra fonte, citada anteriormente, mas que também dialoga com essa perspectiva do otimismo, é a Revista *Espírito Santo Agora*. Na edição do mês de outubro de 1972, ela apresenta uma matéria cujo teor corrobora a análise de que a imprensa ajudou a criar as representações favoráveis ao governo estadual. O título dado foi direto e objetivo: “Indústria Maior”.

Na revista é apresentada as conquistas econômicas geradas pela implantação das indústrias em solo capixaba. Valendo-se da frase símbolo da bandeira do estado – Trabalha e Confia – estabeleceu uma comunicação com o seu público leitor, de forma a enfatizar a importância do trabalho em prol do progresso e do desenvolvimento, bem como, a importância de confiar na direção que o governo estadual estava dando para tornar o Espírito Santo cada vez maior.

Imagem 25: Propaganda Governo do Estado do Espírito Santo na Revista *Espírito Santo Agora*.



Fonte: APPES

Imagem 26: Propaganda Governo do Estado do Espírito Santo na Revista *Espírito Santo Agora*.



Fonte: APPES

Imagem 27: Jornal *A Gazeta*, de 01/01/1973.



Fonte: APPES

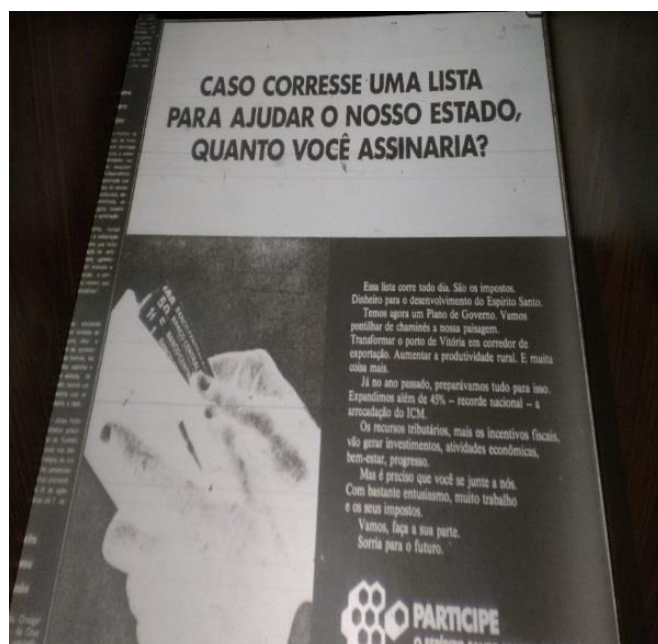
E, nessa expectativa de grandeza, um elemento torna-se essencial: o povo. Busca-se constantemente, nas propagandas, tanto do jornal *A Gazeta* quanto da Revista *Espírito Santo*

Agora, criar um sentimento de pertencimento e estabelecer um consentimento com a sociedade capixaba por meio do discurso político adotado pelo governo estadual. Nesse cenário, as responsabilidades são divididas e se propaga as ideias de que o progresso só será alcançado e os objetivos só serão atingidos se houver a participação popular. Como podemos ver na revista: “O seu estado conta com você para ser cada vez maior” (*Revista Espírito Santo Agora*, nº 1, outubro, 1972, p. 74).

Caso semelhante foi publicado pelo jornal *A Gazeta* no dia 21 de março de 1972, que traz mais uma propaganda do governo estadual com a seguinte pergunta: “Caso corresse uma lista para ajudar o nosso estado, quanto você assinaria?”. A propaganda tem, na imagem central, uma carteira aberta de onde é retirado algumas notas de dinheiro simbolizando a disposição em ajudar financeiramente. Trata-se dos impostos os quais estavam sendo utilizados, juntamente com os incentivos fiscais naquele contexto, para “pontilhar de chaminés a nossa paisagem, transformar o porto de Vitória em corredor de exportação, aumentar a produtividade rural e muito mais [...]” (*A Gazeta*, 1972, p. 3).

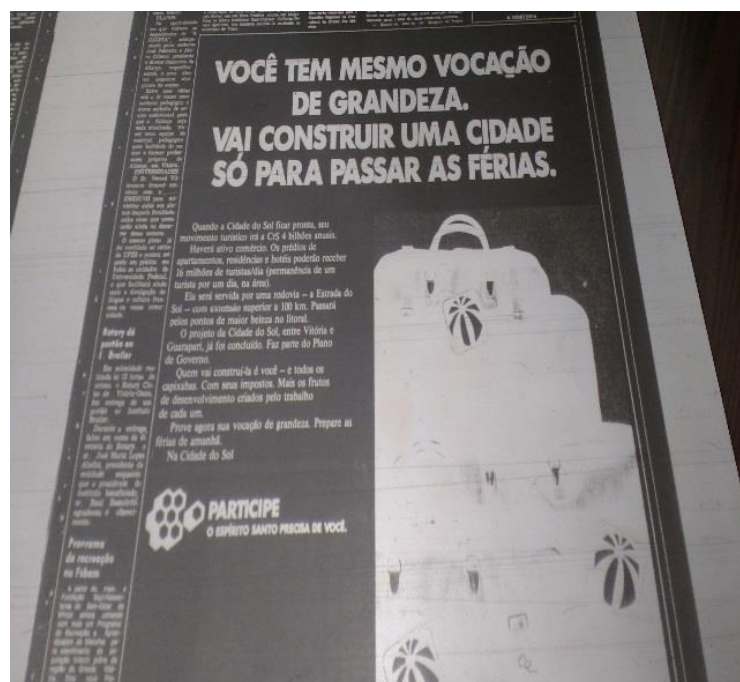
E, ainda, dialoga com o seu público leitor afirmando que todo o progresso e o bem-estar da sociedade, proporcionado pelas atividades econômicas, só serão possíveis caso “você se junte a nós. Com bastante entusiasmo, muito trabalho e os seus impostos. Vamos faça a sua parte. Sorria para o futuro” (*A Gazeta*, 1972, p. 3).

Imagem 28: Jornal *A Gazeta*, de 21/03/1972.



Fonte: APPES

Imagem 29: Jornal *A Gazeta*, de 12/04/1972.



Fonte: APPES

Como se observa, os discursos políticos no governo de Arthur Gerhardt⁸⁸ estão permeados pela perspectiva otimista trazida pela ideia de “prosperidade” e de “progresso”, deixando claro que o passado ficou para trás e que o estado estava caminhando rumo ao futuro de esperança.

O conceito de Koselleck sobre “espaços de experiências”, juntamente com o de “horizontes de expectativas”, ajuda-nos a compreender melhor o tempo retratado no discurso político da época no presente atual. Pois, de acordo com Nascimento:

É possível identificarmos nessa relação um mecanismo de interpretação temporal em que o passado é interpretado, no presente, em função de sua relação com o futuro. O Espírito Santo, a partir da década de 1960, foi caracterizado pela expectativa do futuro inédito, observado como um momento de transição entre algo vivido, como velho, a ser superado, e que apresenta o tempo novo [...]” (NASCIMENTO, 2016, p. 91).

⁸⁸ Sobre esse assunto, podemos ver, também em *A Gazeta*: “Arthur vê boas perspectivas para o petróleo” (03/02/1972, p. 5); “Gerhardt garante mais estradas” (04/02/1972, p. 5); “Gerhardt consegue no DNER atenção para o ES” (12/03/1972, p. 3); “Arthur confirma: mais energia para o norte” (26/03/1972, p. 8); “Governo otimista com a renovação da cafeicultura” (06/07/1972, p. 8); “Otimismo do governador” (01/08/1972, p. 2); “Otimismo pra burro” (19/08/1972, p. 4); “Arthur mostra novo Espírito Santo aos japoneses” (22/09/1972, p. 5); “Entrega de obras mostra o governante com a comunidade” (31/03/1973, p. 12); “Em ritmo de otimismo” (03/01/1974, p. 4).

Os “espaços de experiências” no Espírito Santo são representados pela ideia da superação de um tempo onde tudo girava em torno da dependência da monocultura do café, enquanto o “horizonte de expectativas” passa a fomentar a narrativa do progresso econômico pela via do desenvolvimento industrial. Dessa forma, as medidas adotadas pelos governos militares neste processo transitaram do ciclo do café para o industrial, resultando na criação de órgãos e leis por meio dos quais representaram uma política de intervenção na administração local para atender o projeto de poder vigente. Loureiro afirma que:

Na gestão de Gerhardt Santos, o governo estadual já se encontrava reestruturado, por meio das reformas administrativas realizadas no governo de Dias Lopes (1967-1971). Também já estavam consolidados os mecanismos de captação e aplicação dos incentivos fiscais provenientes do Imposto de Renda e do ICM, através do Funres, administrados pelo Geres; organizado o Bandes, como o segmento institucional apto a captar recursos externos [...]. O estado já havia criado seu suporte técnico-administrativo e burocrático responsável pela elaboração ideológica de seu projeto modernizador [...]" (LOUREIRO, 2006, p. 41).

4.4 “Venham louros, coroas, venham flores!": A construção de uma memória positiva sobre o governador Arthur Carlos Gerhardt Santos no contexto de maior repressão da Ditadura Militar (1971-1975)

Diante dos fatos analisados, podemos indicar que o silêncio das memórias “subterrâneas”⁸⁹ estão relacionadas com os traumas vividos e que ainda mexem com a vida e o imaginário das pessoas. Sofrimentos, tragédias familiares como guerras, atentados, massacres étnicos, ditaduras, torturas, entre outras, guardam consigo lembranças marcantes do período vivido e que, na maioria das vezes, contrastam com o discurso oficial. Assim,

Em face dessa lembrança traumática, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança “comprometedora” preferem, elas também, guardar o silêncio [...] (POLLAK, 1989, p. 3).

Mais uma vez, Pollack afirma que essas memórias em disputa são enquadradas, isto é, ocorre o “enquadramento da memória”, pois ela cumpre basicamente duas funções:

⁸⁹ Para maiores informações, ver: POLLAK (1989).

[...] manter a coesão do grupo e defender as fronteiras daquilo que é comum a este [...] E esse trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem número de referências associadas; guiadas pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las; esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (POLLAK, 1989, p. 3-15).

Quando essas memórias escondidas começam a ganhar o espaço público, reivindicando sua presença na memória coletiva, é que ocorrem as disputas de memória, que colocam em lados opostos grupos sociais os quais representam. Alessandro Portelli (2001)⁹⁰ valeu-se da expressão “memória dividida”, cunhada por Giovanni Contini, que tão bem pode ser utilizada para qualquer objeto de análise onde ocorram disputas de memória, para abordar um fato histórico: o massacre da cidade de Civitella Val de Chiana, na Itália, em junho de 1944. Esse acontecimento colocou em lados opostos a memória oficial das vítimas, considerados heróis da resistência, apresentados como “mártires” da liberdade, contra a memória dos sobreviventes que sofreram traumas e perdas durante a II Guerra Mundial. O autor nos apresenta esse pensamento de forma clara no seguinte episódio de Civitella:

Esses acontecimentos geraram o que Giovanni Contini muito bem descreveu como uma “memória dividida”. Contini identifica, por um lado, uma memória “oficial”, que comemora o massacre como um episódio da Resistência e compara as vítimas a mártires da liberdade; e por outro lado, uma memória criada e preservada pelos sobreviventes, viúvas e filhos, focada quase que exclusivamente no seu luto, perdas pessoais e coletivas. Essa memória não só nega qualquer ligação com a *Resistência*, como também culpa seus membros de causarem, com um ataque irresponsável, a retaliação alemã [...] (PORTELLI, 2001, p. 104).

Com base nessa discussão levantada por Portelli sobre “memória dividida”, é possível percebermos como a memória vai se moldando com o passar do tempo histórico em função das mudanças do grupo social dominante, da política vigente e por questões ideológicas que permeiam as relações sociais no tempo e no espaço.

Nesse aspecto, é relevante o uso da memória para entender como as sociedades se lembram do passado e como as identidades são construídas no decorrer do tempo. Conforme o historiador italiano Paolo Rossi (2010, p. 56), “a memória tem relação não só com o passado, mas também com a identidade e com o futuro”. Portanto, mais importante do que discutir crimes

⁹⁰ Ver, também, PORTELLI (1996).

e atrocidades dos regimes ditatoriais, como o caso do Brasil (1964-1985), é necessário compreender os processos e os fatos que levaram à sua existência, identificar quais os elementos dentro da sociedade que permitiram a ascensão desses governos não democráticos e como eles refletem e moldam o caráter nacional no presente.

Essa discussão teórico-metodológica sobre os usos políticos da memória se encaixa sob medida na reflexão sobre o caso do Espírito Santo durante a Ditadura Militar, pois o contexto histórico que delimita essa pesquisa trata-se de um período em que setores da sociedade capixaba e o executivo estadual afinaram os discursos em prol do projeto político vigente.

Os dois tipos de memória em disputa naquele contexto histórico colocaram em lados opostos a memória oficial que tratava justamente da euforia causada pelos Grandes Projetos de Impacto, do processo de industrialização que criou um clima de otimismo quanto aos rumos que o presente delineava e das expectativas positivas quanto ao futuro desse caminho. Em contrapartida, também se fazia presente o outro lado da moeda. Menos glamourosa e nem um pouco otimista, as outras memórias desse período referiam-se justamente ao contexto repressivo da época, do fim das liberdades civis e políticas, dos enfrentamentos com os órgãos repressores do governo e da luta pela democracia.

Obviamente que nessas batalhas de memória, os usos de instrumentos coercitivos contribuíram para o êxito da memória oficial em detrimento da outra, porém, a busca pela legitimidade, pelo estabelecimento do consenso e do consentimento com a sociedade civil (dos quais a imprensa representa um desses instrumentos), foram as principais ferramentas que relegaram as outras memórias a um papel secundário e que, durante muito tempo, ficaram no esquecimento. Porém, elas nunca deixaram de existir e a partir do momento em que as demandas do Tempo Presente foram surgindo, elas foram gradativamente ganhando seu espaço na sociedade, sendo resgatadas dos subterrâneos da memória para, enfim, apresentar-se perante o julgamento da história.

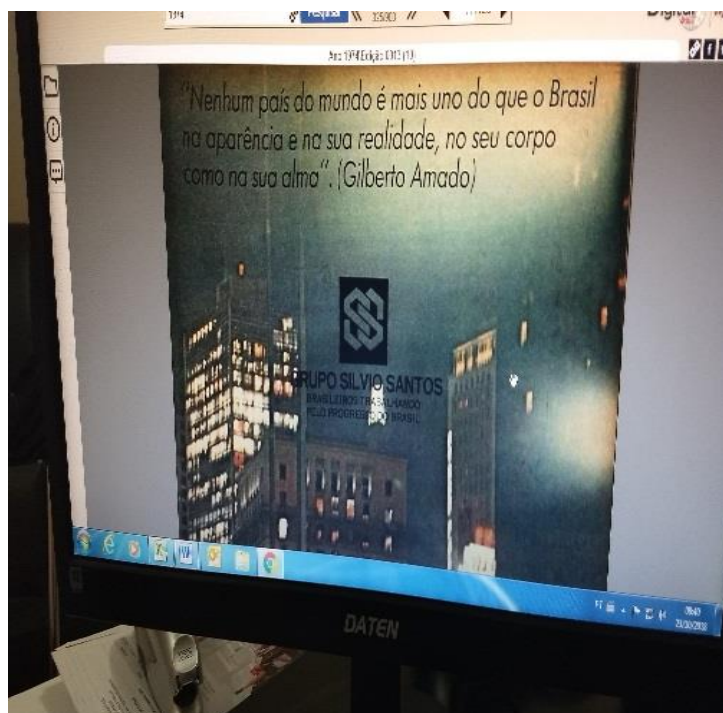
É deste encontro entre a história e a memória que é possível refazer o percurso que a história oficial tomou e questionar a memória elaborada, construída sobre o período que se quer contar. Assim dito, finalizaremos esse último tópico deste capítulo apresentando mais alguns debates entre as fontes pesquisadas, numa tentativa de apresentar elementos que ratificam a ideia inicial desta dissertação.

Em outras palavras, no Espírito Santo foi elaborada e difundida uma memória positiva sobre a Ditadura Militar, especialmente no governo de Arthur Gerhardt. Nessa tarefa, o jornal *A Gazeta* foi o elemento principal na divulgação dessa narrativa histórica.

Através da análise das fontes aqui apresentadas foi possível identificar uma espécie de fio condutor que ligava o discurso oficial do governo federal com a narrativa elaborada pelo governo do estado do Espírito Santo. Isso é possível identificar quando olhamos para os objetos da pesquisa. Nessa mesma direção, uma propaganda de 1974, na Revista *O Cruzeiro*, traz a seguinte mensagem: “Nenhum país do mundo é mais uno do que o Brasil na aparência e na sua realidade, no seu corpo como na sua alma”

A mensagem citada acima tenta transmitir uma visão de unidade, de comunhão de ideais e objetivos que, naquele contexto, tentavam reforçar a legitimidade do sistema político vigente, contando com o apoio da imprensa para tal finalidade. O grupo de televisão Silvio Santos (SBT)⁹¹, naquela época, dava demonstrações claras de que adotara o discurso do progresso do Brasil. Um discurso oficial para criar esse consentimento.

Imagem 30: Propaganda Grupo Silvio Santos



Fonte: Revista *O Cruzeiro* (1974)

⁹¹ Vale citar que o mesmo grupo, resgatou a propaganda: “Brasil: ame-o ou deixe-o”, em 06 de novembro de 2018, no canal de televisão aberta SBT, logo após a vitória do candidato Jair Messias Bolsonaro (ex-capitão do exército) a Presidência da República. <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/11/sbt-ressuscita-brasil-ame-o-ou-deixo-o-em-nova-vinheta.shtml>. Acesso em: 02/02/2019.

Imagem 31: Propaganda do Governo do Estado do Espírito Santo



Fonte: APPEs – Revista Espírito Santo Agora

A ideia central consistia em propagandear a integração do Brasil, mesmo sendo um país múltiplo, diverso e complexo por suas características regionais e, também, pelos grupos sociais díspares, porém, em comum estava o pensamento atrelado ao mesmo propósito: trabalhar pelo progresso do país. A intencionalidade da mensagem é cristalina e dialoga com o seu leitor numa tentativa de induzi-lo a uma ideia, a forjar uma opinião parcial, limitada dos fatos vividos naquele contexto histórico de autoritarismo.

A tentativa de estabelecer um diálogo favorável com a sociedade brasileira por parte do governo Médici pela via da imprensa, também foi uma estratégia utilizada pelo governo de Arthur Gerhardt em nível local. A Revista *Espírito Santo Agora* traz, em sua edição de 03 de dezembro de 1972, uma propaganda cuja mensagem continha a seguinte informação: “Caminho aberto para o Espírito Santo”. Ela tomou espaço de uma página inteira e trazia informações sobre as reformas do porto de Vitória, o desenvolvimento industrial – possibilitado pelo Programa de Eletrificação Rural – e os investimentos educacionais e turísticos que direcionavam o estado rumo ao progresso.

Assim, o Estado dava sua contribuição para ajudar a “construir o Brasil”, junto com a presença de um elemento essencial em toda propaganda feita durante a Ditadura Militar: o povo. Em vários momentos o cidadão é instigado, desafiado a participar, a assumir sua

responsabilidade, de se posicionar de forma favorável ao “novo tempo” vivido no país e no estado do Espírito Santo.

Por final, nas páginas de *A Gazeta*, em várias edições, encontramos propagandas do governo estadual com tais temáticas: “Sem protocolo, sem audiência marcada! O governador quer falar com você” (15/03/1972, p. 3); “Há dois anos o seu Imposto de Renda vem construindo um novo Espírito Santo. Vamos continuar?” (23/03/1972, p. 3); “Melhore a imagem do Brasil lá fora. Deixe o país” (26/03/1972); “Se governar é abrir estradas, você está no caminho certo” (30/03/1972, p. 2); “O governo quer ouvir a voz da terra” (30/04/1972, p. 5); “Caminho aberto para o futuro do Espírito Santo. Estamos olhando para frente” (27/05/1972, p. 12); “Caminho aberto para a indústria no Espírito Santo” (30/05/1972, p. 12); “Caminho aberto para o turismo no Espírito Santo” (08/06/1972, p. 12); “Continue poupando o que você puder neste país. Menos os elogios” (03/12/1972, p. 7); “1973 cada vez maior” (01/01/1973).

Imagem 32: Jornal *A Gazeta*, de 23/03/1972.



Fonte: APPES

Imagem 33: Jornal A Gazeta, de 26/03/1972.



Fonte: APPES

Imagem 34: Jornal A Gazeta, de 30/05/1972.



Fonte: APPES

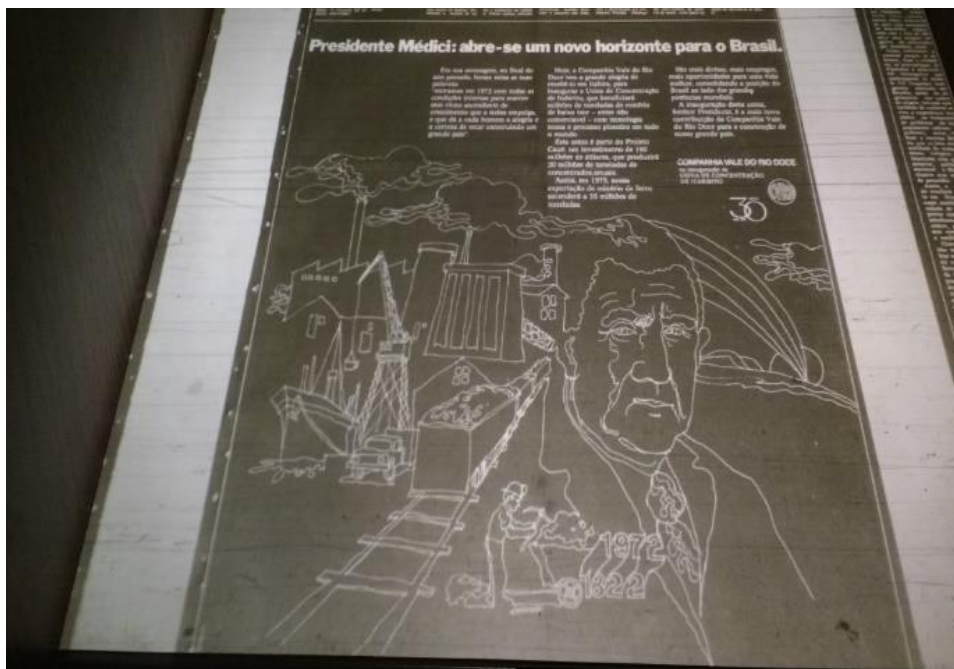
No geral, entre tantas outras notícias que poderiam ser apresentadas, essas foram selecionadas por possuírem um elemento comum na comunicação que é a tentativa de mobilizar o cidadão capixaba para que abrace a ideia de parceria com o governo que está construindo “um novo Espírito Santo”.

Um primeiro exemplo desse tipo de propaganda pode ser observado no dia 16 de abril de 1972. Nessa data foi apresentada a seguinte mensagem: “Quando o país tem uma razão muito forte para fazer uma festa, quem deve ser o convidado?” A convocação feita em razão da programação de abertura do Sesquicentenário da Independência tinha por objetivo mobilizar o maior número de pessoas para participarem desse evento cívico, que só tinha razão de existir pela presença e participação do povo capixaba.

Como constatamos, a imprensa contribuiu diretamente para construção de uma visão positiva sobre a Ditadura Militar. Porém, setores econômicos também contribuíram para solidificar essa visão por meio de inúmeras propagandas patrocinadas por empresas privadas e públicas e bancos que estavam alinhados com o discurso desenvolvimentista do governo federal e estadual. Compete citarmos alguns deles com base nas fontes analisadas.

Em 17 de agosto de 1972, o jornal *A Gazeta* publicou uma página inteira de seu jornal para a Companhia Vale do Rio Doce, cujo tema foi: “Presidente Médici: abre-se um novo horizonte para o Brasil”. Tratava-se da inauguração de mais uma usina da CVRD e a expectativa gerada de novos dividendos para a empresa, a partir desse investimento, levou a referida empresa a homenagear o presidente Médici. Na mensagem, é destacada a importância da Companhia para a “construção do nosso grande país” e a confirmação de que o presidente havia acertado em suas previsões de início de ano quando afirmou que: “Entramos em 1972 com todas as condições internas para manter o ritmo ascendente de crescimento que a todos empolga, e que dá a cada homem a alegria e a certeza de estar construindo um grande país” (*A Gazeta*, 17/08/1972, p. 3).

Imagem 35: Jornal *A Gazeta*, de 17/08/1972.



Fonte: APPES

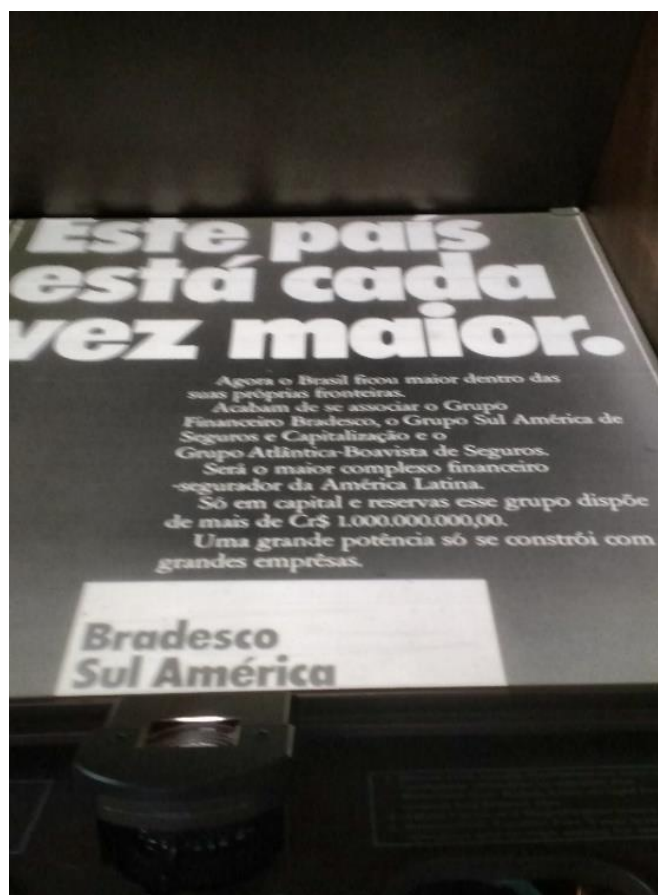
Analizando a imagem acima, percebe-se a figura de um homem representando um trabalhador da empresa carregando um vagão de minério, várias usinas de onde saem fumaças de suas chaminés, estrada de ferro e trem abarrotado da referida matéria-prima por onde ela é transportada, caminhões levando-a ao porto enquanto os guindastes encarregam-se de acomodá-la no navio para ser exportada pelo mar. E, em destaque, encontra-se o rosto do presidente Médici, apresentado como o grande responsável por todo esse desenvolvimento vivido pelo país e, conseqüentemente, pelo estado do Espírito Santo.

O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE) – formados pela Caixa Econômica Federal, Sociedades de Créditos Mobiliários e Associações de Poupança e Empréstimo –, bancou uma propaganda no jornal *A Gazeta* onde ressalta sua importância para ajudar o trabalhador a financiar sua casa própria pelo Banco Nacional de Habitação e sua contribuição para:

A criação de empregos e fazendo com que todos possam participar da riqueza do Brasil. O brasileiro vai continuar poupando cada vez mais, porque tem confiança no futuro. Só não vai poupar elogios ao país onde nasceu. Porque ele merece (*A Gazeta*, 03/12/1972, p. 7).

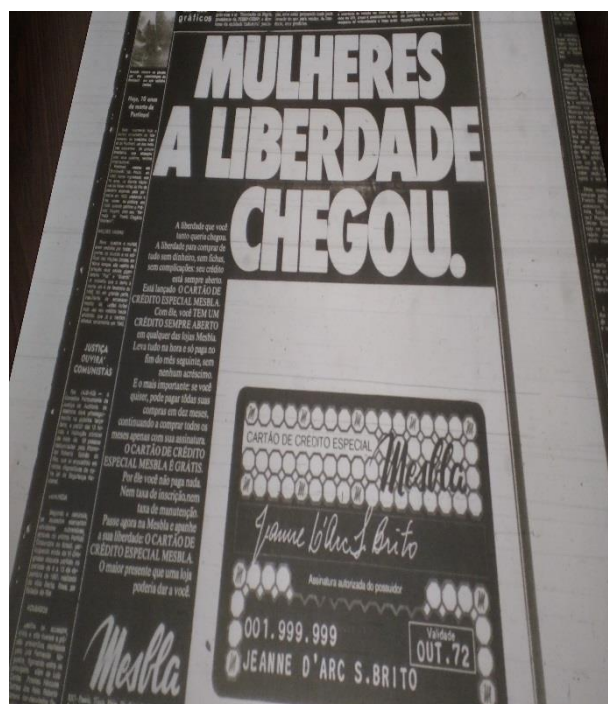
O Banco Bradesco apresentou a seguinte mensagem: “O Brasil está cada vez maior”, que trata da notícia da fusão da empresa Bradesco com o Grupo Sul América Seguros que resultou no maior complexo financeiro segurador da América Latina. A empolgação com tal operação financeira e empresarial resultou na seguinte mensagem ao final do texto: “Uma grande potência só se constrói com grandes empresas” (*A Gazeta*, 10/02/1972, p. 5). Empresas como a Mesbla, Embratel, Petrobrás, Banco Nacional de Habitação, a própria CVRD, entre outras, patrocinavam propagandas favoráveis ao governo federal e estadual de forma sistemática na imprensa capixaba, sobretudo no jornal *A Gazeta*.

Imagem 36: Jornal *A Gazeta*, de 10/02/1972.



Fonte: APPES

Imagem 37: Jornal *A Gazeta*, de 21/01/1973.



Fonte: APPEs

Outro segmento industrial importante nessa contribuição para a memória positiva sobre aquele contexto no estado foi a participação constante da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES). Essa entidade utilizou, em diversas oportunidades, as páginas do jornal *A Gazeta* visando reforçar, especialmente, a participação dos empresários, dos investimentos econômicos promovidos no estado, e, principalmente, pressionar para a construção do Centro Industrial de Vitória (CIVIT),⁹² como podemos ver na notícia abaixo:

“[...] o Estado do Espírito Santo está se inteirando da grande necessidade de estabelecer [...] um centro industrial capaz de reunir... as indústrias que estão se viabilizando [...] O governo do Estado terá que se valer de empréstimos de organizações de créditos importantes, para oferecer ao empresariado aquilo que ele reclama como medida de apoio substancial para sua participação no desenvolvimento, como tem feito observar a Federação das Indústrias, nas oportunidades que lhe afiguram, quanto ao problema [...] (A *Gazeta*, 09/03/1972, p. 4).

⁹² “Arthur recebeu pré-projeto do CIVIT” (A *Gazeta*, 29/03/1972, p. 3); “Projeto do CIVIT sofre atraso de vinte dias” (A *Gazeta*, 11/05/1972, p. 3); “Arthur recebe terça-feira o plano diretor do CIVIT” (A *Gazeta*, 04-05/06/1972, p. 11); “CIVIT: velha aspiração” (A *Gazeta*, 06/06/1972, p. 4); “Centro Industrial: O novo marco que surge” (A *Gazeta*, 27/11/1972, p. 4).

Uma dessas ocasiões pode ser detectada no editorial do dia 09 de março de 1972. Segundo o jornal *A Gazeta*, os motivos que justificariam a necessidade de construção de um centro industrial seriam atender a uma preocupação do governo estadual e uma demanda de parte do empresariado capixaba, representado pela Federação das Indústrias (FINDES). E, ainda, aponta que para realizar o CIVIT o povo capixaba precisa se esforçar para ajudar o estado nessa ação específica.

Outro editorial, do dia 24 de agosto de 1972, de *A Gazeta*, traz uma matéria intitulada “Empresário elogia governo pelo Centro Industrial”. Nela o presidente da FINDES, Sr. Vieira Marques, parabeniza o governador Arthur Gerhardt que não tem medido esforços:

[...] em realizar a implantação do Centro Industrial da Grande Vitória [...] que será um dos marcos da atual administração e marco do início de uma nova era [...]. A realização desse importante plano vai colocar o Espírito Santo em igualdades de condições com os grandes estados da federação, que já possuem seus centros industriais [...]. O Civit é o esforço da geração dos 30 que hoje está no poder no Espírito Santo, muito bem representado pelo governador Gerhardt Santos (*A Gazeta*, 24/08/1972, p. 4).

Os elogios ao governador e a demonstração de apoio da FINDES ao executivo estadual demonstra o quanto esse segmento econômico e social estava abertamente apoiando o projeto político em curso, tanto é que o então presidente da Federação das Indústrias finaliza seu discurso de apoio a Arthur Gerhardt falando que ele representa uma geração que chegou ao poder naquela década e que está contribuindo para construir um “novo Espírito Santo”.

O jornalista Gutmam Uchoa de Mendonça fez uma retrospectiva histórica sobre o Centro Industrial de Vitória em sua coluna: “CIVIT: velha aspiração”, afirmando que o projeto de construção de um centro industrial surgiu no governo de Jones dos Santos Neves, cuja certeza será a irreversibilidade da implantação desse projeto, pois o “CIVIT, dentro de um futuro muito próximo, será realidade” (*A Gazeta*, 06/06/1972, p. 4) no governo de Arthur Gerhardt. A compreensão da importância dessa obra para o futuro do estado é destacada pelo colunista como uma necessidade a ser compreendida não só pelo empresariado e corpo técnico do governo estadual, mas, sobretudo, pelo povo capixaba.

Da mesma forma, o segmento político e social representativo da vontade do povo e que merece destaque é a classe política. Este setor, na gestão de Arthur Gerhardt, esteve alinhada ao projeto do executivo estadual. A dinâmica eleitoral definida pelo bipartidarismo e o jogo político mantido nos municípios de forma semelhante ao que já acontecia no pré-1964, favoreceu a eleição majoritária dos candidatos do partido Arena (velhos representantes dos

outrora partidos PTB, PSD, UDN), caracterizada como base de sustentação do governador. Daí o apoio dado pelos parlamentares da Assembleia Legislativa estadual às pautas econômicas e políticas do governo era questão de lógica.

O partido do governo (ARENA) por ter maioria no legislativo criou-se a ideia de que existiria um clima harmonioso entre esses poderes. Nem sempre foi assim. No editorial do jornal de *A Gazeta*, intitulada “Oportunidade Ímpar”, destaca-se o pedido de empréstimo bancário na ordem de 10 milhões de dólares para financiar obras de infraestrutura no estado, atendendo, assim, às demandas econômicas e os projetos estruturais que colocariam em ação o plano desenvolvimentista do governo.

As justificativas apresentadas pelo executivo estadual foram apontadas pelo jornal como suficientes para que a Assembleia desse o aval ao pedido feito pelo governador, para a “[...] obtenção de grandes recursos externos, realizando mais formidável esforço desenvolvimentista para suplantar as deficiências econômico-financeiras através de investimentos em sua infraestrutura [...]”. Portanto, de acordo com as explicações dadas pelo governador, os juros “suaves e baixos” que o estado pagaria não se comparariam as vantagens econômicas oportunizadas pela solução dos gargalos estruturais do estado.

Assim, os esclarecimentos prestados pelo Governador seriam mais do que suficientes para o legislativo ratificar o pedido feito por ele. A matéria faz uma pressão encima dos deputados, que, na visão do autor, não deveria se preocupar, pois:

O que poderia ser objeto de maiores preocupações para o Legislativo – a capacidade de endividamento ou de solubilidade da dívida pelo Estado – perde expressão com a afirmativa governamental [...] de que a amortização do empréstimo está assegurada de maneira tranquila, face a tendência de elevação dos índices de arrecadação (*A Gazeta*, 17/081972, p. 4).

A ideia era a seguinte: com base na explicação apresentada pelo governador para contrair a dívida exorbitante, ela se justificaria pela possibilidade de aumento de receita que seria gerada por esse investimento, (algo imprevisível e que não passava de mera especulação), o que por si só valeria obter tal empréstimo. Seria um cheque em branco dado ao Governo do Estado, baseado em suposições e previsões ilusórias.

Tudo isso contribuiu para criar um clima de otimismo por parte de empresários, políticos e imprensa, que reverberou na sociedade de forma natural e espontânea. Diante do exposto, surge uma interrogação: Como não apoiar um governo que promete desenvolvimento, progresso, investimentos econômicos, industrialização e empregos para o seu povo? Essas

representações sociais foram vitais para a elaboração de um tipo memória sobre o governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos. Mas alguns elementos, que serão analisados, permitirão finalizar a ideia que gira em torno da construção social de uma memória positiva sobre o executivo estadual e o papel do jornal *A Gazeta* nessa elaboração.

Em 31 de março de 1973, o referido jornal publicou a seguinte coluna: “Nove anos de trabalho”. Nela está embutida a homenagem em prol da “Revolução de 64” e de seus nove anos de êxito e sucesso, que transformaram o estado do Espírito Santo, bem como o Brasil. Vale a pena reproduzir alguns trechos:

Decorrem exatamente nove anos da data de profundo significado histórico para toda nação brasileira, em que a **suprema vontade nacional** se manifestou para pôr fim a acelerada decadência política, social e econômica que ameaçava levar o caos todo este país de grandes proporções [...]. E foi assim que há exatamente nove anos, nosso país saltava do terreno da auto destruição para o da reconstrução. Sob os auspícios da fé e contando com a integridade das Forças Armadas, a família brasileira se levantou, caminhando resoluta para combater o mal agressivo e impor-lhe a derrota oportuna e merecida [...]. O Brasil de 31 de março 1973 é bem diferente. Reorganizado em sua estrutura moral, cultural e política [...]. As classes produtoras são incentivadas cada vez mais ao desenvolvimento de suas atividades, enquanto os trabalhadores são assistidos por uma legislação social que serve de exemplo para outras nações [...]. Em lugar da subversão, o incentivo que reforça a unidade da família. Os estudantes deixaram as greves e as passeatas e hoje se preparam para incorporar-se ao mercado de trabalho [...]. Hoje em todo território brasileiro, as comemorações do nosso aniversário da Revolução de 31 de março estão assinaladas pela entrega de novas realizações em benefício do povo. Aqui no Espírito Santo, antes um estado rejeitado de paternidade nacional, tudo se está transformando em marcos de progresso e desenvolvimento. O governo do Estado, perfeitamente entrosado no sistema central de administração do país, está há dias promovendo a entrega de melhoramentos ao povo de todos os rincões, desde as cidades até as mais humildes localidades [...]. (*A Gazeta*, 31/03/1973, p. 4, grifo nosso).

O texto, acima reproduzido, apresenta uma versão parcial e bem-acabada do discurso político que vigorava na política brasileira da década de 1970, tanto no âmbito estadual quanto no âmbito federal, indo ao encontro aos interesses dos governantes que estavam no poder. Alguns marcos se tornam símbolos desse discurso positivo acerca do golpe civil-militar de 1964.

O tratamento dado pela matéria ao se referir ao golpe civil-militar como “Revolução”, revela a ideia presente no jornal *A Gazeta* de que a “Revolução de 64” representou a “suprema vontade nacional”. A confluência dos valores da “Revolução” com os valores da família

tradicional brasileira estavam presentes também no discurso do progresso e do desenvolvimento. Este se daria pela união entre empregadores e empregados em torno da “legislação social”, um exemplo para o mundo; a mudança de posicionamento dos estudantes, antes ligados a movimentos de rebeldia e que agora estavam mais preocupados com a sua inserção no mercado de trabalho; e também o claro posicionamento do governo capixaba. antes órfão de “paternidade nacional”, e que agora estava intimamente alinhado a administração pública do país.

No último ano de governo de Arthur Gerhardt, o editorial de *A Gazeta* trouxe uma matéria cujo tema era: “Quatro anos de otimismo” (*A Gazeta*, 15/03/1975, p. 4). É com base nesse texto que se pretendemos colocar dar um “ponto e vírgula” nessa discussão, uma vez que um ponto final seria pretensioso demais.

O editorial começa, como era rotineiro, tecendo elogios e pontuando que estava chegando ao fim um dos governos mais produtivos e “profícuos” da história capixaba. No decorrer do texto é citado a trajetória do, então, ex-governador Arthur Carlos Gerhardt Santos, que, de engenheiro profissional com perfil técnico fez surgir “o administrador, o político, nasceu o analista em grau de estadista consumado”. A ênfase é colocada na sua capacidade de expandir fronteiras, de buscar novas parcerias e investimentos, tanto com o governo federal quanto com governos estrangeiros, tornando-se um “virtual caixeiro-viajante e cômico apregoador das qualidades e méritos bem como das potencialidades do povo capixaba” (*A Gazeta*, 15/03/1975, p. 4).

Os contatos estabelecidos e as projeções para o futuro do estado mobilizaram o:

[...] chefe do executivo espiritosantense a viajar para o exterior, em maratonas memoráveis, buscando entendimentos e conversando [...] com outros governos estrangeiros e empresas privadas de vulto e dimensões internacionais. Preparava-se o campo, cultivava-se bem o terreno, a fim de que pudéssemos receber e absorver os grandes empreendimentos que estavam na mira das autoridades e que apontavam o Espírito Santo como o grande beneficiário de todo esquema a ser montado (*A Gazeta*, 15/03/1975, p. 4).

Os méritos dessa ação empreendedora e o perfil arrojado e desafiador que levou o estado a ser conhecido em outros países e a ganhar destaque em nível nacional foram dados “[...] a disposição do engenheiro Arthur Carlos em lutar uma batalha sem quartel na defesa dos interesses capixabas [...]”. Nota-se neste trecho uma metáfora do momento vivido pelo país e a alusão à figura do soldado herói, aquele que peleja a batalha sozinho e vence-a por qualidades

inatas que só os grandes personagens da história possuem. É esse o homem de distinto valor que governou o estado por quatro anos.

Comprovando essa perspectiva, segue outro trecho da matéria que vale a citação:

[...] o governador Arthur Carlos Gerhardt Santos nunca foi um administrador de pensar miúdo. Ele nunca esteve sensibilizado para a decisão de questões pequenas. O terra-a-terra não o atraía, muito menos os conchavos meramente políticos, sem a grandeza e sem os objetivos sociais e que não viessem, em consequência, dizer a fala eloquente da coisa grande [...]. Suas preocupações sempre foram voltadas para a dimensão maior votada dos empreendimentos de grande vulto (*A Gazeta*, 15/03/1975, p. 4).

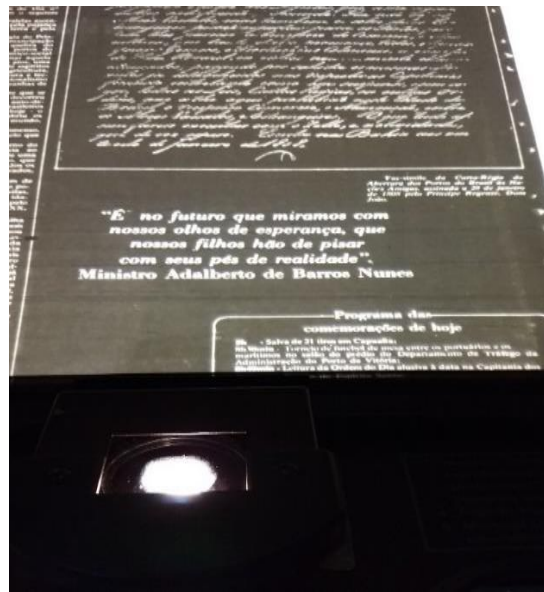
Para que esses empreendimentos pudessem ser implantados e os “objetivos sociais” alcançados, foi relatado os investimentos em infraestrutura e serviços realizados em sua gestão e que puderam preparar o estado para receber “[...] o crescimento e o desenvolvimento global [...]” que será levado adiante pelo futuro governador “eleito” Elcio Álvares, que terá a missão de dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo seu antecessor.

Diante da certeza de que o estado do Espírito Santo estava preparado, estruturalmente, para receber os investimentos previstos nos Grandes Projetos de Impacto, a imagem do governo de Arthur Gerhardt foi forjada nesta narrativa apresentada pelo jornal *A Gazeta*. Ela destinava-se a apresentar para os cidadãos capixabas, os benefícios desse desenvolvimento associando-os ao governo que se encerrava naquele momento. E, finaliza afirmando que “[...] Agora, arrojam-nos de peito aberto a parte eminentemente prática, esperando que prossiga a disposição oficial de engrandecer o Espírito Santo na senda do seu crescimento e do seu desenvolvimento global” (*A Gazeta*, 15/03/1975, p. 4).

Assim, encerrou-se um dos períodos da história do estado capixaba onde mais se viveu a expectativa em relação a chegada do futuro, em razão das possibilidades e realizações construídas no presente e que deixaram no imaginário social a percepção de que aquele momento foi favorável para o povo capixaba. E nas batalhas da memória saiu-se vitoriosa a memória positiva sobre o contexto ditatorial no Espírito Santo.

Como diria o ministro Adalberto de Barros Nunes: “É no futuro que miramos com nossos olhos de esperança, que nossos filhos hão de pisar com seus pés de realidade” (*A Gazeta*, 28/01/1973, p. 5).

Imagem 38: Jornal *A Gazeta*, de 28/01/1973.



Fonte: APPES

CONCLUSÃO

A História do Tempo Presente se apresenta como uma ferramenta capaz de auxiliar o trabalho historiográfico. Seu intuito de impedir anacronismos e equívocos na pesquisa sobre o tempo recente, associado à outras ferramentas metodológicas que dão sustentação e objetividade às abordagens analíticas do historiador. Dessa forma, estudar o passado recente requer cuidado com as fontes, com os testemunhos e, sobretudo, com a utilização da memória que tende a ser parcial e limitadora, pois é incapaz de reconstruir o passado tal como ele foi.

A utilização dessas novas metodologias na pesquisa historiográfica pode abrir novas perspectivas de análise sobre o passado que se quer entender. As ressignificações das configurações sociais permitem o aprofundamento e a compreensão das complexas relações entre as instituições, os grupos e os indivíduos e suas heterogêneas relações que se desenrolam tanto no espaço público quanto no espaço privado, fruto de práticas e representações que são construídas e reconstruídas ao longo do tempo.

Feita essas considerações, o objetivo deste trabalho foi ressignificar e analisar o tipo de memória que se tem sobre a Ditadura Militar no Espírito Santo. Com base nas discussões realizadas, espera-se ter compreendido como o governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos foi capaz de estimular os segmentos sociais capixabas no sentido da construção de uma narrativa positiva por meio da propaganda oficial, do discurso político e reinterpretação histórica, principalmente, sobre a época dos chamados “Grandes Projetos”. Como destacamos, nessa tarefa foi ativa a colaboração do jornal *A Gazeta*.

Foi possível perceber uma tentativa de estabelecer diálogo com tradições ligadas à ideia do “atraso”, do “retrocesso”, da “crise”, do “fracasso” e sua superação ao longo da História capixaba, que estavam presentes no imaginário social a ponto de despertar otimismo entre eles os cidadãos espírito-santenses. Essa conexão entre o passado e o futuro, através do projeto político do presente, é uma constante na história política do Espírito Santo, como afirma Nascimento (2016).

Nessa perspectiva, a narrativa da “construção do novo”, de “otimismo” e de um “horizonte de expectativas” positivo quanto ao futuro, fez parte do discurso político não só no início dos anos de 1970, como também foi muito utilizado no início dos anos 2000. Por isso, vale fazer a última reflexão desta dissertação, indicando um quadro comparativo sobre esses dois contextos históricos.

A primeira década do século XXI é marcada pela expectativa de crescimento econômico no Espírito Santo. A imagem construída pelo então Governador de Estado, Paulo Hartung (2003-2010), durante seu mandato foi a de “desenvolvimento” e “progresso”. Essa elaboração imagética de um “novo Espírito Santo” que marcou sua gestão, relacionava-se com a ideia de superação de um passado caótico, atrasado e estagnado. A representação desse tipo de discurso político foi marcada pelas demandas daquele presente, cujo elo foi estabelecido com o passado. De acordo com Nascimento (2016, p. 43):

Ao se apresentar como marco da história do Espírito Santo, de um novo momento, o discurso de posse de Paulo Hartung evidencia a construção da imagem de um novo “Espírito Santo”, caracterizada pela relação que guarda com a noção de superação – característico do discurso político e das representações de Espírito Santo no presente e no passado. Cabe ressaltar que a recorrência a esta ideia por parte de Hartung não foi casual. Pelo contrário, sua força e sentido se encontram em sua relação com a existência de um ideal historicamente elaborado acerca do desenvolvimento local fundamentado na noção de superação do atraso.

Para o autor, a representação do passado no Espírito Santo, em relação aos outros estados da região sudeste é aquilo que ele denominou de “imagem do atraso e sua superação” (NASCIMENTO, 2016, p.41). O então governador Paulo Hartung (2003-2010) se apropriou desse discurso conciliador na intenção de unir os grupos sociais e econômicos capixabas em torno de um “consenso de necessidades”.

Executar as ações do presente, no sentido de potencializar um futuro de realizações para os capixabas, com capacidade de inspirar e impactar o cenário nacional pela via da superação do “atraso” foi a tônica do discurso político do governo de Paulo Hartung. É interessante perceber como essa narrativa positiva sobre o Espírito Santo, forjada em seu governo, conecta-se e alimenta-se do discurso propagado e construído na gestão de Arthur Gerhardt. A semelhança entre ambos se dá no intuito de restabelecer o pacto de governabilidade perdido no tempo. Este indica a presença de uma conexão entre o passado que se quer superar e o presente de oportunidades que se apresenta. Portanto, o discurso da superação do atraso insere-se numa perspectiva de longa duração.

Para exemplificar essa afirmação, vale ressaltar que o referido governador criou o plano de desenvolvimento do Espírito Santo o (ES2025)⁹³ que estabelecia as ações pautadas no

⁹³Acerca do documento ES2025, Wetler Júnior apresenta três conclusões explicativas de o porquê as propostas contidas nela possam não ser críveis: “A capacitação da população é o principal capital a ser desenvolvido [...]. Em tempos modernos, a inteligência construída é uma chave indispensável e uma liberdade fundamental para se adquirir outras liberdades. Em segundo, [...] a possibilidade de interação maximizada do grande centro, a imensa

alcance de metas econômicas e políticas até o ano de 2025, com base nas necessidades do presente. Esse documento elaborado deu início ao período que se convencionou chamar de “3º Ciclo de Desenvolvimento do Espírito Santo”. Porém, não foi capaz de contemplar toda estrutura produtiva e atender a real necessidade da transformação social do estado pela falta de adesão local e pelo não investimento na educação, segundo Wetler Jr.:

O industrialismo vivido se preocupou, sobretudo, em trazer as grandes empresas para a região, na conclusão de que a industrialização era um fim em si mesma, essencial para se chegar aos resultados positivos em qualidade de vida obtidos nos países avançados. A falta de comprometimento com o engrandecimento populacional foi uma chave para a insustentabilidade do modelo de crescimento... Deixou-se de munir a população local de capacitações e isto refletiu no âmbito institucional (WETLER JR., 2008, p. 23).

Assim, a atividade econômica capixaba se desenvolveu às custas de uma forte concentração espacial dos Grandes Projetos, localizados sobretudo na Região da Grande Vitória, trazendo graves distorções regionais e populacionais em todo estado. Os poucos investimentos em educação e a absorção precária de mão-de-obra local foram fatores que mantiveram o cidadão comum afastado desse tão propagado progresso.

O futuro do estado do Espírito Santo encontrava-se numa confluência de interesses e oportunidades que tornaram as perspectivas de desenvolvimento abertas à ação e construção social. Wetler Jr. alertou para uma questão importante: a de que o estado possuía uma visão de desenvolvimento que não levava em consideração o melhoramento no aspecto social de desenvolvimento humano baseado no enfrentamento das desigualdades sociais e regionais do Estado. O autor profere:

[...] O modelo de desenvolvimento, atrelado a um estado dominador e neoclássico em seu entendimento econômico foi o pilar das políticas econômicas desenvolvidas, que acabaram por valorizar o crescimento dos agregados econômicos, sem observar a esfera individual do desenvolvimento (WETLER JR., 2008, p. 78).

rede de capacitação profissional criada, as redes de comunicação e circulação de informações pró-geração de tecnologia são elementos cumulativos que ainda fazem do grande centro o foco principal do capital [...]. Por fim, a própria consolidação da ação governamental, embora intencione trazer maior desenvolvimento ao interior, com a canalização dos royalties e participações especiais para esses municípios, ainda assim, contempla um universo de investimentos em muito maior escala para a metrópole [...]” (WETLER JR., 2008, p. 82).

Mesmo diante dessas contradições, esse modelo de desenvolvimento econômico refundado na gestão de Hartung, não impediu que se fortalecesse no imaginário social a expectativa positiva gerada em relação ao futuro, baseado nas realizações do presente (futuro e presente balizando as ações governamentais). Criou-se, desse modo, um “horizonte de expectativas” acerca do desenvolvimento capixaba. Isso foi possível pela presença do projeto político vigente, acompanhada da ideia de superação associada aos desafios do presente marcantes no discurso, os quais foram utilizados como molas propulsoras para se buscar um “futuro esperançoso” (como diz a letra do hino oficial do estado)⁹⁴ e de conquistas, permeados pelas narrativas otimistas e positivas sobre o 3º Ciclo de Desenvolvimento.

Portanto, o 3º Ciclo foi marcado pela exaltação e pelo otimismo em relação ao potencial de crescimento do Espírito Santo. Os dois primeiros ciclos de desenvolvimento econômico vividos pelo estado estavam atrelados ao café no início do século XX e a industrialização experimentada a partir dos anos de 1960. Especificamente, o 3º Ciclo relaciona-se à narrativa de expectativa criada pelo 2º Ciclo de Desenvolvimento, vivido no estado durante a década de 1970. A correlação fica mais evidente com o governo de Arthur Gerhardt, em razão do processo de industrialização potencializado pelos Grandes Projetos de Impacto, que culminou, entre outras coisas, no desenvolvimento da siderurgia capixaba e da Aracruz Celulose.

Assim, a perspectiva da superação do atraso no presente criou um otimismo em relação ao futuro e a ideia de que o passado havia ficado para trás. Essa narrativa histórica se fez presente tanto na década de 1970 quanto no início dos anos 2000. Mesmo em regimes políticos díspares e contraditórios, é interessante observar como que, na construção histórica da formação social do Espírito Santo, essas representações criadas sobre o passado ajudaram a torna-lo presente no presente. Segundo Nascimento (2016, p. 58), “Ao comparar a condição do Espírito Santo em momentos distintos [...] evidencia a busca pela superação do atraso”.

A presença desse discurso atendeu aos anseios políticos dos setores empresariais capixabas que viram no tema sobre *desenvolvimento via industrialização* o caminho para legitimação de um projeto político e econômico a partir dos anos de 1960 e dos anos 2000. É possível identificar, no início do século XXI, uma retomada desse discurso no cenário capixaba e uma tentativa de conectar as épocas citadas pelo viés da memória oficial. A criação da ONG (Organização Não Governamental) *Espírito Santo em Ação*, no governo de Hartung, procurou resgatar esse passado capixaba ligado ao desenvolvimento, para, a partir dele, pavimentar uma

⁹⁴ “Salve o povo espírito-santense, herdeiro de um passado glorioso. Somos nós a falange do presente, em busca de um futuro esperançoso” (Trecho do Hino Oficial de Estado do Espírito Santo)

narrativa de superação do “atraso” com objetivos claros de criar perspectivas para o progresso econômico do estado no futuro.

As expectativas geradas pelo crescimento em razão da siderurgia, das atividades portuárias e do petróleo, mobilizaram as memórias sobre o desenvolvimento capixaba, cujo objetivo era legitimar o projeto político vigente. Buscou-se resgatar um tipo de memória do passado para traçar uma linha de desenvolvimento que começara há décadas e que estava sendo retomada na primeira década de 2000, tendo por premissa a ideia da “superação do atraso”. E o governo de Arthur Gerhardt foi o marco dessa retomada da memória desenvolvimentista de Paulo Hartung em sua gestão.

Para reforçar essa ideia, compete fazer a última reflexão sobre uma das fontes utilizadas nessa pesquisa. O livro de memórias sobre a vida e obra de Arthur Gerhardt traz bem clara a imagem que se forjou sobre o seu governo e a tentativa de retomá-la fazendo usos políticos da memória e do passado. Evidente no fato do livro ter sido uma iniciativa editorial desses mesmos setores empresariais.

No livro, lemos que o “Dr. Arthur é um homem notável”. É com essa adjetivação, acerca do caráter e da personalidade do ex-governador, que Paulo Hartung inicia sua “carta”, no capítulo intitulado “*De governador para governador*”, publicada no livro *Arthur Gerhardt: O construtor de futuros*. Em seu texto, Paulo Hartung enaltece a capacidade empreendedora e gestora de Gerhardt. Para isso, ele cita, desde os investimentos industriais e a implantação dos Grandes Projetos (Aracruz, CVRD, CST), até a recuperação da economia agrária por meio dos recursos destinados à produção do café *conilon*, também conhecido como robusta, que tornou o estado o maior produtor desse tipo de café do país.

Ao garantir a dinamização da economia, tanto no interior quanto no centro e tirar o Espírito Santo de uma economia agrária para transformá-la numa economia industrial em menos de 20 anos, Hartung afirma que Gerhardt “[...] inscreveu seu nome na história do desenvolvimento capixaba”. Hartung tenta, ainda, estabelecer uma conexão entre o presente e o passado ao afirmar que está “[...] vivendo já o terceiro momento de sua economia (em seu governo) dinamizado pelo negócio do petróleo e gás, o Espírito Santo colhe os frutos de uma ação acertada no âmbito do segundo ciclo econômico capixaba” (MARTINEZ; PAIM, 2014, p. 72). Ou seja, o *boom* desenvolvimentista do seu governo só foi possível em razão das medidas adotadas pelo governo de Arthur Gerhard, no início dos anos de 1970. É essa a ideia central que Paulo Hartung tenta resgatar.

Por isso, Paulo Hartung afirma que se tornou “[...] um admirador de Dr. Arthur, enxergando nele um grande pensador do desenvolvimento socioeconômico capixaba” (Ibidem, p. 72). Não foi sem propósito que Arthur Gerhardt foi convidado por Hartung para participar da elaboração do Plano Estratégico Espírito Santo 2025 e para trabalhar na função de atrair investimentos externos visando alavancar o crescimento da economia capixaba. Além disso, Gerhardt se tornou o primeiro presidente da ONG *Espírito Santo em Ação*.

Na sessão intitulada *Depoimentos*, do livro de memórias, Paulo Hartung define Arthur Gerhardt com muita admiração e reverência, ao caracterizar o ex-governador como “O inspirador”, afirmando que:

Na recente história capixaba, Arthur Carlos Gerhardt Santos figura entre os personagens centrais, tendo conduzido o Estado num momento de virada de ciclo socioeconômico. Com trabalho, conhecimento e lucidez, Dr. Arthur mantém-se como uma liderança e um homem de vanguarda na caminhada espírito-santense. Uma inspiração (MARTINEZ; PAIM, 2014, p. 66-67).

Essa tentativa de vincular o passado de experiências estabelecendo, no presente, uma perspectiva nova de um futuro de realizações, por meio da memória, tem por objetivo reforçar o projeto político das elites econômicas e políticas do estado. Nesse aspecto, Nascimento afirma que o uso do passado foi recorrente no governo de Paulo Hartung. Para justificar essa afirmação, o referido autor faz uso de uma citação do então governador do estado, registrada na apresentação da obra *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística* onde ele afirma que:

Nesse sentido, a partir de 2003, além de nos dedicarmos a uma obra de desafios gigantescos acerca da reconstrução político institucional do presente [...] investimos no processo de compreensão de quase 500 anos de história de colonização das terras capixabas [...] e o nosso presente, pelo menos desde 2003, contempla e busca lições e marcas da história, referências para a construção de um novo Espírito Santo (NASCIMENTO, 2016, p. 211).

Representantes dos setores empresariais que patrocinaram o projeto desenvolvimentista dos governos militares também se fizeram presentes no contexto do início do século XXI. A produção de narrativas semelhantes entre esses dois períodos históricos, mais a evocação de uma memória oficial positiva baseou-se no desenvolvimento via industrialização. Isso contribuiu para que, no imaginário social, a ideia de progresso, associada à superação de um passado marcado por crises e retrógrado, se tornasse latente na memória coletiva capixaba.

Como destacamos as páginas do jornal *A Gazeta* foi um espaço privilegiado para a reprodução dessa narrativa.

Ao olhar em retrospectiva os anos de 1970 e o governo de Arhtur Gerhardt, percebemos o predomínio (no imaginário social) de uma memória positiva associada diretamente ao desenvolvimento do Espírito Santo. O papel do jornal *A Gazeta* foi essencial para essa construção e consolidação. Dessa maneira foi relegada ao “esquecimento” e ao “silêncio” as outras memórias ligadas à repressão, à tortura, à prisão e à censura, durante o período ditatorial.

Assim, 50 anos após o golpe de 1964, estamos de acordo com a afirmação de Fagundes (2015), segundo o qual alguns setores da sociedade capixaba tentam cristalizar um “esquecimento” e um “silêncio” sobre os acontecimentos ocorridos no estado capixaba, sobretudo, em torno das graves violações dos direitos humanos. E, em seu lugar, mostra uma versão mais “branda” sobre a Ditadura Militar. Em suma, como destacamos, esses setores tentam apresentar esses episódios como algo sem importância. Colocando em primeiro plano apenas os grandes avanços econômicos do Espírito Santo durante essa época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964 a 1984)*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978). O exercício cotidiano da dominação e da resistência. O estado de São Paulo e Movimento*. São Paulo: Editora EDUSC, 1999.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BARBOSA, Marinalva. Imprensa e Ditadura: do esquecimento à lembrança em imagens sínteses. *Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)* - v.3, n.2, jul./2014 - dez./2014.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da UNB, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. São Paulo: Marco Zero, 1983, p. 173-182.
- BOURGUIGNON, Letícia Rezende; ARRUDA, Patrícia. A Gazeta: uma longa história de tradição e transformações. In: MARTINUZZO, José Antônio (Org.). *Impressões capixabas: 1965 anos de jornalismo no Espírito Santo*. Vitória: DIO-ES, 2005.
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CAPELATO, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo: Imprensa Paulista (1920-1945)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- CARVALHO, Alessandra. As atividades político-partidárias e a produção de consentimento. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 219-250.
- CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede da Democracia*. O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-1964). Niterói: Editora UFF, 2010.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. Vol. 1.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre as incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

CORDEIRO, Janaína Martins. *A Ditadura em Tempos de Milagres: Comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2015.

CORDEIRO, Janaína Martins. O país do presente comemora o seu Sesquicentenário: ditadura, consenso e comemorações no Brasil (1972). In: QUADRAT, Samanta Viz; ROLEMBERG, Denise (Orgs.). *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2015. Vol. 2.

CORRÊA, Aline Liquer. BERTOLANI, Mayara Lyra. *A Contribuição do Bandes para a Economia Capixaba*. Artigo Disponível em: http://economiacapixaba.weebly.com/uploads/8/5/1/5/8515368/liquerebertolani_acontribuicao_dobandespara_aeconomia_capixaba.pdf. Acesso em 13/15/2018.

CORREA, José Carlos. *A Gazeta: do jornalismo partidário à gestão profissional*. 2004. Monografia (Especialização em Estudos Avançados de Comunicação) – Faculdade Cândido Mendes, Vitória, 2004, 81p.

DE ANGELO, Vitor Amorim. Mídia, memória e política: debate conceitual. *Estudos de História Política e das Ideias*, v. 1, 2014.

DIMENSTEIN, Gilberto. *As armadilhas do Poder: Bastidores da Imprensa*. São Paulo: Summus Editorial, 1990.

FAGUNDES, Pedro Ernesto *et al.* *O estado do espírito santo e a ditadura (1964-1985)*. Vitória: GM, 2014.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Foi Sempre Assim: *Modus Operandi* da Polícia Política do Estado do Espírito Santo (1930 a 1985). In: FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). *Arquivos da Repressão Política no Estado do Espírito Santo (1930-1985)*. Vitória, Espírito Santo: GM Editora, 2011, p. 11-34. (Coleção Rumos da História).

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Golpe, comemorações e repressão política. CARNEIRO, Grimaldov(Org.). *1964: 50 anos depois – a ditadura em debate*. Aracajú: Edise, 2015, p. 143-170.

FERNANDO, Jorge. *Cala a boca, jornalista!* São Paulo: Editora Novo Século, 2008.

FERREIRA, Jorge; CASTRO, Ângela. *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marco; Tânia Maria Bessone (Orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 426-435.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e História do Tempo Presente. In: VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria, MATA, Sérgio da (Orgs.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da Ditadura. In: RIDENTE, Marcelo; REIS, Daniel Arão (Orgs.) *1964-2004, 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. *História que temos vivido*. In: VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria, MATA, Sérgio da (Orgs.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 31-49.

FICO, Carlos. Prezada censura: Cartas ao regime militar. Rio de Janeiro, *Topoi*, n. 5, p. 251-286, 2002.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FICO, Carlos. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. *Topoi*, v. 14, p. 239-261, 2013.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

GELLATELY, Robert. Os marginais sociais e a consolidação da ditadura, 1933-1939. In: ROLLEMBER, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 207-232. Vol. 1.

GRINBERG, Lúcia. *Partido Político ou Bode Expiatório: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GUERRA, João; GENTILLI, Victor. Transformações do jornalismo impresso capixaba no século XX: o caso de A Gazeta. *Alcar – XI Encontro Nacional de História da mídia*, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, p. 1-13, 2017.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2003.

HARTOG, François. *Crer em História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

HERKENHOFF, Gabriel; CARRARETO, Glacieri; PAGOTTO, Manoela; BATISTA, Mariana. A imprensa e os anos de chumbo. In: MARTINUZZO, José Antônio (Org.). *Quase 200 anos: a imprensa na História capixaba*. Vitória: Editora DIO-ES, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda*. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo Bomtempo, 2004.

LABORIE, Pierre. Os franceses do pensar-duplo. IN: ROLLEMBER, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 31-44. Vol.1.

LINDENBERG FILHO, Carlos Fernando. *Eu e a sorte*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.

LOUREIRO, Klítia. A instalação da empresa Aracruz Celulose S/A e a “moderna” ocupação das terras indígenas Tupinikin e Guarani Mbya. *Revista Ágora*, Vitória, n. 3, 2006, p. 1-32.

LOUREIRO, Klítia. *O processo de modernização autoritária da agricultura do Espírito Santo: Os índios Tupinikin e Guarani Mbya e a Empresa Aracruz Celulose S/A (1967-1983)*. Dissertação de mestrado. UFES. 2006.

MALANQUINI, Aidê; SÁ, Carla; SOARES, Jananda; LIMA, Lunélia. Os Grandes Projetos no desenvolvimento do Estado. In: MARTINUZZO, José Antônio (Org.). *Quase 200 anos: a imprensa na História capixaba*. Vitória: Editora DIO-ES, 2005.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Editora Global, 1980.

MARTINEZ, Chris; PAIM, Antônio (Orgs.). Arthur Gerhardt: *O construtor de futuros*. Vitória-ES, Editora Abook, 2014.

MARTINUZZO, José Antônio. A imprensa na história capixaba. *Alcar – VII Encontro Nacional de História da mídia*, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, p. 1-15, 2009.

MARTINUZZO, José Antônio. *Quase 200 anos: a Imprensa na História capixaba*. Vitória, Editora DIO-ES, 2005.

MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MAZZEI, Victor Reis. *Jornal o Diário: A censura e o papel da publicidade nos anos de chumbo (1968-1974)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

MEDEIROS, Antônio Carlos. *Espírito Santo: a industrialização como fator de desautonomia relativa*. 1977. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1977. 173p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *TOPOI*, v. 14, n. 26. Jan / jul. 2013, p. 62-85.

MUSIEDLAK, Didier. O fascismo italiano: Entre consentimento e consenso. IN: ROLLEMBER, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 149-175. Vol. 1.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudos ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n 2, 2017, p. 346-366.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira. *A narrativa histórica da superação do atraso: Um desafio historiográfico do Espírito Santo*. 2016. Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, UFES, 2016.

OLIVEIRA, Ciro Campelo. Relação entre a Federação das Indústrias do Espírito Santo e o governo de Christiano Dias Lopes (1967-1971). *Em tese*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 179-206, 2015.

OLIVEIRA, Raphael Otimismo. *Em tempos de repressão: A publicidade inspirada na propaganda do Governo Médici*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2014.

OLIVEIRA, Ueber José de. *Configuração político-partidária do Estado do Espírito Santo no contexto do Regime Militar: Um estudo regional acerca das trajetórias de Arena e MDB (1964-1982)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2013.

OLIVEIRA, Ueber José de. Elites políticas e transformações econômicas no Espírito Santo, no contexto do Regime Civil-Militar (1964-1979). *Anais do V Encontro Internacional UFES/Paris-EST*, 2016.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: Seminário *40 Anos do Golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004, p. 119-139.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: Seminário *40 Anos do Golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004, p. 140-150.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. *Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo (1955-1985)*. Vitória: FCCA, 1991.

RONCHI, Ana Carolina; PORTO, Camille; DORNELLAS, Raquel. O olho do dono protege o gado: jornalismo e Ditadura Militar no Espírito Santo. *Alcar – XI Encontro Nacional de História da mídia*, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, p. 1-13, 2015.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SCHAYDER, José Pontes. *Passando a limpo*. O estado capixaba e o seu mito fundador. Cachoeiro de Itapemirim, Edição do autor, 2017.

SILVA, Justo Corrêa. *Espírito Santo: o processo de industrialização e a formação da estrutura do poder executivo – 1967/1983*. 1993. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1993.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado*. O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime militar autoritário. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 10, p. 21-43, 1989.

TATAGIBA, Suzana. O diário da rua 7 de setembro. In: BRITTES, Juçara Gorski (Org.) *Aspectos históricos da Imprensa Capixaba*. Vitória: EDUFES, 2010, p. 55-79.

VILASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber José de. Da crise econômica ao consenso de necessidades: o Governo Christiano Dias Lopes (1967-1971). In: VILASCHI, Arlindo (Org.). *Elementos da economia capixaba e trajetórias do seu desenvolvimento*. Vitória: Flor & Cultura, 2011.

VILASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber José de. O Governo Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975) e a segunda moleta. In: VILASCHI, Arlindo (Org.). *Elementos da economia capixaba e trajetórias do seu desenvolvimento*. Vitória: Flor & Cultura, 2011, p. 89-121.

VILLASCHI FILHO, Arlindo. *Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento*. Vitória: Flor & Cultura, 2011.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1988.

WETLER JR., Admir Clemente. *Espírito Santo 2025: Uma análise das implicações econômico-sociais do novo ciclo previsto de investimentos*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

Arquivos Online:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-punaro-bley-1>.

Acesso em 17/02/2018. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cristiano-dias-lobos-filho>.

Acesso em 17/02/2018.

<http://www.historiabrasileira.com/ditadura-militar/cargos-bionicos/>. Acesso em 17/02/2018.

http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2012/05/noticias/a_gazeta/opiniao/1241715americo-buaiz-o-pai.html. Acesso em 17/02/2017. Acesso em 17/02/2018.

<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus196976ve11p2/d99?platform=hootsuite>.

Acesso em 16/07/2018.

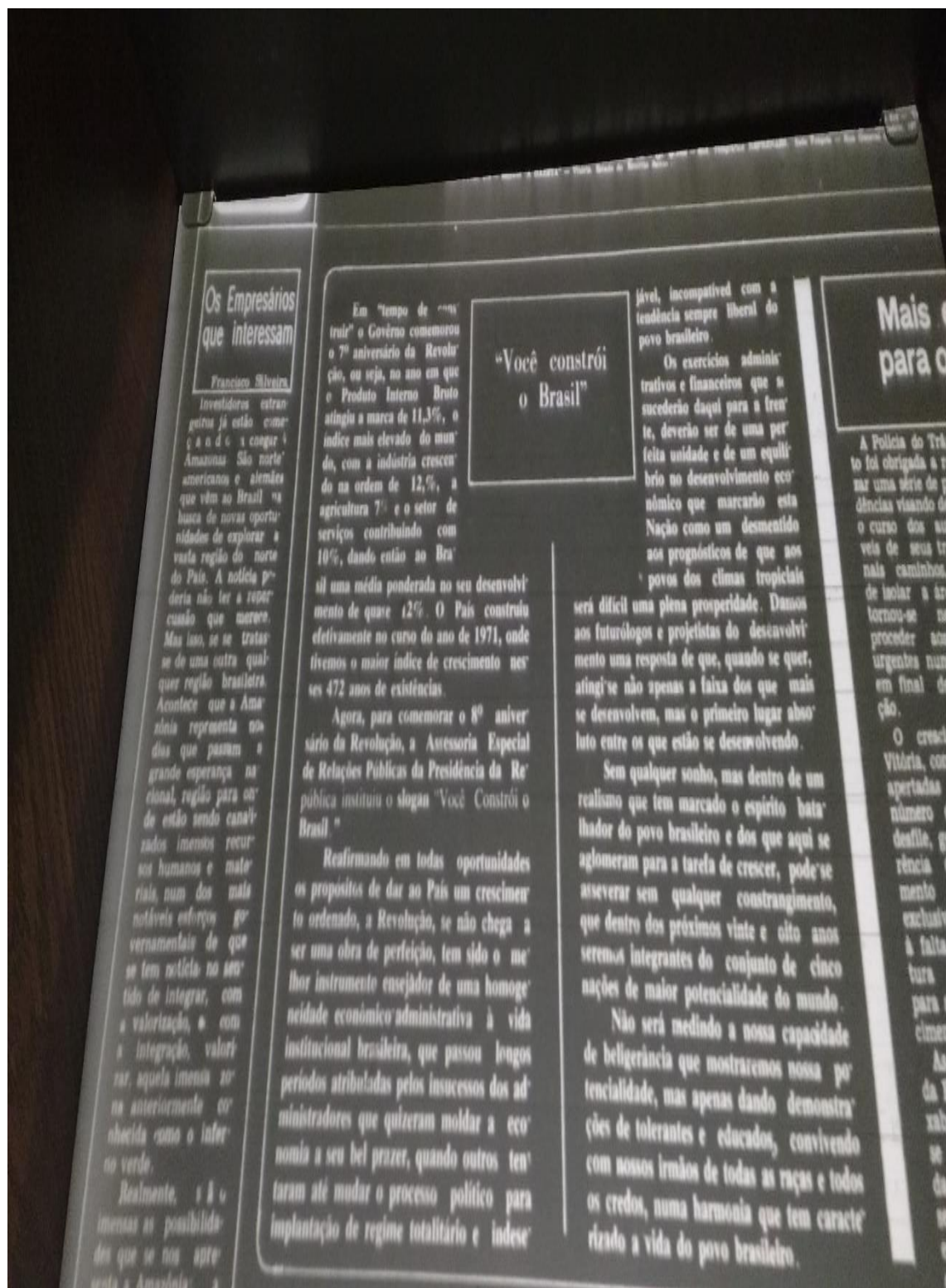
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: 03 jun. 2018.

Acervos Pesquisados:

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo. Dossiês diversos.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: Jornal A Gazeta. Entrevistas concedidas a Comissão da Verdade da UFES.

ANEXOS



Os Empresários que interessam

Francisco Silveira

Investidores estrangeiros já estão começando a chegar à região amazônica. São norte-americanos e alemães que vêm ao Brasil na busca de novas oportunidades de explorar a vasta região do norte do País. A notícia poderia não ter a repercussão que merece. Mas isso, se se tratasse de uma outra qualquer região brasileira. Acontece que a Amazônia representa o dia que passou a grande esperança nacional, região para onde estão sendo canalizados imensos recursos humanos e materiais, num dos mais notáveis esforços governamentais de que se tem notícia no sentido de integrar, com a valorização, com a integração, valorizar, aquela imensa zona anteriormente conhecida como o inferno verde.

Realmente, são imensas as possibilidades que se nos apresentam a Amazônia:

Em "tempo de construir" o Governo comemorou o 7º aniversário da Revolução, ou seja, no ano em que o Produto Interno Bruto atingiu a marca de 11,3%, o índice mais elevado do mundo, com a indústria crescendo na ordem de 12%, a agricultura 7% e o setor de serviços contribuindo com 10%, dando então ao Bra-

sil uma média ponderada no seu desenvolvimento de quase 12%. O País construiu efetivamente no curso do ano de 1971, onde tivemos o maior índice de crescimento nestes 472 anos de existências.

Agora, para comemorar o 8º aniversário da Revolução, a Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República instituiu o slogan "Você Constrói o Brasil".

Reafirmando em todas as oportunidades os propósitos de dar ao País um crescimento ordenado, a Revolução, se não chega a ser uma obra de perfeição, tem sido o melhor instrumento ensejador de uma homogeneidade econômico-administrativa à vida institucional brasileira, que passou longos períodos atribulados pelos insucessos dos administradores que quiseram moldar a economia a seu bel prazer, quando outros tentaram até mudar o processo político para implantação de regime totalitário e indese-

"Você constrói o Brasil"

jável, incompatível com a tendência sempre liberal do povo brasileiro.

Os exercícios administrativos e financeiros que sucederão daqui para a frente, deverão ser de uma perfeita unidade e de um equilíbrio no desenvolvimento econômico que marcarão esta Nação como um desmentido aos prognósticos de que aos povos dos climas tropicais

será difícil uma plena prosperidade. Damos aos futurologos e projetistas do desenvolvimento uma resposta de que, quando se quer, atinge-se não apenas a faixa dos que mais se desenvolvem, mas o primeiro lugar absoluto entre os que estão se desenvolvendo.

Sem qualquer sonho, mas dentro de um realismo que tem marcado o espírito batizador do povo brasileiro e dos que aqui se aglomeram para a tarefa de crescer, pode-se asseverar sem qualquer constrangimento, que dentro dos próximos vinte e oito anos seremos integrantes do conjunto de cinco nações de maior potencialidade do mundo.

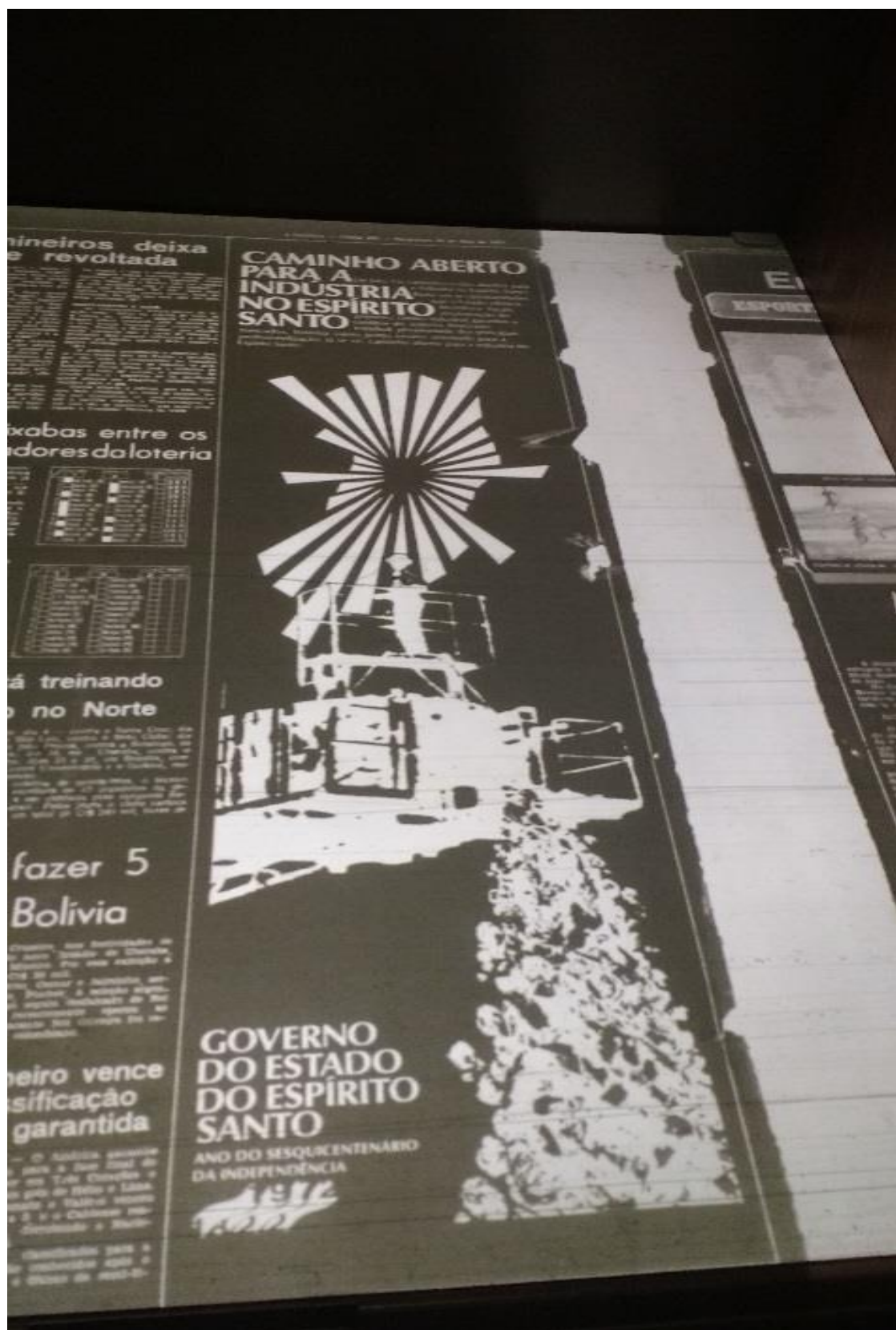
Não será medindo a nossa capacidade de beligerância que mostraremos nossa potencialidade, mas apenas dando demonstrações de tolerantes e educados, convivendo com nossos irmãos de todas as raças e todos os credos, numa harmonia que tem caracterizado a vida do povo brasileiro.

Mais e para o

A Polícia do Trânsito foi obrigada a retirar uma série de placas visando o curso dos autos de seus trânsitos, de laçar a área tornou-se necessário proceder atos urgentes num em final de

O crescimento de Vitória, com as apertadas ruas, número de pedestres, trânsito, exclusividade à falta de tura para o cimen

As da T xab se da se e



Anexo 3

anexo do artigo de 1972



OITO ANOS DE DESENVOLVIMENTO

Decorridos oito anos, após a vitória da Revolução, se fizermos um balanço honesto veremos quanto foi benéfico o movimento que deu outra feição ao nosso País, interna e, externamente. Num ambiente de tranquilidade social, com o governo pondo em prática leis de grande interesse e importância para o trabalhador, dando este, em troca, aquela compreensão indispensável, resolvendo seus problemas sem greves e outros movimentos que nenhum benefício trazem. O Brasil caminha a passos largos na estrada do desenvolvimento, em todos os setores de atividades humanas. A Transamazônica, a Embraer, a Reforma do Ensino, as estradas asfaltadas que levam o progresso a todas as regiões. Petrobrás, alargando as suas atividades, a eletrificação de quase todos os municípios e outras gigantescas obras, são mais para testemunhar a ação dinâmica do Governo.

No exterior, a posição do País é de grande destaque. A navegação marítima cumpre agora a sua verdadeira finalidade, e as 200 milhas mostram o prestígio político do País, pois conhecemos as pressões que foram feitas para evitar que o Governo tomasse posição tão firme.

Por tudo o que tem feito, neste período — 31 de Março de 1964 a 31 de Março de 1972 — a Revolução foi realmente redentora, razão por que o nosso Município, agradecido aos seus chefes, que têm como líder o Presidente Emílio Garrastazu Médici, participa de todas as alegrias do Povo Brasileiro, certo de que um futuro ainda mais rico nos aguarda.

Nova Venécia, 31 de Março de 1972.

ANTONIO MOREIRA
Prefeito Municipal

ANTONIO BARBOSA SENNA JR.
Vice-Prefeito Municipal



Sr. Antônio Barbosa Senna Jr.
— o Vice-Prefeito

o Prefeito Antônio Moreira é acompanhado pelo Presidente Médici, quando de sua visita ao Espírito Santo

entramente mor-
americanos inter-
namente já fu-
na pouca es-
um vivo
de ataques
sudeste de
Antes três
sido ataca-
mas não fo-

Miami, Flórida — O navio soviético Akademik Kurchatov, deixando o porto de Miami, escoltado por barcos da polícia marítima. (Radiofoto UPI)

lizar
os

seu go-
os natu-
e a so-
milhas".
que foi
país no
a nova
que em
rubou o
co Ibar-
são os
cia dos
ernacio-
ncerta-

de im-
Esta-
ecer a
para
e dar-
a von-
men-
os os
is fo-
conô-
inte-

—
nica
sofia
afir-
ona-
cio-
ano,
"

O Comércio e a Revolução

A liberdade individual e a tranquilidade do homem de empresa, quando ameaçadas, motivaram a eclosão de um movimento revolucionário em 31 de março de 1964. Decorridos apenas oito anos desde aquela data, toda a Nação sente que os responsáveis pelo movimento estavam certos.

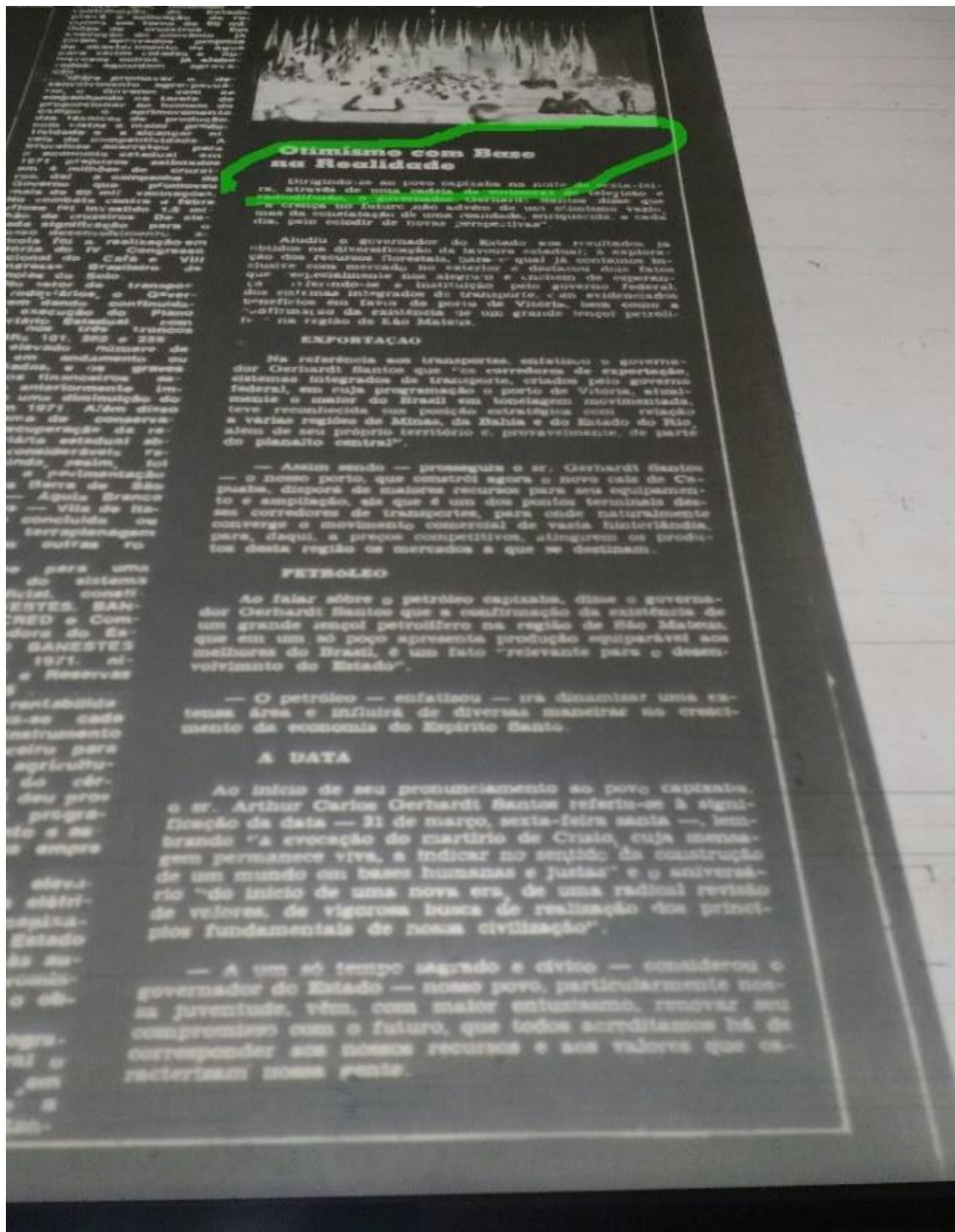
Nenhuma nação cresceu tanto, em tão curto espaço de tempo, recuperando o tempo perdido, as distorções e até mesmo superando a grande faixa do subdesenvolvimento.

A paz, a prosperidade e a concórdia têm marcado estes oito anos de Revolução, não bastasse o gigantesco e incontido desenvolvimento.

Mola mestra da distribuição da riqueza nacional no Estado, o comércio de Vitória se irmana a todos nos seus votos de congratulações com os que fazem da Revolução um instrumento de seriedade e de progresso.

Vitória, março de 1972

CONSTANTEEN HELAL
Presidente do Clube de Diretores Lojistas



Otimismo com Base na Realidade

Dirigindo-se ao povo capixaba na noite de sexta-feira, através de uma cadeia de rádio, o governador O. Gerhardi Santos afirmou que o Estado no futuro não sofrerá de um problema vital, mas da manutenção de uma qualidade, indispensável a cada dia, pelo caráter de novas "perspectivas".

Ajudou o governador do Estado aos resultados já obtidos na diversificação da lavra estadual; a exploração dos recursos florestais, para a qual já contem com a inclusão com mercado no exterior e destacou dois fatos que "especialmente nos alegram e encorajam de esperar a realização de instituições pelo governo federal, das estruturas integradas de transporte, e de evidenciadas, benefícios em favor da porta de Vitória, bem como a confirmação da existência de um grande lençol petrolífero na região de São Mateus.

EXPORTAÇÃO

Na referência aos transportes, enfatizou o governador Gerhardi Santos que "os corredores de exportação, sistemas integrados de transporte, criados pelo governo federal, em cuja programação o porto de Vitória, atualmente o maior do Brasil em tonelagem movimentada, teve reconhecida sua posição estratégica com relação a várias regiões de Minas, da Bahia e do Estado do Rio, além de seu próprio território, é, provavelmente, de parte do plano central".

— Assim sendo — prosseguiu o sr. Gerhardi Santos — o nosso porto, que constrói agora o novo cais de Capela, dispõe de maiores recursos para seu equipamento e ampliação, de que é um dos pontos terminais desses corredores de transportes, para onde naturalmente converge o movimento comercial de vasta hinterlândia, para, daqui, a preços competitivos, atingirem os produtos desta região os mercados a que se destinam.

PETROLEO

Ao falar sobre o petróleo capixaba, disse o governador Gerhardi Santos que a confirmação da existência de um grande lençol petrolífero na região de São Mateus, que em um só poço apresenta produção equiparável aos melhores do Brasil, é um fato "relevante para o desenvolvimento do Estado".

— O petróleo — enfatizou — irá dinamizar uma extensa área e influirá de diversas maneiras no crescimento da economia do Espírito Santo.

A DATA

Ao início de seu pronunciamento ao povo capixaba, o sr. Arthur Carlos Gerhardi Santos referiu-se à significação da data — 31 de março, sexta-feira santa —, lembrando "a evocação do martírio de Cristo, cuja mensagem permanece viva, a indicar no sentido da construção de um mundo em bases humanas e justas" e o aniversário "do início de uma nova era, de uma radical revisão de valores, de vigorosa busca de realização dos princípios fundamentais de nossa civilização".

— A um só tempo sagrado e cívico — considerou o governador do Estado — nosso povo, particularmente nossa juventude, vêm, com maior entusiasmo, renovar seu compromisso com o futuro, que todos acreditamos há de corresponder aos nossos recursos e aos valores que caracterizam nossa gente.

Múltiplos são os
caminhos que levam
ao desenvolvimento

Um importante aglomerado de atividades foi cumprido pela Secretaria de Indústria e Comércio: além da política de exportação de carne foi dada prioridade à implantação do Centro Industrial da Grande Vitória. A implantação da campanha de incentivos à produção de oleoginosas, em esforço conjunto

O ano de 1971, esteve marcado, de imediato, pela efetivação da aquisição, pela Empresa Capixaba de Turismo, do terreno e bens do Radium Hotel de Guarapari, representando uma operação financeira que se situou em torno de Cr\$ 1,6 milhões. A Empresa, após cumprimento jurídico da aquisição do Radium, realizou obra de restauração e colocou-o em funcionamento para atender o fluxo turístico de Guarapari. Mas o plano da Emecatut situa sua horizontalidade no âmbito também internacional

promocional, largando, semanalmente, farto material informativo para a imprensa nacional e internacional, além de material ilustrativo. Foram mantidos contatos com Embaixadas, Consúladoss e escritórios comerciais, alastecendo a imagem capitaba como força turística. O presidente da... EMCATUR, sr. José Carlos Monjardim Cavalcanti, considera também importante no ano que passou, na vida da empresa, conclusão do projeto do Polo Urbo-Agro Industrial e Turístico da Cidade do Sol. A EMCATUR cuidou também da parte editorial, tendo lançado dois livros, em colabo-

O saldo mais significativo sentido pela movimentação do período passou de Cr\$ 92.828,49 para Cr\$ 1.439.166,53. O ponto mais forte foi a transformação do saldo no balanço de 1970, da ordem de Cr\$ 294.519,93, para um superávit de Cr\$ 179.987,68.

Novos barcos lançados
refinamento da frota, reman-
gorificação da Vila Rubin,
buição para Guanabara,
Brasília e Salvador, rem-
de Guarapari, aquisição
ais para transporte do
e lançamento do Badi-
dupção de camarão de

Opinião

S.A. A GAZETA

Diretor Presidente — Eugênio Pacheco de Queiroz

Vice-Diretor Gerente — Carlos Lindenberg Filho

Assistente — João de Oliveira Dória

A Legitimidade da Revolução

JACKSON LIMA

Um dos aspectos que mais caracterizam a legitimidade do poder revolucionário que assumiu a administração brasileira em 1964 é o que lhe confere, além do crédito pela realização de uma síntese de aspirações promovidas por reformas técnicas para o desenvolvimento econômico, político e social, o fato de não ter resultado de sua orientação e de sua atividade a negação de qualquer classe ou grupo social integrado na comunidade nacional. Ninguém se sentiu marginalizado dentro das metas e programas político-administrativos já alcançados ou empreendidos, a não ser uns poucos indivíduos levados, por iniciativa própria, a inadaptação com o regime vigente desde 64.

Nas três fases de sua institucionalização, o governo revolucionário marchou decisivamente para caracterizar suas diretrizes nas formas globais da atividade nacional. Primeiramente, coube ao presidente Castelo Branco enfrentar e suplantar os mais sérios problemas nacionais, exatamente aqueles relacionados com o fracionamento moral dos valores políticos. Veio posteriormente o segundo governo, sob o comando do presidente Costa e Silva, para estabelecer as primeiras linhas do desenvolvimento econômico, pondo em prática a realização dos primeiros grandes projetos nacionais. E agora, sob as diretrizes seguras do governo Garrastazu Médici, vem o país encontrando o caminho das mais notáveis realizações humanas e sociais, além de manter em prosseguimento os programas de aumento da produção e da riqueza.

Assim, torna-se quase impossível negar, não fora o que ainda existe por fazer no Brasil de hoje, a validade das comemorações que se processam em todo o território nacional, assinalando mais um aniversário da Revolução.

Serviço

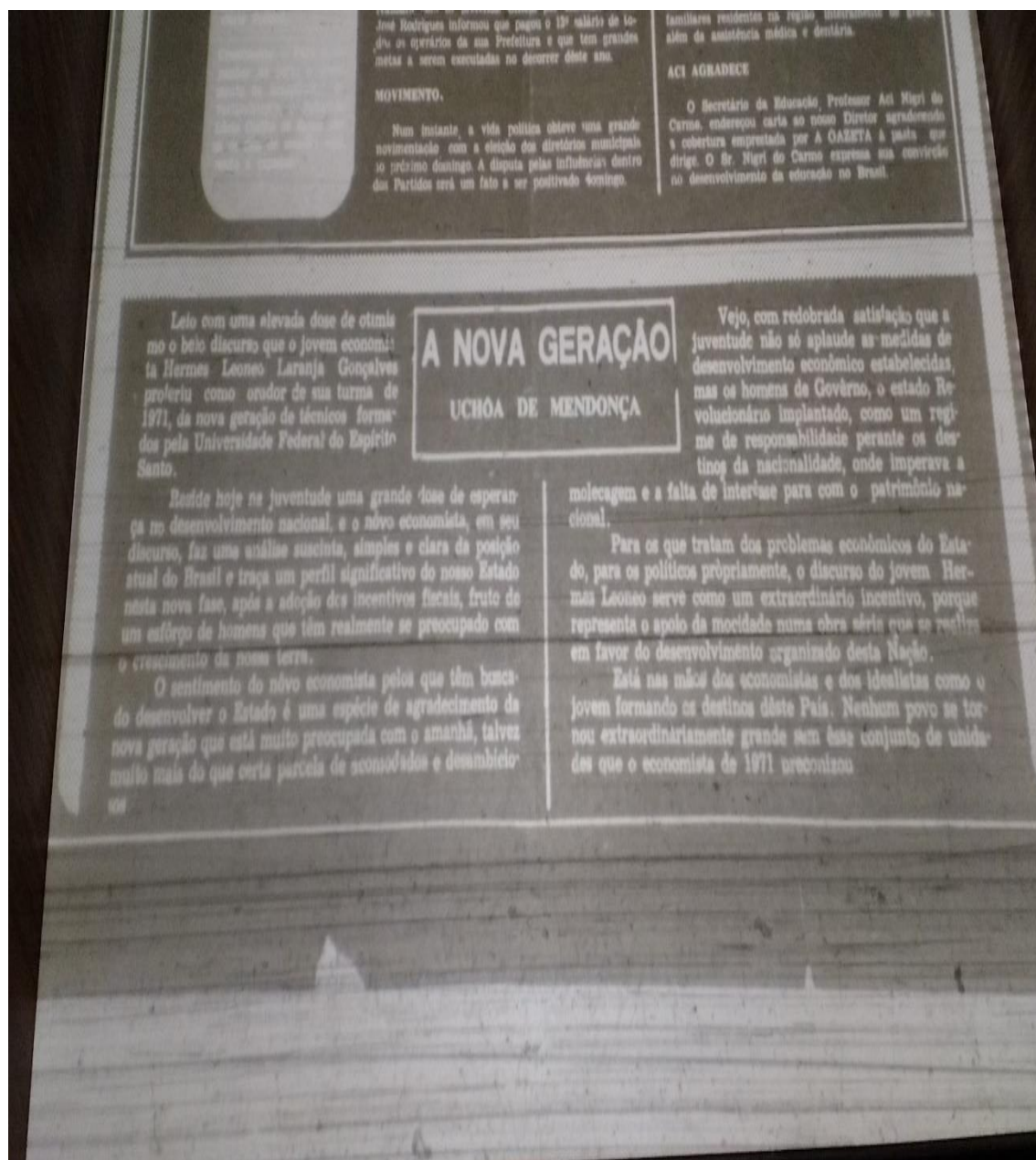
— O Secretário Namyrr Carlos de Souza, Interior e Assuntos da Justiça, pronunciará conferências na próxima semana. A primeira, na Câmara Municipal de Vitória, segunda-feira, a partir das 15 horas, desenvolverá o tema:

Na liturgia hoje se consagra o fato de Jesus ter abdicado inteiramente dos poderes para a salvação da humanidade da cruz, e não da coroa.

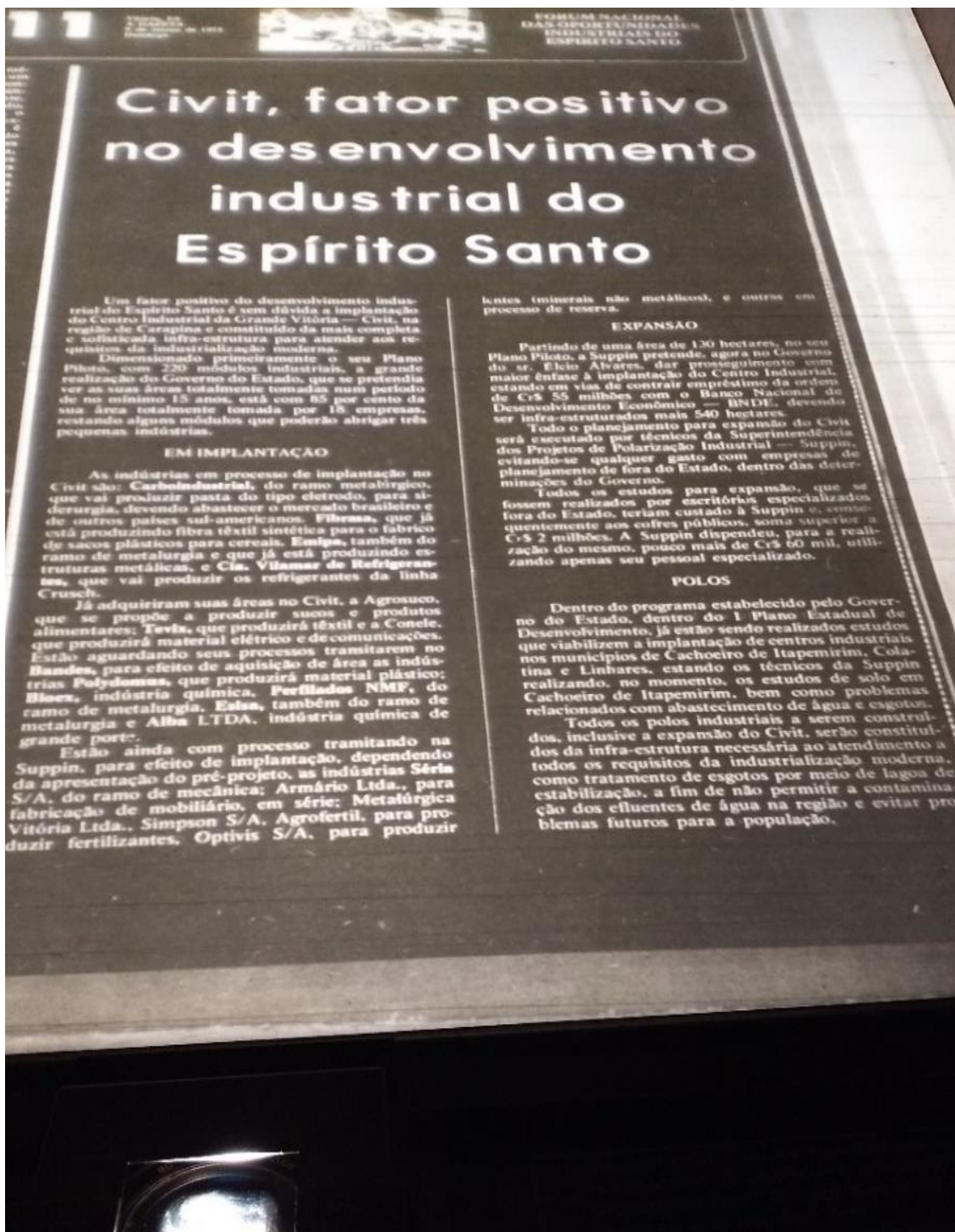
Dos inúmeros exemplos levados na história de Jerusalém, a Bíblia não avalia a cruz, mas mais se destaca a tábua da dedicação — na da dedicação, elegeram o filho de Deus entre o homem e o animal.

A falta de fé, aliás, tem sido uma das maiores dificuldades de todas as épocas, e é obstatante o fato de que as nações, apesar de serem povos dos tempos modernos, não conhecem a fé, seria lógico que elas não fossem como os animais, mas como os homens, e os homens, como os animais, não têm orientação, nem velamento.

Acadêmico



189



Civit, fator positivo no desenvolvimento industrial do Espírito Santo

Um fator positivo do desenvolvimento industrial do Espírito Santo é sem dúvida a implantação do Centro Industrial da Grande Vitória — Civit, na região de Carapina e constituído da mais completa e sofisticada infra-estrutura para atender aos requisitos da industrialização moderna.

Dimensionado principalmente o seu Plano Piloto, com 220 módulos industriais, a grande realização do Governo do Estado, que se pretendia ver as suas áreas totalmente tomadas num período de no mínimo 15 anos, está com 85 por cento da sua área totalmente tomada por 18 empresas, restando alguns módulos que poderão abrigar três pequenas indústrias.

EM IMPLANTAÇÃO

As indústrias em processo de implantação no Civit são: **Carbô Industrial**, do ramo metalúrgico, que vai produzir pasta do tipo eletrodo, para siderurgia, devendo abastecer o mercado brasileiro e de outros países sul-americanos; **Fibremat**, que já está produzindo fibra têxtil sintética para o fabrico de sacos plásticos para cereais; **Emilpa**, também do ramo de metalurgia e que já está produzindo estruturas metálicas; e **Cia. Vilamar de Refrigeração**, que vai produzir os refrigerantes da linha Crusch.

Já adquiriram suas áreas no Civit, a **Agrosuco**, que se propõe a produzir sucos e produtos alimentares; **Tevex**, que produzirá têxtil e a **Conel**, que produzirá material elétrico e de comunicações. Estão aguardando seus processos transitarem no **Bundes**, para efeito de aquisição de áreas as indústrias **Polydomus**, que produzirá material plástico; **Bloex**, indústria química; **Perfilados NMF**, do ramo de metalurgia; **Edasa**, também do ramo de metalurgia e **Alba LTDA**, indústria química de grande porte.

Estão ainda com processo tramitando na **Suppin**, para efeito de implantação, dependendo da apresentação do pré-projeto, as indústrias **Série S/A**, do ramo de mecânica; **Armário Ltda.**, para fabricação de mobiliário, em série; **Metalúrgica Vitória Ltda.**, **Simpson S/A**, **Agrofert**, para produzir fertilizantes, **Optivis S/A**, para produzir

fontes (minerais não metálicos), e outras em processo de reserva.

EXPANSÃO

Partindo de uma área de 130 hectares, no seu Plano Piloto, a **Suppin** pretende, agora no Governo do sr. Elcio Álvares, dar prosseguimento com maior ênfase à implantação do Centro Industrial, estando em via de contrair empréstimo da ordem de Cr\$ 55 milhões com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE, devendo ser infra-estruturados mais 540 hectares.

Todo o planejamento para expansão do Civit será executado por técnicos da Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial — Suppin, evitando-se qualquer gasto com empresas de planejamento de fora do Estado, dentro das determinações do Governo.

Todos os estudos para expansão, que se fossem realizados por escritórios especializados fora do Estado, teriam custado à **Suppin** e, consequentemente aos cofres públicos, soma superior a Cr\$ 2 milhões. A **Suppin** dispendeu, para a realização do mesmo, pouco mais de Cr\$ 60 mil, utilizando apenas seu pessoal especializado.

POLOS

Dentro do programa estabelecido pelo Governo do Estado, dentro do I Plano Estadual de Desenvolvimento, já estão sendo realizados estudos que viabilizem a implantação de centros industriais nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Linhares, estando os técnicos da **Suppin** realizando, no momento, os estudos de solo em Cachoeiro de Itapemirim, bem como problemas relacionados com abastecimento de água e esgotos.

Todos os polos industriais a serem construídos, inclusive a expansão do Civit, serão constituídos da infra-estrutura necessária ao atendimento a todos os requisitos da industrialização moderna, como tratamento de esgotos por meio de lagoa de estabilização, a fim de não permitir a contaminação dos efluentes de água na região e evitar problemas futuros para a população.

OPORTUNIDADES INDUSTRIAIS DO ESPÍRITO SANTO



Durante dois dias, quinta-feira e sexta-feira, dias 6 e 7 quatrocentas pessoas se reuniram no Teatro Carlos Gomes, ouvindo conferências sobre as oportunidades industriais e possibilidades de desenvolvimento do Espírito Santo nos próximos anos. Desde projetos em realização, como a Siderbrás, a projetos em ampla expansão, como o da Aracruz; desde a filosofia do Governo em torno a essas iniciativas, até o apoio decisivo do Porto de Vitória e do DNPVN; e as metas já alcançadas e por alcançar da Companhia Vale do Rio Doce e da Cia. Ferro e Aço de Vitória, empresários, secretários de Estado, assessores ministeriais, professores universitários, executivos e jornalistas especializados ouviram um desfile de dados, estatísticas e previsões que deram um amplo panorama do Estado.

Como acentuou o governador Artur Carlos Gerhardt Santos, que encerrou o conclave, depois de 16 horas de encontros, conferências e debates, o Espírito Santo começa a falar e a projetar-se em nível de grande Estado. A corrida para a recuperação do tempo perdido é um desafio sem precedentes. O Fórum, promovido pelo Idort de São Paulo, a Secretaria de Indústria e Comércio e a Federação das Indústrias do Espírito Santo mostrou isso.

Pelo menos um fruto imediato deu o Conclave — o convite feito pela Associação Brasileira de Desenvolvimento da Indústria Pesada, para que o Governo capixaba realizasse uma série de conferências em São Paulo, para os empresários do setor.

Esse Caderno Especial de A GAZETA, mostra em toda a sua amplitude o que foi o Fórum Nacional das Oportunidades Industriais do Espírito Santo.

